

**Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe A1 (“Prospecto”) do
MENDES JÚNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

CNPJ nº 09.564.520/0001-00

Classificação da SR Rating Prestação de Serviços Ltda.

Quotas Seniores: “brB”
Código ISIN nº BRMJCTCF001
Registro CVM nº []

Quotas Subordinadas Classe A1: “brB”
Código ISIN nº BRMJCTCF019
Registro CVM nº []

Valor da Emissão:

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para as Quotas Seniores
R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para as Quotas Subordinadas Classe A1

O Mendes Júnior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 15 de maio de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do Mendes Júnior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados”, celebrado pela Administradora, com prazo de duração até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou a amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado na data de sua constituição, sob o nº 757714, e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 14 de julho de 2008, sob o nº 761833, pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 01 de agosto de 2008, sob o nº 763154 e pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração, registrado em 05 de agosto de 2008, sob o nº 763318, todos no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (“Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de Quotas Seniores (“Quotas Seniores”), em série única, “n” classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, sendo cada Classe emitida em série única (“Quotas Subordinadas Classe Ai”), e 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas Classe B, em série única (“Quotas Subordinadas Classe B”).

O Fundo está ofertando, em sua 1ª Distribuição, 01 (uma) Quota Sênior, perfazendo o montante de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e até 1.000 (mil) Quotas Subordinadas Classe A1, perfazendo o montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Protocolo CVM datado de 21 de maio de 2008 e complementado em 14 de julho de 2008, 07 de agosto de 2008 e 21 de agosto de 2008.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai serão negociadas na CETIP, cabendo exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes das Quotas são Investidores Qualificados.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, poderá haver, em qualquer distribuição, distribuição parcial das Quotas, sendo que o saldo não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora antes do final do prazo de subscrição. A manutenção desta oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.

“As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito”.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas 54 a 59”.

Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.

“A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, E TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS”.

“O PRESENTE PROSPECTO ESTÁ SUJEITO A COMPLEMENTAÇÃO E CORREÇÃO”

“O PROSPECTO DEFINITIVO SERÁ ENTREGUE AOS INVESTIDORES DURANTE O PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO”



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimento.

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

CEDENTE



MENDES JÚNIOR

ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDOR

OLIVEIRA TRUST

EMPRESA DE AUDITORIA



ASSESSORIA LEGAL



CUSTODIANTE



AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



A data deste Prospecto é 21 de agosto de 2008.

AVISOS

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.”

“As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. é recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto.”

“O investimento do fundo de que trata e, inste prospecto apresenta riscos para o investidor. ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor.”

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos – FGC.”

Outros Avisos

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SERVEM UNICAMENTE PARA FINS DE DISCUSSÃO. QUALQUER REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS É PROIBIDA.

As informações aqui contidas se referem a uma oferta de valores mobiliários que não foi e não será registrada sob o *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (“*Securities Act*”), ou qualquer outra lei estadual nos Estados Unidos versando sobre valores mobiliários, e o emissor não será registrado sob o *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (“*Investment Company Act*”). Nos Estados Unidos, os valores mobiliários poderão ser ofertados somente a Investidores Institucionais Qualificados (“*Qualified Institutional Buyers*”) (conforme definido na Regra 144A nos termos do *Securities Act* (“Regra 144-A”). Ao adquirir qualquer quota do Fundo, o titular concorda que tal Quota somente poderá ser oferecida, vendida, empenhada ou de outra forma alienada (A)(1) a uma pessoa que o alienante acredite, de forma razoável, ser um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A que esteja adquirindo tal quota por sua própria conta ou por conta de outro Investidor Institucional Qualificado que seja um adquirente qualificado para fins do artigo 3(c)(7) do *Investment Company Act*, em uma operação que atenda os requisitos de isenção do *Securities Act*, ou (2) a uma pessoa que não seja domiciliada nos Estados Unidos (“*Non-U.S. Person*”) conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*, e (B) de acordo com as leis aplicáveis a valores mobiliários nos Estados Unidos. Ademais, se a transferência de tal Quota for efetuada nos termos do item (A)(1) acima, o adquirente (e qualquer terceiro por conta de quem tal comprador esteja adquirindo tal Quota) deverá declarar que não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado). Qualquer transferência em violação ao aqui disposto não será aceita e formalizada pela Administradora do Fundo. Cada titular de Quota do Fundo deverá notificar qualquer adquirente de tal Quota do Fundo a respeito destas restrições quanto à transferência da Quota. Cada adquirente de uma Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(1) acima deverá declarar no respectivo Termo de Adesão que (1) é um Investidor Institucional

Qualificado nos termos da Regra 144-A adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado e (2) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act*. Cada adquirente de uma Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(2) acima deverá declarar no respectivo Termo de Adesão que é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*.

Este documento não está sendo distribuído e não deverá ser disponibilizado para o público em geral do Reino Unido. Este documento está sendo distribuído e direcionado apenas para pessoas no Reino Unido que tenham experiência profissional com relação a investimentos relacionados ao Artigo 19(1) do *Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotion) Order 2005*. Ao receber este material, o investidor concorda que não o distribuirá ou o disponibilizará a qualquer outra pessoa. Investidores devem ler o presente prospecto, pois eles contêm informações importantes sobre a oferta. As informações aqui contidas substituem, para todos os efeitos, quaisquer outras informações previamente prestadas e serão substituídas, por sua vez, por quaisquer outras informações subsequentes. Tais materiais estão sujeitos a alteração, aditamento ou complementação de tempos em tempos. Qualquer decisão de investimento com relação aos valores mobiliários deve ser feita com base nas informações contidas neste prospecto. Os investidores devem consultar seus assessores, auditores e outros consultores, com relação aos aspectos jurídico, fiscal, comercial, financeiro e relativos à compra destes valores mobiliários. Essas informações não representam uma oferta de venda ou uma solicitação de uma oferta de compra destes valores mobiliários em qualquer estado em que tal oferta, solicitação ou venda não seja permitida.

Nem a *Securities and Exchange Commission* nem qualquer comissão de valores mobiliários estadual nos Estados Unidos, nem a *Financial Services Authority* no Reino Unido, nem a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil aprovou ou desaprovou a realização de um investimento nos valores mobiliários descritos neste documento. Qualquer declaração em sentido contrário poderá constituir crime.

Nenhuma informação contida neste documento deve ser interpretada como promessa ou declaração sobre desempenho passado ou futuro. As informações neste documento podem conter estimativas e expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, bem como envolvem elementos significativos de juízo e análise subjetivos. Nenhuma declaração é dada com relação à precisão de tais estimativas ou expectativas, nem todas as considerações relativas a tais estimativas ou expectativas foram feitas, nem que tais expectativas se concretizarão. Uma parte das informações contidas neste documento é de natureza genérica, com a intenção de oferecer uma visão geral sobre o mercado de capitais, não sendo ilustrativas da presente operação. Qualquer investidor deve ler o presente prospecto e conduzir uma análise própria e independente das informações aqui contidas. O Distribuidor não espera atualizar ou revisar as informações aqui contidas, exceto por meio do presente prospecto alterado, se for o caso. Os valores mobiliários e obrigações do Fundo (a) não são emitidos pelo Distribuidor, suas Afiliadas, ou outras organizações relacionadas, (b) não constituem obrigações do Distribuidor ou suas Afiliadas, ou outras organizações relacionadas e (c) não são garantidos pelo Distribuidor, suas Afiliadas ou outras organizações relacionadas.

O Distribuidor não está agindo como consultor ou agente dos potenciais investidores. Antes de investir nas Quotas do Fundo, o potencial investidor deve determinar, sem fiar-se no Distribuidor ou suas Afiliadas, os riscos econômicos e méritos, bem como as características e conseqüências legais, fiscais e contábeis da operação, e determinar, independentemente, se é capaz de assumir tais riscos. A esse respeito, ao receber estes materiais, o investidor toma ciência de que foi avisado que (a) o Distribuidor não ofereceu consultoria legal, fiscal ou contábil, (b) o investidor deve compreender que pode haver relevantes riscos legais, fiscais ou contábeis relacionados a esta operação, e (c) o investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais, fiscais e contábeis relacionados a esta operação, e sobre as ressalvas do Distribuidor a este respeito.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO PASSADO, E OUTRAS INFORMAÇÕES HISTÓRICAS RELATIVAS A CERTOS ATIVOS. O DESEMPENHO

PASSADO E INFORMAÇÕES HISTÓRICAS NÃO SÃO, NECESSARIAMENTE, INDICATIVAS DE RESULTADOS FUTUROS.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS: QUAISQUER EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, PREVISÕES E ESTIMATIVAS AQUI CONTIDAS SÃO PREVISÕES E SE BASEIAM EM CERTAS PRESUNÇÕES QUE O DISTRIBUIDOR CONSIDERA RAZOÁVEIS. EXPECTATIVAS SÃO, NECESSARIAMENTE, POR NATUREZA, ESPECULATIVAS, E É POSSÍVEL QUE ALGUMAS OU TODAS AS PREMISSAS EM QUE SE BASEIAM AS EXPECTATIVAS NÃO SE CONCRETIZEM OU DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DOS RESULTADOS EFETIVOS. NESSE SENTIDO, AS EXPECTATIVAS SÃO APENAS ESTIMATIVAS. RESULTADOS EFETIVOS PODEM DIFERIR DAS EXPECTATIVAS, E TAIS DIFERENÇAS PODEM SER SUBSTANCIAIS.

ALGUNS FATORES IMPORTANTES QUE PODERIAM FAZER COM QUE OS RESULTADOS EFETIVOS DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS INCLUEM: MUDANÇAS NAS TAXAS DE JUROS, INCERTEZAS FINANCEIRAS, LEGAIS OU DE MERCADO, EVENTUAIS DIFERENÇAS NA VALORIZAÇÃO FINAL DOS ATIVOS DO FUNDO, SEUS RESPECTIVOS PRAZOS DE VENCIMENTO, BEM COMO A FREQUÊNCIA E A GRAVIDADE DA PERDA DESTES ATIVOS, DENTRE OUTROS FATORES.

CONSEQUENTEMENTE, A INCLUSÃO DE EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CONTIDAS NESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER CONSIDERADA COMO UMA DECLARAÇÃO DO EMISSOR, DO DISTRIBUIDOR, DA ADMINISTRADORA, DO CONSULTOR DE COLOCAÇÃO INTERNACIONAL, OU DE QUALQUER DE SUAS SUBSIDIÁRIAS OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE SOBRE OS RESULTADOS QUE SERÃO EFETIVAMENTE ATINGIDOS PELO EMISSOR.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	10
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO	20
1. Características Básicas da Distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe A1	20
2. Demonstrativo do Custo da Distribuição	21
2.1. Custo da Distribuição	21
2.2. Custo Unitário de Distribuição	21
3. Regime de Colocação	21
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	23
1. Informações Sobre a Oferta	23
2. Cronograma da Oferta	23
3. Modificação da Oferta	24
CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO	26
1. Constituição e Base Legal	26
2. Público Alvo	26
3. Objetivo	26
4. Tipo de Fundo	27
5. Prazo de Duração	27
6. Cedente dos Direitos Creditórios	27
7. Identificação dos Prestadores de Serviços	27
7.1 Administradora e Distribuidor	27
7.2 Custodiante	28
7.3 Agência de Classificação de Risco	28
7.4 Empresa Auditoria	28
7.5 Assessoria Legal	28
8. Taxa de Administração	29
9. Substituição da Administradora	29
10. Encargos do Fundo	30
11. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	31
12. Das Quotas	32
12.1. Classes de Quotas	32
12.2. Quotas Seniores	32
12.3. Quotas Subordinadas Classe Ai	34
12.4. Quotas Subordinadas Classe B	36
12.5. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas	37
13. Amortização e Resgate	38
13.1. Da Amortização Ordinária	38
13.2. Do Resgate Antecipado	40
13.3. Do Procedimento de Resgate Antecipado	40
14. Características das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe A1	41
15. Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo	41
16. Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	41
17. Informações Complementares	42
TRIBUTAÇÃO	44
1. Tributação Aplicável aos Quotistas	44
1.1. IOF	44
1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio	44
1.3. Imposto de Renda	44
1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil	45
1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior	45
1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal	45
1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal	46
2. Tributação Aplicável ao Fundo	46
2.1. IOF	46
2.2. Imposto de Renda	46
CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO	48
1. Critério de Elegibilidade e Condições Adicionais	48
2. Cessão e Aquisição dos Direitos Creditórios	49

3.	Formalização da Cessão e Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos.....	50
4.	Preço de Aquisição.....	52
5.	Opção de Compra.....	53
6.	Eventos de Avaliação.....	53
7.	Ordem de Aplicação dos Recursos.....	54
8.	Da Reserva de Caixa.....	54
9.	Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do Originador ou de Terceiros.....	55
FATORES DE RISCO		57
1.	Riscos Associados ao Investimento no Fundo.	57
2.	Riscos Associados aos Direitos Creditórios.....	60
CRÉDITO CHESF		64
1.	Ação Chesf.....	64
2.	Passivos Preferenciais	67
A CEDENTE		69
1.	Histórico.....	69
2.	Estrutura Acionária.	69
3.	Ações Judiciais e Administrativas Relevantes.	69
3.1.	Ações Cíveis.	69
3.1.1	Ações envolvendo a Chesf.....	70
3.1.2	Ações Envolvendo a Construção da Avenida Águas Espraiadas.....	71
3.1.3	Ações Envolvendo Contratos de Créditos Referentes às Obras Realizadas no Iraque	74
3.1.4	Ações com Valor Relevante em que a Mendes Júnior é autora:	82
3.1.5	Ações com Valor Relevante em que a Mendes Júnior é ré:.....	87
3.2	Ações Tributárias.....	90
3.3	Ações Trabalhistas:.....	91
4.	Aspectos Societários da Cedente.....	92
4.1.	Objeto Social.	92
4.2.	Capital Social.....	93
4.3.	Administração.....	93
4.4.	Conselho de Administração.....	93
4.4.1	Experiência Profissional dos Membros do Conselho de Administração:	93
4.5.	Diretoria.....	94
4.5.1	Experiência Profissional dos Membros da Diretoria:	94
4.6.	Conselho Fiscal.....	94
4.6.1.	Experiência Profissional dos Membros do Conselho Fiscal	95
4.7.	Representação da Cedente.	95
4.8.	Demonstrações Financeiras	96
CHESF		98
1.	Histórico.....	98
2.	Demonstrações Financeiras.....	98
INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA		103
1.	A Administradora e Distribuidor da Oferta.....	103
1.1.	Histórico	103
1.2.	Estrutura e Administração.....	103
1.3.	Administração de Fundos de Investimento	103
2.	O Custodiante.....	104
GERENCIAMENTO DE RISCOS		106
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS		108
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....		111
1.	Sumário dos Principais Contratos Envolvendo o Fundo.....	111
1.1.	Contrato de Cessão.	111
1.2.	Contrato de Custódia.	111
1.3.	Contrato de Distribuição	111
ATENDIMENTO AOS CLIENTES		113
DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES		115
ANEXO 1 REGULAMENTO.....		117
ANEXO 2 SÚMULA DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO		224
ANEXO 3 SUPLEMENTO DAS QUOTAS SENIORES.....		238

ANEXO 4 SUPLEMENTO DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE A1	241
ANEXO 5 SENTENÇAS DA AÇÃO CHESF	244
ANEXO 6 CONTRATO DE CESSÃO.....	271

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos na sequência, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

Ação Chesf	ação de procedimento ordinário proposta pela Cedente em face de Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, originalmente distribuída à 4ª Vara Cível da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, sob o número 001.93.045767-7, e posteriormente remetida à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Recife, por força do deferimento do pedido de assistência da União e da Eletrobrás, onde atualmente tramita sob o nº 2000.83.00.014864-7, tendo por objeto a quantificação e a cobrança do crédito já reconhecido por sentença judicial em favor da Cedente, transitada em julgado em 16 de dezembro de 1992, proferida em ação declaratória envolvendo as mesmas partes, que tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife. O breve relato da Ação Chesf, com destaque para seus movimentos mais atuais, é objeto do Relatório Jurídico
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Afiliada	a(s) Pessoa(s) direta ou indiretamente controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s) direta ou indiretamente controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, incluindo diretores, empregados de qualquer das Pessoas acima referidas, membros de seus órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos e qualquer parente, até o 3º grau, de qualquer das Pessoas acima referidas
Agência de Classificação de Risco	SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	Banco Santander S.A., ou seu sucessor, contratado nos termos do Regulamento
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Assembléia Geral	assembléia geral de Quotistas do Fundo
Assessor Legal	escritório de advocacia contratado pelo Fundo para acompanhar a Ação Chesf e desempenhar as demais funções a este atribuídas nos termos do Regulamento e de contrato de prestação de serviços advocatícios específico
Avaliador	Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação, escolhida na forma prevista no Regulamento
Aviso de Resgate Antecipado	aviso aos Quotistas realizado no Periódico, informando acerca do Resgate Antecipado de Quotas Subordinadas Classe Ai

Bacen	Banco Central do Brasil
BDO TREVISAN	BDO Trevisan Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.803.244/0024-00
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Cedente	Mendes Júnior Engenharia S.A., sociedade por ações com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 146, 15º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 17.162.082/0001-73, na qualidade de Cedente dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, criadas pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333 – Bongi, cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16
Circulação	o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente, conforme o caso, às Quotas Seniores, a qualquer Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai e às Quotas Subordinadas Classe B em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Classe	qualquer classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade da Cedente ao Fundo, que será formalizada, em cada Data de Aquisição, por meio da celebração de Termos de Aquisição
Contrato de Custódia	Contrato de Custódia a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente
Contrato de Distribuição	“Instrumento Particular de Colocação Pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe A1 do Mendes Júnior Crédito Judicial – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, sob regime de melhores esforços”, celebrado entre a Mendes Junior e a Oliveira Trust, tendo como interveniente, o Fundo

CPF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Crédito Chesf	valor correspondente à soma da totalidade dos créditos decorrentes da Ação Chesf
Critério de Elegibilidade	critério verificado pelo Custodiante, previamente à aquisição do Direito Creditório Elegível pelo Fundo, definido no Regulamento
Custodiante	Banco Santander S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data Base	31 de dezembro de 2007
Data de Amortização de Quotas	data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização ou, conforme o caso, o resgate de Quotas, na forma do Regulamento
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento à Cedente pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional e/ou, observado o respectivo Termo de Aquisição, em Quotas Subordinadas Classe B.
Data de Emissão	data em que os recursos decorrentes da 1ª integralização de Quotas Seniores, de cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai e das Quotas Subordinadas Classe B, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, são colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Dia Útil	todo dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais
Direito Creditório	o Crédito Chesf
Direito Creditório Adquirido	os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração de um ou mais Termos de Aquisição
Direito Creditório Elegível	a totalidade (100%) do Crédito Chesf que vier a exceder os valores alocados aos Passivos Preferenciais e os valores cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, existente em cada Data de Aquisição, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, conforme evidenciado no Relatório de Ordem de Preferência
Distribuição	distribuição, pública ou privada, de Quotas a ser realizada pela Administradora e pelo(s) Distribuidor(es) nos termos do Regulamento e da legislação aplicável
Distribuidor	entidade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição pública de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Classe Ai do Fundo, sendo que, na presente oferta, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores

	Mobiliários S.A. atuará na qualidade de Distribuidor líder, sendo permitida a adesão de outras instituições, nos termos do Contrato de Distribuição
Documentos Comprobatórios	documentos que evidenciam o Crédito Chesf, consubstanciado em cópia integral dos autos da Ação Chesf
Documentos da Securitização	conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii); os Termos de Aquisição; e (iv) o(s) Prospectos; e (v) o Contrato de Custódia
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Eventos de Avaliação	eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai em Assembléia Geral, conforme disposto no Regulamento
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Mendes Júnior – Crédito Judicial Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados.
Grupo Mendes Júnior	grupo econômico ao qual pertence a Cedente
Grupo Santander	grupo econômico ao qual pertence o Banco Santander S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Início das Atividades	data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; ou (ix) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos itens “i” a “viii” acima
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 444	Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores
Investidores Qualificados	(i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir

quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409

<i>Investment Company Act</i>	<i>Investment Company Act</i> , de 1940 e suas alterações posteriores
IPCA	Índice Nacional de Pecos ao Consumidor Amplo, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
Laudo de Avaliação	laudo de avaliação que consubstancia os resultados dos procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, realizado pelo Avaliador, nos termos do Regulamento
Mendes Júnior	Cedente
Notificação de Resgate	comunicação preparada na forma constante de anexo ao Regulamento solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares de Quotas Subordinadas Classe Ai o Aviso de Resgate Antecipado
Oferta	Procedimento de distribuição de Quotas no curso da 1ª Distribuição
Opção de Compra	opção da Cedente de adquirir do Fundo, a qualquer tempo e até o resgate integral das Quotas Subordinadas Classe Ai, única e exclusivamente em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, conforme descrito no item (4.6) do Capítulo IV do Capítulo Quatro do Regulamento, excluindo-se os Direitos Creditórios Adquiridos
Paraíso Fiscal	país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade
Parcela Recebida	valor, em moeda corrente nacional, efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo, decorrente: (i) da liquidação parcial ou total dos Direitos Creditórios Adquiridos; ou (ii) da realização de bens e direitos recebidos quando da liquidação parcial ou total dos Direitos Creditórios Adquiridos
Passivos Preferenciais	os passivos comerciais, judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, da Mendes Júnior, existentes na Data Base, e identificados no Relatórios de Diligência Contábil, com garantia de frações do Crédito Chesf, inclusive os créditos garantidos com penhora judicial, e os quitados com cessão definitiva ou fiduciária de frações do Crédito Chesf
Patrimônio Líquido	patrimônio líquido do Fundo, equivalente à soma disponível do valor

	da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades
Periódico	o periódico “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo.
Pessoas	peessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
Potencial de Cessão	o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo
Prazo de Duração	o prazo de duração do Fundo, ou seja, até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou a amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro
Preço de Aquisição	valor entregue pelo Fundo à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou em Quotas Subordinadas Classe B, em razão da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme indicado em cada Termo de Aquisição
Preço de Exercício	preço de exercício da Opção de Compra
Prêmio de Risco	percentual anual a ser acrescido à variação do IPCA, utilizado na determinação do valor máximo das Quotas Seniores e de cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, definido em cada Suplemento “i”, para fins de seu resgate ou amortização
Prêmio de Risco da Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido ou Prêmio de Risco da FDCEA	Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, na forma decimal, ao ano
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Fundo adquire da Cedente os Direitos Creditórios Elegíveis, e após sua liquidação, promove a amortização ou o resgate das Quotas
Prospecto	o presente prospecto do Fundo.
Quotas	as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Classe Ai e/ou as Quotas Subordinadas Classe B
Quotas Seniores	as quotas seniores do Fundo
Quotas Subordinadas	as Quotas Subordinadas Classe Ai e/ou as Quotas Subordinadas Classe B
Quotas Subordinadas Classe Ai	as quotas subordinadas classe Ai do Fundo
Quotas Subordinadas Classe B	as quotas subordinadas classe B do Fundo

Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	os titulares das Quotas, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, respectivamente.
Regime de Caixa	a metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os recursos, em moeda corrente nacional, efetivamente recebidos pelo Fundo quando do pagamento, alienação ou permuta dos Direitos Creditórios Adquiridos e que não estejam alocados na Reserva de Caixa, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.
Regra 144-A	Regra 144-A do <i>Securities Act</i>
Regulamento	Regulamento do Fundo registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 757714, em 15 de maio de 2008 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 14 de julho de 2008, sob o nº 761833, pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 01 de agosto de 2008, sob o nº 763154, e pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração, registrado em 05 de agosto de 2008, sob o nº 763318.
Regulamento S	Regulamento S do <i>Securities Act</i>
Relação Mínima	relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, calculada diariamente pela Administradora
Relatório de Diligência Contábil	relatório preparado pela BDO TREVISAN identificando os Passivos Preferenciais na Data Base, o qual constitui anexo do Regulamento
Relatório de Ordem de Preferência	relatório elaborado pela Administradora e pela Mendes Júnior, atualizado de tempos em tempos, identificando os valores do Crédito Chesf que tenham sido cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, que constitui anexo do Regulamento e do Contrato de Cessão
Relatório Jurídico	relatório elaborado pelo escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº 35.808.211/0002-10, identificando, de maneira objetiva, os principais movimento e o estágio da Ação Chesf na Data Base, que constitui anexo do Regulamento
Reserva de Caixa	parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado diariamente, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, 2 anos, acrescido do montante de R\$ 250.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos,

	interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos
Resgate Antecipado	resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, observado o disposto no Regulamento
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999
Resolução CMN nº 2.907	Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001
Saldo Não Amortizado do Valor da Quota Sênior	valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores deduzido, em cada Data de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas a cada titular de Quotas Seniores
Saldo Não Amortizado do Valor das Quotas Subordinadas Classe Ai	valor de cada Quotas Subordinada Classe A de número de ordem “i” na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”, deduzido, nas respectivas Datas de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 e alterações posteriores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Série Específica	série específica de Quotas Seniores (2ª Série), emitida exclusivamente a fim de viabilizar o aporte de recurso no Fundo, necessário à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas, que poderá ser subscrita pelos Quotistas, conforme deliberação em Assembléia Geral, nos termos do Regulamento. Quando da emissão da Série Específica, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo sem limitação, os normativos e orientações da CVM, notadamente pelo fato de que a distribuição pública das Quotas Seniores da Série Específica deverá ser objeto de registro prévio na CVM
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Suplemento	documento preparado na forma constante em anexo ao Regulamento
Taxa de Administração	valor devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão	documento a ser firmado por cada Quotista, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento, preparado conforme modelo constante em anexo ao Regulamento

Termo de Aquisição	termo de aquisição, lavrado por instrumento público, entre a Cedente e o Fundo, em cada Data de Aquisição, conforme modelo constante em anexo ao Contrato de Cessão
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
Valor Total dos Direitos Creditórios Elegíveis ou VTDC	valor do somatório das frações do Direito Creditório Elegível cedidas ao Fundo em razão do pagamento de cada Preço de Aquisição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE A1.

Emissor:	Mendes Júnior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados
Cedente:	Mendes Júnior Engenharia S.A.
Classes de Quotas:	1 classe de Quotas Seniores, em série única 1 classe de Quotas Subordinadas Classe A1
Preço Unitário da Quota Sênior:	R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores
Preço Unitário das Quotas Subordinadas Classe A1:	R\$ 1.000.000,00 reais na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A1, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas para os titulares de pelo menos uma Quota da mesma Classe com esse valor nominal
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Santander S.A.
Distribuidor:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência de Classificação de Risco:	SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos decorrentes da 1ª integralização de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Classe A1, em moeda corrente nacional, são colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Amortização das Quotas	no curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, com base no valor calculado na forma prevista no Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, em até 3 Dias Úteis após o efetivo recebimento de cada Parcela Recebida, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas será apurado na data em que os recursos de cada Parcela Recebida forem efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, de acordo com a expressão constante no item “Da Amortização Ordinária”, da seção “Amortização e Resgate”, deste Prospecto

2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.

2.1. Custo da Distribuição.

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição R\$ 1.001.000.000,00	Montante (R\$)
Comissão de Distribuição (**)(***)	1,0000%	10.000.000,00
Comissão de Estruturação (**)	0,0330%	330.000,00
Taxa de Registro na Anbid	0,0020%	20.020,00
Taxa de Registro na CETIP	0,0001%	657,75
Taxa de Registro na CVM	0,0089%	89.270,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,0020%	20.000,00
Assessoria Legal	0,0220%	220.000,00
Despesas com Deslocamento (passagens aéreas, hospedagens, transporte terrestre e alimentação) (*)	0,0005%	5.000,00
Despesas Gerais (despesas cartorárias, com fotocópias, fax, aluguéis de equipamentos etc.) (*)	0,0001%	630,00
Total	1,0685%	10.695.577,75

(*) Valores estimados.

(**) Valores devidos pela Mendes Junior

(***) Considerando, para tanto, a Distribuição do valor de R\$ 1.001.000.000,00, conforme previsto na Seção "Regime de Colocação", abaixo

Tabela 1: Custos de Distribuição.

2.2. Custo Unitário de Distribuição.

Valor Unitário da Quota Sênior e de cada Quota Subordinada Classe A1	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior e de cada Quota Subordinada Classe A1	Custo Unitário de Distribuição da Quota Sênior e de cada Quota Subordinada Classe A1 (R\$)
R\$ 1.000.000,00	1,0685%	10.684,89

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição, considerando, para tanto, a Distribuição do valor de R\$ 1.001.000.000,00 .

3. REGIME DE COLOCAÇÃO.

A Administradora, na qualidade de Distribuidor líder, será responsável pela distribuição, em regime de melhores esforços, da Quota Sênior e das Quotas Subordinadas Classe A1, nos termos do Contrato de Distribuição.

A Administradora, na qualidade de Distribuidor líder, fará jus à uma comissão de colocação, a ser paga pela Mendes Junior, equivalente à: (i) parcela única de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), devida quando da assinatura deste Contrato, e adicionalmente; (ii) remuneração variável equivalente a 1,00% (um por cento) sobre os valores das Quotas devidamente inscritas e integralizadas em moeda corrente, devida nas datas de subscrição das Quotas.

A Administradora, na qualidade de Distribuidor líder poderá, a seu exclusivo critério, contratar entidades integrantes do sistema de distribuição valor mobiliários para auxiliá-la na distribuição pública da Quota Sênior e das Quotas Subordinadas Classe A1, através de contrato específico na forma da Instrução CVM nº 400, sendo que caberá ao Distribuidor, o mínimo de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor das Quotas inscritas.

Garantia de Liquidez: não será celebrado contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.

O Fundo está ofertando 01 Quota Sênior com preço unitário na 1ª Data de Emissão de R\$ 1.000.000,00, totalizando R\$ 1.000.000,00, e até 1.000 Quotas Subordinadas Classe A1 com preço unitário na 1ª Data de Emissão de R\$ 1.000.000,00, totalizando até R\$ 1.000.000.000,00.

A Quota Sênior e as Quotas Subordinadas Classe A1 serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Distribuidor, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, em regime de melhores esforços, durante o prazo de até 180 dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe A1 no Periódico. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$ 1.000.000,00.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 400, poderá haver distribuição parcial das Quotas, sendo que o saldo não subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora, antes do final do prazo de distribuição.

A manutenção desta oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.

Cada Quotista, por ocasião da subscrição de Quotas, deverá assinar o boletim de subscrição de Quotas e o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

A Quota Sênior e as Quotas Subordinadas Classe A1 serão negociadas na CETIP. Caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 400 e da Instrução CVM nº 444.

2. CRONOGRAMA DA OFERTA.

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	21/05/2008
Disponibilização do Prospecto definitivo	07/08/2008
Concessão do registro na CVM	21/08/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe A1	22/08/2008
Liquidação Financeira	22/08/2008
Data Máxima para encerramento da Distribuição e publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	18/02/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e dos Distribuidores.

Tabela 3: Cronograma da Oferta.

3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora certificar-se-á, assim como tomará as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores eventualmente adiantados pelos investidores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL.

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado, e tem como base legal a Resolução CMN 2.907, a Instrução CVM nº 356 e a Instrução CVM nº 444.

2. PÚBLICO ALVO.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

Caso seja confirmado o interesse nas Quotas por parte de investidores estrangeiros, além dos documentos previstos no Regulamento, a Administradora exigirá uma declaração do respectivo investidor, de que (I) (1) é um Non-U.S. Person conforme definido no Regulamento S nos termos do Securities Act ou (2) (a) é um investidor institucional qualificado, nos termos da Regra 144-A, adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado, (b) não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado) e (c) é um adquirente qualificado para os fins do Investment Company Act; (II) não é um investidor domiciliado no Reino Unido ou é um investidor domiciliado no Reino Unido, mas não sujeito a qualquer restrição quanto à aquisição ou subscrição das Quotas do Fundo por meio de operação isenta de registro perante as autoridades competentes (Financial Services Authorities) de sua jurisdição; e (III) é um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição, sendo desta forma, um Investidor Qualificado. Caso a aquisição de Quotas por investidores estrangeiros seja feita no mercado secundário a guarda e verificação deste documento será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es).

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

3. OBJETIVO.

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas preponderantemente por meio da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

Para as Quotas Seniores e para cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, o Fundo buscará, em regime de melhores esforços, atingir uma rentabilidade (*benchmark*) equivalente a variação do IPCA, acrescido do Prêmio de Risco definida no respectivo Suplemento “i”. Não há benchmark estabelecido para as Quotas Subordinadas Classe B.

4. TIPO DE FUNDO.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado.

5. PRAZO DE DURAÇÃO.

O prazo de duração do Fundo será até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou a amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro. O Fundo poderá, ainda, ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Regulamento.

6. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

Mendes Júnior Engenharia S.A.
Avenida João Pinheiro, 146, 15º andar
Belo Horizonte – MG
CEP 30130-927
Contato: Sr. Ângelo Marcus de Lima Cota
Tel.: (+55 31) 2121-9584
Fax: (+55 31) 2132-8103
Email: angelo.cota@mendesjunior.com.br
www.mendesjunior.com.br

Para maiores informações vide Seção “Grupo da Cedente” deste Prospecto.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.

7.1 Administradora e Distribuidor.

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown
Rio de Janeiro – RJ
CEP 22640-100
Contato: Sr. José Alexandre Freitas
Tel.: (+55 21) 2493-7003
Fax: (+55 21) 2493-4746
E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br
www.oliveiratrust.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.

7.2 Custodiante.

Banco Santander S.A.
Rua Hungria 1400, 4º andar, São Paulo – SP
CEP 01455-000
Contato: Sr. José Olívio Ramalho
Tel.: (+55 11) 3012-5779
Fax: (+55 11) 3012-7371
E-mail: joramalho@santander.com.br
www.santander.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas Oferta” deste Prospecto.

7.3 Agência de Classificação de Risco.

SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
Avenida Rio Branco, nº 89, grupo 1002
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20040-004
Contato: Sheila Sirota Von Oettingen Gaul
Tel.: (21) 2263-7456
Fax: (21) 2263-9805
E-mail: sgaul@attglobal.net
www.srrating.com.br

7.4 Empresa Auditoria.

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar
São Paulo – SP
CEP 04530-904
Contato: Pedro Zago
Tel.: (11) 2183-3290
Fax: (11) 2183-3001
E-mail: pzago@kpmg.com.br
www.kpmg.com.br

7.5 Assessoria Legal.

Motta, Fernandes Rocha Advogados
Alameda Santos, 2335, 10º e 11º andares
São Paulo – SP
CEP 01409-002
Tel.: (+55 11) 3082.9398
Fax: (+55 11) 3082.3272
www.mfra.com.br

8. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento e nos Documentos da Securitização: (i) uma remuneração fixa mensal equivalente a R\$ 8.800,00, pagável no último Dia Útil de cada mês e, adicionalmente; (ii) remuneração variável equivalente a 0,5% sobre os valores (ou ativos) que vierem a ser efetivamente pagos (ou transferidos) aos Quotistas do Fundo por ocasião da amortização ou resgate de suas Quotas. A primeira remuneração mensal devida à Administradora, nos termos aqui descritos, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. A remuneração variável será paga concomitantemente à amortização ou ao resgate das Quotas.

A parcela fixa da remuneração mensal definida acima será atualizada pela Administradora e informada ao Custodiante a cada período de 12 meses, contado a partir de 1º de junho de 2007, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização, com o Assessor Legal ou qualquer outro serviço de assessoria legal ao Fundo.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração aqui indicada.

O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance, ressalvada a remuneração variável que integra a Taxa de Administração, prevista acima.

9. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.

Os titulares de, no mínimo, 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar a substituição da Administradora mediante realização de Assembléia Geral especialmente convocada para este fim. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

Na hipótese acima, a substituição da Administradora deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Quotistas titulares da maioria das Quotas Circulação, e em segunda convocação, pela maioria dos titulares das Quotas presentes à Assembléia Geral.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou Resgate Antecipado, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos respectivos procedimentos estabelecidos no Regulamento.

Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos acima descritos.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos acima descritos, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos aqui descritos não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

10. ENCARGOS DO FUNDO.

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, inclusive do Assessor Legal, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- i) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e

- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e em Quotas Subordinadas Classe Ai será de R\$ 1.000.000,00, e em Quotas Subordinadas Classe B, será de R\$ 100.000,00.

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

Observada e respeitada a necessidade de constituição da Reserva de Caixa, o Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido nos seguintes ativos:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido do Fundo*	
	Mínimo	Máximo**
a) Direitos Creditórios:	50%	100%
b) moeda corrente nacional:	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen:	0%	50%
d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	0%	50%
e) quotas de fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas “c” e “d” acima.	0%	50%

(*) Decorridos 90 dias do Início das Atividades.

(**) Deduzido do valor que obrigatoriamente deve ser alocado na constituição e manutenção da Reserva de Caixa, nos termos do Regulamento.

Tabela 4: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável e/ou a realização de operações em mercados derivativos.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo aqui indicados serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido no Dia Útil imediatamente anterior.

O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição de sua carteira em que figurem como contraparte a própria Administradora, a Cedente e/ou quaisquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora e/ou por qualquer de suas Afiliadas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, do Distribuidor, do Custodiante, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do FGC.

12. DAS QUOTAS.

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas a seguir, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos do Regulamento, ressalvado o disposto no item “Amortização e Resgate” da Seção “Características da Estrutura do Fundo”. As Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares no Agente Escriurador.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

12.1. Classes de Quotas.

As Quotas do Fundo serão de classes distintas: (i) 01 classe de Quotas Seniores, em Série única, podendo, outrossim, ser emitida, excepcionalmente, uma 2ª Série, a Série Específica; (ii) “n” Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, sendo a 1ª Classe denominada “A1” e a “enésima” Classe denominada “A_n”, sendo cada Classe emitida em série única; e (iii) 01 classe de Quotas Subordinadas Classe B, em série única.

12.2. Quotas Seniores.

O Fundo poderá emitir até 10 Quotas Seniores. Cada Quota Sênior tem como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor unitário apurado na forma do Regulamento;
- e) pode ser amortizada na forma definida na seção “Amortização e Resgate”, no item “Da Amortização Ordinária” deste Prospecto;
- f) nos termos do Regulamento, seu titular poderá ser solicitado a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seu crédito, por meio da emissão e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- g) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe Ai, as quais poderão ser emitidas pela Administradora nos termos do Regulamento, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” ou “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação, na ocasião; ou
- b) valor da Quota Sênior atualizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores pela variação acumulada do IPC-A, acrescido de Prêmio de Risco definido no respectivo Suplemento, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pró-rata Dia Útil, com base em um ano de 252 dias, nas respectivas Datas de Amortização, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS = (SVQS \times C \times S) ;$$

onde:

VQS valor de cada Quota Sênior calculado na forma do disposto na alínea “b” acima;

SVQS valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores deduzido, em cada Data de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Sênior;

C fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right]$$

onde:

n número total de índices considerados na atualização do VQS, sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;

dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ dct_k ”. Exclusivamente para o cálculo de “ dcp_1 ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e

dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ dct_k ” um número inteiro.

$$S = [Prêmio de Risco + 1]^{\frac{du}{252}}$$

onde:

S	fator do Prêmio de Risco;
Prêmio de Risco	prêmio definido no respectivo Suplemento de Quotas Seniores, na forma decimal ao ano;
du	número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

12.3. Quotas Subordinadas Classe Ai.

Cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai será distribuída em Distribuição específica, devidamente registrada na CVM, ressalvado que, conforme previsto no Regulamento, após a Distribuição das Quotas Subordinadas Classe A1, o Fundo, por intermédio da Administradora, poderá emitir novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, sem necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e das demais Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, desde que a respectiva emissão tenha sido aprovada pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim.

O Fundo poderá manter em Circulação Quotas Subordinadas Classe Ai no valor de até R\$ 10.000.000.000,00. O Fundo poderá emitir, em sua 1ª Distribuição até 1.000 Quotas Subordinadas Classe A1. Cada Quota Subordinada Classe Ai tem como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos do Regulamento;
- c) subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai emitidas anteriormente, de forma que as Quotas Subordinadas Classe “Ai” subordinam-se às Quotas Subordinadas Classe “A1” a “A i-1”;
- d) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas Classe B para efeito de amortização e resgate, observado os termos do Regulamento;
- e) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas para os titulares de pelo menos uma Quota da mesma Classe, com esse valor nominal;
- f) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento;
- g) nos termos do Regulamento, seu titular poderá ser solicitado a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seu crédito, por meio da emissão e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- h) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe Ai, as quais poderão ser emitidas pela Administradora nos termos acima descritos, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Classe Ai legitimará o seu titular a participar com 1 voto; e

- i) pode ser objeto de Resgate Antecipado.

A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Classe Ai, cada Quota Subordinada da Classe Ai terá seu valor unitário calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido, subtraído: (1) do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação na ocasião, apurado na forma do Regulamento; e (2) do somatório do valor das Quotas Subordinadas de Classe A de número de ordem 1 até “i-1” em Circulação, apurado na forma aqui descrita, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas da respectiva Classe Ai em Circulação na ocasião; ou
- b) valor de cada Quota Subordinada Classe Ai, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir da 1ª Data de Emissão das respectivas Quotas Subordinadas Classe Ai, acrescidos do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe Ai definido no respectivo Suplemento das Quotas Subordinadas Classe Ai, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, *pró-rata* Dia Útil, com base em um ano de 252 dias, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQSubA_i = (SVQSubA_i \times CSubA_i \times SSubA_i) ;$$

VQSubAi valor de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i”;

SVQSUBAi valor de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i” na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”, deduzido, nas respectivas Datas de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i”;

CSubAi fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$CSubA_i = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcpSub_k}{dctSub_k}} \right]$$

onde:

n número total de índices considerados na atualização do VQSubAi, sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “NI_k”;

dcpSub_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “dctSub_k”. Exclusivamente para o cálculo de “dcpSub₁”, será equivalente ao número de dias corridos

entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e

dctSub_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “dctSub_k” um número inteiro.

$$SSubAn = [PRQSA_n + 1]^{\frac{duSub_n}{252}}$$

SSubA_n fator do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A de Classe “n”;

PRQSA_n Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A definido no respectivo Suplemento de Quotas Subordinadas Classe A de Classe “n”, na forma decimal ao ano;

duSub_n número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização de Quotas Subordinadas Classe A de classe “n” que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

Sendo que “SSubAn” somente será considerado para fins de apuração do Valor das Quotas Subordinadas Classe Ai nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas e/ou nas datas de Amortização das Quotas, nas demais datas, o valor de SSubAn será igual a 1.

12.4. Quotas Subordinadas Classe B

As Quotas Subordinadas Classe B serão emitidas em série única e distribuídas privadamente em uma ou mais Distribuições, sendo vedada a prática de qualquer ato de distribuição pública, seja a venda, oferta à venda ou subscrição, assim como a aceitação de pedido de venda ou subscrição, de que conste qualquer um dos elementos identificados no artigo 3º da Instrução CVM nº 400. Desta forma, as Quotas Subordinadas Classe B somente poderão ser subscritas e integralizadas pela Mendes Júnior e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não. Não haverá limite para o número de Quotas Subordinadas Classe B a serem emitidas. Cada Quota Subordinada Classe B possui como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Classe Ai para efeito de amortização e resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o valor unitário de R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas Subordinadas Classe B para os titulares de pelo menos uma Quota Subordinada Classe B com esse valor nominal;
- c) após a 1ª Data de Emissão tem seu valor calculado conforme o disposto abaixo;
- d) tem o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim: (i) a emissão de novas

Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, nos termos do Regulamento; e (ii) as matérias referentes à alteração de qualquer dispositivo do Regulamento e/ou de qualquer dos Documentos da Securitização; e

- e) tem o direito de aprovar, observado o disposto no Regulamento, as matérias referentes a (i) incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo; (ii) substituição da Administradora e/ou do Custodiante; e (iii) elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

Nas hipóteses previstas nas alíneas “d” e “e” acima, cada Quota Subordinada Classe B legitimará o seu titular a participar com 01 voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, as Quotas Subordinadas Classe B poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação, reunidos em Assembléia Geral.

A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Classe B, cada Quota Subordinada da Classe B terá seu valor calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Quotas Seniores e da totalidade das Classes de Quotas Subordinadas Classes A em Circulação, calculado na forma dos itens 12.3 e 12.4 acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação na ocasião.

12.5. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos nos anúncios de início de distribuição e nos termos e condições da legislação aplicável.

Independentemente de aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá emitir, em número indeterminado, em 1 ou mais Distribuições, “n” Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, desde que a respectiva emissão seja previamente aprovada pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, onde serão definidos a quantidade e o Prêmio de Risco aplicável à respectiva Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai. Após a realização da Assembléia Geral, a Administradora celebrará o Suplemento da respectiva Classe Ai e o levará a registro, nos termos do Regulamento. Cada nova Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai será distribuída após o encerramento da Distribuição da Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai imediatamente anterior.

Cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai somente poderá ser emitida enquanto a Classe de Quotas Subordinadas Ai-1 estiver em Circulação. Caso não haja nenhuma Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá apenas promover uma nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe A1.

O Fundo somente emitirá Quotas Subordinadas Classe Ai, desde que o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

Independentemente de aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá emitir, em número indeterminado, Quotas Subordinadas Classe B. As Quotas Subordinadas Classe B não serão objeto de distribuição pública e deverão ser subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não.

No curso normal do Programa de Securitização, a Relação Mínima será equivalente a, no mínimo, 1. Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1, isto é, caso o valor das Quotas Seniores seja igual ao valor do Patrimônio Líquido.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai serão negociadas na CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Caberá à Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas na CETIP.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP. As Quotas Subordinadas Classe B poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis.

A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

A cessão de créditos, ônus ou gravame, de qualquer natureza, sobre os direitos e prerrogativas vinculados às Quotas, será permitida desde que previamente comunicada à Administradora, sendo que a Administradora somente reconhecerá uma Pessoa como titular de cada Quota, observados os registros de titularidade mantidos pelos sistemas de custódia e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

As Quotas poderão ser emitidas com ágio ou deságio, observados os termos e condições da legislação aplicável.

13. AMORTIZAÇÃO E RESGATE.

13.1. Da Amortização Ordinária

No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, com base no valor calculado na forma do Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, em até 3 Dias Úteis após o efetivo recebimento de cada Parcela Recebida, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas será apurado na data em que os recursos de cada Parcela Recebida forem efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, de acordo com a seguinte expressão:

a) Para cada Quota Sênior:

$$Amtz_{Senior} = \frac{V \text{ Recebido} - \text{Complemento da Reserva de Caixa}}{NQ_{Seniores}}$$

onde:

AmtzSenior valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Sênior em Circulação, sendo este limitado ao valor de cada Quota Sênior apurado na forma do Regulamento;

VRecebido valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, nos 3 Dias Úteis imediatamente anteriores à data de apuração do valor da amortização devida a cada Quota Sênior em Circulação;

Complemento da Reserva de Caixa montante de recursos necessários para complementar o saldo mínimo da Reserva de Caixa prevista no Regulamento, se houver; e

NQSeniores número de Quotas Seniores em Circulação na data de pagamento de cada amortização de Quotas Seniores.

b) Para cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai:

$$AmtzSubA_i = \frac{VRecebido - TotalAmtzSenior - TotalAmtzSubA - Complemento da Reserva de Caixa}{NQSubA_i}$$

onde:

AmtzSubA_i valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Subordinada da Classe A de número de ordem “i” em Circulação, sendo este limitado ao valor de cada Quota Subordinada da Classe A de número de ordem “i” apurado na forma do Regulamento;

VRecebido valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, nos 3 Dias Úteis imediatamente anteriores à data de apuração do valor da amortização;

TotalAmtzSenior somatório do valor devido à totalidade de Quotas Seniores em Circulação em decorrência do recebimento do VRecebido. Após o resgate integral de Quotas Seniores, TotalAmtzSenior = 0;

TotalAmtzSubA somatório do valor devido à totalidade de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem 1 até “i-1” em Circulação, calculado nos termos do Regulamento, em decorrência do recebimento do VRecebido. Após o resgate integral de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem 1 até “i-1” em Circulação, TotalAmtzSubA = 0;

Complemento da Reserva de Caixa montante de recursos necessários para complementar o saldo mínimo da Reserva de Caixa prevista no Regulamento, se houver; e

NQSubA_i numero de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i” em Circulação na data de pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”.

c) Para as Quotas Subordinadas Classe B:

As Quotas Subordinadas Classe B somente serão amortizadas após o resgate integral de todas as Quotas Seniores em Circulação e de todas as Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AmtzSubB = \frac{Disponivel}{NQSubB}$$

onde:

AmtzSubB valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Subordinada da Classe B em Circulação, sendo este o valor limite para o valor da amortização;

Disponível	valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos recursos disponíveis na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, após a amortização integral de todas as Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação; e
NQSubB	número de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação na data de pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Classe B.

Observado o disposto no Regulamento, somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações de Quotas, conforme aqui previstas, caso entenda que tais amortizações possam afetar adversamente a boa ordem administrativa, econômica e legal do Fundo.

Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios Adquiridos, nas hipóteses previstas no Regulamento.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

13.2. Do Resgate Antecipado

O Fundo, observado o disposto nesta Seção e no Regulamento, e independentemente de realização de Assembléia Geral, poderá proceder ao resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação na ocasião.

O Resgate Antecipado será realizado no prazo de 20 Dias Úteis, contado da data de publicação de aviso aos Quotistas realizado no Periódico, pelo valor das respectivas Quotas, apurado na forma do Regulamento.

O Aviso de Resgate Antecipado conterá o valor do Resgate Antecipado e o valor do prêmio a que fizerem *jus* os titulares das Quotas Subordinadas Classe Ai, cujo percentual será decrescente de 25% a 0% do valor do Resgate Antecipado de cada Classe, decrescendo 2,5% ao ano a partir da 1ª Data de Emissão de cada Classe, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a 1ª Data de Emissão de cada Classe, exclusive, e termo final a Data de Resgate, inclusive.

13.3. Do Procedimento de Resgate Antecipado

A Cedente encaminhará à Administradora a Notificação de Resgate, solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares de Quotas Subordinadas Classe Ai o Aviso de Resgate Antecipado, por meio do qual a Cedente obrigar-se-á a adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos, pelo valor necessário à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado, incluindo o pagamento do Prêmio de Resgate no prazo definido acima.

14. CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE A1

O Prêmio de Risco das Quotas Seniores é de 12% a.a., capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.

O Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A1 é de 12% a.a., capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.

15. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO.

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM.

16. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

A divulgação das informações previstas neste item deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o jornal “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem as Quotas do Fundo. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) o valor da Reserva de Caixa;
- c) o valor da Relação Mínima;
- d) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Mendes Júnior deverá realizar atualizações periódicas do site www.quebradecontrato.com.br/FIDC, o qual conterà documentos e informações referentes ao andamento da Ação Chesf.

Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Classe Ai constituirá fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos do Regulamento, em até 2 Dias Úteis.

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora no endereço informado no item (7) da Seção “Características da Estrutura do Fundo deste Prospecto, e à CVM ou à CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e e-mail:

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRIBUTAÇÃO.

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

1. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

1.1. IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo art. 15 do Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto n.º 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

1.3. Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- (i) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (a) no Brasil; e
 - (b) no exterior; e
- (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (a) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (b) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (c) a amortização de Quotas do Fundo.

1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância ao disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas:

- 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias;
- 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,50%.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas na hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade (Paraíso Fiscal).

1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

b) **Resgate das Quotas:**

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

c) **Amortização de Quotas:**

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

1.3.4. **Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal**

Os Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação na amortização e no resgate de Quotas.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

2. **TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO**

2.1. **IOF**

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

2.2. **Imposto de Renda**

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são atualmente isentos do Imposto de Renda e outras incidências.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

1. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS

Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento, pelos Direitos Creditórios cedidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, ao Critério de Elegibilidade.

Considera-se elegível para os fins de aquisição pelo Fundo, a totalidade (100%) do Crédito Chesf que vier a exceder os valores alocados aos Passivos Preferenciais e os valores cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, existente em cada Data de Aquisição, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, conforme evidenciado no Relatório de Ordem de Preferência.

Para que o Fundo adquira os Direitos Creditórios Elegíveis, deverão ser atendidas cumulativamente, na Data de Aquisição, as seguintes condições adicionais:

- a) inexistam sobre o Crédito Chesf quaisquer outras penhoras, restrições, ônus, gravames, cessões parciais ou qualquer outra espécie de gravames ou ônus além daqueles identificados no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório de Ordem de Preferência, devidamente atualizado;
- b) inexistam sobre a Cedente quaisquer medidas de natureza administrativa ou judicial que tornem indisponíveis seus bens, ou que impeçam a cessão, ou que possam implicar em risco de configuração de fraude a credores ou fraude à execução, na forma da legislação em vigor;
- c) a Cedente tenha colocado à disposição da Administradora, na respectiva data, relatório atualizado da Ação Chesf, preparado pelo Assessor Legal, em que conste as movimentações do processo até o Dia Útil imediatamente anterior a Data de Aquisição e via atualizada do Relatório de Ordem de Preferência; e
- d) a Cedente tenha colocado à disposição da Administradora, instrumento de procuração indicado no Contrato de Cessão.

Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação dos Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, e ao enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do Regulamento, a Administradora, o Distribuidor, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem (i) pela solvência do Crédito Chesf, (ii) pelo pagamento do Crédito Chesf, (iii) caso os Direitos Creditórios Adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro e/ou (iv) pela formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, é e será sempre realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas. A Cedente e/ou quaisquer de suas Afiliadas não são responsáveis caso os Direitos Creditórios Adquiridos deixem de existir, total ou parcialmente, no futuro, por qualquer motivo, inclusive pelo resultado da Ação Chesf e/ou pela solvência da Chesf, da Eletrobrás e/ou de qualquer

outra Pessoa, de direito público ou privado. A Cedente é somente responsável pela boa formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, bem como pela autenticidade das informações contidas no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório Jurídico, tendo em vista a situação da Ação Chesf no ato de cessão.

Sem prejuízo do acima disposto, a Cedente poderá dispor, em um ou mais negócios jurídicos, de seus direitos e prerrogativas referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de sua titularidade na ocasião, sempre observadas as seguintes regras e procedimentos:

- a) o respectivo instrumento jurídico deverá identificar claramente o valor e, caso aplicável, os critérios de apuração do valor monetário a que o respectivo cessionário fará *jus* quando do pagamento dos respectivos Direitos Creditórios;
- b) o respectivo instrumento jurídico, sempre lavrado por instrumento público, deverá estabelecer de maneira clara e inequívoca que o recebimento, pelo respectivo beneficiário, de qualquer bem ou ativo relacionado ao respectivo ato de disposição estará subordinado e condicionado ao recebimento integral do valor monetário a que os beneficiários dos respectivos atos de disposição, anteriormente firmadas, fizerem *jus*, nos termos dos respectivos instrumentos jurídicos, inclusive ao amparo do Contrato de Cessão, sendo que os valores e a ordem de preferência deverão constar de anexo específico do respectivo instrumento jurídico, sob pena de invalidade do respectivo negócio jurídico; e
- c) a celebração dos negócios jurídicos acima referidos, deverá ser previamente aprovada pela Administradora de forma que esta possa verificar o atendimento aos requisitos referidos nas alíneas “a” e “b” acima, a qual não poderá ser negada sem motivo razoável devidamente justificável.

Quando da realização de cada cessão de Direitos Creditórios originados da Ação Chesf, ou ainda sempre que sobre tais direitos creditórios incidirem arrestos, penhoras, ou quaisquer gravames ou atos que impliquem na transferência de recursos a terceiros, a Mendes Junior e a Administradora, por conta e ordem do Fundo deverão imediatamente promover a atualização do Relatório de Ordem de Preferência, de forma que fique claramente definida a ordem de prioridade/subordinação, o valor e identificados os respectivos beneficiários do Crédito Chesf.

2. CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

A Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, poderá ceder ao Fundo, em regime de melhores esforços, Direitos Creditórios Elegíveis.

Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, o Fundo, por sua vez, concorda em adquirir da Cedente, em regime de melhores esforços, por meio de uma ou mais cessões, o direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do fluxo financeiro e demais direitos, garantias e prerrogativas vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis existentes em cada Data de Aquisição.

O limite do fluxo financeiro, acima referido, que poderá ser cedido ao Fundo, nos termos do item 1 anterior, representa o valor total da parte do Crédito Chesf de titularidade da Cedente, já descontados os valores previstos no Relatório de Ordem de Preferência.

Poderão ser realizadas uma ou mais cessões de Direitos Creditórios Elegíveis, sendo que cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis será formalizada por meio da celebração de Termo de Aquisição específico.

A consumação de toda e qualquer cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições suspensivas:

- a) a formalização da cessão nos termos do Contrato de Cessão;
- b) o enquadramento dos Direitos Creditórios Elegíveis na política de investimento do Fundo, conforme constante de seu Regulamento, na qual se inclui o Critério de Elegibilidade; e
- c) o atendimento, pelos Direitos Creditórios Elegíveis, das condições adicionais previstas no Contrato de Cessão.

3. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS.

Cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser realizada a taxa de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, será formalizada por meio da celebração de Termo de Aquisição específico, lavrado por instrumento público.

O Termo de Aquisição identificará, entre outras condições, o grau de prioridade e, conforme o caso, subordinação em face de outros atos de disposição anteriormente celebradas pela Cedente, e o respectivo Preço de Aquisição, além de estabelecer que os valores destinados ao seu pagamento deverão ser depositados em conta individualizada de titularidade do Fundo.

O respectivo Termo de Aquisição deverá ser apresentado ao respectivo juízo, no prazo de até 10 Dias Úteis, contado da lavratura de cada Termo de Aquisição, de forma a identificar o Fundo como novo credor da parcela do Crédito Chesf cedida, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada somente após o efetivo pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

A efetiva subscrição e integralização de cada emissão de Quotas Subordinadas Classe Ai do Fundo definirá o limite do valor disponível para cada aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, por meio das cessões objeto de cada Termo de Aquisição a Mendes Júnior cederá ao Fundo, por meio da celebração do Contrato de cessão, o direito ao recebimento de 100% do fluxo financeiro e demais direitos, garantias e prerrogativas vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis existentes em cada Data de Aquisição, sendo este limitado ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VTDCa = \sum_n^{n=1} \left[(PA_n \times C_{VDCn}) \times S_{VDCa_n} \right]$$

onde:

VTDCA Valor Total dos Direitos Creditórios Adquiridos, equivalente ao somatório dos Preços de Aquisição acrescidos das respectivas variações de C_{VDC} e S_{VDCn} , conforme abaixo definidos;

PA_n (i) até a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente ao Preço de Aquisição de cada Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido (FDCEA) identificado no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”; e (ii) a partir do Dia Útil seguinte à data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente a:

$$(PAE_n \times CE_{VDCn}) - AmtzE_n$$

onde:

PAE_n significa o saldo do valor de PA_n na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

CE_{VDCn} significa o valor de C_{VDCn} na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

$AmtzE_n$ significa o valor recebido pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos, no Dia Útil imediatamente anterior a data de apuração de VTDCA, alocado à amortização da FDCEA de número de ordem “n”, sendo que os recursos recebidos pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos deverão ser alocados obrigatoriamente para amortização integral da FDCEA de número de ordem 1, e, em seguida, para amortização integral da FDCEA de número de ordem 2, e assim sucessivamente.

C_{VDCn} para cada Termo de Aquisição celebrado pelo Fundo será calculado um $CVDC$ equivalente ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, referente à Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido pelo Fundo por meio do respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, desde a respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, o que tiver ocorrido por último, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C_{VDCn} = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right]$$

n número total de índices considerados na atualização do C_{VDCn} , sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;

dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “dctk”. Exclusivamente para o cálculo de “ $dcp1$ ”, será equivalente ao número

de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso; e

dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “dctk” um número inteiro.

$$S_{VDCA_n} = \left[\text{Prêmio de Risco da FDCEA} + 1 \right]^{\frac{du}{252}}$$

onde:

S_{VDCA} fator equivalente ao Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”;

Prêmio de Risco da FDCEA Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, na forma decimal ao ano, observado que cada Prêmio de Risco da FDCEA somente será considerado para fins de determinação do valor do *VTDCA* e, consequentemente, do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas;

du número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, e (b) a data de atualização.

4. PREÇO DE AQUISIÇÃO

Por cada aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis será pago pelo Fundo à Cedente, à vista, em moeda corrente nacional e/ou em Quotas Subordinadas Classe B, o Preço de Aquisição definido em cada Termo de Aquisição.

Não será aplicada Taxa de Desconto na aquisição dos Direitos Creditórios. O Preço de Aquisição indicado em cada Termo de Aquisição será equivalente ao valor de face da respectiva fração do Crédito CHESF objeto de aquisição pelo Fundo, na respectiva Data de Aquisição. Outrossim, cada fração do Crédito CHESF adquirido pelo Fundo terá seu respectivo Preço de Aquisição, para fins de determinação do seu efetivo valor, atualizado nos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Aquisição celebrado entre o Fundo e a Cedente.

As condições de atualização do Preço de Aquisição das Frações do Crédito CHESF adquiridas pelo Fundo, obedecerão as condições de mercado no momento de cada aquisição.

Na data deste Prospecto, o Distribuidor estima que a atualização da Fração do Crédito CHESF, para tornar viável a sua aquisição pelo Fundo, considerando as condições de mercado atuais, deveria equivaler à variação acumulada do IPCA acrescido de sobretaxa de 16% (dezesesseis por cento) ao ano, calculado nos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Aquisição celebrado entre o Fundo e a Cedente. Tal estimativa pode sofrer modificações em detrimento de alterações nas condições de mercado.

5. OPÇÃO DE COMPRA

A Cedente, a qualquer tempo e até o resgate integral das Quotas Subordinadas Classe Ai, poderá adquirir do Fundo, única e exclusivamente em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos.

O preço de exercício da Opção de Compra será equivalente ao valor necessário à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado das Quotas Subordinadas Classe Ai, incluindo o valor do Prêmio de Resgate devido aos Quotistas do Fundo.

A Opção de Compra só será considerada exercida após o efetivo pagamento do Preço de Exercício e, para exercê-la, a Cedente encaminhará à Administradora Notificação de Resgate, informando sua intenção de exercer a Opção de Compra.

A Opção de Compra deverá ser integralmente liquidada, por meio de crédito do valor integral do Preço de Exercício na Conta Corrente do Fundo, no prazo de até 5 Dias Úteis contado do recebimento da Notificação de Resgate.

O não pagamento, pela Cedente, do Preço de Exercício no prazo previsto, acarretará na aplicação de multa no valor de 1% do valor que deixou de ser pago ao Fundo, e a Notificação de Resgate perderá sua eficácia, devendo ser enviada uma nova Notificação de Resgate pela Cedente caso queira exercer a Opção de Compra, atualizando-se o Preço de Exercício.

Não há possibilidade dos Direitos Creditórios Adquiridos serem acrescidos, removidos ou substituídos, ou de a Cedente promover, voluntariamente, o saneamento do Fundo.

6. EVENTOS DE AVALIAÇÃO.

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai, reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências:

- a) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- b) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento; e
- c) prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recurso, que implique na inexistência dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou na quantificação do crédito em valor insuficiente para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, e (ii) convocar a Assembléia Geral dos Quotistas, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 5 Dias Úteis a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios Adquiridos, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando

determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos, a ser realizado pelo Avaliador. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe Ai, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente 01 Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação. Caso os Quotistas presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios Adquiridos.

7. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS.

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na amortização, total ou parcial, da Série Específica, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores;
- d) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- e) na amortização das Quotas Seniores, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento;
- f) no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento;
- g) na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe A1;
- h) na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe “Ai+1” (sendo que Ai inicia-se em “A1” e encerra-se em “An”), observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- i) após a amortização e/ou resgate integral da última Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe B, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

8. DA RESERVA DE CAIXA

Observada a ordem de aplicação de recursos acima definida e a política de investimento constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em

Outros Ativos, parcela do Patrimônio Líquido, apurada diariamente, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, de 2 anos, acrescido do montante de R\$250.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos.

A constituição inicial da Reserva de Caixa será efetivada para um período mínimo de 5 anos, mediante subscrição privada em dinheiro de Quotas Subordinadas Classe B pela Cedente e/ou suas Afiliadas.

O enquadramento da Reserva de Caixa ao mínimo acima previsto, será realizado com recursos decorrentes da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou obtidos mediante subscrição em dinheiro de Quotas Subordinadas Classe B.

9. POSSIBILIDADE DE OS DIREITOS CREDITÓRIOS VIREM A SER ALCANÇADOS POR OBRIGAÇÕES DO CEDENTE (“ORIGINADOR”) OU DE TERCEIROS

Os Direitos Creditórios podem ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros, caso a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo seja invalidada ou tornada ineficaz, se comprovada a ocorrência de: (i) fraude contra credores, ou seja, se, no momento da cessão, o Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, na hipótese de, quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios Adquiridos pendam demanda judicial fundada em direito real; e.(iii) fraude à execução fiscal se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida.

Todos e quaisquer valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviço ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, observando-se que o tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios Adquiridos e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos jurídicos e/ou riscos de crédito das contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, os Distribuidores ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pelo reconhecimento futuro de inexistência dos Direitos Creditórios Adquiridos, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.

1. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar os Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, ou caso o Quotista receba tais direitos creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá ser inferior ao valor contábil dos referidos direitos creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de deliberação dos Quotistas pela liquidação do Fundo, devido à concorrência de um Evento de Avaliação, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e ao risco de inexistência de mercado secundário conforme descrição contida na alínea “a” acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento da Ação Chesf e despesas processuais.

- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Adquiridos ou os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- e) **Riscos relativos à impossibilidade de utilização de instrumentos derivativos.** Devido à impossibilidade de utilização, pela Administradora, de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro do(s) devedor(es) dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos nesta Seção, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Da subordinação entre os Quotistas.** As Quotas Subordinadas Classe Ai subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate. Cada Quota Subordinada Classe Ai subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai emitidas anteriormente, de forma que as Quotas Subordinadas Classe “Ai” subordinam-se às Quotas Subordinadas Classe “A1” a “A i-1”. Cada Quota Subordinada Classe B subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Quotas Seniores e a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai. Neste sentido, em razão da subordinação entre as diversas Classes emitidas pelo Fundo, os valores eventualmente recebidos pelo Fundo vinculados aos Direitos Creditórios Adquiridos poderão ser insuficientes para que o Fundo processe à amortização ou o resgate, total ou parcial, da totalidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em Circulação.
- h) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais deverão, também, compor a Reserva de Caixa, estão sujeitos, sem limitação, a oscilações de preços, riscos de crédito, de liquidez, de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai, serão apurados de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tais critérios têm como finalidade definir quais as parcelas do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, devem ser prioritariamente alocadas aos titulares de Quotas Seniores e aos titulares de Quotas Subordinadas Classes A, na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, do Distribuidor e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classes A não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, respectivamente, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essas classes de Quotas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, observado o disposto no Regulamento, deverão ser inicialmente

alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo, sem limitação, aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, a Cedente, o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos adicionais no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido do Fundo torne-se negativo ou as suas disponibilidades não sejam insuficientes para o custeio das despesas correntes de manutenção e administração do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Seniores da Série Específica, a ser realizada pelos Quotistas titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai, nos termos do Regulamento.
- l) **Voto em separado dos titulares das Quotas Subordinadas Classe B.** Nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas Classe B deverão aprovar em votação em separado a emissão de novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, bem como a alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Desse modo, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai não poderão decidir acerca da emissão de novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, bem como poderão não conseguir promover alterações no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização caso não haja o consentimento dos titulares das Quotas Subordinadas Classe B. Tal situação poderá ser agravada devido ao conflito de interesses existente entre a Cedente e suas Afiliadas, únicas titulares das Quotas Subordinadas Classe B, e os demais Quotistas
- m) **Existência de uma única Cedente.** A Mendes Junior é a única Cedente de Direitos Creditórios ao Fundo. Desse modo, caso a Mendes Junior opte por interromper a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios de qualquer outro cedente.
- n) **Possibilidade de perda total do capital investido.** Os investimentos em Direitos Creditórios Elegíveis e em Outros Ativos podem resultar em perdas para o Fundo, incluindo a perda total do capital investido e resultados negativos. Neste caso, poderá ser solicitado aos Quotistas aporte adicional de recursos ao Fundo, nos termos da alínea “k” acima. Ademais, caso o resultado final da Ação Chesf seja total ou parcialmente desfavorável à Cedente, tanto em termos de valor quanto à efetiva existência do direito pleiteado, os Quotistas encontram-se sujeitos ao risco de perda total do capital investido.
- o) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, a Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, caso, quando da cessão a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios Adquiridos pendam demanda judicial fundada em direito real; e.(iii) fraude à execução fiscal se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida.

2. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios Adquiridos, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Discussão jurídica quanto ao crédito.** A Cedente obteve decisão judicial favorável, consistente em sentença transitada em julgado, proferida em ação declaratória movida contra a Chesf, que reconheceu a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior contra a Chesf e que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de Itaparica e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria. Apesar da imutabilidade da referida sentença, por força do trânsito em julgado, a quantificação do crédito e sua efetiva cobrança dependem de ação judicial própria, pois a ação declaratória apenas declara o direito ao crédito, não tendo natureza condenatória. Por tal razão foi proposta a Ação Chesf e a Chesf, ao contestar o feito, alegou, em síntese que: (i) teria ocorrido prescrição haja visto o prazo de 5 anos previsto no art. 178, III, do Código Civil de 1916; (ii) seria impossível a aplicação de juros de mercado; (iii) seria possível o questionamento na ação ordinária da aplicação do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e do Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, às sociedades de economia mista; (iv) em caso de mora, seria aplicável a norma contida no aditivo epistolar que previa a correção dos valores devidos com base na variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNS, contada entre a data do vencimento e do pagamento, acrescido de juros de 1% ao mês; (v) por não ser aplicável às sociedades de economia mista a *exceptio non adimplement contractus*, poderia a autora ter rescindido o contrato ou pelo menos interrompido sua execução, o que não teria sido feito por mera conveniência; (vi) não houve concordância expressa da administração com a captação dos recursos no mercado financeiro; (vii) estaria infringindo a Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977. O reconhecimento de qualquer das matérias argüidas na defesa pode, em tese, diminuir o valor do Crédito Chesf, ou mesmo tornar inexistentes os Direitos Creditórios Adquiridos, e esse reconhecimento pode ocorrer em qualquer instância, a qualquer tempo, conforme o andamento do processo, como em qualquer outro litígio judicial. A sentença de primeira instância, proferida em 5 de março de 2008, julgou apenas parcialmente procedente a ação, condenando a Chesf a pagar à Mendes Júnior o valor referente aos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido no financiamento das faturas dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, até seu efetivo pagamento, da seguinte forma: (i) as faturas em atraso deverão sofrer a incidência dos juros simples individualmente, entre a data do vencimento (estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281) e seu efetivo pagamento, com aplicação do índice que reflita, na época específica, a menor remuneração das formas de captação de recursos adotadas pela Mendes Júnior por ocasião do financiamento de cada parcela da obra; (ii) para o cálculo do referido índice, deve-se apurar, em relação a cada fatura e seu período de atraso, as formas adotadas pela autora para captar os recursos no mercado financeiro e aferir qual a menos onerosa para a empresa, identificando, assim, o mercado do qual deverá ser obtido o custo da captação dos recursos; (iii) a incidência dos juros de mercado e dos encargos financeiros está limitada ao pagamento individualizado de cada fatura. Ou seja, é devida a incidência da taxa apurada no item “ii” sobre o valor da fatura vencida e não paga apenas no período que mediar entre a data de vencimento da fatura estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281 e seu efetivo pagamento; (iv) os valores referentes aos juros de mercado e aos encargos financeiros de cada fatura paga em atraso – calculados na forma do item “iii” – devem sofrer a incidência exclusiva de atualização monetária, na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, a partir do pagamento de cada fatura pela Chesf até a data da citação da ré, quando deverão incidir a atualização monetária e os juros de mora, desde a citação, no percentual mensal de 0,5% até a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando o percentual deverá ser de 1,0%; (v) apurado o crédito da Mendes Júnior na forma dos itens acima, deve haver abatimento dos benefícios auferidos pela Mendes Júnior por meio de incidência de correção monetária e de juros de mora (capitalizados) de 1%, ao mês de atraso de pagamento;

indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra; eliminação de carência para o cálculo da correção monetária para os vencimentos das faturas de correção monetária; atualização dos valores das faturas de correção monetária (“correção da correção”) que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico; alteração do período de reajustamento de preços contratados e reajustamento dos preços complementares com base no “IGP-DI/FGV”, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela “OTN”; (vi) os benefícios mencionados no item “iv” também deverão ser atualizados monetariamente na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, desde quando trouxeram acréscimos patrimoniais à Mendes Júnior; (vii) calculado o crédito na forma dos itens “i” a “iv”, deverão ser abatidos os valores mencionados no item “v”, atualizados monetariamente na forma do item “vi”, encontrando-se assim o montante devido à Mendes Júnior. Em 17 de março de 2008 a Mendes Júnior interpôs embargos de declaração, com pedido de concessão de efeitos modificativos, os quais serão submetidos à apreciação da mesma magistrada para apreciação. A sentença, da forma em que está, ainda sujeita a confirmação ou reforma por instâncias superiores, concede à Mendes Júnior menos do que o que foi pretendido, ou do que foi calculado pelo perito judicial na própria Ação Chesf. Por tal razão, a análise da Ação Chesf, resumida no Relatório Jurídico, é essencial para a tomada de decisão por parte do investidor, pois ainda existe risco jurídico em relação à própria existência dos Direitos Creditórios, pois tanto a Mendes Júnior quanto a Chesf poderão apelar da sentença. Vale ressaltar que a Chesf, em nota de balanço, justifica o não provisionamento do passivo por considerar o pagamento uma possibilidade remota.

- b) **Indefinição quanto ao efetivo valor dos Direitos Creditórios.** Foram realizadas perícias na Ação Chesf. A Chesf alega ser credora da Cedente, e esta, por sua vez, concordou com o último laudo judicial. Na forma do artigo 436 do Código de Processo Civil, o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, e a sentença proferida não acolheu o laudo, mas determinou novas formas de cálculos que dependem da análise de inúmeros documentos, o que poderá ensejar novas discussões, sem previsão de prazo para que sejam concluídas. As discussões em relação ao valor dos Direitos Creditórios podem referir-se aos índices inflacionários adotados, às taxas de juros adotadas, à possibilidade capitalização ou não dos juros, dentre outras, e somente após o trânsito em julgado da Ação Chesf é que se conhecerá, com segurança, o efetivo valor dos Direitos Creditórios.
- c) **Indefinição quanto à data de recebimento dos Direitos Creditórios.** De acordo com o artigo 6º, inciso III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, considera-se uma sociedade de economia mista, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração da atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto, pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da administração indireta. A Chesf é uma sociedade de economia mista, subsidiária da Eletrobrás. Já se assentou na jurisprudência o entendimento de que os bens da sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica não se sujeitam ao processo de execução contido no artigo 100, da Constituição Federal, e, além disso, são alienáveis e penhoráveis; enquanto exatamente o contrário sucede com o patrimônio das sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, dado o regime publicístico que informa e regula suas relações com os seus respectivos bens (art. 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal, e art. 99, inciso III, parágrafo único, do Código Civil). Isso significa dizer que ao final da Ação Chesf, havendo a quantificação do débito e a condenação da Chesf ao pagamento do valor arbitrado, iniciar-se-á procedimento de execução que, em princípio, deveria seguir o caminho previsto para as execuções de título judicial por quantia certa contra devedor solvente, previsto nos arts. 475-I e seguintes do Código de Processo Civil, em que o pagamento deve ser feito de uma só vez, inclusive com possibilidade de penhora de bens. Mas é possível que, em virtude da natureza dos serviços prestados pela Chesf, o Poder Judiciário considere impenhoráveis todos os seus bens. Ou então, em virtude do valor da condenação, é razoável supor que a Chesf não poderá honrar com o pagamento devido. Ou ainda, é possível que a União, por

diversos meios, resolva assumir a dívida, ensejando assim o pagamento na forma do artigo 100 da Constituição Federal, ou seja, por meio de precatório, que no caso estará sujeito à regra prevista no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 30, pelo qual os precatórios emitidos em ações judiciais propostas antes de 31 de dezembro de 2000 serão pagos em até 10 parcelas anuais e sucessivas. Assim, mesmo após a prolação de decisão judicial definitiva na Ação Chesf, o processo de execução e o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios poderão levar longo tempo. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, inclusive com perda total do valor investido caso o recebimento do Crédito Chesf pela Cedente não ocorra, ou ocorra em valores inferiores aos Passivos Preferenciais.

- d) **Risco relacionado à condução do processo.** O Fundo, apesar de cessionário dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá ser impedido de atuar como autor na Ação Chesf, por força do artigo 42, §1º, do Código de Processo Civil, pelo qual o adquirente ou cessionário de direito litigioso não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária. O Fundo apenas poderá intervir no processo na qualidade de assistente, por expressa autorização do §2º do mesmo dispositivo legal. Tratando-se de assistência simples, a Cedente continuará a figurar como única autora e parte principal da ação e, assim, poderá desistir da ação, transigir sobre os direitos controvertidos, ou praticar atos que, direta ou indiretamente, tenham efeitos sobre os Direitos Creditórios Adquiridos.
- e) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada sem co-obrigação da ou direito de regresso contra a Cedente ou qualquer outra Pessoa. A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis caso os Direitos Creditórios Adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro e/ou pela solvência da Chesf. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pela existência, pelo valor e/ou pela liquidação dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência da Chesf.
- f) **Risco relacionado a outros credores da Mendes Júnior.** Apesar de existir a lista de Passivos Preferenciais, a Mendes Júnior é ré em várias ações judiciais. Caso a Mendes Júnior seja vencida em ação judicial já existente quando da cessão de créditos ao Fundo, e não tenha patrimônio suficiente para honrar a condenação, o vencedor da ação poderá, na qualidade de credor, buscar, total ou parcialmente, o Crédito Chesf, para efetuar o pagamento da condenação, ou ainda alegar fraude à execução que, caso acolhida, implicará em ineficácia da cessão em relação ao referido credor, até o limite de seu crédito.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos nesta Seção, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CRÉDITO CHESF

1. AÇÃO CHESF

Em 3 de abril de 1981, após vencer concorrência pública, a Construtora Mendes Júnior S.A, atual Mendes Júnior, celebrou com a Chesf contrato para execução de obras de terraplanagem e estruturas de concreto (“*Aproveitamento Hidroelétrico de Itaparica*”).

Os constantes atrasos nos pagamentos das faturas impuseram excessivo ônus à Mendes Júnior, que se viu obrigada a captar recursos diretamente no mercado financeiro para manter o cronograma estabelecido contratualmente.

Concluídas as obrigações contratualmente assumidas sem a respectiva contrapartida da Chesf, a Mendes Júnior, após insistentes pleitos de composição amigável, ajuizou, em 17 de março de 1988, ação declaratória “*para o fim de declarar o direito da Autora ao ressarcimento completo e atualizado, pela Chesf, dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros em que incorreu a Autora e que foram decorrentes de financiamento da obra a que foi obrigada, em virtude de falta de pagamento por parte da Chesf, e da determinação desta à Autora para que assim mesmo prosseguisse com a obra no ritmo adequado*”.

A referida ação tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife – PE e, em primeira instância, foi julgada improcedente, tendo sido objeto de recurso de apelação, que tomou o nº 816/99 perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco deu provimento, por unanimidade, ao recurso de apelação da Mendes Júnior, conforme voto do relator Desembargador Itamar Pereira, no sentido de...

...“declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior contra a CHESF e que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de ITAPARICA e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria”.

A decisão **transitou em julgado em 16 de dezembro de 1992**, e não houve interposição de ação rescisória.

Todavia, apesar de sua inegável existência, o referido crédito não fora quantificado, razão pela qual, em 16 de novembro de 1993, foi ajuizada ação de procedimento ordinário visando sua quantificação e respectiva cobrança, distribuída à 4ª Vara Cível de Recife e autuada sob o nº 001.930.45767-7.

A Mendes Júnior anexou à referida ação de cobrança estudo elaborado pelos Professores Eliseu Martins e Ariovaldo dos Santos, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FEA/USP), que referendou, em agosto de 1994, o valor de R\$1.776.023.079,04 (um bilhão, setecentos e setenta e seis milhões, setenta e nove mil reais e quatro centavos) “*com base nos cálculos efetuados pela empresa Target, auditados pela Arthur Andersen*”.

A ação foi contestada, tendo a Chesf alegado em síntese que: (i) teria ocorrido prescrição haja vista o prazo de 5 anos previsto no art. 178, III, do Código Civil de 1916; (ii) impossibilidade de aplicação de juros de mercado; (iii) possibilidade de questionamento na ação ordinária da aplicação do Decreto Lei 200/67 e do Decreto 73.140 às sociedades de economia mista; (iv) em caso de mora seria aplicável a norma contida no aditivo epistolar que previa a correção dos valores devidos com base na variação nominal das “ORTNS”, contada entre a data do vencimento e do pagamento,

acrescido de juros de 1% ao mês; (v) por não ser aplicável às sociedades de economia mista a *exceptio non adimpleti contractus*, poderia a autora ter rescindido o contrato ou pelo menos interrompido sua execução, o que não teria sido feito por mera conveniência; (vi) não houve concordância expressa da administração com a captação dos recursos no mercado financeiro; e (vii) infringência à Lei 6.423/77.

A preliminar de prescrição foi rejeitada, tendo o Juízo entendido que a mesma fora interrompida com a citação realizada na ação declaratória. Contra essa decisão foi interposto agravo retido.

O laudo pericial apresentado em outubro de 1994 quantificou o crédito da Mendes Júnior em R\$ 1.556.492.549,42 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), contra o qual se insurgiram ambas as partes.

Por sentença de 9 de maio de 1995 a ação foi julgada procedente, para condenar a Chesf ao pagamento dos valores obtidos pelo perito do Juízo, que deveriam ser atualizados com base em juros de mercado até a data do efetivo pagamento, e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação.

A Chesf apresentou apelação, autuada sob o nº 25.981-6 e distribuída à 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Posteriormente, a União Federal e a Eletrobrás requereram a inclusão no feito, a primeira como litisconsorte passivo e a segunda como assistente.

Por acórdão de 15 de agosto de 1996 foi negado provimento ao agravo retido e acolhida a preliminar de nulidade de perícia em virtude da mesma ter sido realizada por um economista e não um contador. Conseqüentemente, foi anulada a sentença para que fosse realizada outra perícia. Foi interposto recurso especial pela Mendes Júnior, que tomou o nº 117.525/PE perante o Superior Tribunal de Justiça, mas a 1ª Turma daquela Corte, conforme voto do relator Min. José Delgado, dele não conheceu. No mesmo julgamento o Superior Tribunal de Justiça admitiu o ingresso da União Federal como assistente da Chesf.

A Mendes Júnior interpôs embargos de divergência, indeferidos por decisão monocrática. Foi ainda interposto agravo regimental, mas a Mendes Júnior posteriormente desistiu do mesmo, admitindo a integração da União à lide e, assim, provocando o deslocamento da discussão para a Justiça Federal.

Em virtude do acolhimento do já referido pedido de assistência, os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e então distribuídos à 12ª Vara Federal de Recife, onde foram autuados sob o nº 2000.83.00.014864-7.

Realizada nova perícia, o crédito da Mendes Júnior foi quantificado em 27.177.361.001,02 (vinte e sete bilhões, cento e setenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil reais e dois centavos), na data base de maio de 2002.

O laudo pericial foi retificado pelo perito em janeiro de 2004, para constar que o *quantum* devido, na data base de abril de 2002, era de R\$80.165.962.549,54 (oitenta bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). A Mendes Júnior concordou com a retificação do cálculo, e a Chesf a impugnou, alegando ser ela, Chesf, credora de R\$ 114.890.580,19 (cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e oitenta reais e dezenove centavos).

Em petição protocolada em 19 de setembro de 2005, o perito judicial ratificou o laudo por ele apresentado, respondeu aos quesitos complementares das partes, e informou que o valor do crédito

da Mendes Júnior, a partir de abril de 2002, no montante de R\$ 80.165.962.594,54, à taxa de 3,80% ao mês até a data das respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados pelas partes, atualizado até julho de 2004, era de R\$ 208.303.237.088,73 (duzentos e oito bilhões, trezentos e três milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitenta e oito reais e setenta e três centavos).

Houve a designação de audiência entre as partes, posteriormente cancelada em virtude da desnecessidade reconhecida pelo Juízo, que determinou às partes que se manifestassem, por escrito, acerca dos últimos esclarecimentos do perito.

Os autos foram enviados à conclusão em 18 de setembro de 2006, para decisão, após a Mendes Júnior ter requerido fosse proferida sentença por não existirem outras provas a serem produzidas.

Recentemente, em 5 de março de 2008, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação, nos seguintes termos:

“Do exposto, julgo parcialmente procedente o pleito autoral e extingo o feito com resolução do mérito (art. 269, I, do CPC) para condenar a Chesf a pagar à autora o valor referente aos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido no financiamento das faturas dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, até seu efetivo pagamento, da seguinte forma:

- 1. As faturas em atraso deverão sofrer a incidência dos juros simples individualmente, entre a data do vencimento (estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281) e seu efetivo pagamento, com aplicação do índice que reflita, na época específica, a menor remuneração das formas de captação de recursos adotadas pela Mendes Júnior Engenharia S/A por ocasião do financiamento de cada parcela da obra.*
- 2. Para o cálculo do referido índice, deve-se apurar, em relação a cada fatura e seu período de atraso, as formas adotadas pela autora para captar os recursos no mercado financeiro e aferir qual a menos onerosa para a empresa, identificando, assim, o mercado do qual deverá ser obtido o custo da captação dos recursos.*
- 3. A incidência dos juros de mercado e dos encargos financeiros está limitada ao pagamento individualizado de cada fatura. Ou seja, é devida a incidência da taxa apurada no item 2 sobre o valor da fatura vencida e não paga apenas no período que mediar entre a data de vencimento da fatura estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281 e seu efetivo pagamento.¹*
- 4. Os valores referentes aos juros de mercado e aos encargos financeiros de cada fatura paga em atraso – calculados na forma do item 3 – devem sofrer a incidência exclusiva de atualização monetária, na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, a partir do pagamento de cada fatura pela Chesf até a citação da ré nesta ação, quando deverão incidir a atualização monetária e os juros de mora, desde a citação, no percentual mensal de 0,5% (meio por cento) até a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando o percentual deverá ser de 1,0% (um por cento)²*
- 5. Apurado o crédito da autora na forma dos itens acima, deve haver abatimento dos benefícios auferidos pela acionante por meio de:*

¹ A data do pagamento deve levar em conta o prazo de tolerância para emissão da fatura e de tolerância para pagamento.

² Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, à luz dos art. 219 do CPC e art. 1.062 do Código civil de 1916. A partir da vigência do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do art. 406 desse diploma, à razão de 1,0% (um por cento) ao mês.

- *Incidência de Correção monetária e de juros de mora (capitalizados) de 1% (um por cento), ao mês de atraso de pagamento;*
 - *Indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra;*
 - *Eliminação de carência para o cálculo da correção monetária para os vencimentos das faturas de correção monetária;*
 - *Atualização dos valores das faturas de correção monetária (“correção da Correção”) que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico;*
 - *Alteração do período de reajustamento de preços contratados e*
 - *Reajustamento dos preços complementares com base no IGP-DI/FGV, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela OTN.*
6. *Os benefícios mencionados no item 5 também deverão ser atualizados monetariamente na forma do Manual de Procedimentos para cálculos da Justiça Federal, desde quando trouxeram acréscimos patrimoniais à autora.*
7. *Calculado o crédito na forma dos itens 1 a 4, deverão ser abatidos os valores mencionados no item 5, atualizados monetariamente na forma do item 6, encontrando-se assim o montante devido à Mendes Júnior Engenharia S/A.*

No tocante a União Federal, entendo que esta sentença lhe trará os efeitos diretos previstos no art. 55 do CPC e indiretos decorrentes de sua condição de acionista majoritária da Chesf e de poder concedente do serviço de energia elétrica, conforme exposto na fundamentação deste decisório.

Em razão da sucumbência recíproca da Mendes Júnior Engenharia S/A e da Chesf, condeno-as no rateio da custas processuais e dos honorários periciais, devendo cada parte arcar com os honorários de seu patrono (art. 21³ do CPC). A parte assistente também deverá custear os honorários de seu advogado.”

Em 17 de março de 2008 a Mendes Júnior interpôs embargos de declaração, com pedido de concessão de efeitos modificativos, os quais serão submetidos à apreciação da mesma magistrada.

Observado o disposto no Contrato de Cessão e no Regulamento, o Fundo, na qualidade de assistente da Mendes Junior na Ação Chesf, nos termos dos artigos 50 a 55 do Código de Processo Civil, atuará como auxiliar, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais que a Mendes Junior.

2. PASSIVOS PREFERENCIAIS

A Mendes Junior onerou frações do Crédito Chesf em garantia a passivos comerciais, judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, da Mendes Júnior. Tais Passivos Preferenciais encontram-se indentificadas no Relatório de Diligência Contábil, constante no anexo I do Regulamento, sendo que as frações do Crédito Chesf oneradas não serão objeto de cessão ao Fundo, conforme descrito na Seção “Critérios de Elegibilidade” deste Prospecto.

³ Art. 21. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A CEDENTE

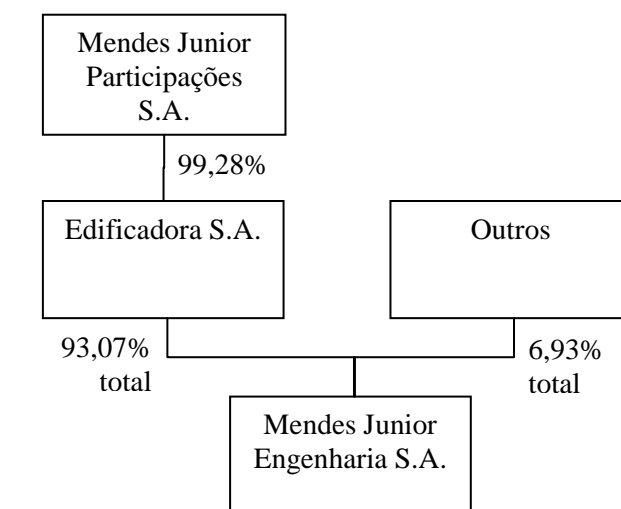
As informações referentes à Cedente, e demais empresas integrantes de seu grupo econômico, assim como seu respectivo mercado de atuação contidas neste Prospecto foram por ela preparadas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

1. HISTÓRICO.

Presente desde 1953 no segmento de engenharia, a Mendes Júnior é uma empresa de construção pesada fundada em Belo Horizonte que, ao longo de sua trajetória, realizou projetos reconhecidos nacional e internacionalmente, como a Usina Hidrelétrica de Furnas, em Minas Gerais, a Plataforma de Pampo, na Bahia, a Usina Hidrelétrica TSQ-1, na China, e a Ferrovia Bagdad-Akashat-Al-Qaim, no Iraque.

2. ESTRUTURA ACIONÁRIA.

O grupo da Cedente está organizado da seguinte forma:



Fonte: Mendes Júnior
Tabela 5: Estrutura Acionária da Cedente

3. AÇÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELEVANTES.

3.1. Ações Cíveis.

A Mendes Júnior é parte em diversos processos de natureza cível que tramitam em comarcas de vários Estados, muitos dos quais envolvendo expressivas quantias.

A companhia é defendida judicialmente por escritórios terceirizados, e seu departamento jurídico mantém controle dos andamentos dos processos por meio de relatórios e envio de cópias das principais peças.

Com relação ao objeto das ações, a Mendes Júnior figura como autora ou ré em três grupos de ações relevantes, que se destacam das demais: (i) ações envolvendo a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF; (ii) ações envolvendo a construção da Avenida Águas Espraiadas em São Paulo, SP; e (iii) ações decorrentes das obras executadas no Iraque.

Além das ações dos três referidos grupos, a Mendes Júnior é parte em ações de diversos objetos, sendo que as mais relevantes referem-se a contratos firmados com a Administração direta e indireta, tratando-se principalmente de discussões referentes aos valores devidos ou cobranças decorrentes da inadimplência do Poder Público contratante. Foram destacadas as ações com valor igual ou superior a R\$1.000.000,00.

3.1.1 Ações envolvendo a Chesf

Além da ação judicial que dá origem ao Crédito Chesf, a Mendes Júnior participa de diversas ações envolvendo outras empresas e a Chesf, referente à construção da Hidrelétrica de Xingó.

- i) ação declaratória de nulidade parcial de aditivo de contrato de empreitada cumulada com ação de repetição de indébito nº 001.95.086019-1 movida pela Chesf perante a 12ª Vara Cível de Recife, na qual pleiteia a nulidade do ‘aditivo’ relativo à introdução do “Fator K” na fórmula de reajuste de preços, e ainda requer a condenação das rés (Mendes Júnior, CBPO Engenharia Ltda. e Constram S.A. Construções e Comércio) ao pagamento em dobro de todo o valor que receberam em decorrência da inclusão do “Fator K”, valor esse estimado pela autora em R\$700.000.000,00 (R\$ 2.100.532.210,00, em 31.8.2005). A União ingressou como assistente da autora, porém foi fixada a competência da Justiça Estadual pelo TRF da 5ª Região, em decisão transitada em julgado. Os réus apresentaram contestação e reconvenção. A ação foi julgada improcedente, e a reconvenção procedente para condenar a autora ao pagamento da importância relativa ao fator K devidamente corrigida, até a data do efetivo pagamento, tendo no mesmo ato sido deferida antecipação de tutela autorizando a execução do julgado, no valor de R\$245.175.042,63 (julho/98). Negado provimento à apelação das autoras e dado provimento a das rés, confirmando a antecipação de tutela. Em 7.2.2004, foram publicados os despachos que deram seguimento aos recursos especiais da Chesf e da União, bem como os despachos que negaram seguimento aos recursos extraordinários da Chesf e da União. Em 18.2.2004 e 29.3.2004, Chesf e União interpuseram, respectivamente, agravos de instrumento contra as decisões que negaram seguimento aos seus recursos extraordinários (recursos aguardam julgamento no STF). O recurso especial ainda não foi julgado pelo STJ. As rés-reconvintes iniciaram a execução do julgado para que a mesma pagasse a importância de R\$ 245.175.042,63, devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento (R\$ 426.365.847,24, em 31.8.2005), que veio a ser suspensa posteriormente em virtude de decisão do Superior Tribunal de Justiça na PET 1601/PE, até o julgamento do recurso pelo STJ. O prognóstico de êxito da Mendes Júnior foi informado como provável.
- ii) medida cautelar incidental nº 94.14475-0, da 5ª Vara Federal de Brasília, movida por Mendes Júnior, CBPO Engenharia Ltda. e Constram S.A. Construções e Comércio contra Chesf visando a concessão de liminar determinando à ré o pagamento do valor correspondente ao fator K (reajuste de preços) referente às faturas vencidas a partir de março de 1994 e glosados pela Chesf, bem como aqueles que venceram no curso da ação ordinária acima indicada. Acórdão anulou sentença proferida em primeira instância que julgou procedente ação, e aguarda-se apreciação de recurso especial e agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário da União.
- iii) ação indenizatória nº 001.2000.016.585-0 movida por Mendes Junior, CBPO Engenharia Ltda. e Constram S.A. Construções e Comércio contra Chesf, em curso na 15ª Vara Cível de Recife, visando o recebimento de indenização decorrente de atraso no pagamento de faturas anteriores a 1990. A ação aguarda a prolação de sentença, tendo a Companhia informado o prognóstico de êxito como possível.

3.1.2 Ações Envolvendo a Construção da Avenida Águas Espraiadas

- i) medida cautelar nº 053.02.006667-0, preparatória de ação civil pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra Paulo Salim Maluf, Flávio Maluf, Mendes Júnior Montagens e Serviços S.A., Mendes Júnior, Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Construtora OAS Ltda., STPO Serviços de Terraplenagem Projetos e Obras Ltda., Construtora Emplo Ltda., Fomento Engenharia e Construções Ltda., Ualuna Industrial e Ambiental Ltda., Planicampo Terraplenagem Ltda., Carlisle Holding Partners S/C Ltda., Marcos Miranda, Tecla Transportes e Construções Ltda., Jatobá Esquadrias de Madeiras Ltda., Costaço Comércio de Ferro e Aço Ltda., João Augusto de Pádua Fleury Neto Consultoria e Assessoria Legal S/C, Conciliação Tributária e Financeira S/C Ltda., Reynaldo Emygdio de Barros, Fernando Kurdjibachian, Célio Resende Bernardes e Edgard Ermelino Leite Júnior.

Foi deferida parcialmente liminar por decisão de 19 de março de 2002, para o fim de decretar apenas a quebra do sigilo bancário dos réus no período de 1993 a 1998. Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, ao qual foi negado provimento por decisão unânime.

A ação foi julgada procedente, confirmando os termos da liminar anteriormente requerida, julgando inepto o pedido de quebra de sigilo telefônico e condenando cada um dos réus ao pagamento de honorários no valor de R\$1.000,00.

Aguarda-se julgamento de apelação dos réus.

- ii) ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa com pedido de liminar *inaudita altera pars*, processo nº 053.04.028613-7, em curso perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, proposta em 18 de outubro de 2004 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra Paulo Salim Maluf, Sylvia Lutfalla Maluf, Flávio Maluf, Ligia Maluf Curi, Lina Maluf Alves da Silva, Otávio Maluf, Jacqueline de Lourdes Coutinho Torres Maluf, Maurílio Miguel Curi, Red Ruby Limited, White Gold Foundation, Durant International Corporation, Pérolas Negras Foundation-Vaduz, Timeless Investments Limited, Blackbird Foundation, Alike Foundation – Vaduz, Abutera Foundation, Lindsay Limited, Mendes Júnior Montagens e Serviços S.A, Mendes Júnior, Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, Construtora OAS Ltda., STPO Serviços de Terraplenagem Projetos e Obras Ltda., Construtora Emplo Ltda., Fomento Engenharia e Construções Ltda., Ualuna Industrial e Ambiental Ltda., Planicampo Terraplenagem Ltda., Carlisle Holding Partners S/C Ltda., Marcos Miranda, Tecla Transportes e Construções Ltda., Jatobá Esquadrias de Madeiras Ltda., Costaço Comércio de Ferro e Aço Ltda., João Augusto de Pádua Fleury Neto Consultoria e Assessoria Legal S/C, Conciliação Tributária e Financeira S/C Ltda., Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, Constran S.A Construções e Comércio, Lavicen Construções e Locações de Máquinas de Terraplenagem Ltda. e Reynaldo Emygdio de Barros.

Foi requerida liminar para decretar a indisponibilidade dos bens de todos os réus, situados no país ou no exterior, até o valor da causa (R\$5.091.648.515,01), e dentre os pedidos formulados há o de condenação das sociedades do Grupo Mendes Júnior pela prática de atos de improbidade administrativa previstos no art. 9º incisos I e IV c/c art. 3º e 12, inciso I, da Lei 8.429/92, bem como pelo art. 159 do Código Civil de 1916: (i) a reparar, solidariamente, o dano acarretado ao Município de São Paulo, consistente na devolução do erário do valor integralmente gasto com as obras da Av. Água Espraiada, ou, subsidiariamente, o valor equivalente a 37% do valor total da obra, correspondente ao desvio supostamente apurado; e (ii) à multa civil de até 3 vezes o valor do dano mencionado no subitem anterior e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditórios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos.

A liminar foi parcialmente deferida, excetuando-se da medida as contas bancárias mantidas em estabelecimentos situados no país e os bens legalmente impenhoráveis. Interpostos agravos de instrumento, aos mesmos foi atribuído efeito suspensivo. Posteriormente, os bens dos réus foram desbloqueados, conforme decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois ratificada pelo próprio juiz da primeira instância. Houve trânsito em julgado em relação à decisão que suspendeu bloqueio de bens.

Todos os réus já apresentaram defesa, e a ação encontra-se em fase de instrução. O valor da causa, de R\$5.091.648.515,01, corresponde ao valor das movimentações financeiras de todos os réus, acrescida da multa civil equivalente a três vezes o valor do dano.

- iii) medida cautelar de busca e apreensão nº 053.04.004085-5, da 14ª Vara da Fazenda Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra Celso Roberto Pitta do Nascimento, Rachele Abadi, Mendes Júnior, Mendes Júnior Montagens e Serviços S.A, Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A e Construtora OAS Ltda., visando a concessão de liminar *inaudita altera pars* para determinar a busca e apreensão: (i) na residência dos dois primeiros réus de documentos referentes às remessas internacionais para as contas Cutty International Limited e Yukon River Ltd., de 1997 até fevereiro de 2004; e (ii) nos escritórios das demais rés de livros mercantis e não-mercantis, inclusive fiscais, notas fiscais, comprovantes de pagamento, declarações, comprovantes de depósitos bancários, recibos e arquivos, arquivos magnéticos de computador relativos às obras da Av. Águas Espreiadas e remessas internacionais para as mesmas contas, de 1993 a fevereiro de 2004.

Por força de decisão judicial a inicial foi emendada e a liminar deferida para limitar o objeto da busca e apreensão: (i) quanto aos dois primeiros réus: arquivos magnéticos de computador relacionados ou documentos em papel sobre as contas Cutty International Limited e Yukon River Ltd., de 1997 até fevereiro de 1994; especificamente contratos ou cópias de contratos, de depósitos bancários, de faxes sobre movimentações em instituições financeiras internacionais, especialmente relacionados aos bancos MTB Bank of New York (hoje North Fork Bank), Commercial Bank of New York, Multi Commercial of Zurique, Banque Safdié ou Bank Butterfield, tudo de 1997 até fevereiro de 2004; (ii) quanto às demais rés: de livros mercantis e não mercantis Diário e fiscais de Registro de Lançamento de “ICMS”, notas fiscais, comprovantes de pagamento, declarações, comprovantes de depósitos bancários, recibos, arquivos magnéticos de computador (que serão autenticados sem necessidade de remoção dos próprios computadores), relativos às obras da Av. Água Espreiada, especificamente sobre as empresas e pessoas STPO Serviços de Terraplanagem Projetos e Obras Ltda., Construtora Empla Ltda., Fomento Engenharia e Construções Ltda., Ualuna Industrial e Ambiental Ltda., Planicampo Terraplanagem Ltda., Carlisle Holding Partners S/C Ltda., Marcos Miranda, Tecla Transportes e Construções Ltda., Jatobá Esquadrias de Madeiras Ltda., Costaço Comércio de Ferro e Aço Ltda., João Augusto de Pádua Fleury Neto Consultoria e Assessoria Legal S/C, Conciliação Tributária e Financeira S/C Ltda., bem como de contratos ou cópias de contratos, de depósitos bancários, de faxes sobre movimentações em instituições financeiras internacionais, especialmente relacionadas aos bancos MTB Bank of New York (hoje North Fork Bank), Commercial Bank of New York, Multi Commercial of Zurique, Banque Safdié ou Bank Butterfield, tudo de 1997 até fevereiro de 2004.

Foi interposto agravo de instrumento ao qual foi dado provimento, tendo sido devolvidos os objetos apreendidos. As informações constantes de disquetes de computadores foram copiadas e se encontram anexados aos autos.

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A ofereceu contestação e exceção de incompetência, requerendo fosse a ação processada no Juízo da 9ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, perante a qual se processa a ação de responsabilidade civil por improbidade administrativa que tem por objeto as obras da Avenida Águas Espreiadas.

A exceção de incompetência foi rejeitada e contra essa decisão interposto agravo de instrumento ainda não julgado.

- iv) ação de improbidade administrativa cumulada com reparação de danos com pedido de liminar *inaudita altera pars* de indisponibilidade de bens, movida contra Celso Roberto Pitta do Nascimento, Mendes Júnior, Mendes Júnior Montagens e Serviços Ltda., Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, Construtora OAS Ltda., Rachelle Abadi, Yukon River Limited e outro, em curso na 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, sob o nº 583.53.2005.031857-6, cujo valor é de R\$11.808.930,88, que corresponde ao total depositado nos Estados Unidos (US\$1.267,052.67), acrescido de multa por improbidade.

Foi deferida a indisponibilidade de bens móveis e imóveis dos réus, à exceção de contas correntes, até o limite do valor da causa. Por meio de agravo de instrumento dos réus, houve decisão monocrática de desbloqueado, mas recentemente, em fevereiro de 2008, houve julgamento do mérito do mesmo recurso e, por dois votos a um, o TJ/SP manteve a decisão monocrática de bloqueio de bens, até o limite do valor da causa. A Mendes Júnior anunciou que irá recorrer desta decisão.

- v) ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa nº 053.01.027.058-5 com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta em 13 de dezembro de 2001 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra Reynaldo Emygdio de Barros, Alfredo Mário Savelli, Marcos Travassos Helou, José Luiz Bellegarde de Andrade Figueira, Célio Rezende Bernardes, Edgard Hermelino Leite Júnior, Fernando Kurdjibachian, Iza Ribeiro Carioca, Ana Flora Anacleto, Celsi Aparecida Motta Rodrigues, Eliane Jorge El Ness, Paulo Messa Martins, Reinaldo José Borba Lima, Carlos Takashi Mitsuse, Mendes Júnior e Construtora OAS Ltda.

A ação tem por objeto a condenação dos réus ao ressarcimento de R\$116.445.205,64 (agosto/01) correspondentes aos alegados prejuízos causados ao erário em virtude de suposto superfaturamento de diversos insumos utilizados no cálculo do equilíbrio econômico-financeiro (Fator K) do contrato das obras da Av. Águas Espraiadas.

Mendes Júnior apresentou defesa prévia alegando, em síntese: (i) incompetência do Juízo da Vara de Fazenda Pública, haja vista ser a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização pessoa jurídica de direito privado; (ii) ausência de interesse de agir; (iii) ilegitimidade ativa do Ministério Público, uma vez que a ação objetiva, na verdade, a tentativa de rever cláusulas contratuais e que caberia aos Procuradores do Município a propositura da ação; (iv) ilegitimidade passiva da defendente, haja vista não ter participado da fixação do preço ou da escolha dos índices de reajuste; (v) descabimento das penalidades em virtude da inexistência de conduta culposa ou dolosa; (vi) prescrição quinquenal quanto aos atos anteriores a 13 de dezembro de 1996; e (vii) o não recebimento da ação.

A companhia considera possíveis suas chances de êxito, especialmente por conta da decisão favorável que já obteve na cobrança judicial do valor com inclusão do Fator K (vide abaixo).

- vi) ação de cobrança proposta pela Mendes Júnior contra a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização, processo nº 053.00.028839-2, em curso na 11ª Vara Fazenda Pública de São Paulo, em virtude do não cumprimento do Contrato de Empreitada nº 03/1987, celebrado entre as partes, para execução das obras de canalização, pavimentação e obras de arte da Via Arterial ao longo do Fundo de Vale do Córrego Água Espraiada, entre a Av. Marginal do Rio Pinheiros e a Av. Washington Luiz. Foi atribuído à causa o valor de R\$100.000,00. A Mendes Júnior alega que a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização vinha efetuando o pagamento das faturas em atraso sem a inclusão da correção monetária correspondente e os juros de mora de 1%, violando as disposições do contrato. Em sua contestação, a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização alega impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que os aditamentos que a Mendes Júnior utilizou para sustentar sua tese estariam revogados. No mérito, alegou que a cobrança de correção

monetária seria incabível por força de dispositivos contratuais fundamentados em legislação específica. O perito oficial apurou o valor da ação em R\$19.247.343,36 (julho/02). A EMURB - Empresa Municipal de Urbanização, além de manifestar sua discordância com os cálculos apresentados, alegou que, por ser empresa pública, não estaria sujeita ao regime ordinário de prescrição e execução. Completou afirmando que haveria litisconsórcio passivo necessário com o Município de São Paulo. Em Julho de 2003, o perito oficial ratificou, na íntegra, as afirmações e cálculos contidos em seu laudo pericial e apresentou o valor de R\$22.805.907,32. Em 30.06.2004 o pedido foi julgado parcialmente procedente para: (i) condenar a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização ao pagamento da correção monetária pelo índice INPC, acrescidos de juros moratórios de 1% a.m. dos valores pagos em atraso em relação as faturas expedidas a partir de 03.05.1996. Para as faturas emitidas entre 07.11.1995 e 03.05.1996 pagas em atraso, deve-se pagar apenas os juros de mora de 1% a.m.; e (ii) incidir, sobre o valor acima, correção monetária, calculada com a tabela do TJSP, a partir da citação da ré e juros de mora. A Mendes Júnior opôs, em 07.12.2004, embargos declaratórios, que foram acolhidos integralmente para ficar constando que no item “(i)” da sentença que a obrigação é devida até a citação da ré em 09.01.01. A EMURB - Empresa Municipal de Urbanização interpôs recurso de apelação, devidamente contra arrazoadado pela Mendes Júnior. Por sua vez, em 05.05.2005, Mendes Júnior interpôs Recurso de Apelação requerendo a reforma da sentença para que (i) não haja a prescrição parcial para os débitos cujas faturas são anteriores a 06.10.1995; (ii) se inclua a correção monetária no período de 07.11.1995 a 03.05.1996, (iii) incorram juros moratórios a partir da citação da EMURB - Empresa Municipal de Urbanização até a satisfação da obrigação contratual; (iv) a futura execução da sentença se faça fundada em título judicial; e (v) afaste-se a sucumbência recíproca. Aguarda-se o julgamento dos recursos pelo TJSP. Os advogados que patrocinam a causa consideram como prováveis as chances de êxito da Mendes Júnior.

3.1.3 Ações Envolvendo Contratos de Créditos Referentes às Obras Realizadas no Iraque

Para a melhor compreensão das pendências decorrentes das obras realizadas no Iraque, transcreve-se o histórico dos fatos que consta das petições protocolizadas pela Mendes Júnior, e disponíveis no website www.quebradecontrato.com.br, de autoria de Murillo Mendes, Diretor Presidente da Mendes Júnior:

“O engajamento do Grupo Mendes Júnior no Iraque foi iniciado em 1978. Nesta ocasião, em virtude da crise do petróleo e do déficit brasileiro no intercâmbio comercial entre os dois países, os Ministros das Minas e Energia e da Indústria e Comércio sugeriram ao então Presidente da República, General Ernesto Geisel, a consorciação da Construtora Mendes Júnior S.A. - CMJ - e sua coligada Mendes Júnior Internacional Co. - MJICo. - com a Interbrás, para viabilizarem o suprimento de petróleo em condições favoráveis ao Brasil, pela sua troca por serviços de obras de engenharia.

O resultado do esforço do Governo Brasileiro resultou na assinatura, com o Governo do Iraque, de um Memorando de Entendimentos para a construção de uma ferrovia. Com este ato, ficou garantido, pelo Governo Brasileiro, além do suporte político, comercial e diplomático ao Consórcio, também o apoio financeiro mediante aporte de recursos e garantias bancárias contratualmente exigidas, em seu nome e por conta do Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil, com seguro do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB.

Com o advento da guerra com o Irã, a partir de setembro de 1980, profundas modificações econômicas e administrativas criaram situações extremamente desfavoráveis à execução das obras. O Governo do Iraque passou a concentrar seus recursos para atender os encargos de guerra, deixando de efetuar os pagamentos ao Grupo Mendes Júnior.

Em face dos prejuízos causados por sobrecustos extraordinários decorrentes da guerra, a Mendes Júnior solicitou apoio do Governo Brasileiro para receber os créditos reclamados, o que se consubstanciou no estabelecimento de um comitê constituído por membros dos governos dos dois

países para acertar as pendências. Nesta ocasião, o Presidente João Figueiredo enviou carta ao Presidente Saddam Hussein pleiteando adjudicação de novas obras e solução das pendências.

Os trabalhos do referido comitê foram concluídos, em 1984, reconhecendo os créditos do GMJ e definindo pela quitação das obrigações devidas pelo Governo do Iraque ao Grupo Mendes Júnior.

No início de 1986, o Grupo Mendes Júnior, visando garantir a liquidez e compatibilização do fluxo de caixa das obras, apresenta proposta ao Banco do Brasil que culmina na assinatura do Contrato "Sale and Lease Back " entre a MJICo. e a BB Leasing Co., a partir do qual as máquinas e equipamentos do GMJ no Iraque são vendidas ao BBLCo. e simultaneamente arrendadas à MJICo.

Todavia, apesar do acordo firmado pelos representantes dos dois governos em 1984, como apenas parte do mesmo foi cumprido pelo Governo do Iraque, além dos gastos extraordinários decorrentes da guerra, não totalmente ressarcidos, a Mendes Júnior se viu obrigada a incorrer em despesas adicionais de natureza extremamente diversificada.

À vista desta situação, só restou ao Grupo Mendes Júnior paralisar suas atividades naquele país e ingressar com um processo de cobrança na Corte Internacional de Comércio (International Chamber of Commerce - ICC), de Paris, para buscar o recebimento de seus créditos. Com a instauração deste processo e ficando o crédito do Iraque abalado junto à comunidade internacional, o seu governo procurou o Governo Brasileiro, exigindo que a Mendes Júnior retomasse as obras paralisadas, ameaçando cortar o suprimento de petróleo para o Brasil.

Nesta época, cerca de 70% do petróleo importado pelo Brasil era originado do Iraque. O petróleo brasileiro era pago sob amparo apenas de carta de crédito stand by aberta no Banco do Brasil, cujo procedimento era particularmente importante naquele momento em que a Petrobrás enfrentava dificuldades com bancos árabes confirmadores das cartas de crédito exigidas na compra de petróleo saudita.

Objetivando o equacionamento das pendências e, sobretudo à luz da pressão iraquiana, o Governo Brasileiro envia ao Iraque uma missão especial, composta de representantes dos Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, Petrobrás, Banco do Brasil e Interbrás para negociar o equacionamento das pendências e garantir a implementação de um protocolo comercial visando reativar as exportações brasileiras.

Os resultados da missão são relatados ao Presidente da República e em um extenso relatório da Petrobrás. Tal relatório ressalta que a manutenção do bom relacionamento com o Iraque era fundamental para o suprimento de petróleo, com vinha acontecendo, mesmo durante a crise mundial do petróleo, justificando, portanto, a adoção de medidas destinadas a viabilizar a permanência da Mendes Júnior no Iraque, permitindo que esta continuasse desempenhando papel fundamental no comércio do Brasil com aquele país.

Neste expediente a Petrobrás apresentou, entre outras proposições, a absorção, pelo Governo Brasileiro, dos créditos da Mendes Júnior, sub-rogando-se o Governo nos direitos e obrigações do GMJ. Assim, com a sub-rogação destes créditos e pagamento dos mesmos, o Governo Brasileiro acertaria diretamente com o Governo do Iraque, através da Petrobras. A proposta foi aprovada pelo Presidente da República em 17 de agosto de 1988.

Entretanto, como o Grupo Mendes Júnior devia ao Banco do Brasil, o Governo Federal decidiu que a operacionalização desta assunção da dívida do Iraque fosse feita pelo Banco do Brasil, que, então, usaria este crédito para compensar os débitos do Grupo, devendo ser o saldo existente pago à Mendes Júnior.

Assim, o Ministério da Fazenda coordenou a elaboração do documento "Esquema para Equacionamento das Pendências" que contemplava, entre outras medidas, a cessão pelo GMJ ao

Banco do Brasil dos seus créditos e direitos reclamados no contexto de suas operações no Iraque, e a designação da Petrobrás como mandatária do Banco do Brasil para agir junto ao Governo do Iraque. O procedimento para equacionamento das pendências foi aceito e consumou-se com:

- 1. Assinatura do Contrato de Cessão de Crédito entre a CMJ / MJICo. e o BB, no qual o Banco do Brasil, em nome do Governo Brasileiro, torna-se o cessionário dos créditos originalmente do Grupo Mendes Júnior, passando a credor do Governo do Iraque e devedor do Grupo Mendes, em valor à época de 421,6 milhões de dólares.*
- 2. Comunicação efetivada pelo Banco do Brasil à ICC informando que assumiu os créditos do Grupo Mendes Júnior e solicitando a suspensão do processo de arbitragem, uma vez que se efetuavam negociações entre os dois governos.*
- 3. Nomeação de funcionário da Petrobrás como representante dos interesses creditícios do Banco do Brasil junto ao Iraque.*
- 4. Retorno da Mendes Júnior ao Iraque para retomada das obras da rodovia e do sifão.*

Após iniciados os procedimentos contratados e formalizados para o equacionamento das pendências, em agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, o que levou à ONU a decretar embargo econômico-financeiro ao Iraque vetando a venda de bens e produtos ao Iraque. Acompanhando a decisão das Nações Unidas, o Governo Brasileiro promulgou o Decreto 99441/90 estabelecendo o cumprimento da Resolução 661 da ONU, por todos os brasileiros, suspendendo as relações com o Iraque.

Desta forma, a Mendes Júnior foi proibida de continuar no Iraque, acatando o Ato de Soberania do Governo Brasileiro e paralisando as obras naquele país. É publicamente conhecida a dificuldade por que passou a empresa para a retirada daquele país de milhares de funcionários, além da perda de todos os seus equipamentos que lá se encontravam. Nesta ocasião, em carta assinada pelo então Ministro das Relações Exteriores, o Governo Brasileiro assegura ao Grupo Mendes Júnior os seus direitos.

Ressalta-se, contudo, que neste momento, o Grupo Mendes Júnior já era credor do Banco do Brasil e não do Governo do Iraque. Portanto, se o Banco do Brasil ficou impedido de receber daquele país, foi por ato do próprio e soberano Governo Brasileiro.

Através do Contrato de Cessão de Créditos formalizado entre o Grupo Mendes Júnior e o Banco do Brasil, pessoas jurídicas de direito privado, a Mendes Júnior formalmente cedeu o crédito ao Banco, não tendo permanecido como de sua responsabilidade a solvência do devedor, como é norma legal nas cessões creditícias não cambiais, em que o credor só se responsabiliza pela existência da relação creditícia, o que, no caso concreto nunca foi contestado.

A partir de análise do quadro das relações contratuais, o Banco do Brasil, em diversos documentos, confessa sua condição de devedor, mas sempre se recusou a proceder ao acerto de contas com a Mendes Júnior.

Essencialmente, o Banco do Brasil alega ser cessionário do crédito junto ao Iraque, devendo, portanto, ser feito o acerto com a Mendes Júnior, mas que a responsabilidade não é do Banco do Brasil, mas sim do Governo Federal, uma vez que o Banco agiu em nome e por conta da União.

Nos últimos anos o Banco do Brasil vem buscando a solução baseada primeiro no acerto com o Governo Federal, como exposto no Parecer da Consultoria Jurídica do próprio Banco e correspondências encaminhadas ao Tesouro Nacional e ao Instituto de Resseguros do Brasil.

Diante das ponderações do Banco do Brasil, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento criou um grupo de trabalho interministerial (com participação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores, do Banco do Brasil, do Instituto de Resseguros do Brasil e do Banco Central), que publica relatório final concluindo que o

Governo Brasileiro é o responsável pelas conseqüências do Decreto 99.441/90, que impossibilitaram o cumprimento dos contratos do Grupo Mendes Júnior com o Governo do Iraque, perante o Banco do Brasil e este perante a Mendes Júnior.

A seguir, o Ministro da Fazenda submeteu à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a conclusão do grupo de trabalho. O parecer reconheceu claramente o crédito do Grupo Mendes Júnior e a obrigatoriedade do encontro de contas com o mesmo. Tal parecer (PGFN nº 201/93 de 10/02/93) foi aprovado pelo Ministro da Fazenda e pelo Advogado Geral da União.

Todavia, apesar de claro posicionamento do Banco do Brasil e aprovações pelos diversos órgãos competentes do Governo Federal, o Grupo Mendes Júnior não conseguiu fosse efetuado o encontro de contas aprovado.

Agindo contra pareceres de sua própria Consultoria Jurídica, de sua Diretoria, além de transparente conclusão do grupo de trabalho interministerial e da PGFN, a Direção do Banco do Brasil propôs ação de execução contra a Mendes Júnior.

Em 22/07/94 o Banco do Brasil envia Memorial ao Ministro da Fazenda reiterando o entendimento de que o Governo Brasileiro assumiu da Mendes Júnior a disponibilidade de gerir seus próprios direitos e obrigações, e alerta para os riscos envolvidos em uma eventual ação judicial contra a mesma, além de ressaltar os riscos do Governo Brasileiro pela não habilitação junto à ONU para as pendências relativas ao Iraque.

Em 05/04/95, a PGFN, pelo Parecer 311/95, não acolhe as conclusões do Banco do Brasil com relação à assunção dos créditos e obrigações da Mendes Júnior.

Mediante a ausência de solução para as pendências, apesar de toda a documentação existente, a Mendes Júnior, em 15/08/96, interpõe a ação judicial contra o Banco do Brasil em Nova Iorque, solicitando indenização pelo descumprimento das obrigações contratuais em relação ao Contrato de Cessão de Créditos, ao Sale and Lease Back Agreement, e ao Contrato de Financiamento para Retomada das Obras no Iraque.

Em 20/08/96 o juiz da 5ª Vara Cível de Belo Horizonte emite sentença nos autos da ação de execução interposta pelo Banco do Brasil contra a Mendes Júnior julgando procedentes os embargos opostos pela Mendes Júnior, e extinta a execução. Inconformado com tal decisão, o Banco do Brasil interpôs recurso de Apelação, o qual foi julgado improcedente. No julgamento do recurso especial a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça determinou, de forma final e irrecurável, que antes de qualquer exigência de pagamento deve ser feito um encontro de contas⁴.

Referida decisão se constitui em importante precedente para as demais ações executivas, sendo que, na continuidade do processo judicial, por prova já pericial realizada, resultou do encontro de contas a existência de créditos a favor da Mendes Júnior.

Nesta ordem, cabe salientar, que os créditos favoráveis à Mendes Júnior variam entre quinhentos milhões e dois bilhões de reais, conforme a metodologia que vier a ser adotada por futura decisão judicial.

Finalmente, resta salientar que em instrução aos ditames do feito judicial que tramita pela justiça americana, foi distribuída nas cortes brasileira, já em 2004, ação ordinária a exigir do Banco do Brasil a realização do encontro de contas, sendo que, da improcedência desta, restará caracterizada a possibilidade de retomada e desenvolvimento daquele feito nas cortes de Nova York”.

⁴ Vide Acórdão e votos proferidos no julgamento do REsp nº 203.356.

Em virtude dos fatos antes narrados existem diversas ações judiciais, que são indicadas adiante, e dizem respeito ao assunto. O prognóstico de resultado a elas referente foi feito pelos advogados que patrocinam as causas.

- i) execução por quantia certa movida pelo Banco do Brasil S.A., contra Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Edificadora S.A., Mendespar – Mendes Júnior Participações S.A. e outros (avalistas).

Processo nº 024.95.065007-7 em curso na 5ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG Valor: R\$304.219.249,34 (ago/95).

Objeto: Cédula de Crédito Comercial nº 89/000393-4, emitida em 27/12/89, correspondente a US\$188 milhões.

Em 12.12.2005 foi homologado acordo e julgada extinta a execução em relação à Belgo Siderurgia S.A. Em 11/09/2007, foi proferida decisão em embargos de declaração, com o seguinte teor: “Acolho os Embargos Declaratórios de fls.645/647 para alterar o fundamento da homologação de fls.641/642, mormente o terceiro parágrafo, passando a constar: Isto posto, julgo extinto o processo em relação à executada Belgo Siderúrgica S.A., nos termos do Art. 794, I, do CPC, devendo o feito prosseguir normalmente no concernente aos demais executados. Mantenho inalterado o restante. Outrossim, diante da notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais entendeu ser a Justiça Federal competente para julgar o presente feito, suspendo o seu curso até comunicado oficial daquele Eg. Tribunal.”. Mendes Júnior e outros interpuseram Agravo de Instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo contra decisão que determinou a suspensão do processo de execução por quantia certa de título extrajudicial, ao qual foi dado provimento. Os embargos de declaração do Banco do Brasil foram rejeitados em fevereiro de 2008.

A companhia estima como prováveis suas possibilidades de sucesso na ação.

- ii) ação ordinária de cobrança movida por Mendes Júnior e Mendes Júnior International Company, contra o Banco do Brasil S.A., processo nº 024.04.355.637-2, em curso na 5ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.

Valor: R\$100.000,00 na data base de 28 de maio de 2004.

Objeto: cobrança do crédito decorrente do encontro de contas a ser realizado com base na cláusula quarta do instrumento de cessão de crédito firmado entre as partes.

Em 28/05/2004 foi distribuída a ação requerendo que o crédito das autoras fosse apurado mediante a subtração do valor do contrato de cessão de crédito (US\$421.574.422,28) dos valores decorrentes da “Operação 63” do Banco Central (US\$313,109,415,13), excetuados: (i) os valores já pagos pelas autoras a credores privados (US\$ 15,000,000.00 e outros pagamentos não quantificados na inicial); (ii) os montantes decorrentes do contrato de *Lease Agreement* (US\$228,947,062,13), cujos valores foram segurados pelo IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e dele sendo diretamente cobrados; e (iii) os valores referentes às garantias prestadas pelo réu ao Governo Iraquiano, já que estas nunca foram executadas.

Aguarda-se julgamento de embargos de declaração em recurso especial, em que se discute a competência da Justiça Federal para julgamento da causa, pois a União requereu sua intervenção no feito.

A companhia estima como “amplas” suas possibilidades de sucesso.

- iii) execução por quantia certa movida pelo Banco do Brasil S.A. contra Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Edificadora S.A., Mendespar – Mendes Júnior Participações S.A. e outros (avalistas), Processo nº 024.95.065009-3 em curso na 7ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.

Valor: R\$22.587.956,19 na data base de agosto/1995.

Objeto: O exequente requer o pagamento da quantia acima referida, relativa à Cédula de Crédito Comercial nº 90/00080-3, emitida em 28.02.90, correspondente a US\$15 milhões.

Em 07.06.96 foram opostos embargos à execução (024.96.054.238-9). Foi deferida a produção de prova pericial. Contra essa decisão o Banco do Brasil S.A. interpôs agravo de instrumento ao qual

foi negado provimento. Em 20.07.2001 foi apresentado laudo pericial no qual se concluiu haver crédito em favor das embargantes no valor de US\$780,016,010.18, equivalente a R\$730.094.985,53, na data base de 9 agosto de 1995, consistente na diferença entre o valor do crédito cedido e o da cédula objeto da execução.

Em 30.05.2002 foi proferida sentença julgando procedentes os embargos, sob alegação de iliquidez do título, declarando-se nula e extinta a execução, tornando-se sem efeito a penhora. O Banco do Brasil S.A., condenado em honorários fixados em 3% sobre o valor da causa. O Banco do Brasil S.A. apelou para o Tribunal de Alçada de Minas Gerais, e foi dado provimento por maioria de votos. Em 20.09.2004 a Mendes Júnior interpôs Embargos Infringentes. Em 13.03.07, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais não acolheu os Embargos Infringentes interpostos pela Mendes Júnior. Nos autos da execução, o juiz despachou para prosseguimento da execução, no sentido de haver o devido pagamento ou depósito da parte incontroversa. Em 25.05.2007, Mendes Júnior interpôs Embargos de Declaração contra despacho do juiz, que não foram acolhidos. Em 30.07.2007, Mendes Júnior interpôs Agravo de Instrumento. Em março de 2008, foi negado provimento ao Agravo de Instrumento.

A companhia estima como prováveis suas possibilidades de sucesso.

- iv) ação de cobrança movida pela BB Leasing Company Ltd., contra Edificadora S.A., Mendes Júnior, Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais e outros, processo nº 024.95.090170-2 em curso na 17ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.

Valor: R\$372.429.653,89 na data base de outubro/1995.

Objeto: Contrato de Arrendamento celebrado em 06/06/86 que tem por objeto a compra pelo BB Leasing de equipamentos de propriedade da Mendes Júnior International Company utilizados nas obras do Iraque.

Em 05.09.97 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito, com base no inciso IV do art. 267 do CPC, sob alegação de não ter sido adequadamente atendido o disposto no art. 9 da LICC.

Em 10.09.2003 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido e condenando a autora ao pagamento das custas e despesas e honorários advocatícios de 3% do valor exigido. Em 17.06.2004 a BB Leasing Company interpôs apelação, à qual foi dado parcial provimento, por decisão não unânime, em relação a honorários. Houve interposição de embargos infringentes pela Mendes Júnior, negados pelo Tribunal. BB Leasing interpôs recurso extraordinário, e Mendes Júnior interpôs recurso especial, ao qual, em fevereiro de 2008, foi negado seguimento, devendo ser interposto recurso pela companhia.

A companhia estima como prováveis suas possibilidades de sucesso.

- v) execução por título extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Edificadora S.A, Mendepar S.A e outros, processo nº 024.950.90168-6, em curso na 1ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.

Valor: US\$69,749,373.39, equivalentes a R\$67.064.022,51, na data base de 20 de outubro de 1995.

Objeto: Execução de garantia prestada em notas promissórias firmadas por Mendes Júnior International Company.

Opostos embargos à execução, foram julgados improcedentes. Porém, em 10.03.2003 foi dado provimento ao recurso de apelação por acórdão de 10.11.2004.

Em 18.04.2005 foi interposto recurso especial das embargantes contra a fixação dos honorários e em 02.08.2005 foi interposto recurso especial do Banco do Brasil S.A.. Em 19.08.2005 foram inadmitidos ambos os recursos, objeto de agravos de instrumento, os quais aguardam julgamento pelo STJ.

A companhia estima como possíveis as chances de sucesso.

- vi) execução por quantia certa movida pelo Banco Francês e Brasileiro S.A., Processo nº 02496118182-3 em curso na 22ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG

Valor: R\$16.005.946,14 na data base de dezembro/1996.

Objeto: Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo nº 001/90 e respectivos aditivos.

Foram interpostos embargos à execução, onde foi determinada a produção de prova pericial, produzindo-se laudo pelo qual foram encontrados os seguintes valores: crédito exequendo R\$16.005.946,14; saldo em favor da embargante R\$2.269.531.606,00. Em março de 2008, os embargos foram julgados totalmente procedentes.

A Mendes Júnior estima como prováveis as possibilidades de sucesso.

- vii) execução por título extrajudicial movida pelo Banco Boavista S.A., Processo nº 95.001.025447-3 em curso na 27ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ Valor: R\$3.330.816,83 na data base de março/1995.

Objeto: Contrato de Repasse de Empréstimo Externo nº 194.501, amparado na Resolução 63 do Banco Central do Brasil.

O processo encontra-se em fase inicial, de penhora, para eventual apresentação de embargos.

- viii) execução proposta por BDMG - Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais contra Mendes Júnior, Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Edificadora S.A. e Mendes Júnior Participações S.A. – Mendepar, processo nº 024.03.941210-1 em curso na 5ª Vara Fazenda Estadual de Belo Horizonte/ MG

Valor: R\$103.843.713,21.

Objeto: Contratos BDMG BF-65.936 (CCI - Nº 65.936), de 23.02.1990, no valor de NCz\$47.329.600,00, correspondente a US\$1.600.000,00, e BDMG BF-65.170 (CCI-Nº 65.170), de 28/12/1989, no valor de NCz\$113.020.000,00, correspondente a US\$10.000.000,00. Os levantamentos dos débitos nos dois contratos perfazem a quantia atualizada de R\$103.843.713,21. Em garantia às operações realizadas, foram dados em penhor cedular diversos bens móveis, especialmente equipamentos, obrigando-se a substituí-los por outros de modo a conservar a relação de seu valor com o financiamento.

Em 09.10.2003, a Mendes Júnior e outros apresentaram Embargos à Execução (proc. 02403132956-8) e denunciaram o Banco do Brasil S.A. à lide. Após deferida a citação do Banco do Brasil S.A., o mesmo interpôs Agravo de Instrumento, ao qual foi dado provimento.

Em 30.06.2005 foi apresentado laudo pericial quantificando em R\$95.478.340,16 o débito das embargantes em 31.01.2003.

Foram julgados improcedentes os embargos à execução, tendo sido distribuídos em fevereiro de 2008 os recursos de apelação dos embargantes e do exequente.

A companhia classifica como remotas possibilidades de sucesso.

- ix) execução por título extrajudicial movida pelo BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais S.A., atual MGI - Minas Gerais Participações S.A., contra Mendes Júnior, Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Edificadora S.A e outros, processo nº 02498063202-0 em curso na 18ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.

Valor: R\$8.500.422,87 na data base de junho/98 (valor atualizado R\$23.142.322,06).

Objeto: Contrato de Repasse de Empréstimos Externos celebrado em 28.12.89.

Em 16.05.2003, a Mendes Júnior e outros opuseram Embargos à Execução (proc. 02403996114-9) e denunciando à lide o Banco do Brasil S.A., pedido que foi indeferido. Interposto agravo de instrumento, ao mesmo foi negado provimento. A sentença julgou improcedentes os embargos, e já houve interposição de apelação, que aguarda julgamento.

A companhia classifica como possíveis as chances de sucesso

- x) ação ordinária de cobrança promovida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Proc. nº 02408839277-4 - 4ª Vara Cível - Belo Horizonte/MG - Valor: R\$79.592.533,31 (04/01/2008)

Ação movida em face de Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Edificadora S.A., Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Florestas Mendes Júnior Ltda. e ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. pretende receber o pagamento relativo ao empréstimo contraído pela Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., conforme Escritura Pública de Contrato de repasse de recursos externos, mediante outorga de garantia de caução de direitos creditórios, hipoteca, penhor, fiança e outros pactos, lavrada em 31/05/1993, no valor original de

US\$6.350.000,00, equivalente a R\$261.397.750,00, à taxa cambial de compra de US\$1,0/Cr\$41.165,00, cujo vencimento final foi pactuado para 06/05/1995. Para repassar o crédito à Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., o banco obteve recursos externos provenientes de títulos de sua emissão lançados no exterior (fixed rate notes), conforme Certificado de Registro nº 844/00140, expedido pelo Banco Central do Brasil.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. requer: 1) seja julgado procedente para condenar os Réus Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Edificadora S.A. e Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais ao pagamento da quantia de R\$79.592.533,31 atualizada, acrescida de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. 2) seja julgado procedente para condenar os interessados Florestas Mendes Júnior Ltda. e ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda. ao pagamento da quantia de R\$79.592.533,31 atualizada, acrescida de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. 3) manutenção das garantias prestadas ao empréstimo, até o efetivo pagamento do débito.

25/01/2008 - Recebido Mandado de Citação.

15/02/2008 - Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais e Florestas Mendes Júnior Ltda. apresentam sua Contestação.

A companhia classifica como possíveis as chances de sucesso.

- xi) ação ordinária de Cobrança promovida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Proc. nº 02408839276-6 - 5ª Vara Cível - Belo Horizonte/MG - Valor: R\$11.886.857,55 (04/01/2008). Ação movida em face de Mendes Júnior Engenharia S.A., Jésus Murillo Valle Mendes, Lúcia Andrade Mendes, Alberto Laborne Valle Mendes, Edwiges Alves Mendes e Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. pretende receber o pagamento decorrente de contrato de repasse de recursos externos, conforme Escritura Pública de Repasse proveniente de Mútuo Externo, mediante outorga de garantia de hipotecária, alienação fiduciária, caução de direitos creditórios, fiança e outros pactos, lavrada em 22/02/1990, no valor de US\$1.934.931,39, equivalente a NCZ\$55.344.842,55, à taxa cambial de compra de US\$1,0/ NCZ\$28,603, cujo vencimento final foi pactuado para 15/10/1994. Para captação dos recursos no exterior o Banco do Nordeste do Brasil S.A. firmou contrato de câmbio, conforme Certificado de Registro nº744/0039 (amparada pela Resolução nº 63/67 e Circular nº180/72 do Banco Central do Brasil).

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. requer: 1) seja julgado procedente para condenar os Réus Mendes Júnior, Jésus Murillo, Lúcia, Alberto Laborne, Maria Beatriz ao pagamento da quantia de R\$11.886.857,55, atualizada até a data do efetivo pagamento, custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. 2) seja julgado procedente o pedido para condenar o Interessado Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda. ao pagamento da quantia de R\$11.886.857,55, atualizada até a data do efetivo pagamento, custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência (responsabilidade limitada aos bens vinculados em garantia). 3) manutenção das garantias prestadas ao empréstimo, até o efetivo pagamento do débito.

- Mendes Júnior é a Devedora Principal

22/01/2008 - Recebido Mandado de Citação para a Mendes Júnior.

22/02/2008 - Mendes Júnior, Jésus Murillo Valle Mendes e Lúcia, Alberto Laborne e Edwiges, Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda. apresentam Contestação.

A companhia classifica como possíveis as chances de sucesso.

- xii) ação ordinária de Cobrança promovida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Proc. nº 02408833803-3 - 9ª Vara Cível - Belo Horizonte/MG - Valor: R\$356.196.294,06 (04/01/2008). Ação movida em face de Mendes Júnior Engenharia S.A., Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda., Florestas Mendes Júnior Ltda., Edificadora S.A., Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. pretende receber o pagamento decorrente de contrato empréstimo concedido pela emissão de Cédula de Crédito Industrial, prefixo/número CCI-92/001,

emitida em 20/08/1992, no valor original de Cr\$176.000.000.000,00, cujo vencimento final foi pactuado para 31/07/1997. Empréstimo garantido por hipoteca em quarto grau, alienação fiduciária, penhor, caução de direitos creditórios.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. requer: 1) seja julgado procedente para condenar o Réu Mendes Júnior ao pagamento da quantia de R\$356.196.294,06 (responsabilidade limitada aos bens vinculados em garantia). 2) seja julgado procedente o pedido para condenar os Interessados Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Montagens e Serviços Ltda., ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda., Florestas Mendes Júnior, Edificadora e Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais ao pagamento da quantia de R\$356.196.294,06. 3) manutenção das garantias prestadas ao empréstimo, até o efetivo pagamento do débito.

A Mendes Júnior é a emitente do título.

22/01/2008 - Recebido Mandado de Citação.

26/02/2008 - Mendes Júnior, Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais, Florestas Mendes Júnior Ltda. e Edificadora S.A. apresentam sua Contestação.

A companhia classifica como prováveis as chances de sucesso.

- xiii) ação ordinária de Cobrança promovida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Proc. nº 02408833802-5 - 33ª Vara Cível - Belo Horizonte/MG – Valor: R\$694.858.284,29 (04/01/2008).

Ação movida em face de Mendes Júnior Engenharia S.A., Jesús Murillo Valle Mendes, Lúcia Andrade Mendes, Alberto Laborne Valle Mendes, Edwiges Alves Mendes, Sânzio Valle Mendes, Maria Beatriz Cunha Mendes, Marcos Valle Mendes, Helvécia Guimarães Mendes, Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Edificadora S.A., Florestas Mendes Júnior Ltda. e ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. pretende receber o pagamento decorrente de contrato de repasse de recursos externos, conforme Escritura Pública de Contrato de repasse ao amparo da Circular 708, de 24/06/1982, do Banco Central do Brasil, com garantia de caução de direitos creditórios, hipoteca, alienação fiduciária, fiança e outros pactos, lavrada em 05/01/1990, no valor de US\$41.000.000,00, equivalente a NCZ\$500.569.000,00, à taxa cambial de compra de US\$1,0/NCZ\$12,209, cujo vencimento final foi pactuado para 08/01/2000. Em 22/02/1990 a Escritura Pública de Contrato de Repasse foi objeto de Aditivo de retificação e ratificação, no valor de US\$4.000.000,00, equivalente a NCZ\$114.412.000,00 à taxa cambial de compra de US\$1,0/NCZ\$28,603 de 22/02/1990 (prorrogando o vencimento de débito para 07/03/2000).

Para captação dos recursos no exterior o Banco do Brasil S.A. firmou contratos de câmbio, conforme Certificados de Registros nº 144/00351 e 144/00361, expedidos pelo Banco Central do Brasil S.A.. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. firmou com o Banco do Brasil S.A. contratos de repasse de empréstimo externo, nos valores de US\$41.000.000,00 e US\$4.000.000,00, através dos quais o Banco do Brasil S.A. assumiu a condição de tomador do mútuo externo e o Banco do Nordeste a de repassador dos referidos recursos.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. requer: 1) seja julgado procedente o pedido para condenar os Réus Mendes Júnior, Jesús Murillo, Lúcia, Alberto Laborne, Maria Beatriz, Marcos e Helvécia, ao pagamento da quantia de R\$694.858.284,29 atualizada até a data do efetivo pagamento, custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. 2) seja julgado procedente o pedido para condenar os Interessados Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., Edificadora S.A., Florestas Mendes Júnior e ENEEL - Empresa Nacional de Engenharia e Empreendimentos Ltda., ao pagamento da quantia de R\$694.858.284,29 atualizada até a data do efetivo pagamento, custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência (responsabilidades limitadas aos bens vinculados em garantia). 3) manutenção das garantias prestadas ao empréstimo, até o efetivo pagamento do débito.

A Mendes Júnior é a devedora principal.

Ainda não se completaram as citações, e a companhia estima como prováveis as chances de sucesso.

3.1.4 Ações com Valor Relevante em que a Mendes Júnior é autora:

- i) ação de cobrança ajuizada contra o DERACRE - Departamento de Estradas de Rodagem do Acre, processo nº 18.357/93 em curso na 1ª Vara da Fazenda de Rio Branco/AC.
Valor: Cr\$ 45.865.262.904,91 na data base de maio/1993.
Em 22.08.2003 foi proferida sentença nos embargos, nos seguintes termos: *“julgo procedente os embargos, reduzindo o valor da execução para R\$2.446.865,98, atualizado até 17/06/2003. Condeno a embargada ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa (folhas 74 e 75). Após o trânsito em julgado, junte-se cópia da presente sentença bem como dos cálculos de folhas 78/98, ora acolhidos nos autos principais”*.
Em 22.02.2006, citada para pagar honorários no valor de R\$584.520,27, a Mendes Júnior indica à penhora parte do crédito proveniente dos autos principais.
Em 24.05.2006 era aguardado pagamento do precatório no valor de R\$2.677.455,82 (principal), acrescido de R\$401.618,37 (honorários).
Prováveis possibilidades de sucesso.
- ii) ação de cobrança proposta contra o Estado do Pará, processo nº 99.104121-7 em curso na 15ª Vara Cível de Belém/PA.
Valor: R\$5.142.615,50 na data base fevereiro/99.
Objeto: pagamento de medições de serviços prestados relativos aos contratos de empreitada 073, 075, 076, 077, 078, 079, 090/92 e Carta Convite 235/92.
Fase de perícia.
Prováveis possibilidades de sucesso.
- iii) ação ordinária de cobrança ajuizada contra o DERSC - Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, processo nº 97.001.3588-8 em curso na 21ª Vara Federal - Rio de Janeiro/RJ.
Valor: R\$7.609.491,29 na data base de abr/1997 (R\$37.328.406,41 em julho de 2005).
Objeto: pagamento pela execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação e drenagem da Rodovia BR-282/SC.
Em julho de 2001 foi proferida sentença, tendo sido o pedido julgado procedente em parte, para condenar a ré ao pagamento de R\$10.604.394,00 (jan/99). A Mendes Júnior interpôs apelação.
Desde 28.02.2005 o processo está concluso à Relatora Des. Vera Lúcia Lima - 2ª Turma do Tribunal Regional Federal 2ª Região.
Prováveis possibilidades de sucesso.
- iv) ação de cobrança ajuizada contra o DERGO - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás, processo nº 98.003.84855-2 em curso na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia.
Valor: R\$4.954.966,46 na data base de fevereiro/1998.
Objeto: pagamento referente à execução de obras de terraplanagem e pavimentação de rodovias no Estado de Goiás.
Em 19.11.2003 foi proferida sentença nos seguintes termos: *“...Ao teor do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido deduzido na inicial, para condenar o Réu no valor reconhecido no referido atestado de fls.99/100, data base de 01.07.94, qual seja, R\$1.321.967,58 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor este a ser atualizado monetariamente tendo por parâmetro o mencionado índice (INPC), acrescido de juros moratórios legais de 0,5% ao mês, a partir de 22/09/1997 (data do ajuizamento da notificação de fls.34/161). À verba principal acresçam-se os ônus da sucumbência, estipulados os honorários em 10% (dez por cento)...sobre o valor do montante da condenação, levando-se em conta a reciprocidade sucumbencial com a ressalva de ter a autora decaído de parte mínima no pleito”*.
Em 29.12.2003, o Estado de Goiás interpôs apelação, a qual foi negado provimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial, cujo seguimento já foi admitido.
Prováveis possibilidades de sucesso.
- v) ação de cobrança ajuizada contra a FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., Processo nº 613/97 em curso na 9ª Vara da Fazenda de São Paulo/SP.

Valor: R\$6.683.886,48 na data base maio/1997.

Objeto: pagamento dos valores devidos pela execução de serviços de operação comercial, urbanização e serviços gerais, do Sistema de Transporte Urbano de Passageiros por Veículo Leve sobre Trilhos (Contrato 00053/0/SCD/2).

Em 25.04.2001 foi proferida sentença e a ação foi julgada parcialmente procedente, condena a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A. a pagar à Mendes Júnior o valor correspondente a 737.718,0716 UFESP's (para 30/05/1999) e, uma vez convertido à data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 0,5% a.m.

O processo foi recentemente enviado à Justiça Federal, pois a Rede Ferroviária S.A., que sucedeu a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A., foi liquidada, assumindo a União os seus passivos.

Prováveis possibilidades de sucesso.

- vi) ação de cobrança movida contra a FUNDERJ - Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro, processo nº 99.001.108512-6 em curso na 8ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ.

Valor: R\$1.255.233,49 na data base de agosto/1999.

Objeto: pagamento do valor acima referido relativo a faturas pagas em atraso oriundo dos contratos 06/92 e 09/94 – Linha Vermelha.

Em 20.7.2006 foi proferida sentença julgando procedente em parte o pedido para condenar a ré de correção monetária e juros de mora de 6% ao ano, contados do vencimento de cada fatura, importância equivalente a R\$924.515,50.

Negado provimento à apelação da ré, e execução no valor de R\$1.985.424,31 iniciada.

Prováveis possibilidades de sucesso.

- vii) ação de cobrança ajuizada contra o Município de São Paulo, processo nº 992/98 em curso na 10ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP.

Valor: até outubro 2003, o valor era de R\$6.952.141,79.

Objeto: recebimento de faturas não pagas relativas ao Contrato 088/SVP/88, obras de canalização do Córrego Ipiranga.

Ação julgada improcedente. A Companhia interpôs recurso de apelação, provida por dois votos contra um, para o pagamento dos juros e correção monetária das prestações pagas com atraso. Aguarda-se julgamento dos embargos infringentes.

Possíveis possibilidades de sucesso.

- viii) ação de cobrança contra a CODERMA Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão, processo nº 638/92 em curso na 2ª Vara da Fazenda de São Luís/MA.

Valor: Cr\$54.980.280.460,03 na data base de dezembro de 1991

Objeto: recebimento de faturas de serviços executados, medidos e não pagos, relativas a obras realizadas em rodovias vicinais e estaduais do Maranhão.

Em 14.03.2003 foi proferida sentença nos seguintes termos: *“Julgo, parcialmente, procedente o pedido para o fim de condenar, solidariamente, o Estado do Maranhão e a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP, sucessora CODERMA, a pagarem à Mendes Júnior Engenharia os serviços referentes às obras que importavam, em 30 de março de 1990, em Cr\$ 1.846.991.158,10...a ser corrigido monetariamente pela Tabela da Corregedoria Geral de Justiça e acrescido de juros contratuais de 12% (doze por cento) ao ano, ex-vi do parágrafo único da Cláusula 43, a partir da referida data. Condeno ainda, os suplicados no pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 5% (cinco por cento) do valor da condenação, tendo em vista o disposto no parágrafo 4º, do art. 20 do CPC, considerando o montante dos recursos envolvidos. Decisão sujeita à remessa obrigatória.”*

Em 03.04.2003 a Mendes Júnior interpôs apelação contra sentença que julgou parcialmente procedente o feito haja vista a exclusão de alguns serviços. Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP, sucessora da CODERMA Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão e Estado do Maranhão, interpuseram recursos de apelação contra a sentença proferida.

Em 16.12.2003 o Tribunal do Estado do Maranhão manteve na totalidade a decisão de 1º grau.

Em 13.08.2004 foram interpostos embargos de declaração pela Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP e Estado do Maranhão em face de acórdão na Apelação foram rejeitados.

Aguarda-se publicação dos acórdãos que negaram seguimento a todos os recursos especiais interpostos. Segundo cálculos preliminares da companhia, o valor será superior a R\$500 milhões, e são prováveis possibilidades de sucesso.

- ix) ação de cobrança ajuizada contra a CODERPI - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí e Governo do Estado do Piauí. Processo nº 6.172/92 em curso na Vara da Fazenda Pública de Teresina/PI

Valor: Cr\$6.862.965.540,90 na data base de janeiro de 1992.

Em 14.04.2004, o valor do crédito junto a CODERPI - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí atualizado era de R\$22.124.251,47.

Objeto: Contrato 02/85, referente à execução de obras em rodovias vicinais do Estado do Piauí.

Sentença de 1ª instância, em junho/1992, favorável à Mendes Júnior. O Tribunal de Justiça, em julgamento da apelação da CODERPI- Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí, confirmou a sentença de 1º grau.

Em março de 2002 a Mendes Júnior deu início à execução de julgado, requerendo a citação da CODERPI, para que pagasse, no prazo de 24 horas, R\$4.226.759,03.

Em abril de 2002 foi informada a dissolução da CODERPI - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí ocorrida em 28.01.1997 com transferência de bens para o Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, sendo de responsabilidade do Estado do Piauí o pagamento de dívidas. Solicitada a citação do Estado do Piauí.

Em julho de 2002 o Estado do Piauí opôs embargos à execução alegando, em síntese, prescrição e excesso de execução. Em fevereiro de 2004 os Embargos foram acolhidos parcialmente. O Estado do Piauí interpôs apelação cível e Mendes Júnior interpôs recurso adesivo. Ambos os recursos foram improvidos, e foi negado seguimento ao recurso especial do Estado do Piauí, que agravou, aguardando-se julgamento de tal recurso.

Possíveis possibilidades de sucesso

- x) ação de cobrança ajuizada contra o DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, processo nº 93.18327-3 em curso na 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Valor: CR\$540.694.302,36 na data base de setembro de 1993.

20/07/2005 - Cálculo do valor atualizado: R\$26.915.971,01.

Objeto: cobrança de faturas pagas com atraso, sem correção monetária nem juros, referente a obras executadas pela Mendes Júnior na BR-282 - Santa Catarina.

15/05/2001: Ação julgada procedente em parte. Condena a União a pagar correção monetária e juros de mora de 6% a.a., contados sobre valores pagos pelo DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com exclusão dos juros de mora de 12% a.a. Condena-a a pagar à autora as despesas judiciais atualizadas, mais honorários advocatícios de 10%. A União apelou, tendo sido negado provimento ao seu apelo. Houve interposição de RESP pela União, já admitido, aguarda julgamento,

Cálculo do valor atualizado: R\$26.915.971,01.

Prováveis possibilidades de sucesso.

- xi) ação de cobrança ajuizada contra a Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte. Processo nº 53.826/93 em curso na 2ª Vara Cível de Brasília/DF.

Valor: Cr\$ 29.316.819.584,70 base Maio/1993.

Cálculos atualizados mar/2002 - R\$10.867.014,96.

Objeto: cobrança referente a serviços executados na UHE Balbina para a Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte.

Em novembro de 2001, houve a seguinte sentença: *“julgo parcialmente procedentes os pedidos...para condenar a Requerida ao pagamento da importância, em reais, moeda corrente, do correspondente a 121.287.398.7708 IGP's, acrescida de juros moratórios, desde a citação inicial... e correção monetária, a contar do ajuizamento da ação... pagamento das custas e*

honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa...valores devidamente, vez que decaiu da parte mínima do pedido...Condeno ainda a Requerida como litigante de má-fé, ...a pagar multa de 1% sobre o valor dado à causa, na forma do art. 18, caput e a indenizar os Autores em quantia correspondente a 20% também sobre o valor dado à causa...Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se". A Eletronorte interpôs apelação contra sentença proferida. a qual foi dado parcial provimento. Todos interpuseram recursos especiais, que aguardam julgamento.

A companhia estima como prováveis suas chances de sucesso.

- xii) ação de cobrança ajuizada contra a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A./Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA/Fazenda Pública do Estado de São Paulo, processo nº 705/97 em curso na 1ª Vara da Fazenda de São Paulo/SP.

Valor: R\$41.192.387,84 na data base de maio/1997

Objeto: pagamento dos valores devidos pela execução das obras e fornecimentos para implantação do Sistema VLT para transporte de passageiros em Campinas/SP (Contrato 02159/0/SCD/0).

Em 18.04.2005, o processo foi recadastrado sob o nº 053.097.410562-9 e foi remetido para a Justiça Federal.

01/06/2005 - Na Justiça Federal o processo tomou o nº 2005.61.00.006773-7 e foi distribuído para a 13ª Vara.

Em 30.06.2006 foi designada perícia, e pedida a inclusão da União no pólo passivo, considerando a extinção da RFFSA.

Possíveis possibilidades de sucesso.

- xiii) ação de cobrança proposta contra Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro – Companhia do Metropolitano de São Paulo, processo nº 589/97 em curso na 1ª Vara Cível – São Paulo/SP.

Valor: R\$68.508.845,54 na data base de outubro/2000.

Objeto: pagamento da quantia acima referida conforme contratos celebrados entre as partes nº 007562100 de 06.03.1987 e 0161021000 de 03.04.1991.

Sentença: Ação julgada parcialmente procedente para o fim de condenar o réu, apenas no pagamento a autora da quantia de R\$56.108.773,22, já atualizada até março de 1999, excluindo as perdas e danos. Apelações interpostas por ambas as partes.

Em 15.03.2006 foi dado parcial provimento á apelação da Mendes Júnior e negado provimento a apelação da ré.

Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro interpôs recursos especial e extraordinário, inadmitidos na origem. Ao agravo de despacho denegatório de recurso especial foi negado provimento em decisão monocrática no STJ, mas houve agravo regimental provido, para que fosse redistribuído. No STF, o agravo também foi negado, mas o Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro interpôs embargos de declaração.

O valor atualizado em janeiro de 2007 era de R\$102.858.125,60.

A companhia estima como prováveis suas possibilidades de sucesso.

- xiv) ação de cobrança promovida contra a Prefeitura Municipal de Manaus, processo nº 05083-7 em curso na 2ª Vara Fazenda de Manaus/AM.

Valor : R\$11.847.768,59 na data base de dezembro/1999

Objeto: pagamento de faturas de serviços executados, medidos e não pagos conforme Contratos celebrados entre as partes, para execução de serviços de pavimentação, recuperação de pavimento asfáltico, drenagem e obras complementares de urbanização.

Sentença favorável em 1ª instância. Mendes Júnior e Prefeitura Municipal de Manaus interpuseram Recurso de Apelação.

Em 16.04.2001 foi negado provimento à apelação da Prefeitura Municipal de Manaus e provida parcialmente a apelação da Mendes Júnior, condenando a Prefeitura Municipal ao pagamento de 20% de verba honorária sucumbencial.

Em agosto de 2001, o município de Manaus interpôs Recurso Especial contra Acórdão que negou provimento à remessa oficial e ao recurso voluntário da municipalidade.

Recurso Especial denegado. Iniciada Execução, mas ainda sem resultados práticos. Embargos à execução já rejeitados e aguarda julgamento de apelação no TJ/AM.
Prováveis possibilidades de sucesso.

- xv) ação de cobrança ajuizada contra a União Federal (Sobral), processo nº 95.4367-0 em curso na 14ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG
Valor: R\$5.270.656,86 na data base de base de março/1995
Objeto: cobrança da fatura nº 728.2.20.08/90, referente a serviços executados nas obras de defesa contra inundações, na cidade de Sobral, para o extinto DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento, atual Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República (SDR).
Em 28.10.2005, foi proferida sentença condenando a ré a pagar R\$3.901.250,47 (mai/04), acrescido de correção monetária e juros de 0,5% ao mês.
Aguarda julgamento da apelação da União Federal e do recurso adesivo de Mendes Júnior.
Prováveis possibilidades de sucesso.

3.1.5 Ações com Valor Relevante em que a Mendes Júnior é ré:

- i) ação de indenização proposta por José Gonçalves Gomes, processo nº 99.117647-8 em curso na 22ª Vara Cível no Rio de Janeiro/RJ.
Valor: R\$100.000,00 na data base de setembro/1999.
Objeto: indenização por acidente de trabalho.
A companhia há foi condenada, o débito estimado é de R\$2.500.000,00, está em fase inicial de execução.
Remotas possibilidades de sucesso.
- ii) ação de cobrança promovida pelo Banco Nacional S.A., processo nº 02499013482-7 em curso na 4ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.
Valor: R\$1.248.582,36 na data base de Fevereiro/1999.
Objeto: pagamento da quantia acima referida, referente à Contrato de Outorga de Garantia nº 217.
Aguarda cumprimento do acordo celebrado em 02.10.2006 para pagamento pela Mendes Júnior de R\$2.106.196,91 em 24 parcelas mensais, e que vem sendo pago normalmente.
- iii) ação civil pública com pedido de liminar ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, processo nº 238/97 em curso na 2ª Vara de Acidentes de Trabalho de São Paulo/SP.
Valor: R\$1.000.000,00 na data base de abril/1997.
Valor atualizado até janeiro de 2007 é de R\$ R\$1.902.292,09.
Objeto: reparação de danos ao ambiente de trabalho causados pelo não cumprimento de normas de medicina do trabalho.
Foi indeferida a liminar e a inicial, com extinção do Processo. O Ministério Público do Estado de São Paulo recorreu, tendo sido dado provimento ao recurso.
Atualmente o processo aguarda julgamento dos recursos especial e extraordinário da Mendes Júnior.
- iv) ação ordinária de cobrança ajuizada pela SABESP - Companhia de Saneamento de São Paulo, processo nº 053.99.414821-9 em curso na 7ª Vara Cível de São Paulo/SP.
Valor: R\$1.400.738,19 na data base de julho/2000.
Valor atualizado até janeiro de 2007 = R\$ 2.636.582,43.
Objeto: créditos referentes ao Contrato 314/95 no que diz respeito ao expurgo do agregado “*pro-rata*” existente nos preços desde a conversão dos mesmos em real, bem como a expectativa inflacionária.
Em 10.07.2002 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da SABESP - Companhia de Saneamento de São Paulo, a qual foi condenada em honorários advocatícios de R\$10.000,00 acrescidos de correção monetária.

Recurso de apelação da SABESP - Companhia de Saneamento de São Paulo improvido, foi interposto recurso especial, aguardando-se decisão acerca de seguimento.
Prováveis possibilidades de sucesso

- v) ação de cobrança proposta por Senai Serviço Nacional de Aprendizado Industrial, processo nº 02495043439-9 em curso na 26ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG.
Valor: R\$3.524.104,62 (atualizado até maio/99)
Objeto: pagamento do valor acima referido, proveniente de acordo de parcelamento de dívida e termo de cooperação técnica e financeira que a Mendes Júnior não teria cumprido.
Mendes Júnior aderiu ao parcelamento instituído pela MP 303, em que o débito foi incluído. Houve acordo, está sendo cumprido.
- vi) ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal – Acre. processo nº 96.2121-0 em curso na 3ª Vara da Justiça Federal do Rio Branco/AC
Valor: R\$20.000.000,00 base julho/1996
Valor do pedido reduzido em 1º Grau de R\$20.000.000,00 para R\$2.598.806,32.
Objeto: reparação de danos causados em terras indígenas, devido a prejuízos materiais decorrentes das escavações realizadas para abertura de estradas pela Mendes Júnior para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
Em 29.03.2004 foi proferida sentença nos seguintes termos: “...*Acolho parcialmente o pedido e CONDENO, solidariamente, os réus Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e Mendes Júnior Engenharia S.A., a) ao pagamento de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a título de reparação pelos danos morais causados à etnia Kaxarari, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora de 1%, estes a contar do trânsito em julgado desta sentença; b) ao pagamento de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) de indenização pelos 80.000 m² de pedra granítica (brita) retirado das terras dos Kaxararis, corrigidos monetariamente desde o laudo geológico (17.4/2000 - fl.2.159) e, a partir desta mesma data, acrescidos de juros de mora de 1; c) ao pagamento de R\$198.806,32 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e seis reais, trinta e dois centavos) para recuperação da área degradada e restauração de cobertura vegetal, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 1% desde o laudo (23.4.2000 -fls. 2.291)...*”
Em 30.04.2004, a Mendes Júnior interpôs Apelação contra sentença proferida em primeiro grau.
Em 24.08.2004, a União interpôs apelação, que também aguarda julgamento.
Remotas possibilidades de sucesso.
- vii) execução por título extrajudicial movida pela CEF – Caixa Econômica Federal, processo nº 94.0015665-0 em curso na 6ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG.
Valor: R\$208.006.067,65 na data base de julho/1994.
Objeto: pagamento do valor acima, tendo em vista o inadimplemento da Mendes Júnior na obrigação pactuada, representada pela Escritura Pública de Confissão e Renegociação de Dívida, como Garantia Hipotecária e Outros Pactos, lavrada em cartório de notas.
Processo em fase de penhora (CEF – Caixa Econômica Federal requereu a penhora de créditos da Mendes Júnior junto a Chesf).
O processo encontra-se em fase de penhora. As partes não chegaram a acordo, e a companhia pretende a realização de perícia antes de penhora via sistema BacenJud.
Entende-se que a matéria diz respeito ao assunto Iraque, e a defesa invocará tal matéria.
Remotas possibilidades de sucesso.
- viii) ação popular movida por Clara Levin Ant e OUTROS, processo nº 922/88 em curso na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP.
Valor: Cr\$2.800.000.000,00 na data base de dezembro/1988, equivalentes nesta data a R\$6.195.000,00.
Objeto: decretação judicial da invalidade do contrato firmado pela Mendes Júnior relativo às obras de construção do espaço cultural Memorial da América Latina, ao argumento de ausência de licitação, e ainda, condenação dos réus em perdas e danos.

O pedido de liminar de suspensão da obra foi indeferido e, em 28.11.90, a ação foi julgada parcialmente procedente em relação à Mendes Júnior e a Companhia do Metropolitano de São Paulo para anular o contrato firmado entre elas e para que, solidariamente, restitua aos cofres do Estado valores que serão apurados em execução.

As partes sucumbentes e os próprios autores interpuseram recursos de Apelação.

Em 1993, proferido acórdão que deu provimento, por maioria, à apelação interposta pela Mendes Júnior para julgar esta ação improcedente.

Os autores interpuseram Embargos infringentes em 23.05.94 requerendo manifestação dos desembargadores acerca da exclusão dos diretores da Companhia do Metropolitano de São Paulo do pólo passivo, ausência ilegal de licitação e presunção de lesão, falta de valor probante nos laudos apresentados pelos Réus e aplicabilidade do artigo 4º da Lei 4.717/65.

Interposto, também pelas autoras, Recurso Especial em 24.05.94, requerendo a reforma do acórdão na parte que excluía os diretores da Companhia do Metropolitano de São Paulo da ação.

Proferido novo acórdão, em 21.05.1995, reformando o acórdão anteriormente proferido e julgando procedente a ação popular. Todavia, determinou que o valor do dano deveria ser apurado em liquidação por artigos.

Interpostos recursos especial e extraordinário pela Mendes Júnior, recursos especial pela Companhia do Metropolitano de São Paulo e recurso especial pelos Autores.

Decisão de 25.06.1996 não admitindo nenhum dos recursos interpostos. Contra a referida decisão, a Mendes Júnior interpôs agravos de instrumento de decisão denegatória, ao qual foi dado provimento.

A Mendes Júnior opôs embargos de declaração contra acórdão que negou provimento ao seu recurso especial. Os embargos foram rejeitados em acórdão proferido em 06.04.04. Foi interposto recurso extraordinário que, inadmitido, ensejou agravo ao Supremo Tribunal Federal.

O agravo de instrumento interposto pela Mendes Júnior contra decisão que não admitiu seu recurso extraordinário encontra-se concluso desde 10.03.04, e ainda aguarda julgamento.

Remotas possibilidades de sucesso.

- ix) ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, processo nº 1.447/97 em curso na 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP
Valor: R\$10.000.000,00 na data base de base de dezembro/97.
Valor atualizado até outubro 2003: R\$16.097.995,00.
Objeto: condenação da Mendes Júnior e outros para que paguem o valor referido, relativo às obras civis da Usina de Taquaruçu - contrato ASS/EU-67/80.
Fase instrutória (colheita de prova oral).
Possíveis possibilidades de sucesso.
- x) ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, processo nº 1.289/93 em curso na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP.
Valor: Cr\$3.003.605.247,67 na data base de abril/1992, R\$18.693.517,68 (Jan/2007).
Objeto: condenação da Mendes Júnior e outros à devolução da importância referida, diante da alegação de prática de atos lesivos ao patrimônio público, por ocasião da realização de obras para a Cia. do Metropolitano de São Paulo.
Autos em fase de perícia.
Possíveis possibilidades de sucesso.
- xi) ação ordinária proposta pela Rede Ferroviária Federal S.A., processo nº 2005.51.01.019460-1, em curso na 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
Valor: R\$163.153.161,95 (novembro/05).
Objeto: cobrança do valor correspondente ao saldo do adiantamento de créditos siderúrgicos recebido por Mendes Júnior em decorrência da celebração do contrato RFFSA Nº 016/91.
Despacho de outubro de 2007 indeferiu a produção da prova pericial contábil requerida pela parte autora, por entendê-la desnecessária ao deslinde do feito. Autos conclusos para sentença.
A Companhia considera possíveis suas chances de êxito.

- xii) execução de sentença proposta por Antonio Carlos Garcia, processo nº 02406986546-7, em curso na 6ª Vara Cível de Belo Horizonte.
Valor: R\$7.493.083,50 (dez/05).
Objeto: honorários advocatícios. Autores propuseram ação originalmente contra Belgo Mineira, pedem execução dos honorários sucumbenciais, fixados na decisão prolatada nos autos dos embargos à execução promovida pelo Banco de Crédito Nacional - BCN, transitada em julgado no dia 1º/07/1998, na proporção de 25% para cada um.
Oferecida impugnação, aguarda audiência de conciliação marcada para março de 2008.
- xiii) Ação ordinária proposta por Itaipu Binacional, processo nº 2004.34.00.018083-1, em curso na 21ª Vara Federal de Brasília.
Valor: R\$1.712.201,75.
Objeto: A Itaipu Binacional propôs ação de cobrança, pelo rito ordinário, contra a Construtora Andrade Gutierrez S.A. , Mendes Júnior, Construções e Comércio Camargo Correa S.A., CBPO Engenharia Ltda. e Cetenco Engenharia S.A., empresas estas, agrupadas com empresas paraguaias, constituíram a UNICON - União de Construtoras Ltda., cujo objeto social era a execução de obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu. Objetiva a condenação solidária das rés ao pagamento da quantia de R\$1.712.201,76 (um milhão, setecentos e doze mil, duzentos e um reais e setenta e seis centavos), em 20/05/2004, valores dispendidos pela Itaipu a título de depósitos recursais, atualizados monetariamente, decorrentes de demandas trabalhistas envolvendo empregados das empresas.
Processo ainda não sentenciado.
- xiv) Execução proposta pelo Banco de Brasília S.A – BRB, processo nº 28.547/93, em curso na 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual.
Valor: R\$38.911.410,05.
Objeto: títulos de crédito.
Suspendido até o cumprimento do acordo no qual foram cedidos à exequente créditos provenientes de precatório expedido em ação proposta contra o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo.
- xv) Execução proposta por Banco Agrimisa S.A, processo nº 024.950.76409-2, em curso perante a 4ª Vara Cível de Belo Horizonte.
Valor: R\$13.596.559,64 (outubro/06)
Objeto: contrato de abertura de crédito 787-4.
Realizado leilão de máquinas no valor total de R\$146.500,00, sem arrematantes. Foi feito acordo com os advogados, para pagamento de débito de R\$300.000,00 em 10 parcelas, e acordo com os credores, para pagamento de R\$6.000.000,00 em 40 parcelas, o que vem sendo cumprido pela companhia.

3.2 Ações Tributárias.

Com referência a Execução Fiscal nº 327/99 (4ª Vara Cível de Franca – SP) não foram obtidos detalhes sobre a cobrança do ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. A Fazenda Municipal de Franca requereu a penhora online de ativos da Mendes Júnior, pedido esse deferido pelo juiz em 02/04/2007. Não há informação se a penhora online foi efetivada. Os advogados da Mendes Júnior estimam como provável o risco de perda, por reconhecerem o débito devido. O valor da contingência, em março de 2007, é R\$ 1.084.121,30 e não há informação se existe provisão contábil para suportar eventual desembolso.

Na Execução Fiscal nº 024.96.098517-4 (4ª Vara Municipal de Belo Horizonte / MG) o débito de ISS é oriundo de valores não recolhidos ou recolhidos a menor na obra de canalização do Rio Arrudas. Os advogados da Mendes Júnior estimam como provável o risco de perda. O valor atualizado da

contingência até 03/2008 é R\$ 1.298.105,01 e não há informação de provisão contábil para suportar eventual desembolso.

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS: tendo em vista sua situação de inadimplência, no ano de 2000 a Mendes Júnior aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, consolidando toda a sua dívida fiscal junto à União Federal para o pagamento em parcelas mensais determinadas mediante a aplicação da alíquota de 1,2% sobre a sua receita bruta. O saldo incluído no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS é composto como segue:

Descrição	31/12/2007	31/12/2006
Programa de Recuperação Fiscal -Refis	222.012.902,77	228.724.670,87
Principal -		
INSS	91.626.917,97	99.313.670,87
Imposto de Renda	71.261.910,64	71.327.000,00
COFINS / Finsocial	37.005.330,55	34.338.000,00
Contribuição Social	18.494.820,26	18.495.000,00
PIS/IPI	3.623.923,35	5.251.000,00
Juros e Multas	222.012.902,77	228.724.670,87
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	319.648.583,41	321.480.236,40
Dívida Líquida Consolidada	(100.875.918,25)	(100.876.000,00)
Juros Acumulados	440.785.567,93	449.328.907,27
Pagamentos Acumulados	319.047.392,87	297.154.084,69
Saldo Atualizado	(597.194,16)	(570.878,86)
	759.235.766,64	745.912.113,10
	759.235.766,64	745.912.113,10

Fonte: Mendes Júnior

Tabela 6: Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em resumo, a quantidade de processos e as suas respectivas posições financeiras podem ser representadas pela tabela abaixo:

Descrição	31/12/2007	31/12/2006
Saldo do Parcelamento Especial PAES:	4.823.201,29	5.109.461,77

Fonte: Mendes Júnior

Tabela 7: Saldo PAES

3.3 Ações Trabalhistas:

O Grupo Mendes Júnior possui uma grande quantidade de processos judiciais que representam valores bastante significativos.

Em resumo, a quantidade de processos e as suas respectivas posições financeiras pode ser representadas pela tabela abaixo:

Valor Total	Quantidade de Processos Trabalhista	Valor Atualizado (R\$)	Média (R\$)
Acima de R\$100 mil	16	2.901.644,37	181.352,77
Entre R\$50mil e R\$100mil	16	1.077.683,75	67.355,23
Entre R\$10mil e R\$50mil	79	1.920.480,16	24.309,88
Abaixo de R\$10mil	48	228.191,26	4.753,98
TOTAL	159	6.127.999,54	277.771,87

Fonte: Mendes Júnior

Tabela 8: resumo de processos trabalhistas e seus valores

Para se chegar aos valores totais acima, foram considerados todos os processos informados, envolvendo 05 diferentes sociedades componentes do Grupo Mendes Júnior, a saber:

- (i) 28 processos movidos em face da Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda. (MENDES JÚNIOR EMPREENDIMENTOS, MONTAGENS E SERVIÇOS LTDA.), no valor total de R\$1.065.090,64;
- (ii) 128 processos movidos em face da Mendes Júnior Engenharia S.A. no valor total de R\$4.890.970,89;
- (iii) 2 processos movidos em face da Mendes Júnior Participações S.A., no valor de R\$127.858,70;
- (iv) 1 processo movido em face da Mendes Júnior Montagens e Serviços Ltda., antiga denominação da Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda., no valor de R\$44.079,31.

De se ressaltar, ainda, que em 31 de dezembro de 2006, havia provisão no balanço, para pagamentos a título de indenizações trabalhistas do valor de R\$10.888.444,00, o que é um superior ao valor dos processos trabalhistas totalizados na tabela 8 acima.

Essa diferença pode se originar pelo fato de que não foram informados processos em que figuram como reclamados os consórcios dos quais alguma sociedade do Grupo Mendes Júnior tenha participação e a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., a qual foi a sociedade operacional nos últimos anos, quando do momento mais agudo da crise financeira do Grupo Mendes Júnior.

O motivo para a consideração dos processos de todas as sociedades que compõem o grupo econômico, conforme acima citado, tem sua fundamentação legal no § 2º, do artigo 2º da CLT, assim redigido:

“§2º. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.”

Isso quer dizer que, na esfera do Direito do Trabalho, qualquer uma das empresas poderá, em tese, ser considerada responsável solidária pelas dívidas trabalhistas referentes aos empregados da outra.

Frisamos que não foram informados processos relativos a duas sociedades que, num estudo anteriormente feito, possuíam grandes quantidades de ações, a saber, Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., que possuía, em 2005, 197 ações trabalhistas contra ela movidas no valor total de R\$5,2 milhões e um consórcio, que possuía 165 ações trabalhistas contra ele movidas no valor total de R\$2,6 milhões.

Também não foi informado se esses processos foram, na apresentação da planilha das ações disponibilizada pelo Grupo Mendes Júnior, incorporados em nome de alguma outra sociedade.

4. ASPECTOS SOCIETÁRIOS DA CEDENTE.

4.1. Objeto Social.

A Mendes Júnior tem como objeto social a indústria de construções, importação e exportação em geral, compra e venda de bens imóveis e de materiais, exploração de atividades agropecuárias e quaisquer outras atividades comerciais que se relacionarem com o seu objeto principal.

4.2. Capital Social.

O capital social da Mendes Júnior é de R\$975.000.000,00, representado por 10.309.388 ações escriturais sem valor nominal, dividido em 6.976.765 ações ordinárias, 1.534.888 ações preferenciais classe “A” e 1.797.735 ações preferenciais classe “B”.

A composição acionária da Mendes Júnior é descrita na tabela abaixo.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		Ações Total
		Classe A	Classe B	
1. Edificadora S.A.	6.618.620	1.364.507	1.611.753	9.594.880
2. Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais	340.472	20.505	22.245	383.222
3. Outros	17.673	149.876	163.737	331.286
Total	6.976.765	1.534.888	1.797.735	10.309.388

Fonte: Mendes Júnior

Tabela 9: Capital Social da Cedente

4.3. Administração.

A administração da Mendes Júnior compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

4.4. Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Mendes Júnior é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros titulares e suplentes, acionistas da companhia, dentre os quais um é designado como presidente e os demais como conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração da Mendes Júnior é composto pelos membros elencados na tabela abaixo, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14.08.2007.

Conselheiros	Função
Jésus Murillo Valle Mendes	Presidente
Alberto Laborne Valle Mendes	Suplente
Eugênio José Bocchese Mendes	Conselheiro
Andréa Mendes Teixeira	Suplente
Sérgio Cunha Mendes	Conselheiro
Eduardo Mendes Moreira	Suplente

Fonte: ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Mendes Júnior, realizada em 14.08.2007

Tabela 10: Membros do Conselho de Administração

4.4.1 Experiência Profissional dos Membros do Conselho de Administração:

Jesus Murillo Valle Mendes: vide “Experiência Profissional dos Membros da Diretoria”, abaixo.

Eugênio Bocchese Mendes: Formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UMA, em 1982, obteve MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, em 1984 e MBA pela University Califórnia of Berkeley, em 1986. Em 1980 iniciou suas atividades na Mendes Júnior como estagiário, passando por todas as áreas. Em 1983 foi para a Área Comercial/RJ como Assistente Técnico e, de 1985 a 1996, trabalhou na Área Financeira/BH. No ano de 2000 se tornou Sócio e Gestor Financeiro da Facção Ltda, até 2003. Desde 2004, está na Corpo Cidadão como Coordenador Administrativo e de Organização.

Sérgio Cunha Mendes: Iniciou suas atividades na Mendes Júnior em 1976 como Auxiliar Técnico. Em 1983 assumiu a Superintendência, 2003 a Diretoria de Desenvolvimento de Mercado e em 2006 a Diretoria Comercial.

4.5. Diretoria.

A Diretoria da Mendes Júnior é composta por 4 diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. São eles: diretor presidente, diretor superintendente, diretor geral de operações e diretor de finanças, controle e de relações com o investidor.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02.05.2006, foram eleitos os seguintes Diretores da Mendes Júnior, com mandato de 3 anos, a vigorar até a data da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2008: (a) Jesus Murillo Valle Mendes, como Diretor Presidente, (b) Ângelo Alves Mendes, como Diretor Superintendente, e (c) Ângelo Marcus de Lima Costa, como Diretor de Finanças, Controle e de Relações com o Investidor.

4.5.1 Experiência Profissional dos Membros da Diretoria:

Jesus Murillo Valle Mendes: Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1950. Iniciou suas atividades em 1950, na Construtora de Estradas Ltda., onde trabalhou como Engenheiro Superintendente em diversas obras no Rio Grande do Sul. Em 1953 retornou à Minas Gerais para dirigir obras da empresa e, em dezembro deste mesmo ano, foi um dos um dos sócios fundadores da Construtora Mendes Júnior, com a função de Diretor e Responsável Técnico. Em 1957, passou a ocupar o cargo de vice-presidente Executivo, tendo sido o principal responsável pela política implantada que culminou na transformação da Mendes Júnior, em menos de uma década, em uma das maiores empresas de construção pesada do país. Com o falecimento de seu pai, José Mendes Júnior, fundador e então Presidente da Empresa, assumiu a presidência mantendo a linha de trabalho do seu pai na busca da vanguarda e da plena satisfação dos seus clientes nacionais e internacionais.

Ângelo Alves Mendes: Formado em engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1980, obteve o título de Máster of Science – Construction, Engeneering and Management, pela Stanford University, nos Estados Unidos. Iniciou sua carreira na Mendes Júnior em 1975, como estagiário e em 1979 assumiu o cargo de assistente técnico, na Diretoria de Construções Industriais. A partir de 1980, atuou como engenheiro na análise econômico-financeira de propostas para concorrências, sendo que em 1983 passou a atuar na área de planejamento e desenvolvimento da organização, assim como na assessoria à Diretoria Geral da Empresa. Em 2003, assumiu a Diretoria Executiva.

Ângelo Marcus de Lima Cota: Formado em Contabilidade, Administração e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1979, obteve o título de Máster em Administração Geral pela University of Bridgeport, nos Estados Unidos. Iniciou sua carreira na Usiminas em 1979, como analista econômico financeiro e, em 1983, assumiu o cargo de superintendente de operações financeiras na Siderbrás. Em 1990, iniciou suas atividades na Mendes Júnior como assessor da diretoria e, desde 1995, ocupa o cargo de Diretor de Administração e Finanças.

4.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes.

O Conselho Fiscal da Mendes Júnior foi instalado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14.08.2007, com a eleição de 3 conselheiros e 3 suplentes, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária da Mendes Júnior que examinar as contas do ano de 2007.

Conselheiros	Função
Delson de Miranda Tolentino	Conselheiro
Joaquim Falci Castellões	Conselheiro
Sizenando Rodrigues de Barros Neto	Conselheiro
Affonso Henriques Prates Correia	Suplente
Rodrigo Russo de Gusmão	Suplente
Marco Aurélio Barroso Domingues	Suplente

Fonte: ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Mendes Júnior, realizada em 14.08.2007

Tabela 11: Membros do Conselho Fiscal

4.6.1. Experiência Profissional dos Membros do Conselho Fiscal

Delson de Miranda Tolentino: Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1976. Iniciou sua carreira na Cooperativa dos Produtores Rurais do Serro Ltda., no período de 1966 a 1967, passando pelo Café Serro, de 1968 a 1969, COHAB/MG, de 1970 a 1973, Price Waterhouse Auditores Independentes, de 1973 a 1979, SIDERBRAS, de 1979 a 1985, e na AÇOMINAS, de 1985 a 1988, como Diretor Financeiro. Na Mendes Júnior Engenharia iniciou em 1989 como Diretor Financeiro, passando pelas empresas do Grupo Mendes Júnior: Mendes Júnior Siderurgia S/A, como Diretor Presidente, na Mendes Júnior Trading, como Diretor Superintendente, na Mendes Júnior International Company, como Diretor Financeiro, na Miami Trading Enterprises.Inc., como Diretor Superintendente, e na Transportadora de Produtos Siderúrgicos Ltda., como Diretor Superintendente, executando atualmente a presidência do Conselho Fiscal da Mendes Júnior Engenharia. Em 1996, ingressou no Sistema Usiminas, como Assessor da Presidência, onde permanece.

Joaquim Falci Castellões: Formado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1964. Foi professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, de 1967 a 1996, foi Secretário de Negócios Jurídicos do Município de Juiz de Fora, nos seguintes períodos: 1967 a 1970; 1971/1972; 1976/1977 e 1986 a 1988. Atuou como Chefe da Assessoria Jurídica da Mendes Júnior Siderúrgica S/A, de 1978 a 1995, foi membro do Conselho de Administração da Aços Minas Gerais S/A AÇOMINAS, de 1993 a 1995. É membro do Conselho Fiscal da Mendes Júnior Engenharia S/A, desde 2002, é representante, em Juiz de Fora, do Sindicato da Indústria do Ferro no estado de Minas Gerais para a negociação de condições coletivas de trabalho, desde 1982 e é sócio fundador da Joaquim F. Castellões – Sociedade de Advogados, que atua na área do Direito Empresarial.

Sizenando Rodrigues de Barros Neto: Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1975, participou do Curso de Direito de Empresa na Fundação Dom Cabral, em 1978. Iniciou na Construtora Mendes Júnior S/A, em março de 1976, como advogado e, em 1990, assumiu a chefia do Departamento Jurídico da Mendes Júnior Edificações Ltda. permanecendo no cargo até novembro de 1995. Desde o final de 1995 possui um Escritório de Advocacia e presta assessoria jurídica a empresas.

4.7. Representação da Cedente.

A representação da companhia compete a 2 Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o diretor presidente. A prática de atos necessários ao funcionamento da companhia, tais como movimentos bancários, endossos e aceites cambiais, são realizados por 2 Diretores.

4.8. Demonstrações Financeiras

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e de 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras da Mendes Júnior, auditadas e revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu auditores Independentes em 2005 e 2006, e pela BDO Trevisan Auditores Independentes em 2007.

(em R\$ mil)			
Demonstração de Resultados	2005	2006	2007
Faturamento Bruto	2.107	1.831	1.680
(-) Impostos e Deduções	-	-	-
Faturamento Líquido	2.107	1.831	1.680
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(10)	-	-
Resultado Bruto	2.097	1.831	1.680
(-) Desp. Gerais Adm. e com Vendas	(16.267)	(12.988)	(14.668)
(-) Outras Rec. ou Desp. Operacionais	(9.362)	3.306	52.126
Resultado Operacional	(23.532)	(7.851)	39.138
(-) Resultado Financeiro	383.395	342.732	341.637
Result. Oper. após Result. Financ.	359.863	334.881	380.775
Result. não Operacional	3.525	378	272
Result. antes imposto renda e contr social	363.388	335.259	381.047
Provisão IR/CSLL	(124.091)	(114.173)	(129.819)
Lucro/Prejuízo Líquido	239.297	221.086	251.228
Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Ativo Circulante	87.537	28.379	406
Disponibilidades	8	7	6
Realizável a Longo Prazo	3.941.989	4.592.807	5.238.073
Investimentos	4.048	4.227	4.222
Total do Ativo	4.036.261	4.627.967	5.245.170
Passivo Circulante	957.396	674.884	1.392.055
Dívida de Curto Prazo (empréstimos/debêntures)	825.546	509.744	1.521.667
Exigível a Longo Prazo	1.350.988	2.004.120	1.652.924
Dívida de Longo Prazo (empréstimos/debent.)	-	506.407	-
Patrimônio Líquido	1.727.877	1.948.963	2.200.191
Índices Financeiros			
Liquidez Corrente	0,09	0,04	0,00
Dívida Líquida ¹			
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido			
Empréstimos e Financiamentos CP (%)			
Empréstimos e Financiamentos LP (%).			

Fonte: Mendes Júnior

Tabela 12: Demonstrações Financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR

CHESF

1. HISTÓRICO

A Chesf, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na primeira assembléia geral de acionistas, realizada em 15 de março de 1948, com a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste do Brasil. Além de atender tradicionalmente aos estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí, com a abertura permitida pelo novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro, a Chesf tem contratos de venda de energia em todos os submercados do sistema interligado nacional. O despacho das usinas da Chesf é realizado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, que faz a otimização dos recursos energéticos disponíveis, intercambiando energia entre as diversas regiões do País.

O Sistema de Geração da Chesf, atualmente, é composto de 14 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, com uma potência nominal disponível de 10.618,32 MW, a maior entre as empresas nacionais do Setor Elétrico. Incorporadas a esse sistema, existem 870 MVAR de potência reativa instalada, em 9 plantas de Compensadores Síncronos com unidades entre 20 MVAR e 150 MVAR.

A energia elétrica é transmitida através de um amplo, variado e complexo Sistema de Transmissão, composto de 94 subestações e mais de 18.000 km de linhas, nas tensões de 69, 138, 230 e 500 kV. Esse também é o maior sistema de transmissão do país, em extensão.

Presente na Região e sintonizada com as diretrizes sociais e econômicas do Governo, a Chesf atua como um vetor de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Nordeste, buscando o aumento da participação da Região no desempenho da economia nacional e a conseqüente redução das diferenças regionais.

Fonte: www.chesf.com.br

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e de 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras da Chesf, conforme disponibilizadas no site www.cvm.gov.br, auditadas e revisadas pela Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S.

(Reais Mil)			
Balanco Patrimonial	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Ativo Total	18.468.004	18.239.310	18.395.518
Ativo Circulante	1.789.042	1.287.923	1.273.641
Disponibilidades	574.100	168.865	160.644
Numerário disponível	30.913	34.510	11.897
Aplicações no mercado aberto	543.187	134.355	148.747
Créditos	849.417	833.674	875.718
Clientes	849.417	833.674	875.718
Consumidores, concess. e permissionárias	1.039.921	882.495	875.718
(-) Provisão p/créditos liq. duvidosa	(190.504)	(48.821)	0
Créditos Diversos	0	0	0

Estoques	71.066	67.362	69.157
Outros	294.459	218.022	168.122
Serviço em curso	84.548	81.268	81.827
Tributos e contribuições a recuperar	10.983	57.140	25.392
Cauções e depósitos vinculados	48.064	3.923	4.480
Créditos fiscais	86.814	31.403	14.371
Reserva Global de Reversão	11.141	11.727	3.689
Títulos e valores mobiliários	32	30	31
Outros créditos	52.877	32.531	38.332
Ativo Não Circulante	16.678.962	16.951.387	17.121.877
Ativo Realizável a Longo Prazo	257.662	479.358	696.692
Créditos Diversos	97.681	289.068	507.063
Consumidores, concess. e permissionárias	112.704	349.209	507.063
(-) Provisão p/créditos liq. duvidosa	(15.023)	(60.141)	0
Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
Com Controladas	0	0	0
Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
Outros	159.981	190.290	189.629
Créditos fiscais	134.444	175.292	174.630
Títulos e valores mobiliários	740	703	665
Tributos e contribuições a recuperar	8.552	0	0
Bens e direitos destinados a alienação	10.769	5.928	4.566
Outros	5.476	8.367	9.768
Ativo Permanente	16.421.300	16.472.029	16.425.185
Investimentos	157.673	115.427	95.906
Participações Coligadas/Equiparadas	146.810	112.620	93.100
Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
Participações em Controladas	0	0	0
Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
Outros Investimentos	10.863	2.807	2.806
Imobilizado	16.125.104	16.238.516	16.217.608
Terrenos	1.904.954	1.899.968	1.899.456
Reservatórios, barragens e adutoras	5.600.007	5.600.217	5.522.367
Edificações e obras civis	1.287.413	1.328.895	1.367.889
Máquinas e equipamentos	5.988.806	5.828.160	5.625.106
Veículos, móveis e utensílios	24.063	18.481	15.244
Obras em curso	1.475.502	1.718.003	1.942.692
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.641)	(155.208)	(155.146)
Intangível	138.247	117.622	111.020
Em serviço	121.516	78.891	76.113
Em curso	16.731	38.731	34.907
Diferido	276	464	651
Despesas pré-operacionais	126	262	398
Outros	150	202	253
Passivo Total	18.468.004	18.239.310	18.395.518

Passivo Circulante	1.769.686	1.647.877	1.706.934
Empréstimos e Financiamentos	518.367	673.480	704.170
Debêntures	0	0	0
Fornecedores	263.926	204.392	235.844
Impostos, Taxas e Contribuições	214.893	70.993	57.823
Dividendos a Pagar	240.014	204.197	315.687
Provisões	0	0	0
Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
Outros	532.486	494.815	393.410
Entidade de previdência privada	167.388	158.458	198.571
Obrigações estimadas	71.474	55.910	50.285
Folha de pagamento	7.608	6.878	5.079
Participação nos lucros ou resultados	54.504	48.200	43.478
Pesquisa e desenvolvimento	130.501	118.571	0
Débitos fiscais	0	0	2.013
Outros	101.011	106.798	93.984
Passivo Não Circulante	4.832.314	5.138.059	5.452.560
Passivo Exigível a Longo Prazo	4.832.314	5.138.059	5.452.560
Empréstimos e Financiamentos	4.040.440	4.256.636	4.496.744
Eletrobrás - M.E.	158.633	236.300	304.994
Instituições financeiras - M.E.	44.985	97.269	143.254
Eletrobrás - M.N.	3.586.856	3.894.948	3.860.963
Instituições financeiras - M.N.	249.966	28.119	187.533
Debêntures	0	0	0
Provisões	336.068	305.434	296.320
Ações trabalhistas	13.840	77	41.127
Ações civis	313.907	305.160	254.996
Ações fiscais	8.321	197	197
Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
Outros	455.806	575.989	659.496
Tributos e contribuições sociais	40.535	63.891	58.121
Entidade de previdência privada	357.299	474.480	569.927
Outros	57.972	37.618	31.448
Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
Patrimônio Líquido	11.866.004	11.453.374	11.236.024
Capital Social Realizado	1.696.306	1.696.306	1.278.585
Reservas de Capital	7.416.199	7.416.199	7.416.199
Ágio na emissão de ações	769.028	769.028	769.028
Doações e subvenções para investimento	4.759.353	4.759.353	4.759.353
Remun.bens/direitos const. cap. próprio	1.691.475	1.691.475	1.691.475
Outros	196.343	196.343	196.343
Reservas de Reavaliação	0	0	0
Ativos Próprios	0	0	0
Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0

Reservas de Lucro	2.459.103	2.046.473	2.246.844
Legal	265.215	232.583	209.715
Estatutária	8.179	8.179	8.179
Para Contingências	0	0	0
De Lucros a Realizar	506.020	528.420	550.538
Retenção de Lucros	1.679.689	1.277.291	1.478.412
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
Outras Reservas de Lucro	0	0	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	294.396	294.396	294.396

Fonte: www.cvm.com.br

Tabela 13: Balanço Patrimonial

(Reais Mil)

Demonstrações de Resultado	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.705.436	3.949.780	3.949.578
Deduções da Receita Bruta	(724.683)	(684.071)	(650.668)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.980.753	3.265.709	3.298.910
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.621.043)	(1.487.605)	(1.392.469)
Resultado Bruto	2.359.710	1.778.104	1.906.441
Despesas/Receitas Operacionais	(1.317.735)	(1.386.565)	(1.093.957)
Com Vendas	(282.733)	(109.399)	(439)
Material	(9)	(8)	(7)
Serviços de terceiro	(302)	(413)	(416)
Perdas com Energia Livre	(185.839)	0	0
Provisão para créditos liq. duvidosa	(96.566)	(108.962)	0
Outras	(17)	(16)	(16)
Gerais e Administrativas	(548.394)	(474.380)	(456.577)
Pessoal	(294.871)	(285.060)	(252.774)
Material	(16.942)	(20.137)	(20.356)
Serviços de terceiro	(80.199)	(78.525)	(78.460)
Depreciação e amortização	(52.028)	(36.201)	(31.823)
Provisões para contingências	(58.988)	2.246	(43.151)
Outras	(45.366)	(56.703)	(30.013)
Financeiras	(473.475)	(767.161)	(684.342)
Receitas Financeiras	142.262	155.571	229.304
Despesas Financeiras	(615.737)	(922.732)	(913.646)
Juros sobre o capital próprio	0	(240.000)	(230.000)
Outros	(615.737)	(682.732)	(683.646)
Outras Receitas Operacionais	11.420	16.994	16.307
Variação monetária	11.420	16.994	16.307
Outras Despesas Operacionais	(24.553)	(52.619)	31.094
Variação monetária	(24.553)	(52.619)	31.094
Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
Resultado Operacional	1.041.975	391.539	812.484

Resultado Não Operacional	(6.125)	(5.848)	(7.292)
Receitas	3.292	2.328	2.214
Despesas	(9.417)	(8.176)	(9.506)
Resultado Antes Tributação/Participações	1.035.850	385.691	805.192
Provisão para IR e Contribuição Social	(361.795)	(142.428)	(281.699)
Contribuição social	(88.581)	(32.798)	(54.808)
Imposto de renda corrente	(273.214)	(109.630)	(226.891)
IR Diferido	32.582	21.964	34.428
Participações/Contribuições Estatutárias	(54.007)	(47.877)	(41.516)
Participações	(54.007)	(47.877)	(41.516)
Contribuições	0	0	0
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	240.000	230.000
Lucro/Prejuízo do Período	652.630	457.350	746.405

Fonte: www.cvm.gov.br

Tabela 14: Demonstrações de Resultado

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA

1. A ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDOR DA OFERTA.

1.1. Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

1.2. Estrutura e Administração

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de 45 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

1.3. Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do Fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

2. O CUSTODIANTE.

O Banco Santander S.A. pertence ao Grupo Santander que está entre os 10 maiores bancos do mundo por valor de mercado, é o maior banco na zona do euro e a maior instituição financeira da América Latina.

O Grupo Santander possui mais de US\$ 930 Bilhões em ativos de clientes sob custódia pelo mundo sendo mais de US\$ 150 Bilhões de ativos de clientes sob custódia na América Latina.

Atualmente o Banco Santander S.A. possui mais de R\$110 bilhões de ativos de clientes sob custódia, sendo R\$ 55,5 bilhões de terceiros e R\$ 54,7 bilhões da Asset Management do Grupo Santander, publicação da Anbid base: jan/08.

Para os serviços de custódia, o Grupo Santander atua hoje em mais de 30 países pelo mundo, sendo 6 países na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), onde se transformou em um dos maiores provedores destes serviços na região, atuando como provedor regional de serviços para grandes clientes institucionais e corporativos.

O Grupo Santander possui vasta experiência na prestação de serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros são mais de 25 anos de prestação de serviços para este público na Europa. No Brasil, o Banco Santander S.A. atua nos serviços de custódia qualificada desde 1997.

O Banco Santander S.A é o primeiro e único custodiante na América do Sul com rating em serviços de custódia (Standard & Poors - Agosto/05). Em 2007 o Banco Santander S.A. foi reconhecido pela revista Global Custodian o melhor Custodiante para investidores não residentes.

O Banco Santander S.A. também é signatário do Código de Auto-Regulação de Serviços Qualificados da ANBID desde o seu lançamento, o que assegura conformidade com as melhores práticas de mercado.

O Banco Santander S.A. oferece soluções completas através de sua área de serviços a investidores, tais como: serviços relacionados à Custódia e Controladoria (Serviços Qualificados) de ativos, Administração e Custódia de FIDCs, Fundo Multipatrocinado, Custódia e Representação Local para Investidores não Residentes (Res. 2689), escrituração de quotas de Fundo de Investimentos, Escrituração de ações, Banco Liquidante nas clearings (CETIP, CBLC), Escrow Account, Clearing Agent (BM&F e Bovespa).

Na Custódia de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios - FIDCs, o Banco Santander S.A. está estruturado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, operativo e de tecnologia para oferecer soluções de qualidade, com elevado grau de automação focadas nas diferentes necessidades de clientes. As atividades relacionadas a prestação de serviços de Direitos Creditórios abrangem desde o controle e acompanhamento do critérios dos recebíveis, aplicação de exigibilidades, controle da liquidação financeira e física, contabilidade, controladoria, aplicação dos critérios de apreçamento dos ativos, escrituração de cotas, gerenciamento das carteiras, conciliações automatizadas de estoque, além de toda proteção segurança de infra-estrutura tecnológica, sites alternativos de contingência entre outros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Fundo está sujeito a controles de risco pela Administradora nos termos descritos abaixo.

A Administradora possui um comitê interno formado por 5 membros cuja principal atividade é assessorar nas decisões relevantes de administração e gestão dos fundos por ela administrados. O comitê utiliza sua experiência na gestão de créditos, bem como instrumentos de cálculo e gerenciamento de risco, visando a segurança e defesa dos interesses dos investidores.

Através de aplicativos desenvolvidos internamente, a Administradora realiza simulações de *stress* em diferentes cenários, avaliando o impacto dos fatores de risco sobre os direitos creditórios de titularidade dos fundos, durante toda a vigência da operação, com base em seus históricos de desempenho e cumprimento pelos terceiros das respectivas políticas de cobrança e concessão de crédito, bem como das demais obrigações contratuais e legais por eles assumidas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Cedente, a Administradora, o Custodiante e suas Pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais entre si, no curso normal de suas atividades, conforme descritas abaixo.

A Administradora presta serviços de administração de três fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”), nos quais o Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme abaixo:

O Polo Precatório Federal Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.387.157/0001-23, com prazo de duração de 11 anos, encerrando-se em 26 de janeiro de 2018, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$8.000,00; ou (ii) o valor correspondente a 0,10% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês; acrescida de uma remuneração correspondente a 0,20% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurada no último dia útil de cada mês; e o Custodiante faz jus a Taxa de 0,08% a.a. , calculada sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, , sendo garantida ao Custodiante uma remuneração mínima mensal de R\$ 5.200,00.

O Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado I, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.284/0001-89, com prazo de prazo de duração de 20 anos, encerrando-se em 1º de julho de 2027, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao percentual anual de 0,18% sobre o valor do patrimônio líquido do fundo até R\$ 80 milhões, acrescido do valor equivalente ao percentual anual equivalente a 0,10% sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 10.000,00, acrescido do valor equivalente a R\$ 1.000,00 por mês, enquanto for obrigatória a realização das operações em mercado de derivativos, previstas no regulamento; e o Custodiante faz jus a uma taxa de custódia calculada sobre o patrimônio líquido do fundo, de acordo com os seguintes percentuais: (i) de zero a R\$ 100 milhões, será cobrada uma taxa de 0,25% ao ano; e (ii) acima de R\$ 100.000.000,01 (cem milhões e um centavo), uma taxa de 0,20% ao ano, observado o valor mínimo mensal de R\$ 9.000,00.

O Nunavut Precatório Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.004.360/0001-36, com prazo de duração de 20 anos, encerrando-se em 14/11/2027, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente a 0,10% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido, tendo como mínimo mensal o valor de R\$6.200. Sendo que, caso o número de ações judiciais vinculadas aos direitos creditórios cedidos ao fundo ultrapasse o número de 10, o valor mensal mínimo devido à Administradora, nos termos do regulamento do fundo, deverá ser acrescido do valor de R\$300,00 para cada ação judicial vinculada ao direito creditório cedido ao fundo, que exceder ao número de 10 ações, até que o piso mensal atinja o limite máximo de R\$12.000,00, e caso o número de ações judiciais vinculadas aos direitos creditórios cedidos ao fundo ultrapasse o número de 10, será devida remuneração adicional à Administradora, equivalente a R\$2.000,00 por ação vinculada ao direito creditório cedido ao fundo que ultrapassar o número de 10. A partir da 40ª ação, inclusive, a remuneração adicional será reduzida para R\$1.000,00 por ação vinculada ao direito creditório cedido ao fundo; e o Custodiante faz jus à taxa de custódia será de 0,08% ao ano, calculada sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, sendo garantida ao Custodiante uma remuneração mínima mensal de R\$ 6.000,00, caso apuração mensal do percentual

acima seja inferior a esse valor, observado o disposto a seguir: (i) Em relação ao valor mínimo mensal: (a) Nos primeiros 6 meses de atividade fundo a taxa mínima será de R\$ 2.500,00; (b) Do 6º até o 12º mês a taxa mínima será de R\$ 3.800,00; (c) Após o 12º mês o valor mínimo mensal retornará aos R\$ 6.000,00 mensais; e (ii) Em relação ao volume de cessões de créditos; Os valores acima contemplam um volume de até 10 cessões de créditos por mês, sendo que a partir da 11ª cessão, dentro do mês, será cobrado o valor de R\$ 200,00 por cada cessão excessiva, independente da taxa e valores mínimos acima definidos.

A Administradora, (Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), inclusive suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, na data do presente Prospecto, não prestam nenhum serviço nem possuem qualquer contrato em vigor com a Mendes Junior, com exceção daqueles descritos neste Prospecto, relacionados ao Fundo (i.e., Contrato de Cessão e Contrato de Distribuição).

Não existem outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de origemação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

1. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO.

1.1. Contrato de Cessão.

“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade da Cedente ao Fundo, que será formalizada, em cada Data de Aquisição, por meio da celebração de Termos de Aquisição. O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a ser pago pelo Fundo à Cedente será definido em cada Termo de Aquisição.

1.2. Contrato de Custódia.

“Contrato de Prestação de Serviços Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira para o Mendes Júnior Crédito Judicial – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos da carteira do Fundo. Pelos serviços prestados nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento, o Custodiante fará jus a uma remuneração de R\$ R\$ 6.500,00 ao mês, a título de Custódia dos ativos do Fundo, acrescido: (i) do valor de R\$ 1.500,00 ao mês, referente a taxa de escrituração das Quotas; e (ii) 0,12% do valor das subscrições efetuadas no Fundo a ser paga pela Cedente, a cada integralização de Quotas, observado que caso o somatório dos valores aqui estabelecidos seja superior a R\$ 700.000,00, este será considerado com taxa final.

1.3. Contrato de Distribuição

“Instrumento Particular de Colocação Pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe A1 do Mendes Júnior Crédito Judicial – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, sob regime de melhores esforços”, celebrado entre a Mendes Junior e a Oliveira Trust, tendo como interveniente, o Fundo, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de distribuição pública de 01 (uma) Quota Sênior e até 1.000 (mil) Quotas Subordinadas Classe A1, objeto da presente Oferta. A Administradora, na qualidade de Distribuidor, fará jus à uma comissão de colocação, a ser paga pela Mendes Junior, equivalente à: (i) parcela única de R\$50.000,00, devida quando da assinatura deste Contrato, e adicionalmente; (ii) remuneração variável equivalente a 1,00% sobre os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe A1 devidamente inscritas e integralizadas em moeda corrente, devida nas datas de subscrição das Quotas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

Durante o período de distribuição:

Administradora e Distribuidor:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. José Alexandre Freitas

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora declara que: (i) as informações prestadas neste Prospecto, relacionadas ao Fundo e à Oferta, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto fosse elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidora das Quotas, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

A Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto referentes às suas atividades e situação econômico-financeira, incluindo aquelas relativas às outras empresas integrantes de seu grupo societário mencionadas neste Prospecto, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou na CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1
REGULAMENTO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 15/05/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 757714

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“Administradora”), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM nº 356”), bem como pela Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 (“Instrução CVM nº 444”), ambas expedidas pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **“MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS”** (“Fundo”);
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar (i) o Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de escrituração,

4ºRTD-RJ - 757714

Emol: 284,13/Distrib: 10,75/Lei 111/06: 13,74
Mutua/ACOTERJ: 8,15 / FETJ: 54,98
Lei 4.864/05: 13,74 / Tot Emol (R\$): 365,49
PARÂM. Vias 2 / Nome(s): 1 / Págs 102
Proc Estr: N / Averb N / Dilig.



A

custódia e controladoria dos ativos do Fundo; (ii) a SR Rating Prestação de Serviços Ltda., com sede na Avenida Rio Branco, nº 89 B, grupo 1002, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 68.814.433/0001-14, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (rating) das quotas do Fundo; e (iii) a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

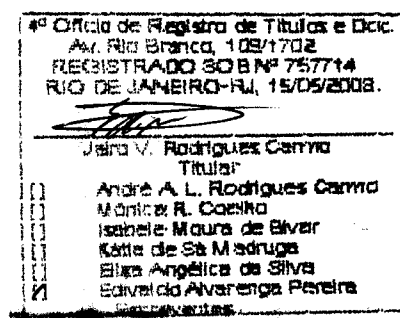
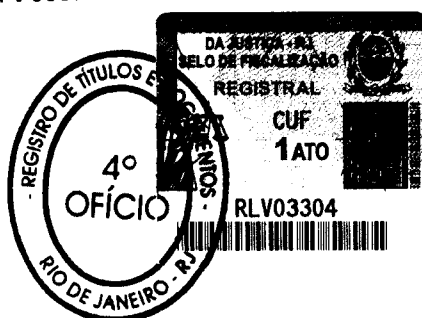
Rio de Janeiro, 14 de maio de 2008


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Mauro Sergio de Oliveira
Diretor

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome:
RG: **Paula Perazzi A. Ferreira**
CPF: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: 095.449.027-40

2. Maria Eunice Motta M. Def. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **CPF: 12.857.135-3**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO
REGULAMENTO DO MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

4ºRTD-RJ - 761833

Emol: 287,77 / Distr: b: 10,75 / Lei: 111/06 13,92
Mutua: ACOTERJ 8,45 / FETJ: 55,70
Lei: 4.684/05 13,92 / Tot. Emol: (R\$) 370,21
PARÂM Vias: 2 / Nome(s): / Págs: 104
Proc. Estr. N: / Averb: S / Dig:

4ºRTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 14/07/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 761833



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“Administradora”) do **MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído em 15 de maio de 2008, tendo sido o regulamento registrado na mesma data, sob o nº. 757714, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 1035/2008, de 20 de junho de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no item 19.2 do Capítulo XIX do Regulamento e no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- a alteração da definição de Quotas Subordinadas classe “A” para Quotas Subordinadas Classe Ai, no subitem 78 do item 2.1 do capítulo II, bem como o referido ajuste, em todo o Regulamento;
- a alteração da redação dos subitens 44, 65, 92, 96 e 99 do item 2.1 do Capítulo II;
- a alteração dos itens 4.3, 4.4 e 4.6 do Capítulo IV;
- a inclusão do subitem 5.2.1 ao item 5.2, bem como a alteração do item 5.3 do Capítulo V;

- a inclusão do item 7.3 do Capítulo VII;
- a alteração da alínea “k”, e a inclusão das alíneas “l”, “m”, “n” e “o” do item 12.2 do Capítulo XII;
- a alteração dos itens 14.2 e 14.4 do Capítulo XIV;
- a alteração do item 15.2 e a inclusão do subitem 15.3.1, ambos do Capítulo XV;
- a alteração do item 16.2 do Capítulo XVI;
- a inclusão do subitem 17.1.1 do Capítulo XVII;
- a alteração do item 19.2 do Capítulo XIX;
- a exclusão da alínea “c” do item 20.1, com a conseqüente renumeração dos itens abaixo, e, após, alteração da alínea “d” do mesmo item do Capítulo XX; e
- a inclusão da alínea “c” ao item 25.3 e do item 25.6 do Capítulo XXV.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rio de Janeiro, 14 de julho de 2008.

4º OFÍCIO
Averçado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 75.771/4 do Livro B-93
O QUE CERTIFICO. RJ, 14 JUL. 2008.

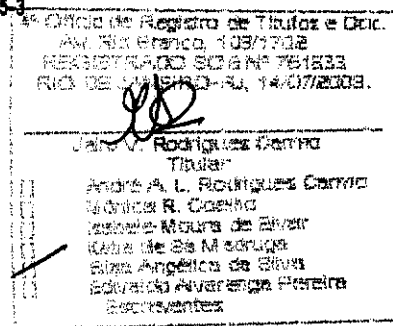
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Alexandre Lodi de Oliveira
CPF: 076.922.737-66
IFP 10964131-6

Testemunhas

1. Paula Perazzi Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO
REGULAMENTO DO MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 01/09/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 763154

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“Administradora”) do **MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído em 15 de maio de 2008, tendo sido o regulamento registrado na mesma data, sob o nº 757714, e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 14 de julho de 2008, sob o nº 761833, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 1305/2008, de 29 de julho de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no item 19.1 (b) do Capítulo XIX do Regulamento e no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- a alteração do item 4.6 do Capítulo IV;
- a alteração da alínea “o” do item 12.2 do Capítulo XII;
- a inclusão do subitem 26.1.1 ao item 26.1 e a alteração do item 26.3. do Capítulo XVI; e

- a inclusão de cabeçalho em todos os Anexos, de redação esclarecendo que o respectivo anexo é parte integrante do Regulamento.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR**

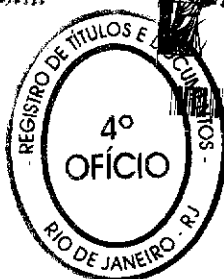
Testemunhas:

1. Paula Perazzi Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averçado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 761.833 do Livro 8-93
O QUE CERTIFICO, RJ, 01 AGO. 2008

Elisa Angelica da Silva
4º OFÍCIO REG. TÍT. DOC.
Elisa Angelica da Silva
Escriturante Autorizada



4º Ofício de Registro de Títulos e Doc. Av. Rua Branco, 103/1702 REGISTRADO SOB Nº 763154 RIO DE JANEIRO - RJ, 01/08/2008.	
Jairo V. Rodrigues Carrijo Titular	
<input checked="" type="checkbox"/>	André A. L. Rodrigues Carrijo
<input checked="" type="checkbox"/>	Mônica R. Coelho
<input checked="" type="checkbox"/>	Isabela Moura de Alveir
<input checked="" type="checkbox"/>	Adriana de Sá Madruga
<input checked="" type="checkbox"/>	Elisa Angelica da Silva
<input checked="" type="checkbox"/>	Edvaldo Azeiteiro Pereira
Escriturantes	

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO
REGULAMENTO DO MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

4º RTD - CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 06/08/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 763318

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“Administradora”) do **MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído em 15 de maio de 2008, com seu regulamento registrado na mesma data, sob o nº 757714, e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 14 de julho de 2008, sob o nº 761833, assim como pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado 01 de agosto de 2008, sob nº 763154, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 1305/2008, de 29 de julho de 2008, uma vez que estas não foram integralmente cumpridas pela Segunda Alteração;
- (ii) Por erro, o Regulamento consolidado em sua 2ª Alteração não incluiu os Anexos I e III; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembleia geral, conforme previsto no item 19.1 (b) do Capítulo XIX do Regulamento e no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- a alteração do item 14.2 do Capítulo XIV; e

4ºRTD-RJ - 763318

Emol 284,13/Distrib 10,75/Let 111/08 13,74
Mutua/ACOTERJ 8,15 / FETJ 54,98
Lei 4.684/05: 13,74 / Tot. Emol (R\$): 365,49
PARÂM Vies 2 / Nome(s): 1 / Págs 102
Proc. Estr. N / Averb. S / Dilig



318

- a inclusão dos documentos nomeados como Anexo I e Anexo III, ambos com cabeçalho de redação esclarecendo que os respectivos anexos são parte integrante do Regulamento;

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2008.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

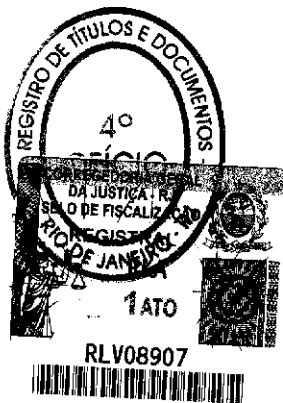
Testemunhas:


1. Maria Eunice Mello
 Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
 RG: **CPF: 008.887.377-82**
 CPF: **12.857.135-3**

2. Alino de J. Hamond
 Nome: **Alino de Araujo Hamond**
 RG: **CPF: 116.576.577-28**
 CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 4º OFÍCIO
 Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
 Registro Nº 263.154 do Livro B-95
 O QUE CERTIFICO, RJ, 05 AGO. 2008


 4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
 Elisa Angelica da Silva
 Escrevente Autorizada



4º OFÍCIO de Registro de Títulos e Docs. Av. Rio Branco, 109/1702 REGISTRADO SOB Nº 763313 RIO DE JANEIRO-RJ, 05/08/2008.	
	
João V. Rodrigues Cayro	Titular
Antônio A. L. Rodrigues Cayro	
Mônica R. Cozzina	
Isabela Moura de Silver	
Edna de Sá Medeiros	
Elisa Angelica da Silva	
Edvaldo Alvarenga Pereira	
Escreventes	

**REGULAMENTO DO MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DO FUNDO	3
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES	4
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO	17
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	17
CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E DO VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS	20
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES	23
CAPÍTULO VII – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	24
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	24
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	26
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA.....	28
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE	29
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO	33
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS.....	44
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	49
CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS.....	52
CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE AI.....	56
CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	60
CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	62
CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	66
CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO	67
CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	68

CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	69
CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	71
CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	72
CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS.....	74
CAPÍTULO XXVII – DA ARBITRAGEM.....	76
CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS	77

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO DO DOCUMENTO REGISTRADO



**Regulamento do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS (o “Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate ou a amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro, conforme estabelecido no Capítulo XXI, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).
- 1.3. Caso seja confirmado o interesse nas Quotas por parte de investidores estrangeiros, além dos documentos previstos no item (15.6) do Capítulo XV, a Administradora exigirá uma declaração do respectivo investidor, de que (I) (1) é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (o “*Securities Act*”) ou (2) (a) é um investidor institucional qualificado (o “Investidor Institucional Qualificado”), nos termos da Regra 144-A do *Securities Act* (a “Regra 144-A”),

adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado, (b) não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado) e (c) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (o "*Investment Company Act*"); (II) não é um investidor domiciliado no Reino Unido ou é um investidor domiciliado no Reino Unido, mas não sujeito a qualquer restrição quanto à aquisição ou subscrição das Quotas do Fundo por meio de operação isenta de registro perante as autoridades competentes (*Financial Services Authorities*) de sua jurisdição; e (III) é um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição, sendo desta forma, um Investidor Qualificado. Caso a aquisição de Quotas por investidores estrangeiros seja feita no mercado secundário a guarda e verificação deste documento será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es).

- 1.4. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e cada Suplemento serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
 1. “Ação Chesf”: Ação de procedimento ordinário proposta pela Cedente em face de Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, originalmente distribuída à 4ª Vara Cível da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, sob o número 001.93.045767-7, e posteriormente remetida à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Recife, por força do deferimento do pedido de assistência da União

e da Eletrobrás, onde atualmente tramita sob o nº 2000.83.00.014864-7, tendo por objeto a quantificação e a cobrança do crédito já reconhecido por sentença judicial em favor da Cedente, transitada em julgado em 16 de dezembro de 1992, proferida em ação declaratória envolvendo as mesmas partes, que tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife. O breve relato da Ação Chesf, com destaque para seus movimentos mais atuais, é objeto do Relatório Jurídico;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
DOCUMENTO ARQUIVADO

2. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
3. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, incluindo diretores, empregados de qualquer das Pessoas acima referidas, membros de seus órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos e qualquer parente, até o 3º grau, de qualquer das Pessoas acima referidas;
4. “Agência de Classificação de Risco”: significa a SR Rating Prestação de Serviços Ltda., com sede na Avenida Rio Branco, nº 89 B, grupo 1002, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 68.814.433/0001-14, ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento;
5. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
6. “Agente Escriturador”: significa o Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, ou seu sucessor contratado nos termos deste Regulamento;

7. “Anexo”: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
8. “Assembléia Geral”: assembléia geral de Quotistas do Fundo;
9. “Assessor Legal”: escritório de advocacia contratado pelo Fundo para acompanhar a Ação Chesf e desempenhar as demais funções a este atribuídas neste Regulamento e nos termos de contrato de prestação de serviços advocatícios específico;
10. “Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.4) do Capítulo XXII;
11. “Aviso de Resgate Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.8) do Capítulo XVII;
12. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
13. “BDO Trevisan”: BDO Trevisan Auditores Independentes, sociedade simples com sede na Rua Paraíba, 1.174, 2º andar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.803.244/0024-00;
14. “BM&F”: Bolsa de Mercadorias & Futuros;
15. “BOVESPA”: Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;
16. “Capítulo”: significa qualquer Capítulo deste Regulamento;
17. “CBMA”: significa Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA;
18. “Cedente”: significa a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO DO DOCUMENTO ARQUIVADO

Avenida João Pinheiro, 146 – 15º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 17.162.082/0001-73, na qualidade de Cedente dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo;

19. “CETIP”: Câmara de Custódia e Liquidação;
20. “Chesf”: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333 – Bongi, cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16;
21. “Circulação”: o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente, conforme o caso, às Quotas Seniores, a qualquer Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, e às Quotas Subordinadas Classe B em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
22. “Classe”: qualquer classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento;
23. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
24. “CNPJ”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
25. “Conta Corrente do Fundo”: conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;
26. “Contrato de Cessão”: “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser firmado entre a Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade da Cedente ao Fundo, que

será formalizada, em cada Data de Aquisição, por meio da celebração de Termos de Aquisição;

REGISTRO DE TERMOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

27. “Contrato de Custódia”: Contrato de Custódia a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente;
28. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
29. “CPF”: Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
30. “Crédito Chesf”: significa o valor correspondente à soma da totalidade dos créditos decorrentes da Ação Chesf;
31. “Critério de Elegibilidade”: critério a ser observado na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;
32. “Custodiante”: significa o Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, ou seu sucessor contratado nos termos deste Regulamento;
33. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
34. “Data Base”: significa 31 de dezembro de 2007;
35. “Data de Amortização de Quotas”: significa a data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização, ou, conforme o caso, o resgate de Quotas na forma deste Regulamento;
36. “Data de Aquisição”: data em que o Fundo efetua o pagamento à Cedente pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional;

37. “Data de Emissão”: data em que os recursos decorrentes da 1ª integralização de Quotas Seniores, de cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai e das Quotas Subordinadas Classe B são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
38. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
39. “Direito Creditório”: significa o Crédito Chesf;
40. “Direito Creditório Adquirido”: significa os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração de um ou mais Termos de Aquisição;
41. “Direito Creditório Elegível”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.1) do Capítulo V;
42. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
43. “Distribuição”: distribuição, pública ou privada, de Quotas a ser realizada pela Administradora e pelo(s) Distribuidor(es) nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
44. “Distribuidor”: instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, direta ou indiretamente, para efetuar, às expensas da Cedente, a distribuição pública de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Classe Ai do Fundo, sendo que a Administradora deverá nomear uma instituição para atuar como líder de cada Distribuição. Caso o Fundo não contrate nenhuma instituição para efetuar a

distribuição pública de Quotas, a Administradora deverá exercer a função de Distribuidor da oferta;

REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

45. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam o Crédito Chesf, consubstanciados em cópia integral dos autos da Ação Chesf;
46. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) os Termos de Aquisição; (iv) o(s) Prospecto(s); e (v) o Contrato de Custódia;
47. “Eletrobrás”: Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade de economia mista federal, com escritório central na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.0001.180/0002-07;
48. “Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo ou sua sucessora;
49. “Eventos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1), do Capítulo XXII;
50. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
51. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
52. “IBGE” significa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
53. “Início das Atividades”: data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas;

54. “Instituições Autorizadas” significa (i) União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; ou (ix) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos itens “i” a “viii” acima;
55. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
56. “Instrução CVM nº 400”: Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
57. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas eventuais alterações posteriores;
58. “Instrução CVM nº 444”: Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
59. “Investidores Qualificados”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
60. “Investment Company Act”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.3) do Capítulo I;
61. “IPCA”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
62. “Laudos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.3) do Capítulo XXII;

63. “Mendes Junior”: significa a Cedente;
64. “Notificação de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.10) do Capítulo XVII;
65. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, conforme descrito no item (4.6) do Capítulo IV, excluindo-se os Direitos Creditórios Adquiridos;
66. “Parcela Recebida”: significa o valor em moeda corrente nacional, efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo, decorrente: (i) da liquidação parcial ou total dos Direitos Creditórios Adquiridos; ou (ii) da realização de bens e direitos recebidos quando da liquidação parcial ou total dos Direitos Creditórios Adquiridos;
67. “Passivos Preferenciais”: significam os passivos comerciais, judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, da Mendes Junior, existentes na Data Base, e identificados no Relatório de Diligência Contábil, com garantia de frações do Crédito Chesf, inclusive os créditos garantidos com penhora judicial, e os quitados com cessão definitiva ou fiduciária de frações do Crédito Chesf;
68. “Patrimônio Líquido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (13.1) do Capítulo XIII;
69. “Periódico”: o jornal “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV;
70. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

71. “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo;
72. “Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (21.1) do Capítulo XXI;
73. “Preço de Aquisição”: valor entregue pelo Fundo à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou em Quotas Subordinadas Classe B, em razão da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme indicado em cada Termo de Aquisição;
74. “Prêmio de Risco”: significa o percentual anual a ser acrescido à variação do IPCA, utilizado na determinação do valor máximo das Quotas Seniores e de cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, definido em cada Suplemento “i”, para fins de seu resgate e/ou amortização;
75. “Prêmio de Risco da Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido” ou “Prêmio de Risco da FDCEA” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) do Capítulo V;
76. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e os procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire da Cedente os Direitos Creditórios Elegíveis, e após sua liquidação, promove a amortização ou o resgate das Quotas;
77. “Prospecto”: o prospecto de cada uma das distribuições públicas de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Classe Ai;
78. “Quotas”: significa as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Classe Ai e/ou as Quotas Subordinada Classe B;

79. “Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.2) do Capítulo XIV;
80. “Quotas Subordinadas”: significa as Quotas Subordinadas Classe Ai e/ou as Quotas Subordinadas Classe B;
81. “Quotas Subordinadas Classe Ai”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.2) do Capítulo XIV;
82. “Quotas Subordinadas Classe B”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.2) do Capítulo XIV;
83. “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares de Quotas, de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, respectivamente;
84. “Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os recursos, em moeda corrente nacional, efetivamente recebidos pelo Fundo quando do pagamento, alienação ou permuta dos Direitos Creditórios Adquiridos e que não estejam alocados na Reserva de Caixa, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX;
85. “Regra 144-A”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.3) do Capítulo I;
86. “Regulamento”: o presente regulamento;
87. “Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, calculada diariamente pela Administradora;

88. “Relatório de Diligência Contábil”: significa o relatório preparado pela BDO Trevisan identificando os Passivos Preferenciais na Data Base, o qual constitui o Anexo I deste Regulamento;
89. “Relatório de Ordem de Preferência” significa o relatório elaborado pela Administradora e pela Mendes Junior, atualizado de tempos em tempos, identificando os valores do Crédito Chesf que tenham sido cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, que constitui o Anexo II deste Regulamento;
90. “Relatório Jurídico”: significa o relatório elaborado pelo escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados, sociedade de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 35.808.211/0002-10, identificando, de maneira objetiva, os principais movimentos e o estágio da Ação Chesf na Data Base, que constitui o Anexo III deste Regulamento;
91. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (20.2) do Capítulo XX;
92. “Resgate Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item (17.7) do Capítulo XVII;
93. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
94. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
95. “Saldo Não Amortizado do Valor da Quota Sênior”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.1) do Capítulo XVI;

96. “Saldo Não Amortizado do Valor das Quotas Subordinadas Classe Ai”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.2) do Capítulo XVI;
97. “Securities Act”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.3) do Capítulo I;
98. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
99. “Série Específica”: série específica de Quotas Seniores, emitida nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI;
100. “Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo IV deste Regulamento;
101. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
102. “TED”: transferência eletrônica disponível;
103. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo V, a ser firmado por cada Quotista, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
104. “Termo de Aquisição”: termo de aquisição, lavrado por instrumento público, entre a Cedente e o Fundo, em cada Data de Aquisição, conforme o modelo constante em anexo ao Contrato de Cessão;
105. “Valor Total dos Direitos Creditórios Adquiridos” ou “VTDCA”: valor do somatório das frações dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidas ao Fundo em razão do pagamento de cada Preço de Aquisição.

CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

REGISTRO DE ATIVOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração, ressalvadas as amortizações de Quotas e a possibilidade de resgate antecipado, conforme previsto no Capítulo XVII.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas preponderantemente por meio da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. Para as Quotas Seniores e para cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai, o Fundo buscará, em regime de melhores esforços, atingir uma rentabilidade (*benchmark*) equivalente a variação do IPCA, acrescida do Prêmio de Risco definido no respectivo Suplemento “i”. Não há *benchmark* estabelecido para as Quotas Subordinadas Classe B.
- 4.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O Fundo poderá alocar, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido deduzido do valor que obrigatoriamente

deve ser alocado na constituição e manutenção da Reserva de Caixa, nos termos do item 20.2 do Capítulo XX deste Regulamento, em Direitos Creditórios Elegíveis.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 4.4. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada sem obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas. A Cedente e/ou quaisquer de suas Afiliadas não são responsáveis caso os Direitos Creditórios Adquiridos deixem de existir, total ou parcialmente, no futuro, por qualquer motivo, inclusive pelo resultado da Ação Chesf, e/ou pela solvência da Chesf, da Eletrobrás e/ou de qualquer outra Pessoa, de direito público ou privado. A Cedente é somente responsável pela boa formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão, bem como pela autenticidade das informações contidas no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório Jurídico, tendo em vista a situação atual da Ação Chesf.
- 4.5. Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação dos Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, e ao enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do item (5.1) do Capítulo V abaixo, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem (i) pela solvência da Chesf, (ii) pelo pagamento do Crédito Chesf, (iii) caso os Direitos Creditórios Adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro e/ou (iv) pela formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão.
- 4.6. Conforme previsto no item (4.3) acima, observada e respeitada a necessidade de constituição da Reserva de Caixa, o Fundo poderá aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O Fundo poderá manter a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, ou aplicar: (i) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) operações compromissadas tendo como lastro títulos

públicos federais; e (iii) quotas de fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas "i" e "ii" acima. É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo, de ativos de renda variável e/ou a realização de operações em mercados derivativos.

- 4.7. A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição de sua carteira em que figurem como contraparte a própria Administradora, a Cedente e/ou quaisquer de suas Afiladas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora e/ou por qualquer de suas Afiladas.
- 4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante nos termos da legislação aplicável.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de qualquer de suas Afiladas, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do FGC.

CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E DO VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS

RECEBIMENTO DE DIREITOS E DEBÍTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 5.1. Considera-se elegível para os fins de aquisição pelo Fundo, a totalidade (100%) do Crédito Chesf que vier a exceder os valores alocados aos Passivos Preferenciais e os valores cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, existente em cada Data de Aquisição, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, conforme evidenciado no Relatório de Ordem de Preferência ("Direitos Creditórios Elegíveis").
- 5.2. Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, por meio das cessões objeto de cada Termo de Aquisição, a Mendes Junior cederá ao Fundo, entre outras prerrogativas, o direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do fluxo financeiro vinculado aos Direitos Creditórios Adquiridos, sendo este limitado ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VTDCA = \sum_n^{n=1} [(PA_n \times C_{VDCn}) \times S_{VDCAn}] ;$$

onde:

$VTDCA$ "Valor Total dos Direitos Creditórios Adquiridos", equivalente ao somatório dos Preços de Aquisição acrescidos das respectivas variações de C_{VDCn} e S_{VDCAn} , conforme abaixo definidos;

PA_n (i) até a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente ao Preço de Aquisição de cada Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido ("FDCEA") identificado no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem "n"; e (ii) a partir do Dia Útil seguinte à data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente a:

$$(PAE_n \times CE_{VDCn}) - AmtzE_n ;$$

onde:

PAE_n significa o saldo do valor de PA_n na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

CE_{VDCn} significa o valor de C_{VDCn} na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

$AmtzE_n$ significa o valor recebido pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos, no Dia Útil imediatamente anterior a data de apuração de VTDCA, alocado à amortização da FDCEA de número de ordem "n", sendo que os recursos recebidos pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos deverão ser alocados obrigatoriamente para amortização integral da FDCEA de número de ordem 1, e, em seguida, para amortização integral da FDCEA de número de ordem 2, e assim sucessivamente.

C_{VDCn} para cada Termo de Aquisição celebrado pelo Fundo será calculado um C_{VDC} equivalente ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, referente à Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido pelo Fundo por meio do respectivo Termo de Aquisição de número de ordem "n", desde a respectiva Data de Aquisição ou na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, o que tiver ocorrido por último, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C_{VDCn} = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right];$$

onde:

n número total de índices considerados na atualização do C_{VDCn} , sendo "n" um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no " NI_k ";

dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de " dct_k ". Exclusivamente para o cálculo de " dcp_1 ", será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de

Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso; e

det_k número de dias corridos contidos no mês calendário "k", sendo " det_k " um número inteiro.

S_{VDCA}

$$S_{VDCA} = [\text{Prêmio de Risco da FDCEA} + 1]^{\frac{du}{252}};$$

onde:

S_{VDCA} fator equivalente ao Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem "n"; e

Prêmio de Risco da FDCEA Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem "n", na forma decimal ao ano, observado que cada Prêmio de Risco da FDCEA somente será considerado para fins de determinação do valor do $VTDCA$ e, conseqüentemente, do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.

du número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

5.2.1. O limite do fluxo financeiro, que poderá ser cedido ao Fundo, nos termos do item (5.2) acima, representa o valor total da parte do Crédito Chesf de titularidade da Cedente, já descontados os valores previstos no Relatório de Ordem de Preferência.

5.3. Cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser realizada a taxa de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, será formalizada por meio da celebração de Termo de Aquisição específico.



- 5.4. Observados os termos e condições do Contrato de Cessão, a Cedente poderá dispor, em um ou mais negócios jurídicos, de seus direitos e prerrogativas referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de sua titularidade na ocasião.

RECEBIMOS DO TITULAR E DO CEDENTE
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES

- 6.1. Observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será formalizada por meio de Termo(s) de Aquisição, lavrado(s) por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo juízo, no prazo definido no item (6.2) abaixo.
- 6.1.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente, observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, sempre que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, o mesmo atenda a Reserva de Caixa.
- 6.2. O respectivo Termo de Aquisição será levado aos autos da Ação Chesf, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis de sua celebração, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor da parcela do Crédito Chesf cedida, correspondente aos Direitos Creditórios Adquiridos, bem como do número da conta corrente de titularidade do Fundo, para onde deverão ser transferidos os recursos decorrentes do recebimento de valores, após o respectivo levantamento.
- 6.3. O Assessor Legal atuará, por conta e ordem do Fundo, no procedimento relacionado no item (6.2) acima.

CAPÍTULO VII – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 7.1. A Cedente é a Mendes Junior, que detém o Crédito Chesf, em virtude de sentença transitada em julgado em ação declaratória anteriormente ajuizada em face da Chesf, sendo que a quantificação do crédito e a efetiva cobrança judicial são objetos da Ação Chesf. Os direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, na qualidade de assistente da Mendes Junior, encontram-se definidos no Contrato de Cessão.
- 7.2. O Fundo não poderá adquirir outros direitos creditórios que não Direitos Creditórios Elegíveis.
- 7.3. Observado o disposto no Contrato de Cessão e no item (7.1) acima, o Fundo, na qualidade de assistente da Mendes Junior na Ação Chesf, nos termos dos artigos 50 a 55 do Código de Processo Civil, atuará como auxiliar, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais que a Mendes Junior.

RECEBUELOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”), que será responsável pelas atividades de administração e gestão de sua carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora deverá aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de

seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - 6J
ARRECADADO DOCUMENTO ARRECADADO

8.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora, pode:

- a) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação, sempre observado o disposto no Contrato de Cessão, bem como no Capítulo XXVI;
- b) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Contrato de Cessão e neste Regulamento;
- c) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral e as restrições inerentes aos Direitos Creditórios, inclusive aquelas identificadas no Contrato de Cessão, adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios Adquiridos integrantes da carteira do Fundo; e
- d) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia,

que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

- 8.4. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação nos Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.
- 8.5. A Administradora deverá promover a atualização do Relatório de Ordem de Preferência, sempre observado o disposto no item (1.4) do Capítulo I.
- 8.6. A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante e a Mendes Junior e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento. A Administradora deverá implementar, diretamente ou por meio de seus Agentes, todos os procedimentos necessários ao levantamento e ao seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, conforme descrito no Capítulo VI.

CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização (a “Taxa de Administração”): (i) uma remuneração fixa mensal equivalente a R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), pagável no último Dia Útil de cada mês e, adicionalmente; (ii) remuneração variável equivalente a 0,5% (cinco décimos

por cento) sobre os valores (ou ativos) que vierem a ser efetivamente pagos (ou transferidos) aos Quotistas do Fundo por ocasião da amortização ou resgate de suas Quotas. A primeira remuneração mensal devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. A remuneração variável será paga concomitantemente à amortização ou ao resgate das Quotas.

- 9.2. A parcela fixa da remuneração mensal definida no item (9.1) anterior será atualizada pela Administradora e informada ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de junho de 2007, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M.
- 9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização, com o Assessor Legal ou qualquer outro serviço de assessoria legal ao Fundo.
- 9.4. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.5. O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida à Administradora será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada, nos termos do artigo 39, inciso I da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão solicitar a substituição da Administradora mediante realização de Assembléia Geral especialmente convocada para este fim. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.
- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, a substituição da Administradora deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, e em segunda convocação, pela maioria dos titulares das Quotas presentes à Assembléia Geral.
- 10.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Resgate Antecipado, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXIII.
- 10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja

deliberado pela maioria dos titulares das Quotas, no curso da Assembleia Geral convocada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo.

RECEBUE
2º OFÍCIO - RJ
DOCUMENTO ARQUIVADO

- 10.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembleia Geral, realizada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.6. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.4) acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante,



diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- RECEBIMENTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - DJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem ao Critério de Elegibilidade;
 - b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
 - c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
 - d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) cópias autenticadas dos Termos de Aquisição e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pela Cedente ou seus respectivos Agentes; e
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - e) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos,

integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora, e/ou pela Cedente ou seus respectivos Agentes;

RECEBIDO DE ATIVOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “d” acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC,

(ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora; e
- d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

11.4. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 180 (cento e oitenta) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

11.5. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

12.1. Os Direitos Creditórios Adquiridos e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado, riscos jurídicos, e/ou riscos de crédito das contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

12.1.1. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, os Distribuidores ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pelo reconhecimento futuro de inexistência dos Direitos Creditórios Adquiridos, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.

12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar os Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, ou caso o Quotista receba tais direitos creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIII, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá ser inferior ao valor contábil dos referidos direitos creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou



os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Capítulo XXIII, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e ao risco de inexistência de mercado secundário conforme descrição contida na alínea “a” acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento da Ação Chesf e despesas processuais.
- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Adquiridos ou os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.

e) **Riscos relativos à impossibilidade de utilização de instrumentos derivativos.** Devido à impossibilidade de utilização, pela Administradora, de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.

f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro do(s) devedor(es) dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

g) **Da subordinação entre os Quotistas.** As Quotas Subordinadas Classe Ai subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate. Cada Quota Subordinada Classe Ai subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai emitidas anteriormente, de forma que as Quotas Subordinadas Classe "Ai" subordinam-se às Quotas Subordinadas Classe "A1" a "A i-1". Cada Quota Subordinada Classe B subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Quotas Seniores e a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai. Neste sentido, em razão da subordinação entre as diversas Classes emitidas pelo Fundo, os valores eventualmente recebidos pelo Fundo vinculados aos Direitos Creditórios Adquiridos poderão ser insuficientes para que o Fundo processe à amortização ou o resgate, total ou parcial, da totalidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em Circulação.

ANEXO 5 - DIREITOS CREDITÓRIOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- h) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais deverão, também, compor a Reserva de Caixa, estão sujeitos, sem limitação, a oscilações de preços, riscos de crédito, de liquidez, de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai, serão apurados de acordo com os critérios definidos nos itens (16.1) e (16.2) do Capítulo XVI. Tais critérios têm como finalidade definir quais as parcelas do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, devem ser prioritariamente alocadas aos titulares de Quotas Seniores e aos titulares de Quotas Subordinadas Classes A, na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, do Distribuidor e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classes A não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma dos itens (16.1) e (16.2) do Capítulo XVI, respectivamente, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essas classes de Quotas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, observado o disposto no Capítulo XX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo, sem limitação, aqueles de natureza fiscal. A

Administradora, o Custodiante, a Cedente, o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos adicionais no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANEXO 48 - OFÍCIO - FJ
DOCUMENTO ARQUIVADO

- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido do Fundo torne-se negativo ou as suas disponibilidades não sejam insuficientes para o custeio das despesas correntes de manutenção e administração do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Seniores da Série Específica, a ser realizada pelos Quotistas titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai, nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI.
- l) **Voto em separado dos titulares das Quotas Subordinadas Classe B.** Nos termos da alínea “d” do item (14.6) do Capítulo XIV, os titulares das Quotas Subordinadas Classe B deverão aprovar em votação em separado a emissão de novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, bem como a alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Desse modo, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai não poderão decidir acerca da emissão de novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, bem como poderão não conseguir promover alterações no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização caso não haja o consentimento dos titulares das Quotas Subordinadas Classe B. Tal situação poderá ser agravada devido ao conflito de interesses existente entre a Cedente e suas Afiliadas, únicas titulares das Quotas Subordinadas Classe B, e os demais Quotistas.
- m) **Existência de uma única Cedente.** A Mendes Junior é a única Cedente de Direitos Creditórios ao Fundo. Desse modo, caso a Mendes Junior opte por

interromper a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios de qualquer outro cedente.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - FJ
ANEXO 20 - DOCUMENTO ASSINADO

- n) **Possibilidade de perda total do capital investido.** Os investimentos em Direitos Creditórios Elegíveis e em Outros Ativos podem resultar em perdas para o Fundo, incluindo a perda total do capital investido e resultados negativos. Neste caso, poderá ser solicitado aos Quotistas aporte adicional de recursos ao Fundo, nos termos da alínea “k” acima. Ademais, caso o resultado final da Ação Chesf seja total ou parcialmente desfavorável à Cedente, tanto em termos de valor quanto à efetiva existência do direito pleiteado, os Quotistas encontram-se sujeitos ao risco de perda total do capital investido.
- o) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, a Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, caso, quando da cessão a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios Adquiridos penda demanda judicial fundada em direito real; e.(iii) fraude à execução fiscal se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios Adquiridos, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Discussão jurídica quanto ao crédito.** A Cedente obteve decisão judicial favorável, consistente em sentença transitada em julgado, proferida em ação declaratória movida contra a Chesf, que reconheceu a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior contra a Chesf e que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de

mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de Itaparica e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria. Apesar da imutabilidade da referida sentença, por força do trânsito em julgado, a quantificação do crédito e sua efetiva cobrança dependem de ação judicial própria, pois a ação declaratória apenas declara o direito ao crédito, não tendo natureza condenatória. Por tal razão foi proposta a Ação Chesf e a Chesf, ao contestar o feito, alegou, em síntese que: (i) teria ocorrido prescrição haja visto o prazo de 5 anos previsto no art. 178, III, do Código Civil de 1916; (ii) seria impossível a aplicação de juros de mercado; (iii) seria possível o questionamento na ação ordinária da aplicação do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e do Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, às sociedades de economia mista; (iv) em caso de mora, seria aplicável a norma contida no aditivo epistolar que previa a correção dos valores devidos com base na variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNS, contada entre a data do vencimento e do pagamento, acrescido de juros de 1% ao mês; (v) por não ser aplicável às sociedades de economia mista a *exceptio non adimplement contractus*, poderia a autora ter rescindido o contrato ou pelo menos interrompido sua execução, o que não teria sido feito por mera conveniência; (vi) não houve concordância expressa da administração com a captação dos recursos no mercado financeiro; (vii) estaria infringindo a Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977. O reconhecimento de qualquer das matérias argüidas na defesa pode, em tese, diminuir o valor do Crédito Chesf, ou mesmo tornar inexistentes os Direitos Creditórios Adquiridos, e esse reconhecimento pode ocorrer em qualquer instância, a qualquer tempo, conforme o andamento do processo, como em qualquer outro litígio judicial. A sentença de primeira instância, proferida em 5 de março de 2008, julgou apenas parcialmente procedente a ação, condenando a Chesf a pagar à Mendes Júnior o valor referente aos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido no financiamento das faturas dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, até seu efetivo pagamento, da seguinte forma: (i) as faturas em atraso deverão sofrer a incidência dos juros simples individualmente, entre a data do vencimento (estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281) e seu efetivo pagamento, com



aplicação do índice que reflita, na época específica, a menor remuneração das formas de captação de recursos adotadas pela Mendes Júnior por ocasião do financiamento de cada parcela da obra; (ii) para o cálculo do referido índice, deve-se apurar, em relação a cada fatura e seu período de atraso, as formas adotadas pela autora para captar os recursos no mercado financeiro e aferir qual a menos onerosa para a empresa, identificando, assim, o mercado do qual deverá ser obtido o custo da captação dos recursos; (iii) a incidência dos juros de mercado e dos encargos financeiros está limitada ao pagamento individualizado de cada fatura. Ou seja, é devida a incidência da taxa apurada no item “ii” sobre o valor da fatura vencida e não paga apenas no período que mediar entre a data de vencimento da fatura estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281 e seu efetivo pagamento; (iv) os valores referentes aos juros de mercado e aos encargos financeiros de cada fatura paga em atraso – calculados na forma do item “iii” – devem sofrer a incidência exclusiva de atualização monetária, na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, a partir do pagamento de cada fatura pela Chesf até a data da citação da ré, quando deverão incidir a atualização monetária e os juros de mora, desde a citação, no percentual mensal de 0,5% (meio por cento) até a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando o percentual deverá ser de 1,0% (um por cento); (v) apurado o crédito da Mendes Júnior na forma dos itens acima, deve haver abatimento dos benefícios auferidos pela Mendes Júnior por meio de incidência de correção monetária e de juros de mora (capitalizados) de 1% (um por cento), ao mês de atraso de pagamento; indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra; eliminação de carência para o cálculo da correção monetária para os vencimentos das faturas de correção monetária; atualização dos valores das faturas de correção monetária (“correção da correção”) que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico; alteração do período de reajustamento de preços contratados e reajustamento dos preços complementares com base no “IGP-DI/FGV”, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela “OTN”; (vi) os benefícios mencionados no item “iv” também deverão ser atualizados monetariamente na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal,



desde quando trouxeram acréscimos patrimoniais à Mendes Júnior; (iii) calculado o crédito na forma dos itens "i" a "iv", deverão ser abatidos os valores mencionados no item "v", atualizados monetariamente na forma do item "vi", encontrando-se assim o montante devido à Mendes Júnior. Em 17 de março de 2008 a Mendes Júnior interpôs embargos de declaração, com pedido de concessão de efeitos modificativos, os quais serão submetidos à apreciação da mesma magistrada para apreciação. A sentença, da forma em que está, ainda sujeita a confirmação ou reforma por instâncias superiores, concede à Mendes Júnior menos do que o que foi pretendido, ou do que foi calculado pelo perito judicial na própria Ação Chesf. Por tal razão, a análise da Ação Chesf, resumida no Relatório Jurídico, é essencial para a tomada de decisão por parte do investidor, pois ainda existe risco jurídico em relação à própria existência dos Direitos Creditórios, pois tanto a Mendes Júnior quanto a Chesf poderão apelar da sentença. Vale ressaltar que a Chesf, em nota de balanço, justifica o não provisionamento do passivo por considerar o pagamento uma possibilidade remota.

- b) **Indefinição quanto ao efetivo valor dos Direitos Creditórios.** Foram realizadas perícias na Ação Chesf. A Chesf alega ser credora da Cedente, e esta, por sua vez, concordou com o último laudo judicial. Na forma do artigo 436 do Código de Processo Civil, o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, e a sentença proferida não acolheu o laudo, mas determinou novas formas de cálculos que dependem da análise de inúmeros documentos, o que poderá ensejar novas discussões, sem previsão de prazo para que sejam concluídas. As discussões em relação ao valor dos Direitos Creditórios podem referir-se aos índices inflacionários adotados, às taxas de juros adotadas, à possibilidade capitalização ou não dos juros, dentre outras, e somente após o trânsito em julgado da Ação Chesf é que se conhecerá, com segurança, o efetivo valor dos Direitos Creditórios.
- c) **Indefinição quanto à data de recebimento dos Direitos Creditórios.** De acordo com o artigo 6º, inciso III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro

de 1967, considera-se uma sociedade de economia mista, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração da atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto, pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da administração indireta. A Chesf é uma sociedade de economia mista, subsidiária da Eletrobrás. Já se assentou na jurisprudência o entendimento de que os bens da sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica não se sujeitam ao processo de execução contido no artigo 100, da Constituição Federal, e, além disso, são alienáveis e penhoráveis; enquanto exatamente o contrário sucede com o patrimônio das sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, dado o regime publicístico que informa e regula suas relações com os seus respectivos bens (art. 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal, e art. 99, inciso III, parágrafo único, do Código Civil). Isso significa dizer que ao final da Ação Chesf, havendo a quantificação do débito e a condenação da Chesf ao pagamento do valor arbitrado, iniciar-se-á procedimento de execução que, em princípio, deveria seguir o caminho previsto para as execuções de título judicial por quantia certa contra devedor solvente, previsto nos arts. 475-I e seguintes do Código de Processo Civil, em que o pagamento deve ser feito de uma só vez, inclusive com possibilidade de penhora de bens. Mas é possível que, em virtude da natureza dos serviços prestados pela Chesf, o Poder Judiciário considere impenhoráveis todos os seus bens. Ou então, em virtude do valor da condenação, é razoável supor que a Chesf não poderá honrar com o pagamento devido. Ou ainda, é possível que a União, por diversos meios, resolva assumir a dívida, ensejando assim o pagamento na forma do artigo 100 da Constituição Federal, ou seja, por meio de precatório, que no caso estará sujeito à regra prevista no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 30, pelo qual os precatórios emitidos em ações judiciais propostas antes de 31 de dezembro de 2000 serão pagos em até 10 parcelas anuais e sucessivas. Assim, mesmo após a prolação de decisão judicial definitiva na Ação Chesf, o processo de execução e o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios poderão levar longo tempo. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, nos prazos e nos valores previstos, poderá

RECEBIDO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, inclusive com perda total do valor investido caso o recebimento do Crédito Chesf pela Cedente não ocorra, ou ocorra em valores inferiores aos Passivos Preferenciais.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- d) **Risco relacionado à condução do processo.** O Fundo, apesar de cessionário dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá ser impedido de atuar como autor na Ação Chesf, por força do artigo 42, §1º, do Código de Processo Civil, pelo qual o adquirente ou cessionário de direito litigioso não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária. O Fundo apenas poderá intervir no processo na qualidade de assistente, por expressa autorização do §2º do mesmo dispositivo legal. Tratando-se de assistência simples, a Cedente continuará a figurar como única autora e parte principal da ação e, assim, poderá desistir da ação, transigir sobre os direitos controvertidos, ou praticar atos que, direta ou indiretamente, tenham efeitos sobre os Direitos Creditórios Adquiridos.
- e) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada sem co-obrigação da ou direito de regresso contra a Cedente ou qualquer outra Pessoa. A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis caso os Direitos Creditórios Adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro e/ou pela solvência da Chesf. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pela existência, pelo valor e/ou pela liquidação dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência da Chesf.
- f) **Risco relacionado a outros credores da Mendes Júnior.** Apesar de existir a lista de Passivos Preferenciais, a Mendes Júnior é ré em várias ações judiciais. Caso a Mendes Júnior seja vencida em ação judicial já existente quando da cessão de créditos ao Fundo, e não tenha patrimônio suficiente para honrar a condenação, o vencedor da ação poderá, na qualidade de credor, buscar, total ou parcialmente, o Crédito Chesf, para efetuar o pagamento da condenação, ou ainda alegar fraude à execução que, caso

acolhida, implicará em ineficácia da cessão em relação ao referido credor, até o limite de seu crédito.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º Ofício - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO AQUAVADO

- 12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 13.1. Entende-se por patrimônio líquido do Fundo, a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades (o “Patrimônio Líquido”).
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

- 14.1 As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (14.3), (14.5) e (14.6) deste Capítulo, respectivamente, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto nos itens (17.1) e seguintes do Capítulo XVII e no Capítulo XXIII. As Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares no Agente Escriturador.

14.2 As Quotas do Fundo serão de classes distintas: (i) 1 (uma) classe de quotas seniores, em Série única, podendo, outrossim, ser emitida, excepcionalmente, uma 2ª Série, a Série Específica (as "Quotas Seniores"); (ii) "n" Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, sendo a 1ª Classe denominada "A₁" e a "enésima" Classe denominada "A_n", sendo cada Classe emitida em série única, (as "Quotas Subordinadas Classe Ai"); e (iii) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas Classe B, em série única (as "Quotas Subordinadas Classe B").

14.3 O Fundo poderá emitir até 10 (dez) Quotas Seniores. Cada Quota Sênior tem como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão tem seu valor unitário apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) poderá ser amortizada na forma definida no Capítulo XVII;
- f) nos termos do Capítulo XXVI, seu titular poderá ser solicitado a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seu crédito, por meio da emissão e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e

- g) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe Ai, as quais poderão ser emitidas pela Administradora nos termos do item (14.4), tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

RECEBIDOS E DOCUMENTOS
OFÍCIO - DJ
DOCUMENTO ARQUIVADO

14.4 Cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai será distribuída em Distribuição específica, devidamente registrada na CVM, ressalvado que, conforme previsto no item (15.3) do Capítulo XV, após a distribuição das Quotas Subordinadas Classe A1, o Fundo, por intermédio da Administradora, poderá emitir novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, sem necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e das demais Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, desde que a respectiva emissão tenha sido aprovada pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim.

14.5 O Fundo poderá manter em Circulação Quotas Subordinadas Classe Ai no valor de até R\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de reais). O Fundo poderá emitir, em sua 1ª Distribuição, até 1.000 (mil) Quotas Subordinadas Classe A1. Cada Quota Subordinada Classe Ai tem como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos deste Regulamento;
- c) subordina-se, para efeito de amortização e resgate, a todas as Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai emitidas anteriormente, de forma que as Quotas Subordinadas Classe "Ai" subordinam-se às Quotas Subordinadas Classe "A1" a "A i-1";



d) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas Classe B para efeito de amortização e resgate, observado os termos deste Regulamento;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

e) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas para os titulares de pelo menos uma Quota da mesma Classe, com esse valor nominal;

f) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, tem seu valor calculado conforme o disposto no item (16.2) do Capítulo XVI deste Regulamento;

g) nos termos do Capítulo XXVI, seu titular poderá ser solicitado a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seu crédito, por meio da emissão e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;

h) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe Ai, as quais poderão ser emitidas pela Administradora nos termos do item (14.4), tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Classe Ai legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto; e

i) pode ser objeto de Resgate Antecipado.

14.6 As Quotas Subordinadas Classe B serão emitidas em série única e distribuídas privadamente em uma ou mais Distribuições, sendo vedada a prática de qualquer ato de distribuição pública, seja a venda, oferta à venda ou subscrição, assim como a aceitação de pedido de venda ou subscrição, de que conste qualquer um dos elementos identificados no artigo 3º da Instrução CVM nº 400. Desta forma, as Quotas Subordinadas Classe B somente poderão ser subscritas e integralizadas pela Mendes Junior e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não. Não haverá limite para o número de

Quotas Subordinadas Classe B a serem emitidas. Cada Quota Subordinada Classe B possui como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- a) subordina-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Classe Ai para efeito de amortização e resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o valor unitário de R\$100.000,00 (cem mil de reais) na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas frações de Quotas Subordinadas Classe B para os titulares de pelo menos uma Quota Subordinada Classe B com esse valor nominal;
- c) após a 1ª Data de Emissão tem seu valor calculado conforme o disposto no item (16.3) do Capítulo XVI deste Regulamento;
- d) tem o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim: (i) a emissão de novas Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, nos termos do item (15.3) do Capítulo XV; e (ii) as matérias tratadas nas alíneas “b” e “h” do item (19.1) do Capítulo XIX; e
- e) tem o direito de aprovar, observado o disposto no item (19.13) do Capítulo XIX, as matérias tratadas nas alíneas “c”, “e” e “i” do item (19.1) do Capítulo XIX.

14.7 Nas hipóteses previstas nas alíneas “d” e “e” acima, cada Quota Subordinada Classe B legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, as Quotas Subordinadas Classe B poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação, reunidos em Assembléia Geral.

14.8 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

14.9 O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso, saída, desempenho ou *performance*, ressalvada a remuneração variável que integra a Taxa de Administração, prevista na alínea “ii” do item (9.1) deste Regulamento.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

15.1 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos nos anúncios de início de distribuição e nos termos e condições da legislação aplicável. As Quotas Subordinadas Classe B poderão ser subscritas e integralizadas pela Mendes Junior e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não, privadamente, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo.

15.2 Conforme previsto na Instrução CVM nº 400, poderá haver distribuição parcial das Quotas, sendo que o saldo não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora, antes do final do prazo de colocação. O funcionamento do Fundo está condicionado à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.

15.3 Independentemente de aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá emitir, em número indeterminado, em 1 (uma) ou mais Distribuições, “n” Classes de Quotas Subordinadas Classe Ai, desde que a respectiva emissão seja previamente aprovada pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, onde serão definidos a quantidade e o Prêmio de Risco aplicável à respectiva Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai. Após a realização da Assembléia

Geral, a Administradora celebrará o Suplemento da respectiva Classe Ai e o levará a registro, nos termos do item (1.4) do Capítulo I. Cada nova Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai será distribuída após o encerramento da Distribuição da Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai imediatamente anterior.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº OFÍCIO - RJ
Nº DO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 15.3.1. Cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai somente poderá ser emitida enquanto a Classe de Quotas Subordinadas Ai-1 estiver em Circulação. Caso não haja nenhuma Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá apenas promover uma nova Distribuição de Quotas Subordinadas Classe Ai.
- 15.4 O Fundo somente emitirá Quotas Subordinadas Classe Ai, desde que o Fundo atenda à Reserva de Caixa.
- 15.5 Independentemente de aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, o Fundo poderá emitir, em número indeterminado, Quotas Subordinadas Classe B.
- 15.6 Cada Quotista, por ocasião da subscrição de Quotas, deverá assinar boletim de subscrição de Quotas e o Termo de Adesão ao Regulamento. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.7 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou em Quotas Subordinadas Classe Ai será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e, em Quotas Subordinadas Classe B, será de R\$100.000,00 (cem mil de reais).
- 15.8 No curso normal do Programa de Securitização, a Relação Mínima será equivalente a, no mínimo, 1 (um). Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1 (um), isto é, caso o valor das Quotas Seniores seja igual ao valor do Patrimônio Líquido.

15.9 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai serão negociadas na CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

15.10 Caberá à Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas na CETIP.

15.11 A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

15.12 Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.

15.13 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.

15.14 A cessão de créditos, ônus ou gravame, de qualquer natureza, sobre os direitos e prerrogativas vinculados às Quotas, será permitida desde que previamente comunicada à Administradora, sendo que a Administradora somente reconhecerá uma Pessoa como titular de cada Quota, observados os registros de titularidade mantidos pelos sistemas de custódia e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

15.15 As Quotas poderão ser emitidas com ágio ou deságio, observados os termos e condições da legislação aplicável.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO 1 - DOCUMENTO ARQUIVADO



CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

16.1 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” ou “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação, na ocasião; ou
- b) valor da Quota Sênior atualizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores pela variação acumulada do IPC-A, acrescido de Prêmio de Risco definido no respectivo Suplemento, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pró-rata Dia Útil, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, nas respectivas Datas de Amortização, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS = (SVQS \times C \times S);$$

onde:

- VQS valor de cada Quota Sênior calculado na forma do disposto na alínea “b” deste item (16.1);
- SVQS valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores deduzido, em cada Data de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Sênior;
- C fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dep_k}{dt_k}} \right]$$



onde:

- n número total de índices considerados na atualização do VQS, sendo “ n ” um número inteiro;
- NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;
- NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;
- dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ dct_k ”. Exclusivamente para o cálculo de “ dcp_1 ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e
- dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “ k ”, sendo “ dct_k ” um número inteiro.

S

$$S = [\text{Prêmio de Risco} + 1]^{\frac{du}{252}}$$

onde:

- S fator do Prêmio de Risco;
- Prêmio de Risco prêmio definido no respectivo Suplemento de Quotas Seniores, na forma decimal ao ano;
- du número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

16.2 A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Classe Ai, cada Quota Subordinada da Classe Ai terá seu valor unitário calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido, subtraído: (1) do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação na ocasião, apurado na forma do item (16.2) anterior; e (2) do somatório do valor das Quotas Subordinadas de Classe Ai de número de ordem 1 até “i-1” em Circulação, apurado na forma deste item (16.2), dividido pelo número total de Quotas Subordinadas da respectiva Classe Ai em Circulação na ocasião; ou

- b) valor de cada Quota Subordinada Classe Ai, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir da 1ª Data de Emissão das respectivas Quotas Subordinadas Classe Ai, acrescidos do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe Ai definido no respectivo Suplemento das Quotas Subordinadas Classe Ai, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, *pró-rata* Dia Útil, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQSubA_i = (SVQSubA_i \times CSubA_i \times SSubA_i) ;$$

onde:

VQSubAi valor de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i”;

SVQSubAi valor de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i” na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”, deduzido, nas respectivas Datas de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Subordinada Classe A de número de ordem “i”;

CSubAi fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$CSubA_i = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcpSub_k}{dciSub_k}} \right]$$

onde:

N número total de índices considerados na atualização do VQSubAi, sendo “n” um número inteiro;



NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no " NI_k ";

$dcpSub_k$ número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de " $dctSub_k$ ". Exclusivamente para o cálculo de " $dcpSub_1$ ", será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e

$dctSub_k$ número de dias corridos contidos no mês calendário " k ", sendo " $dctSub_k$ " um número inteiro.

$SSubAn$

$$SSubA_n = [PRQSA_n + 1]^{\frac{duSub_n}{252}}$$

onde:

$SSubA_n$ fator do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A de Classe "n"

$PRQSA_n$ Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A definido no respectivo Suplemento de Quotas Subordinadas Classe A de Classe "n", na forma decimal ao ano.

$duSub_n$ número de dias úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização de Quotas Subordinadas Classe A de classe "n" que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

Sendo que " $SSubAn$ " somente será considerado para fins de apuração do Valor das Quotas Subordinadas Classe A nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas e/ou nas datas de Amortização das Quotas, nas demais datas, o valor de $SSubAn$ será igual a 1 (um).

16.3 A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Classe B, cada Quota Subordinada da Classe B terá seu valor calculado na abertura do 1º Dia Útil de

cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Quotas Seniores e da totalidade das Classes de Quotas Subordinadas Classes A em Circulação, calculado na forma dos itens (16.1) e (16.2) acima, respectivamente, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação na ocasião.

- 16.4 O Prêmio de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai somente será considerado para fins de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas quando do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.
- 16.5 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Classe Ai serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP. As Quotas Subordinadas Classe B poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE Ai

Seção I – Da Amortização Ordinária

- 17.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, com base no valor calculado na forma dos itens (16.1), (16.2) e (16.3) do Capítulo XVI, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX, em até 3 (três) Dias Úteis após o efetivo recebimento de cada Parcela Recebida, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas será apurado na data em que os recursos de cada Parcela Recebida forem efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, de acordo com a seguinte expressão:

- a) Para cada Quota Sênior:

$$AmtzSenior = \frac{VRecebido - Complemento da Reserva de Caixa}{NQSeniores};$$

onde:

- AmtzSenior** valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Sênior em Circulação, sendo este limitado ao valor de cada Quota Sênior apurado na forma do item (16.1) deste Regulamento;
- VRecebido** valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, nos 3 (três) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de apuração do valor da amortização devida a cada Quota Sênior em Circulação;
- Complemento da Reserva de Caixa** montante de recursos necessários para complementar o saldo mínimo da Reserva de Caixa prevista neste Regulamento, se houver; e
- NQSeniores** número de Quotas Seniores em Circulação na data de pagamento de cada amortização de Quotas Seniores.

b) Para cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai:

$$AmtzSubA_i = \frac{VRecebido - TotalAmtzSenior - TotalAmtzSubA - Complemento da Reserva de Caixa}{NQSubA_i}$$

onde:

- AmtzSubA_i** valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Subordinada da Classe A de número de ordem "i" em Circulação, sendo este limitado ao valor de cada Quota Subordinada da Classe A de número de ordem "i" apurado na forma do item (16.2) deste Regulamento;
- VRecebido** valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, nos 3 (três) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de apuração do valor da amortização;
- TotalAmtzSenior** somatório do valor devido à totalidade de Quotas Seniores em Circulação em decorrência do recebimento do VRecebido. Após o resgate integral de Quotas Seniores, TotalAmtzSenior = 0 (zero);
- TotalAmtzSubA** somatório do valor devido à totalidade de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem 1 (um) até "i-1" em Circulação,



calculado nos termos deste item (17.1), alínea “b”, em decorrência do recebimento do VRecebido. Após o resgate integral de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem 1 (um) até “i-1” em Circulação, $TotalAmtzSubA = 0$ (zero);

Complemento da Reserva de Caixa	montante de recursos necessários para complementar o saldo mínimo da Reserva de Caixa prevista neste Regulamento, se houver;
$NQSubA_i$	numero de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i” em Circulação na data de pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Classe A de número de ordem “i”.

c) Para as Quotas Subordinadas Classe B:

As Quotas Subordinadas Classe B somente serão amortizadas após o resgate integral de todas as Quotas Seniores em Circulação e de todas as Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AmtzSubB = \frac{Disponível}{NQSubB}$$

onde:

$AmtzSubB$	valor de cada amortização a ser realizada para cada Quota Subordinada da Classe B em Circulação, sendo este o valor limite para o valor da amortização;
Disponível	valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao somatório dos recursos disponíveis na Conta Corrente do Fundo, exceto os recursos provenientes da subscrição e integralização de Quotas, após a amortização integral de todas as Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação; e
$NQSubB$	número de Quotas Subordinadas Classe B em Circulação na data de pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Classe B.

17.1.1. Observado o disposto no item (23.1) do Capítulo XXIII, somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo.

17.2. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações de Quotas, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam afetar adversamente a boa ordem administrativa, econômica e legal do Fundo.

REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ARQUIVO DOCUMENTO ARQUIVADO

17.3. Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

17.4. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser um Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

17.5. A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios Adquiridos, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

17.6. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Seção II – Do Resgate Antecipado

17.7. O Fundo, observado o disposto neste Capítulo e no Capítulo XX abaixo e independentemente de realização de Assembléia Geral, poderá proceder ao resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação na ocasião ("Regate Antecipado").



17.8. O Resgate Antecipado será realizado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis ("Data de Resgate"), contado da data de publicação de aviso aos Quotistas realizado no Periódico ("Aviso de Resgate Antecipado"), pelo valor das respectivas Quotas, apurado na forma do item (16.2) do Capítulo XVI.

17.9. O Aviso de Resgate Antecipado conterá o valor do Resgate Antecipado e o valor do prêmio a que fizerem *jus* os titulares das Quotas Subordinadas Classe Ai, cujo percentual será decrescente de 25% (vinte e cinco) a 0% (zero por cento) do valor do Resgate Antecipado de cada Classe, decrescendo 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano a partir da 1ª Data de Emissão de cada Classe, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a 1ª Data de Emissão de cada Classe, exclusive, e termo final a Data de Resgate, inclusive ("Prêmio de Resgate").

Seção III – Do Procedimento de Resgate Antecipado

17.10. A Cedente encaminhará à Administradora comunicação preparada substancialmente na forma do Anexo VI ("Notificação de Resgate") solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares de Quotas Subordinadas Classe Ai o Aviso de Resgate Antecipado, por meio do qual a Cedente obrigar-se-á a adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos, pelo valor necessário à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado, incluindo o pagamento do Prêmio de Resgate no prazo definido no item (17.8) acima.

CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

18.1 O valor dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo será reconhecido em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no

resultado do período, observado o disposto no item (5.2) do Capítulo V. Sem prejuízo do acima disposto, cada Prêmio de Risco da FDCEA somente será considerado para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido e, consequentemente, do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.

- 18.2 Observado o disposto no item (18.3) abaixo, os Direitos Creditórios Adquiridos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser custodiados, registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- 18.3 Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 18.4 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 18.5 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e

os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL

19.1 Observados os respectivos *quoruns* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização;

- i) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- j) deliberar sobre eventual solicitação da Cedente acerca da conveniência de celebrar acordo ou da prática de qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, afetar os Direitos Creditórios Adquiridos; e
- k) deliberar pela amortização total ou parcial de Quotas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos.

REGISTRO DE REQUISITOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 19.2 O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos respectivos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 19.3 A primeira convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de e-mail enviado ao Quotista ou seu representante, cadastrado na Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 19.4 A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Seniores.
- 19.5 A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação. A Administradora ou Quotistas que

representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas em Circulação de qualquer Classe de Quotas poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

SECRETARIA DE TRIBUTOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 19.6 Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 19.7 A Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias contado de sua convocação.
- 19.8 Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de *quorum* de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 7 (sete) dias, contado da nova convocação feita por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante cadastrado na Administradora.
- 19.9 A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 19.10 Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 19.11 A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

19.12 Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das Quotas em Circulação presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro *quorum* de deliberação for exigido por este Regulamento.

19.13 As deliberações relativas às matérias previstas no item (19.1) alíneas “c”, “e”, e “i” acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

19.14 Para efeito da constituição de quaisquer dos *quorums* de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Subordinadas Classe Ai de titularidade, direta ou indireta, da Administradora, da Cedente, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

19.15 Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

19.16 Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

19.17 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

19.18 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

20.1 A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- d) na amortização, total ou parcial, das Quotas Seniores, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento e da Série Específica, emitida ao amparo do Capítulo XXVI, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores;
- e) no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento;
- f) na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe A1;
- g) na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe “Ai+1” (sendo que Ai inicia-se em “A1” e encerra-se em “An”), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e

h) após a amortização e/ou resgate integral da última Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação, na amortização integral das Quotas Subordinadas Classe B, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

20.2 Observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela do Patrimônio Líquido, apurada diariamente, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, de 2 (dois) anos, acrescido do montante de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos (a "Reserva de Caixa").

20.3 A constituição inicial da Reserva de Caixa será efetivada para um período mínimo de 5 (cinco) anos, mediante subscrição privada em dinheiro de Quotas Subordinadas Classe B, pela Cedente e/ou suas Afiliadas.

20.4 O enquadramento da Reserva de Caixa ao mínimo previsto no item (20.2) acima, será realizado com recursos decorrentes da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou obtidos mediante subscrição em dinheiro de Quotas Subordinadas Classe B.

CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO

21.1 O prazo de duração do Fundo será até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou a amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro (o "Prazo de Duração"). O Fundo poderá ainda ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Capítulo XXII a seguir.

CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

22.1 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai, reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (os “Eventos Avaliação”):

- a) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- b) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento; e
- c) prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recurso, que implique na inexistência dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou na quantificação do crédito em valor insuficiente para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe Ai em Circulação.

22.2 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, e (ii) convocar a Assembléia Geral dos Quotistas, nos termos do Capítulo XIX, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

22.3 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios Adquiridos, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos, a

ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do item (22.4) abaixo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados em laudo de avaliação (o "Laudo de Avaliação").

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
DOCUMENTO ARQUIVADO

- 22.4 A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Classe Ai, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente 01 (uma) Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação (o "Avaliador"). Caso os Quotistas presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios Adquiridos.

CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 23.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no item (22.2) do Capítulo XXII, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota apurado, *pro forma*, observado o disposto nos itens (16.1), (16.2) e (16.3) do Capítulo XVI. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate sucessivo, em ordem de preferência, de cada Classe de Quotas Subordinadas Classe Ai e, sucessivamente, o resgate das Quotas Subordinadas Classe B, todas por meio da dação em pagamento do eventual saldo remanescente dos ativos integrantes de sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas em caráter definitivo, e sem direito de regresso ou obrigação do Fundo.

- 23.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (23.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, a preparação de Laudo de Avaliação. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (23.3) a seguir.
- 23.3. Para fins do disposto no item (23.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios Adquiridos, entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (23.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos efetivamente atribuídos a ele. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XX. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 23.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido no item (23.3) acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios Adquiridos, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

24.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, inclusive do Assessor Legal, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco;
- i) taxas de custódia de ativos do Fundo;



j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de
balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à
negociação; e

k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos
interesses do Fundo, na forma do item (19.17) do Capítulo XIX.

24.2 Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem
correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

25.1 A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que
possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do item (22.1) do
Capítulo XXII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas,
acesso a tais informações.

25.2 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio
de publicação no Periódico, qual seja o jornal “Monitor Mercantil” publicado na
cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e mantida disponível para os
Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem
Quotas do Fundo. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de
distribuição de Quotas serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição
nacional.

25.3 A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o
encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu site, em
sua sede e dependências, informações sobre:

a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu
respectivo valor;



RECEBIDO DE TÍTULOS E DEBITOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- b) o valor da Reserva de Caixa;
 - c) o valor da Relação Mínima;
 - d) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.4 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- 25.5 Observado o disposto na alínea "I" do item (9.1) do Contrato de Cessão, a Mendes Junior deverá realizar atualizações periódicas do site www.quebradecontrato.com.br/FIDC, o qual conterà documentos e informações referentes ao andamento da Ação Chesf.
- 25.6 Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Classe Ai constituirá fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.

CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 26.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de uma 2ª Série de Quotas Seniores, de natureza específica (a “Série Específica”), a ser realizada por todos os Quotistas, na proporção do número de Quotas detidas por cada um, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 26.1.1. Quando da emissão da Série Específica, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo sem limitação, os normativos e orientações da CVM, notadamente pelo fato de que a distribuição pública das Quotas Seniores da Série Específica deverá ser objeto de registro prévio na CVM.
- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, dos Quotistas titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe Ai, não estando a Administradora, o Custodiante, a Cedente, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Série

Especifica, as quais deverão ser objeto de distribuição pública, devidamente registrada na CVM, e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - FJ
ANO 2010 DOCUMENTO ARQUIVADO

- 26.4. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas por meio da subscrição e integralização da Série Específica, se possível, respeitados os procedimentos definidos no Capítulo XX.
- 26.5. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora em nome do Fundo antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 26.6. A Administradora, o Custodiante, a Cedente, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 26.7. Todos os pagamentos devidos ao Fundo pelos Quotistas, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer

desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

RECEBUE DE TITULOS E DOCUMENTOS
4º OFICIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XXVII – DA ARBITRAGEM


- 27.1 Qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária deste Regulamento ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas ou à Administradora, deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96.
- 27.2 A arbitragem será administrada pelo CBMA, a cujo regulamento se submeterá.
- 27.3 A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA.
- 27.4 Sem prejuízo do disposto no item (27.1) acima, os Quotistas e/ou a Administradora reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir uns aos outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto neste Regulamento, (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos deste Capítulo, (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro, ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.
- 27.5 Para os efeitos do item (27.4) acima, fica eleito como competente o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

RECORRIDO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 28.1 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 28.2 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXIII, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 28.3 Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.
- 28.4 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de julho e terminando em 30 de junho, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 30 de junho do próximo ano.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2008.



OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

*"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Mendes Junior – Crédito Judicial
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"*

ANEXO I
Relatório de Diligência Contábil

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO, com presença em 111 países e 626 escritórios. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A BDO Trevisan é firma-membro da rede BDO International desde 2004.



*"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Mendes Junior – Crédito Judicial
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"*

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTEÚDO

Relatório de asseguração dos auditores independentes

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO DO DOCUMENTO ARQUIVADO



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Paraíba, 1.174 - 2º andar
Belo Horizonte - MG - Brasil
30130-141

Tel.: +55 (31) 3262-0593
Fax: +55 (31) 3262-0595
www.bdotrevisan.com.br

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Mendes Júnior Engenharia S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos, conforme procedimentos descritos no parágrafo 2, abaixo, os passivos contábeis reconhecidos por frações de créditos da CHESF, advindos de ganho de causa em Ação Declaratória, transitada em julgado. Nossa responsabilidade é a de expressar a asseguração quanto à adequação dos passivos preferenciais contabilmente registrados pela Administração em 31 de dezembro de 2007.
2. Nossa revisão foi conduzida de acordo com a NPO nº 1 - Trabalhos de Asseguração que não sejam de Auditoria ou de Revisão de Informações Financeiras Históricas, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Esses procedimentos compreenderam a certificação contábil identificando os passivos preferenciais em 31 de dezembro de 2007, da Mendes Júnior Engenharia S.A., em decorrência do financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com garantia de frações do crédito da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, oriundos da ação proposta pela Companhia, que tem por objeto a quantificação e cobrança do crédito já reconhecido em sentença judicial. A extensão dos procedimentos de revisão é substancialmente menor que a de um exame, cujo objetivo é expressar uma opinião sobre a totalidade dos passivos preferenciais ou a realização dos créditos na Mendes Júnior Engenharia S.A. Consequentemente, não expressamos tal opinião.
3. Para identificação e asseguração dos passivos preferenciais em 31 de dezembro de 2007 da Companhia, e para oferecer melhor compreensão do referido relatório, elencamos um pequeno resumo do histórico e procedimentos adotados:
 - 3.1) A Mendes Júnior mantém créditos junto à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, advindos de encargos financeiros, decorrentes de ganho de causa em Ação Declaratória oriundo do financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica."

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO



BDO Trevisan

O registro do referido crédito mencionado acima perfaz o montante atualizado de R\$6.523.478 mil reais em 31 de dezembro de 2007 e pode ser assim demonstrado:

Direitos creditórios contabilizados	Saldo dez/07 (R\$ mil)
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	6.523.478
Parcela dos créditos cedidos ao BNDES (a)	(208.932)
Outras garantias por cessões	(1.248.463)
Direitos creditórios contabilizados	<u>5.066.083</u>

Os direitos creditórios são considerados pela Administração, com base em parecer de seus assessores jurídicos, como líquidos, certos e conservadores em relação ao pleito judicial em curso, cujo montante é considerado suficiente para suportar as referidas cessões e garantias, bem com em relação à expectativa de recebimento.

3.2) Os créditos mencionados acima foram parcialmente utilizados como garantia ou foram cedidos para liquidação de passivos, como segue:

Cessões de Crédito	Ano da cessão	Saldo original (R\$ mil)	Atualizações (R\$ mil)	Saldo dez/07 (R\$ mil)
BNDES	(a)	2003	375.000	365.458
Banco Real de Investimentos S.A.	(b)	1997	35.000	125.302
Banco de Brasília S.A. - BRB	(c)	1999	40.611	52.128
Morrison Knudsen do Brasil Ltda.	(d)	2000	15.793	30.475
Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA	(e)	2001	385.124	561.961
Garantia de acordos judiciais	(f)	2004/5	2.069	-
Saldo total		<u>853.597</u>	<u>1.135.324</u>	<u>1.988.921</u>

(a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ingressou com pedido de assistente simples, em decorrência de contrato de cessão de crédito firmado com a Mendes Júnior, onde cede o montante de R\$375.000 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais).

Inspecionamos e analisamos o instrumento particular de promessa de cessão parcial de crédito firmado entre a Mendes Júnior Engenharia S.A. e o Banco Nacional do desenvolvimento Econômico e Social.

Ressaltamos que para a referida cessão somente foram contabilizados o montante de R\$208.932 mil (R\$105.812 mil em março de 2003).

(b) O Banco Real Investimentos S.A. (Banco Alfa S.A.) ingressou com pedido de assistente simples em decorrência de contrato de cessão de crédito celebrado com a Mendes Júnior, onde cede o montante de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais).

Inspecionamos e analisamos o instrumento particular de promessa de cessão parcial de crédito firmado entre a Mendes Júnior Engenharia S.A. e o Banco Real Investimentos S.A.



BDO Trevisan

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- (c) Inspecionamos e analisamos o contrato de confissão de dívida e escritura pública de cessão de crédito firmado entre a Mendes Júnior Engenharia S.A. e o BRB - Banco de Brasília S.A.
- (d) A Morrison Knudsen do Brasil Ltda. ingressou com pedido de assistente simples, em decorrência de contrato de cessão de crédito firmado com a Mendes Júnior, onde cede o montante de R\$15.793 (quinze milhões setecentos e noventa e três mil reais).

Inspecionamos e analisamos a escritura pública de confissão de dívida, onde a Mendes Júnior Engenharia S.A. transfere parte dos créditos transitado em julgado para a Morrison Knudsen do Brasil Ltda.

- (e) O BANESPA - Banco de Estado de São Paulo ingressou com pedido de assistente simples, em decorrência de contrato de cessão de crédito firmado com a Mendes Júnior, onde cede o montante de R\$379.479 (trezentos e setenta e nove milhões quatrocentos e setenta e nove mil reais). Adicionalmente, acrescentou posteriormente o valor de R\$4.645 (quatro milhões seiscentos e quarenta e cinco mil reais). Ainda, como parte no processo, a Tozzine Freire Advogados ingressou com pedido de assistente simples, em decorrência de contrato de cessão de crédito firmado com a Mendes Júnior, no valor de R\$1.000 (um milhão de reais), proveniente de honorários advocatícios do BANESPA.

Inspecionamos e analisamos a escritura pública de cessão de crédito firmado entre a Mendes Júnior Engenharia S.A. e o Banespa S.A. - Banco do Estado de São Paulo.

- (f) Inspecionamos instrumento particular de cessão de crédito junto a credores, com a finalidade de por fim a processos judiciais de imóveis, sendo os beneficiários:

Nome	Saldo dez/07 (R\$ mil)
Marcia M. Quintão e outro	158
Francisco das Graças e outros	264
Gisela Cristina Lima e outros	982
Sergio dos Santos e outros	459
Carlos Alberto F. Modes	206
Saldo total	2.069

- 3.3 Exceto quanto às garantias de acordos judiciais, todos os contratos, instrumentos ou escrituras de cessão de crédito foram atualizados até a data-base de 31 de dezembro de 2007, conforme correção determinada entre as partes.
- 3.4 Sobre os referidos créditos mencionados acima constam, ainda, penhoras que podem ser assim demonstradas:

Penhoras	Ano da penhora	Saldo dez/07 (R\$ mil)
Caixa Econômica Federal	(a) 1995	320.000
Caixa Econômica Federal	(a) 1997	1.060.000
José Maria Lins Júnior e outros	(b) 2007	82
		1.380.082





BDO Trevisan

- (a) Parte dos créditos junto à CHESF foi requerida pela Caixa Econômica Federal, como garantia de ações judiciais em curso, sob a forma de penhora. Esclarece-se, contudo, que o débito da Companhia, em que seria credora a Caixa Econômica Federal, à luz de decisão do então Ministro da Fazenda, foi compensado com créditos da Companhia, quando do acerto final do denominado caso Iraque. Todavia, a Caixa Econômica Federal, a despeito da citada decisão ministerial e da concordância da Companhia, ajuizou perante a 24ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte execução contra a Companhia e penhorou parte dos referidos créditos junto à Cia. Hidroelétrica de São Francisco - CHESF.
- (b) Construção sobre o montante de R\$82 (oitenta e dois mil reais), provenientes da 29ª Vara Cível de Belo Horizonte - MG, sendo autores:

Autores	Saldo dez/07 (R\$ mil)
Sebastião Maurício Inácio Reis	9
Marcos Mascarenhas Ribeiro de Oliveira	14
José Maria Lins Júnior	19
Deusdedit Sebastião de Barros Leite Jr.	13
Vânia Lucia Vieira Baptista	14
Honorários de sucumbências	13
	<u>82</u>

3.5 Também foi dada em garantia à Sociedade de Previdência Privada - MENDESPREV outra fração dos referidos créditos, como segue:

Outras garantias	Ano	Saldo original (R\$ mil)	Atualizações (R\$ mil)	Saldo dez/07 (R\$ mil)
MENDESPREV	(a) 999/1996	46.392	63.521	109.913
		<u>46.392</u>	<u>63.521</u>	<u>109.913</u>

- (a) Em dezembro de 1999 a Companhia celebrou instrumento e Parcelamento de Dívida junto à MENDESPREV - Sociedade Previdenciária, dando em garantia o valor original de R\$38.401 mil atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 8% a.a. Em 1996, a Companhia já havia dado em garantia de dívida R\$7.991 mil desses direitos creditórios à MENDESPREV, a valores históricos.

4. Com base em nosso trabalho descrito no parágrafo 2, considerando as limitações mencionadas no mesmo parágrafo, e exceto quanto à quantificação e realização dos créditos mencionados no parágrafo 3 (item 3.1), não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os passivos preferenciais em 31 de dezembro de 2007, da Mendes Junior Engenharia, com garantia de frações do crédito da CHESF oriundos da ação proposta pela mesma, não estejam devidamente divulgados neste relatório.

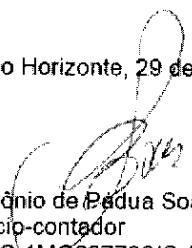


BDO Trevisan

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO 22 DOCUMENTO ARQUIVADO

- 5 O presente trabalho e este relatório foram desenvolvidos a pedido dos administradores da Mendes Júnior, para auxiliá-los na certificação contábil, identificando os passivos preferenciais em 31 de dezembro de 2007, da Mendes Junior Engenharia S.A., em decorrência do financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com garantia de frações do crédito da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, oriundos da ação proposta pela Companhia que tem por objeto a quantificação e cobrança do crédito já reconhecido em sentença judicial por Ação Declaratória. Este relatório foi exclusivamente emitido para inclusão no anexo III do regulamento do Fundo Mendes Júnior - Crédito Judicial Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-padronizados. Sua utilização isolada ou divulgação a pessoas estranhas a esse propósito poderá implicar em interpretação equivocada dos assuntos aqui tratados.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2008


Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

ANEXO II
Relatório de Ordem de Preferência

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Relatório de Ordem de Preferência do Mendes Junior – Crédito Judicial
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados

Relatório de Ordem de Preferência dos valores do Crédito Chesf cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, atualizado em [●] de [●] de [●], nos termos do regulamento do **"MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS"**, registrado sob o nº [●] no [●]º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Relatório de Ordem de Preferência é parte integrante (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ sob o nº [●], e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A Mendes Junior promove ação de procedimento ordinário em face da Chesf, tendo por objeto a quantificação e a cobrança do crédito já reconhecido por sentença judicial declaratória em favor da Mendes Junior, transitada em julgado em 16 de dezembro de 1992, sobre a qual não cabe qualquer recurso quanto ao mérito, onde espera quantificar e receber o seu direito de crédito contra a Chesf ("Crédito Chesf").

De acordo com o Relatório de Diligência Contábil preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes, identificando os passivos preferenciais em 31 de dezembro de 2007 da Mendes Junior, o registro do Crédito Chesf perfazia o montante atualizado de R\$6.523.478 mil reais, os quais foram parcialmente utilizados como garantia ou foram cedidos para liquidação de passivos, como segue:

Cessões de Crédito	Ano da Cessão	Saldo original (R\$ mil)	Atualizações (R\$ mil)	Saldo dez/2007 (R\$ mil)
BNDES	2003	375.000	365.458	740.458
Banco Real de Investimentos S.A	1997	35.000	125.302	160.302
Banco de Brasília S.A - BRB	1999	40.611	52.128	92.739
Morrison Knudsen do Brasil Ltda.	2000	15.793	30.475	46.268
Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA	2001	385.124	561.961	947.085
Garantia de Acordos Judiciais	2004/5	2.069	–	2.069
Saldo Total		853.597	1.135.324	1.988.921

Sobre os referidos créditos mencionados acima constam ainda penhoras que podem ser assim demonstradas:

Penhoras	Ano da Penhora	Saldo original (R\$ mil)
Caixa Econômica Federal	1995	320.000

*"Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Mendes Junior – Crédito Judicial
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento"*

Caixa Econômica Federal	1997	1.060.000
José Maria Lins Júnios e outros	2007	82
		1.380.082

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANEXO 4º OFÍCIO - FJ
O DOCUMENTO ARQUIVADO

Também foram dados em garantia a Sociedade de Previdência Privada – MENDESPREV outra fração dos referidos créditos como segue:

Outras garantias	Ano	Saldo original (R\$ mil)	Atualizações (R\$ mil)	Saldo dez/2007 (R\$ mil)
MENDESPREV	1999/1996	46.392	63.521	109.913
		46.392	63.521	109.913

Valores do Crédito Chesf cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, após 31 de dezembro de 2007:

[Cessões] / [Penhoras] / [●] de Crédito	Data	Saldo original (R\$ mil)
[●]	[●] de [●] de [●]	[●]
[●]	[●] de [●] de [●]	[●]
[●]	[●] de [●] de [●]	[●]
[●]	[●] de [●] de [●]	[●]
Saldo Total		[●]

Rio de Janeiro, [●] de [●] de [●]

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
na qualidade de administradora do
Mendes Junior – Crédito Judicial Fundo
de Investimento em Direitos Creditórios
Não – Padronizados
Nome:
Cargo:

MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.
na qualidade de Cendete do Mendes
Junior – Crédito Judicial Fundo de
Investimento em Direitos Creditórios Não
– Padronizados
Nome:
Cargo:

ANEXO III Relatório Jurídico

MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS

Nelson Cândido Mota
Pedro Paulo Crisóstomo
Quintão de Moraes Barros Sabriako
Alain de Lima Filho
Hélio Sebony
Luiz Leonardo Castilho
Marta Lucia Cristóvão
Julian Fonseca Pêlo Claudio
Eduardo Garcia de Araújo Junior
Paula Porelva Santos
Vanilda Fátima Monteiro Vile
Andre Castilho
Gustavo Simões
Luiz Eduardo Cavalcanti Góes
João Fernando Teófilo Pinho
Márcio Muniz de Góes
Claudia Góes

Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner
Miguel Miguel P. de Souza
Hélio Nogueira Gomes Pires
João Alexandre Cordeiro Meyer
Carlos Eduardo Menezes Costa
Michael Alt
Viviane Paluchio
Larissa Passato
Oriz Eduardo Fontes de Albuquerque Lobo
Gustavo Guilherme de Oliveira
João Hugo Campbell Alqueiro
Carmem Zanetti Ferreira
Flávio André Ramacciotti
André Luiz de Lima Dubois
Luiz A. G. Wodevicki
Cecília Miguere Modesto Leal
Luiz Castilho
Júlio Maia Vidal

Pedro Marcos Amor Bulcão
Crista Cid Viana Madeira
Rodrigo de Campos Maia
Eduardo Vilas Boas P. Tava
C. de Machado Filho
Ronaldo de Oton Ribeiro
Rui Pires Faria
Daniel Karam
Juliana Alves do Nascimento
Sérgio Godoy Sadi
Fernanda Pile

CONSULTORES
J. A. Penedes Santos
José Botelho Gonçalves

A

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205,

22640-100 - Rio de Janeiro - RJ

Barra da Tijuca

Attn.: Sr. Mauro Sérgio de Oliveira – Diretor

Em 3 de abril de 1981, após vencer concorrência pública, a Construtora Mendes Júnior S.A., atual Mendes Júnior Engenharia S.A., doravante denominada MENDES JÚNIOR, celebrou com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, doravante denominada CHESF, contrato para execução de obras de terraplanagem e estruturas de concreto ("Aproveitamento Hidroelétrico de Itaparica").

Os constantes atrasos nos pagamentos das faturas impuseram excessivo ônus à MENDES JÚNIOR, que se viu obrigada a captar recursos diretamente no mercado financeiro para manter o cronograma estabelecido contratualmente.

Concluídas as obrigações contratualmente assumidas sem a respectiva contrapartida da CHESF, a MENDES JÚNIOR, após insistentes pleitos de composição amigável, ajuizou, em 17 de março de 1988, ação declaratória "para o fim de declarar o direito da Autora ao ressarcimento completo e atualizado, pela CHESF, dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros em que incorreu a Autora e que foram decorrentes de financiamento da obra a que foi obrigada, em virtude de falta de pagamento por parte da CHESF, e da

SÃO PAULO

ALAMEDA SANTOS, 2.001 - JARDIM PAULISTA - CEP 01305-000
SÃO PAULO, SP (FONE: 11-3062.3333) FAX 3062.2222
info@motta.com.br / www.motta.com.br

RIO DE JANEIRO

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 - L.P. ANDAR - CEP 20010-000
RIO DE JANEIRO (RJ) BRASIL TEL 51 21 2515 2200 FAX 2262 2459
info@motta.com.br / www.motta.com.br

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

determinação desta à Autora para que assim mesmo prosseguisse com a obra no ritmo adequado".

A referida ação tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife – PE e, em primeira instância, foi julgada improcedente, tendo sido objeto de recurso de apelação, que tomou o nº 816/99 perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco deu provimento, por unanimidade, ao recurso de apelação da MENDES JÚNIOR, conforme voto do relator Desembargador Itamar Pereira, no sentido de...

...“declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior contra a CHESF e que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de ITAPARICA e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria”.

A decisão transitou em julgado em 16 de dezembro de 1992, e não houve interposição de ação rescisória.

Todavia, apesar de sua inegável existência, o referido crédito não fora quantificado, razão pela qual, em 16 de novembro de 1993, foi ajuizada ação de procedimento ordinário visando sua quantificação e respectiva cobrança, distribuída à 4ª Vara Cível de Recife e autuada sob o nº 001.930.45767-7.

A MENDES JÚNIOR anexou à referida ação de cobrança estudo elaborado pelos Professores Eliseu Martins e Ariovaldo dos Santos, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FEA/USP), que referendou, em agosto de 1994, o valor de R\$1.776.023.079,04 (um bilhão, setecentos e setenta e seis milhões, setenta e nove mil reais e quatro centavos) “com base nos cálculos efetuados pela empresa Target, auditados pela Arthur Andersen”.

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

A ação foi contestada, tendo a CHESF alegado em síntese que: (i) teria ocorrido prescrição haja vista o prazo de 5 anos previsto no art. 178, III, do Código Civil de 1916; (ii) impossibilidade de aplicação de juros de mercado; (iii) possibilidade de questionamento na ação ordinária da aplicação do Decreto Lei 200/67 e do Decreto 73.140 às sociedades de economia mista; (iv) em caso de mora seria aplicável a norma contida no aditivo epistolar que previa a correção dos valores devidos com base na variação nominal das ORTNS, contada entre a data do vencimento e do pagamento, acrescido de juros de 1% ao mês; (v) por não ser aplicável às sociedades de economia mista a *exceptio non adimpleti contractus*, poderia a autora ter rescindido o contrato ou pelo menos interrompido sua execução, o que não teria sido feito por mera conveniência; (vi) não houve concordância expressa da administração com a captação dos recursos no mercado financeiro; (vii) infringência à Lei 6.423/77.

A preliminar de prescrição foi rejeitada, tendo o Juízo entendido que a mesma fora interrompida com a citação realizada na ação declaratória. Contra essa decisão foi interposto agravo de retido.

O laudo pericial apresentado em outubro de 1994 quantificou o crédito da MENDES JÚNIOR em R\$ 1.556.492.549,42 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), contra o qual se insurgiram ambas as partes.

Por sentença de 9 de maio de 1995 a ação foi julgada procedente, para condenar a CHESF ao pagamento dos valores obtidos pelo perito do Juízo, que deveriam ser atualizados com base em juros de mercado até a data do efetivo pagamento, e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação.

A CHESF apresentou apelação, autuada sob o nº 25.981-6 e distribuída à 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Posteriormente, a União Federal e a Eletrobrás requereram a inclusão no feito, a primeira como litisconsorte passivo e a segunda como assistente.

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Por acórdão de 15 de agosto de 1996 foi negado provimento ao agravo retido e acolhida a preliminar de nulidade de perícia em virtude da mesma ter sido realizada por um economista e não um contador. Conseqüentemente, foi anulada a sentença para que fosse realizada outra perícia. Foi interposto recurso especial pela MENDES JÚNIOR, que tomou o nº 117.525/PE perante o Superior Tribunal de Justiça, mas a 1ª Turma daquela Corte, conforme voto do relator Min. José Delgado, dele não conheceu. No mesmo julgamento o Superior Tribunal de Justiça admitiu o ingresso da União Federal como assistente da CHESF.

A MENDES JÚNIOR interpôs embargos de divergência, indeferidos por decisão monocrática. Foi ainda interposto agravo regimental, mas a MENDES JÚNIOR posteriormente desistiu do mesmo, admitindo a integração da União à lide e, assim, provocando o deslocamento da discussão para a Justiça Federal.

Em virtude do acolhimento do já referido pedido de assistência, os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e então distribuídos à 12ª Vara Federal de Recife, onde foram autuados sob o nº 2000.83.00.014864-7.

Realizada nova perícia, o crédito da MENDES JÚNIOR foi quantificado em 27.177.361.001,02 (vinte e sete bilhões, cento e setenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil reais e dois centavos), na data base de maio de 2002.

O laudo pericial foi retificado pelo perito em janeiro de 2004, para constar que o *quantum* devido, na data base de abril de 2002, era de R\$80.165.962.549,54 (oitenta bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). A MENDES JÚNIOR concordou com a retificação do cálculo, e a CHESF a impugnou, alegando ser ela, CHESF, credora de R\$ 114.890.580,19 (cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e oitenta reais e dezenove centavos).

Em petição protocolada em 19 de setembro de 2005, o perito judicial ratificou o laudo por ele apresentado, respondeu aos quesitos complementares das partes, e informou que o valor do crédito da MENDES JÚNIOR, a partir de abril de 2002, no montante de R\$ 80.165.962.594,54, à taxa de 3,80% ao mês até a data das respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados pelas partes, atualizado até julho de 2004, era de R\$

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

desnecessidade reconhecida pelo Juízo, que determinou às partes que se manifestassem, por escrito, acerca dos últimos esclarecimentos do perito.

Os autos foram enviados à conclusão em 18 de setembro de 2006, para decisão, após a MENDES JÚNIOR ter requerido fosse proferida sentença por não existirem outras provas a serem produzidas.

Recentemente, em 5 de março de 2008, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação, nos seguintes termos:

"Do exposto, julgo parcialmente procedente o pleito autoral e extingo o feito com resolução do mérito 9art. 269, I, do CPC) para condenar a CHESF a pagar à autora o valor referente aos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido no financiamento das faturas dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, até seu efetivo pagamento, da seguinte forma:

1. *As faturas em atraso deverão sofrer a incidência dos juros simples individualmente, entre a data do vencimento (estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281) e seu efetivo pagamento, com aplicação do índice que reflita, na época específica, a menor remuneração das formas de captação de recursos adotadas pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A por ocasião do financiamento de cada parcela da obra.*
2. *Para o cálculo do referido índice, deve-se apurar, em relação a cada fatura e seu período de atraso, as formas adotadas pela autora para captar os recursos no mercado financeiro e aferir qual a menos onerosa para a empresa, identificando, assim, o mercado do qual deverá ser obtido o custo da captação dos recursos.*
3. *A incidência dos juros de mercado e dos encargos financeiros está limitada ao pagamento individualizado de cada fatura. Ou seja, é devida a incidência da taxa apurada no item 2 sobre o valor da fatura vencida e não paga apenas no*

CSF

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

período que mediar entre a data de vencimento da fatura estabelecida nos contratos CT-1-227.280 e CT-1227.281 e seu efetivo pagamento¹.

4. Os valores referentes aos juros de mercado e aos encargos financeiros de cada fatura paga em atraso – calculados na forma do item 3 – devem sofrer a incidência exclusiva de atualização monetária, na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, a partir do pagamento de cada fatura pela CHESF até a citação da ré nesta ação, quando deverão incidir a atualização monetária e os juros de mora, desde a citação, no percentual mensal de 0,5% (meio por cento) até a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando o percentual deverá ser de 1,0% (um por cento) ²
5. Apurado o crédito da autora na forma dos itens acima, deve haver abatimento dos benefícios auferidos pela acionante por meio de:
 - Incidência de Correção monetária e de juros de mora (capitalizados) de 1% (um por cento), ao mês de atraso de pagamento;
 - Indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra;
 - Eliminação de carência para o cálculo da correção monetária para os vencimentos das faturas de correção monetária;
 - Atualização dos valores das faturas de correção monetária ("correção da Correção") que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico;
 - Alteração do período de reajustamento de preços contratados e
 - Reajustamento dos preços complementares com base no IGP-DI/FGV, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela OTN.
6. Os benefícios mencionados no item 5 também deverão ser atualizados monetariamente na forma do Manual de Procedimentos para cálculos da Justiça Federal, desde quando trouxeram acréscimos patrimoniais à autora.
7. Calculado o crédito na forma dos itens 1 a 4, deverão ser abatidos os valores mencionados no item 5, atualizados monetariamente na forma do item 6, encontrando-se assim o montante devido à MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A.

¹ A data do pagamento deve levar em conta o prazo o prazo de tolerância para emissão da fatura e de tolerância para pagamento.

² Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, à luz dos art. 219 do CPC e art. 1.062 do Código civil de 1916. A partir da vigência do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do art. 406 desse diploma, à razão de 1,0% (um por cento) ao mês.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

exposto na fundamentação deste decisório.

Em razão da sucumbência recíproca da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A e da CHESF, condeno-as no rateio da custas processuais e dos honorários periciais, devendo cada parte arcar com os honorários de seu patrono (art. 21³ do CPC). A parte assistente também deverá custear os honorários de seu advogado."

Em 17 de março de 2008 a MENDES JÚNIOR interpôs embargos de declaração, com pedido de concessão de efeitos modificativos, os quais serão submetidos à apreciação da mesma magistrada para apreciação.

São Paulo, 26 de março de 2008.



Motta, Fernandes Rocha Advogados

Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner



Motta, Fernandes Rocha Advogados

Luiz Leonardo Cantidiano

³ Art. 21. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.

**ANEXO IV
Suplemento nº. []**

**[Quotas Seniores] [Quotas Subordinadas Classe A(i)] do
Mendes Junior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios Não-Padronizados**

1. Suplemento (o "Suplemento") nº [i] referente as [Quotas Seniores] [Quotas Subordinadas Classe A[•]], no total de [•] quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do "MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS", registrado sob o nº [•] no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ sob o nº [•], e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora"). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O Prêmio de Risco das [Quotas Seniores] [Quotas Subordinadas Classe A[•]] é de [[•]%) a.a. ([[•]] por cento ao ano), capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.
3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (1.3) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

FUNDO/ADMINISTRADORA:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.,** na qualidade de administradora do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO -
PADRONIZADOS

Nome:

Cargo:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.,** na qualidade de administradora do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO -
PADRONIZADOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO V
TERMO DE ADESÃO
Termo de Adesão ao Regulamento

**Termo de Adesão ao Regulamento do MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS**

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. **Alexandre Lodi**

Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ] [CPF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (o "Fundo"), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "Administradora"), tendo como Diretor Designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo e do Prospecto datado de [•], de distribuição de suas Quotas, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
 - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, dos Distribuidores das Quotas do Fundo, de seu Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;

- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, os Distribuidores das Quotas do Fundo, seu Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para as Quotas do Fundo, para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XII do Regulamento do Fundo, os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do [•];
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal "Monitor Mercantil", nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV do Regulamento do Fundo;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409;

- g) nos termos do Capítulo XXVII do Regulamento do Fundo, qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária do Regulamento do Fundo ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas ou à Administradora, somente deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96. A arbitragem será administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA (a “CBMA”), a cujo regulamento se submeterá. A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA; e
- h) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida.
- III. Nos termos do item (1.3) do Capítulo I do Regulamento do Fundo, o investidor declara que (1) é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (o “*Securities Act*”) ou (2) (a) é um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A do *Securities Act* (a “Regra 144-A”), adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado, (b) não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado); e (c) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (o “*Investment Company Act*”). O investidor concorda que as Quotas do Fundo somente poderão ser oferecidas, vendidas, empenhadas ou de outra forma alienadas a uma pessoa que o alienante acredite, de forma razoável, (1) ser um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A que esteja adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de outro Investidor Institucional Qualificado que seja um adquirente qualificado para fins do artigo 3(c)(7) do *Investment Company Act*, em uma operação que atenda os requisitos de isenção do *Securities Act*, ou (2) ser uma pessoa não domiciliada nos Estados Unidos (a “*Non-U.S. Person*”) conforme definido no Regulamento S nos

termos do *Securities Act*, e de acordo com as leis aplicáveis a valores mobiliários nos Estados Unidos.

IV. Nos termos do item (1.3) do Capítulo I do Regulamento do Fundo, o investidor declara não ser um investidor domiciliado no Reino Unido ou ser um investidor domiciliado no Reino Unido, mas não sujeito a qualquer restrição quanto à aquisição ou subscrição das Quotas do Fundo por meio de operação isenta de registro perante as autoridades competentes (*Financial Services Authorities*) de sua jurisdição.

V. Nos termos do item (1.3) do Capítulo I do Regulamento do Fundo, o investidor declara ser um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição, sendo desta forma, um Investidor Qualificado, conforme definido na alínea "f" do item II acima.

Finalmente, nos termos do item (15.6) do Capítulo XV do Regulamento do Fundo, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas aos cuidados do Senhor [•] [qualificar], no seguinte e-mail [•].

(Local e data)

Nome:

Cargo:

ANEXO VI
Notificação de Resgate

Belo Horizonte, [•] de [•] de [•]

À

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro, RJ

À atenção do Sr. [•]

*Ref: Notificação de Resgate das Quotas Subordinadas Classe A[•] do Mendes Junior –
Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados,
inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] ("Fundo")*

A Mendes Júnior Engenharia S.A. sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 146, 15º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 17.162.082/0001-73, na qualidade de cedente do Fundo, vem solicitar à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo, que esta publique aviso no periódico "Monitor Mercantil", na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e envie aos titulares das Quotas Subordinadas Classe A[•] do Fundo o Aviso de Resgate Antecipado, nos termos do Capítulo XVII do regulamento do Fundo, informando-os do evento e do valor do prêmio a que fizerem *jus* os titulares das Quotas Subordinadas Classe A[•].

Atenciosamente,

Mendes Júnior Engenharia S.A.

Nome:

Cargo:

Mendes Junior Engenharia S.A.

Nome:

Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 2
SÚMULA DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



Mendes Junior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados

Relatório Inicial

Classe de Risco

Maio, 2008

Quota Sênior

CCC^{SR}
ESCALA GLOBAL

brB
EQUIVALÊNCIA

Quota Subordinada A

CCC^{SR}
ESCALA GLOBAL

brB
EQUIVALÊNCIA

Quota Subordinada B

CCC^{SR}
ESCALA GLOBAL

brB
EQUIVALÊNCIA

A obrigação permanecerá sob contínuo monitoramento. A SR Rating poderá alterar Nota e relatório nesse período, sem aviso prévio. Consulte o site da SR (www.srrating.com.br) para atualizar informações. Lá também, o investidor poderá consultar definição e metodologia da nota global e da sua equivalência "br". O horizonte das obrigações de "longo prazo" é de até cinco anos; das de "curto prazo", até um ano.

O Comitê Executivo de Classificação da SR Rating atribui a nota "**brB**" (B simples), na escala brasileira desta Agência Classificadora, decorrente da nota global "**CCC^{SR}**" (triplo C) também aqui atribuída, denotando **padrão insuficiente de garantias** apresentadas pela série de Quotas Sênior do Mendes Junior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados no cotejo com outros riscos de crédito

loais. Adicionalmente, atribuem-se as notas "**brB**" (B simples), decorrente da nota global "**CCC^{SR}**" (triplo C), denotando **padrão insuficiente de garantias** apresentadas pela série quota subordinada A, nesta análise representada pela série A1, e "**brB**" (B simples), decorrente da nota global "**CCC^{SR}**" (triplo C), denotando **padrão insuficiente de garantias** apresentadas pela série quota subordinada B.

Comitê de Classificação da SR Rating
Diretor: José Valter Martins de Almeida
valter@srrating.com.br

Data de publicação: 19/05/2008
Monitoramento: até agosto de 2008
Relatório Inicial em: 14/04/2008

Contato: Robson Makoto Sato
email: robson@srrating.com.br
Telefone: +55 11 5505 1080

Uma classificação SR Rating constitui opinião independente sobre a segurança da obrigação em análise, não representando, em qualquer hipótese, sugestão ou recomendação de compra ou venda. Todos os tipos de obrigação, mesmo quando classificados na categoria de investimento de baixo risco, envolvem um certo nível de exposição ao *default*. Decisões de compra e venda dependerão sempre do cotejo entre risco e retorno esperados pelo próprio investidor. A presente classificação buscou avaliar exclusivamente o risco de *default* da obrigação, segundo confiáveis fontes de informação disponíveis. A SR Rating não assume qualquer responsabilidade civil ou penal por eventuais erros de avaliação atuais ou mudanças supervenientes, ou ainda, por frustração do retorno financeiro esperado.

SR RATING • AGÊNCIA BRASILEIRA • PADRÃO GLOBAL

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

As notas atribuídas ao Mendes Junior – Crédito Judicial FIDC – Não Padronizado fundamentam-se, em suma, no processo de securitização de um direito oriundo de ação judicial transitado em julgado, cuja ação de cobrança encontra-se em andamento junto ao judiciário brasileiro. Como se trata de ação transitada em julgado, sobre o direito não mais há questionamento, restando em aberto, o valor a ser cobrado e seu efetivo recebimento.

Trata-se de uma ação declaratória que pleiteia o ressarcimento de custos financeiros incorridos diante de sucessivos atrasos nos pagamentos de faturas previstas no contrato, assinado em processo licitatório, de prestação de serviços de terraplanagem e concretagem para viabilização da implantação do aproveitamento hidroelétrico de Itaparica. Neste contrato, figura como contraparte a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, subsidiária integral da Eletrobrás. Atualmente, está em curso Ação Ordinária de Cobrança.

Considerando os valores em questão, verifica-se a presença de laudo técnico, identificando montante superior a R\$ 200 bilhões, monetariamente corrigidos. Dessa forma, naturalmente são observados os seguintes questionamentos: (i) mesmo que reconhecido o valor a ser pago, sua forma e prazo, a CHESF, ou mesmo a Eletrobrás, não possui capacidade plena de reconhecimento e liquidação imediata de tal passivo; e (ii) não há previsão de tempo, além de certeza de valores, que poderão advir no desfecho do processo judicial, podendo inclusive ter tal débito assumido pela União e, conseqüentemente transformado em precatório federal, como medida satisfatória de assunção dos passivos.

Em suma, a avaliação, do Fundo considera elementos atrelados a constituição do direito creditório, sua transmissibilidade, além de sua pagabilidade, cuja avaliação transcorre pela adequação de fluxos, em valores e prazos, para o

cumprimento, ainda que moral, do *benchmark* estabelecido às Quotas do Fundo. Neste último ponto, observam-se duas premissas: a capacidade de pagamento (*ability to pay*) e a vontade de pagar (*willingness to pay*), ponderados para a determinação da probabilidade de *default*.

A Estrutura do Fundo

Dessa forma, serão cedidos ao Fundo, de forma onerosa, parcelas do direito de crédito oriundo de tal ação judicial. Para isso, o Fundo, estabelecido sob a forma de condomínio fechado, irá emitir uma classe de Quotas sênior e diversas classes de Quotas subordinadas. O prazo de duração estabelecido é até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou amortização integral das Quotas.

As Quotas estarão divididas em uma única série de cotas sênior, diversas classes de Quotas subordinada Classe A, de A1 a An, conforme a necessidade, e uma única classe de Quotas subordinadas Classe B, a ser subscrita e integralizada pela Mendes Junior, em moeda corrente nacional ou em contrapartida de cessão dos créditos. Tanto a classe sênior quanto as classes subordinadas A terão como *benchmark* o equivalente a variação do IPCA, aceitando-se sobretaxa anual definida em seus respectivos suplementos. As Quotas subordinadas de classe B, sem *benchmark*, serão emitidas para a absorção de resíduos que porventura possam existir no Fundo.

O Fundo conta com o estabelecimento de razão de garantias, cujo limite mínimo é de 1 (uma) vez, entre os valores apurados de patrimônio líquido e somatória das Quotas sênior.

A cessão de créditos será realizada sem obrigação ou direito de regresso contra a cedente. Estima-se um tamanho máximo para o Fundo de até R\$ 10 bilhões, e considera-se elegível todo o

volume originário do crédito judicial, descontadas as frações ideais já cedidas em garantia ou vinculadas a outras operações financeiras.

Conforme previsão no Regulamento, não serão aplicadas taxas de desconto na aquisição de tais direitos de crédito. Nos termos do contrato de cessão, a Mendes Junior cederá ao Fundo parcelas de seu crédito decorrente da ação Judicial, sendo os valores futuros a serem entregues ao Fundo atualizados pela variação do IPCA, acrescido de prêmio, de forma a espelhar a remuneração (*benchmark*) das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe A

Apesar de cedidos definitivamente ao Fundo, por questões de representatividade e responsabilidade legal, permanecerá, para todos os efeitos legais, no pólo ativo na ação de cobrança, a Companhia Mendes Junior.

Adicionalmente, o Fundo contará com Reserva de Caixa, em volume estimado para suprir todas as despesas e encargos, por período de 5 anos, sendo esta constituída por meio da subscrição e integralização em dinheiro de Quotas subordinada classe B.

Situação do Crédito

Quanto à constituição do direito a receber e sua respectiva possibilidade de cessão, ainda que fracionada, os pareceres legais, antigos e atuais, fundamentam como viável considerando a matéria ter transitado em julgado. Trata-se da Ação Declaratória, expedida em 1989 pela 4ª Vara Cível da Comarca de Recife, corroborada em acórdão, de 1991, pelo STJ.

Posteriormente, foi ajuizado primeira Ação Ordinária de Cobrança em 1993, diante da não-liquidação dos direitos. Tal ação foi suspensa, judicialmente, quando do questionamento de laudo pericial. Nova

perícia foi realizada, seguindo os parâmetros estabelecidos, e devidas considerações e arguições das partes foram realizados. Desde 2004, ano de conclusão da nova perícia, a Ação Ordinária de Cobrança aguardou sentença pelo juízo competente.

Recentemente, em 6 de março de 2008, foi publicada a sentença proferida nos autos, julgando-se a ação parcialmente procedente. A decisão determina a realização do cálculo do crédito da Companhia Mendes Junior por diversos critérios, e determina o abatimento de outros valores que já teriam sido recebidos pela credora.

A Companhia Mendes Júnior e a CHESF poderão apresentar recursos de apelação, que serão oportunamente respondidos e remetidos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Portanto, permanece pendente a determinação de valores, e, para efeito desta avaliação, considera-se também a indefinição de prazos como fator de risco, além da própria capacidade de pagamento da CHESF, a depender do valor final a ser arbitrado.

Discute-se, ainda, inclusive no Regulamento, a não possibilidade de representatividade no pólo ativo da ação de cobrança igualmente transferido para o Fundo, na qualidade de titular de tais direitos, uma vez realizada a cessão definitiva.

Os laudos periciais, ainda que não reconhecidos integralmente em juízo, apontam o valor aproximado de R\$ 200 bilhões. Entretanto, no relatório de diligência contábil é reconhecido nos demonstrativos da Cedente o valor de aproximadamente R\$ 5 bilhões, já descontados os valores cedidos em garantia ou vinculados a terceiros. E, por outro lado, os demonstrativos financeiros da CHESF sequer provisionam valores referente à ação, por considerar, segundo sua assessoria jurídica, a possibilidade de perda remota.

Com isso, percebe-se uma assimetria de opiniões quanto ao sucesso ou insucesso na execução da ação, a qual afeta diretamente as diferentes Quotas do Fundo, independente de seu grau de preferência no recebimento.

Vale ressaltar, conforme apontado pelo assessor jurídico do Fundo, que a CHESF é uma sociedade de economia mista e o artigo 242 da Lei nº 6.404/76 previa expressamente: “As companhias de economia mista não estão sujeitas a falência, mas os seus bens são penhoráveis e executáveis, e a pessoa jurídica que a controla responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações.”

A revogação do referido artigo deu-se pela Lei 10.303/01. Conforme exposição de motivos da justificativa do Projeto de Lei n. 3.115/97, da qual se originou a referida Lei, entendeu-se pela inconstitucionalidade da não sujeição das sociedades de economia mista ao regime falimentar, pois a Constituição Federal, em seu artigo 173, inciso II, §1º, atribuiu-lhes regime correspondente ao das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis e comerciais. Nada se falou da responsabilidade subsidiária do controlador.

A complexidade do tema aumentou com a entrada em vigor da nova lei de falências, Lei nº 11.101/05, que em seu artigo 2º, inciso I, expressamente excluiu do regime falimentar as sociedades de economia mista.

Atualmente, existe discussão jurídica na doutrina acerca da existência ou não da responsabilidade subsidiária do controlador de sociedades de economia mista, quando o patrimônio próprio das mesmas não for suficiente para o pagamento de suas dívidas, especialmente porque a legislação afasta a possibilidade de decretação de falência nestas hipóteses.

É possível que em futuro próxima seja editada a lei prevista no Artigo 173, §1º, da Constituição Federal, que “estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços”.

Fundamentos da Nota

Para fins de avaliação do risco da operação ressaltamos, em resumo, os elementos positivos que fundamentam as notas classificatórias que lhe são atribuídas:

- Direito Creditório oriundo de ação declaratória transitada em julgado, portanto caracterizando a imutabilidade do direito a ser cedido;
- Presença de contrato de cessão, cujas cláusulas regulam as obrigatoriedades e limitações de atuação do cedente, permitindo percepção parcial de segurança aos futuros credores da ação judicial no que concerne à continuidade dos trâmites seguindo o melhor interesse destes;
- Tratar-se a devedora CHESF de sociedade de economia mista, controlada por outra sociedade de economia mista (Eletrobrás), que por sua vez é controlada pela União, a qual inclusive pediu e obteve o direito de intervir e participar do processo, o que viabiliza a discussão acerca da responsabilidade subsidiária desta (União) no pagamento do valor devido, caso os bens da CHESF não sejam suficientes; e

- Existência de pareceres jurídicos emitidos por renomados juristas, após a prolação de sentença, sustentando a necessidade de reforma da decisão na parte em que não acolheu o laudo oficial e o pleito integral da Companhia Mendes Júnior.

Fatores em Observação

Além desses fatores, permanecerão em observação atenta os seguintes aspectos:

- Fluxo de recebimentos incertos, seja pela ausência de valores de cobrança ainda indefinidos, seja pelos prazos não determinados, todos eles ainda subordinados a decisão judicial em trâmite;
- Valores em questão incompatíveis com o equilíbrio econômico-financeiro das contrapartes, questionando-se, portanto a “pagabilidade” de tais direitos creditórios, ressaltando-se tratar-se a CHESF de sociedade de economia mista, o que implica na possibilidade, em tese, de se buscar a responsabilidade solidária do controlador indireto (União);
- Impossibilidade da representação direta dos créditos cedidos pelo Fundo, necessitando da continuidade dos interesses pela Mendes Junior, a despeito das prerrogativas do Contrato de Cessão;
- Indícios de procrastinação progressiva de pagamento;
- Inexistência de co-obrigação nos crédito cedidos, bem como inexistência qualquer valor referencial do crédito e respectiva taxa de desconto a ser aplicada na aquisição; e
- Presença de subordinação residual, para o cumprimento de despesas e encargos, sem a conotação de proteção à quota sênior, até mesmo pela caracterização do crédito envolvido.

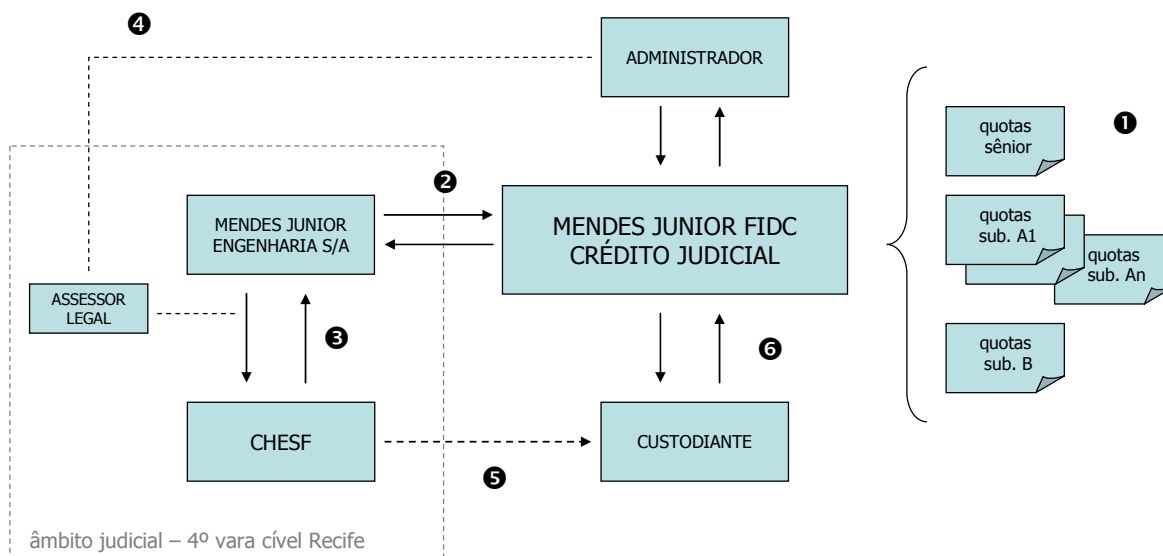
Avaliação de Riscos

A SR Rating monitora os seguintes indicadores de qualidade de crédito para fins de reavaliação da operação sempre que o Comitê de Classificação desta agência assim o determinar:

- Não recebimento pela SR Rating, sempre que houver demanda e/ou conforme periodicidade estabelecida previamente, de informações relativas ao Fundo, tais como: lista de cedentes elegíveis, níveis de garantias, taxa de concentração do Patrimônio Líquido por cedente e por sacado, segmentação da carteira de ativos, taxas de desconto, rentabilidade das Quotas, entre outras;
- Alteração de procedimentos estabelecidos, sem aviso prévio, ou ausência da efetiva prática dos mesmos;
- Alterações significativas nos participantes da operação;
- Decisões judiciais que venham a contrariar a existência de tais direitos creditórios, ensejando o não pagamento de qualquer valor;
- Decisões judiciais que venham a determinar valores incompatíveis com o fluxo necessário de amortização das Quotas do Fundo;
- Mudanças na legislação dos FIDC's que venham a impactar negativamente a estrutura do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ora analisado; e
- Ocorrência de outros eventos internos ou externos à operação que, na visão desta Agência Classificadora, possam influenciar, de modo singular ou cumulativo às contingências aqui nomeadas, a percepção de mudança de risco atual.

A Operação

MENDES JUNIOR FIDC CRÉDITO JUDICIAL – ESTRUTURA SIMPLIFICADA



- ❶ O Fundo emite Quotas sênior e subordinadas;
- ❷ Com os recursos captados são adquiridos os direitos creditórios da ação declaratória transitada em julgado contra a CHESF;
- ❸ Faz-se necessário o andamento dos processos judiciais, com o devido reconhecimento de valores e formas de pagamento oriundos dos direitos creditório, permanecendo a Mendes Junior como representante legal no pólo ativo da ação de cobrança;
- ❹ Figura o administrador do Fundo, como assistente no processo judicial, cumprindo seu papel de representante legal do Fundo e instituição zeladora dos interesses dos quotistas;
- ❺ Em decidido favoravelmente o litígio, situação em risco, procede-se o pagamento das frações ideais do crédito ao custodiante, que (❻) procede ao pagamento aos quotistas.

Participantes e Intervenientes

- **Administradora:** Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- **Banco Custodiante:** Banco Santander Banespa S.A.;
- **Consultor Jurídico:** Motta, Fernandes Rocha Advogados;
- **Classificador de Risco:** SR Rating;
- **Auditor Independente:** KPMG Auditores Independentes.

Características do Fundo

Nome: Mendes Junior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados.

Forma de Constituição: O Fundo é constituído sob forma de condomínio fechado.

Prazo de Duração: O prazo de duração do Fundo será até 31 de dezembro de 2027 ou quando ocorrer o resgate e/ou amortização integral das Quotas, o que ocorrer primeiro.

Quotas: O Fundo possui três classes de Quotas, sendo uma sênior e duas classes de Quotas subordinadas. As Quotas são nominativas, intransferíveis e terão forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

A classe de Quotas sênior terá série única. Poderão ser emitidas "n" classes de Quotas subordinadas A e apenas uma classe de Quotas subordinadas B.

No curso normal do Programa de Securitização, a Relação Mínima, dada pela divisão entre patrimônio líquido e somatório do valor das Quotas sênior, será equivalente a, no mínimo, 1 (um). Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1 (um).

As Quotas poderão ser emitidas com ágio ou deságio, observados os termos e condições da legislação aplicável.

Taxa de Administração: será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas em Regulamento e nos Documentos da Securitização: (i) uma remuneração fixa mensal equivalente a R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e, adicionalmente; (ii) remuneração variável equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre os valores (ou ativos) que vierem a ser efetivamente pagos (ou transferidos) aos quotistas do Fundo por ocasião da amortização ou resgate de suas Quotas.

Outras Despesas e Encargos do Fundo:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos quotistas;
- honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo;
- honorários de advogados, inclusive do Assessor Legal, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;

- taxas de custódia de ativos do Fundo;
- contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma prevista em Regulamento.

Política de Investimento: O objetivo do Fundo é proporcionar a seus quotistas a valorização de suas Quotas preponderantemente por meio da aquisição de direitos creditórios elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos em Regulamento.

Para as Quotas sênior e para cada classe de Quotas subordinadas Classe A, o Fundo buscará, em regime de melhores esforços, atingir uma rentabilidade (*benchmark*) equivalente a variação do IPCA, acrescida do Prêmio de Risco anual definido no respectivo Suplemento de cada emissão de quota. Não há *benchmark* estabelecido para as Quotas subordinadas classe B.

A cessão de direitos creditórios elegíveis ao Fundo será realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra a Mendes Junior e/ou qualquer de suas afiliadas. A Mendes Junior e/ou quaisquer de suas afiliadas não são responsáveis caso os direitos creditórios adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro e/ou pela solvência da CHESF, da Eletrobrás e/ou qualquer outra pessoa de direito público ou privado. A Mendes Junior é somente responsável pela boa formalização da cessão de direitos creditórios elegíveis para o Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão, bem como pela autenticidade das informações contidas no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório Jurídico, tendo em vista a situação atual da “Ação CHESF”.

Conforme previsto no Regulamento, observada e respeitada a “Reserva de Caixa”, o Fundo poderá aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu patrimônio líquido em direitos creditórios elegíveis. O Fundo poderá manter a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em direitos creditórios elegíveis, em moeda corrente nacional, ou aplicar: (i) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais; e (iii) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI, administrados por “Instituições Financeiras Autorizadas”, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas “i” e “ii” acima. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável e/ou a realização de operações em mercados derivativos.

Critérios de Elegibilidade: considera-se elegível para os fins de aquisição pelo Fundo, a totalidade (100%) do “Crédito CHESF” que vier a exceder os valores alocados aos “Passivos Preferenciais” e os valores cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, existente em cada data de aquisição, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de

Cessão, conforme evidenciado em Relatório de Ordem de Preferência, o qual será atualizado de tempos em tempos.

A Mendes Junior cederá ao Fundo, entre outras prerrogativas, o direitos de recebimento de 100% (cem por cento) do fluxo financeiro vinculado aos direitos creditórios cedidos, sendo este limitado ao valor apurado de acordo com o Regulamento, ou seja, equivalente ao preço de aquisição corrigido por prêmio de risco, apurados caso a caso, de acordo com as condições explicitadas nos respectivos Termos de Aquisição.

Procedimento de aquisição de direitos creditórios: serão adquiridos direitos creditórios por meio da celebração de Termo(s) de Aquisição, respeitados o definido no Contrato de Cessão e lavrado(s) por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo juízo. Cada Termo de Aquisição será levado aos autos da Ação CHESF, no prazo de 10 dias úteis de sua celebração, identificando o Fundo como cessionário e novo credor de parcela do Crédito CHESF cedida. Nesse sentido, o Assessor Legal atuará por conta e ordem do Fundo.

Conforme devidamente nomeada no Contrato de Cessão, a cedente é a Mendes Junior, que detém o "Crédito CHESF", em virtude de sentença transitada em julgado em ação declaratória anteriormente ajuizada em face da CHESF, sendo que a quantificação do crédito e a efetiva cobrança judicial são objeto da "Ação CHESF". Os direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, na qualidade de assistente da Mendes Junior, são devidamente discriminados no Contrato de Cessão.

Metodologia de Avaliação: o valor dos direitos creditórios elegíveis integrantes da carteira do Fundo será reconhecido em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Se prejuízo, o Prêmio de Risco somente será considerado para fins de determinação do valor das Quotas sênior e das Quotas subordinadas nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das parcelas recebidas do "Crédito CHESF" e nas datas de amortização de Quotas.

Amortização e resgate: no curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em regime de caixa, com base no valor calculado na forma prevista em Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos lá definida, em até 3 (três) dias úteis após o efetivo recebimento de cada parcela recebida.

O Fundo, conforme previsão em Regulamento, poderá proceder ao resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas subordinadas Classe A em circulação, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data de publicação de aviso aos quotistas.

Eventos de Avaliação: são considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- a) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;

- b) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição; e
- c) prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recurso, que implique na inexistência dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, ou na quantificação do crédito em valor insuficiente para o resgate integral das Quotas sênior e Quotas subordinadas Classe A.

Contrato de Cessão

Através deste instrumento, formaliza-se a cessão de direitos creditórios ao Fundo. Nesse sentido, assim como no regulamento, prevêem-se claramente riscos em virtude da não coobrigação da Mendes Junior, bem como do não estabelecimento de regras claras para a precificação dos créditos por esta detidos em razão da "Ação Judicial", uma vez caracterizada a indefinição do valor do ativo, ainda em litígio.

Em contrapartida, aponta-se: (i) a proibição de acordos entre a CHESF e a cedente (Mendes Junior) referentes aos créditos cedidos ao Fundo, sem o consentimento do cessionário; (ii) a inclusão do cessionário no Pólo Ativo da Ação, e caso recusado por uma das partes, sua inclusão como Assistente, bem como a notificação ao juízo no qual tramita a ação acerca da presente cessão; e (iii) a obrigação de executar imposta ao Cedente, além da faculdade dada ao cessionário para executar caso o cedente não o faça em tempo hábil; demonstram uma maior participação do cessionário no próprio processo podendo acompanhar mais ativamente a quantificação e o recebimento do crédito, trazendo maior garantia aos seus investidores quanto aos trâmites processuais.

Não obstante esta participação do cessionário no processo, no qual a cedente tenta quantificar e receber o crédito, não garante o recebimento do mesmo, bem como não estabelece o *quantum* que será efetivamente reconhecido e que supostamente deverá ser pago.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, não há como definir uma data para o recebimento do crédito objeto da cessão ao Fundo uma vez que o mesmo está pendente de decisão judicial em processo que ainda se encontra em fase de conhecimento, e que posteriormente deverá ser alvo de discussão em fase de execução, o que pode levar anos em nosso sistema jurídico, principalmente em se tratando de Ação na qual figura no pólo passivo da Ação a própria União.

A Mendes Júnior Engenharia

A Mendes Júnior iniciou sua atuação no mercado de construção pesada em 1953, realizando obras de pequeno e médio porte. A empresa ganhou projeção nacional em 1960, quando foi convidada pela CEMIG para erguer o núcleo de argila da barragem da Usina Hidrelétrica de Furnas. Ainda na década de 60 foram realizadas as primeiras obras fora do Brasil, atividades que se expandiu consideravelmente, tendo a companhia desenvolvido projetos de grande importância no exterior até os dias de hoje. A Mendes Júnior ainda foi a líder do consórcio que construiu a Usina de Itaipu e realizou obras como a construção de linhas do metrô de Santiago, no Chile, chegando a ser considerada a maior construtora do país e uma das maiores do mundo.

Após passar por uma crise aguda, a empresa se recuperou e voltou a apresentar boa saúde financeira. Seu patrimônio líquido era de R\$ 1,9 bilhão no encerramento de 2006, ano em que a empresa apurou um lucro de R\$ 221,1 milhões. Segundo a companhia, a magnitude de tal crise decorreu do não recebimento de recursos do Governo Federal pela realização de obras para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, o que gerou processos judiciais ainda não resolvidos que somam cifras bilionárias.

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

A CHESF é uma empresa de economia mista controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS. Constituída em 1948, sua finalidade é produzir, transmitir e comercializar energia elétrica na Região Nordeste do Brasil. Atualmente, seu parque gerador é o maior do país dentre as empresas atuantes no setor, contando com 14 usinas hidrelétricas e uma termelétrica, cujas potências nominais somam 10.618,3 mW. Seu sistema de transmissão possui mais de 18.000 km de linhas, o maior do país, além de 94 subestações.

Em 2007, a CHESF apresentou lucro líquido de R\$ 652,6 milhões, através da comercialização de 49.596 GWh distribuído entre 21 estados do Brasil e o Distrito Federal. Seu bom desempenho econômico-financeiro pode ser verificado também por seu EBITDA, que atingiu R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 1,9 bilhões no ano anterior, enquanto que a receita líquida no ano foi de R\$ 4,0 bilhões.

A Oliveira Trust DTVM

A Oliveira Trust, criada em 1991, é uma empresa atuante na prestação de serviços para o mercado financeiro, com destaque para estruturas fiduciárias, de securitização de recebíveis e administração de fundos de investimento, sobretudo FIDC's. Líder no mercado nacional nos serviços de Agente Fiduciário, a Oliveira Trust está presente em cerca de 70% do mercado de CRI's e 30% do de debêntures.

O Motta, Fernandes Rocha Advogados Associados

Fundado em 1956 na cidade do Rio de Janeiro, este escritório de advocacia atua em diversas áreas do direito, tais como mercado de capitais doméstico e internacional, fusões e aquisições, direito societário, comércio internacional, direito civil, direito ambiental, entre outros.

Perfil da SR Rating

Em 1993, a SR Rating iniciou suas operações no Brasil, tornando-se, portanto, a primeira agência de classificação de risco do País. A decisão de introduzir tais serviços no mercado brasileiro coincidiu com o fim de um longo período inflacionário, viabilizando-se assim, o principal ingrediente para a análise de riscos, que é previsibilidade. O principal objetivo da SR Rating é propiciar aos investidores brasileiros informações precisas e imparciais sobre a capacidade de pagamento ou sobre a confiabilidade da gestão de empresas. A SR Rating avalia a qualidade de crédito de títulos de dívida emitidos por sociedades em geral, companhias de serviços públicos, bancos, seguradoras, sociedades de administração de recursos (*asset managers*), bem como os emitidos pelo País (Risco Soberano), por Estados e por Municípios. Essas avaliações são expressas através de notas (*credit ratings*) que constituem probabilidades de *default* observadas ao longo de várias décadas de existência de análise de risco nos Estados Unidos.

A escala de notas utilizada pela SR Rating segue os padrões internacionais, ou seja, reflete a probabilidade de inadimplemento quanto à pontualidade de pagamentos de principal ou juros de uma obrigação ou de um conjunto de obrigações. A ideia de se adotar na SR Rating uma escala internacional acompanha a tendência gradual à globalização do nosso mercado financeiro, exigindo uma avaliação de risco de emissores, em moeda do nosso País, que tenha como parâmetro de aferição de risco toda a possível comparação com um padrão internacional, cujos *benchmarks* sejam emissores localizados em países financeiramente maduros. Esta é a nossa Nota de Longo prazo, em moeda local, que é conhecida como *Global Local Currency* (GLC), por sua comparabilidade internacional.

As escalas "BR", assim como as escalas "AR" utilizadas na Argentina e "MX" no México, têm em comum o fato de terem seu uso restrito apenas aos países a que se referem e não poderem ser comparadas entre si. Estas características decorrem do fato que as escalas locais se aplicarem exclusivamente a comparações entre empresas e papéis do mesmo país, guardando relação apenas com situações de risco relativo e local.

Contatos

Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) - sgaul@attglobal.net

José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) - valter@srrating.com.br

Comitê Executivo de Classificação

Paulo Rabello de Castro (*Chairman*) • Sheila Sirota von O. Gaul • José Valter Martins de Almeida • Robson Makoto Sato

Conselho Técnico Consultivo

Rubens Branco da Silva (*Chairman*) • Amaury de Souza • Carlos Alberto Protasio • Claudio Roberto Contador • Diogo de Figueiredo M. Neto • Fernando A. Albino de Oliveira • Fernando Henrique da Fonseca • Hamilton Dias de Souza • Ives Gandra da Silva Martins • Maria Isabel Fernandes • Nelson Eizirick • Ney Roberto Ottoni de Brito • Paulo Oscar França • Walder Tavares de Góes • Walter L. Ness Jr.

Diretoria

Paulo Rabello de Castro (Diretor Presidente) • Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) • José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) • Robson Makoto Sato (Diretor Técnico) • Diogo de Figueiredo M. Neto (Diretor Jurídico)

SR Rating

Rua Geraldo Flausino Gomes, 42/112 • Brooklin Novo • São Paulo • SP • Tel. +55(11) 5505 1080 • Fax +55(11) 5505 6181
Av. Rio Branco, 89/1002 • Centro • Rio de Janeiro • RJ • Tel. +55(21) 2263 7456 • Fax +55(21) 2263 9805

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 3
SUPLEMENTO DAS QUOTAS SENIORES

Suplemento nº. 1 de Quotas Seniores do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

1. Suplemento nº 1 (o “Suplemento”), referente às Quotas Seniores, no total de 10 (dez) quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do “MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS”, registrado em 15 de maio de 2008 sob o nº 757714 no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), em processo de inscrição no CNPJ/MF, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O Prêmio de Risco das Quotas Seniores é de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.
3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observando o disposto no item (1.4) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2008

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS

Nome: **Cesar Reinaldo Leal Pinto**
Cargo: **Diretor**

Testemunhas:

Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFPR/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

4ºRTD-RJ - 758165

Emol 80 30/Distrib 10 75/Lei 111/06 4 55
Mutua/ACCTERJ 8 15 / FEJ 18 21
Le 4 684/05 4 55 / Tot Emol (R\$) 126 51
PARÂM Vias 2 / Nome(S) 1 / Pags 1
Proc Esqr. N / Averb S / Dilg



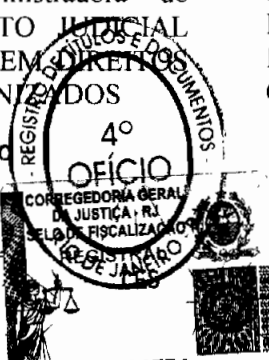
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro nº 757714 do LMO B 93.
O QUE CERTIFICO, RJ, 20. MAIO 2008
4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
KATIA DE SA. MADRUGA
Escritor Autorizada

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS

Nome: **HELEN DE OLIVEIRA THOMAS**
Cargo: **PROCURADORA**

Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

4º Cartório de Registro de Títulos e Doc. Av. Rio Branco, 156 - 1702 RECISTRA-DO 3047758165 RIO DE JANEIRO RJ, 20/05/2008
Ass: A. Rodrigues Camm Tutor
Ass: A. L. Rodrigues Camm Vitorio R. Coelho Jorge Moura de Siqueira Celia de S. Madruga Rita Angélica de Siqueira Escritor Autorizada



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 4
SUPLEMENTO DAS QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE A1

**Suplemento nº. 2 de Quotas Subordinadas Classe A1 do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

1. Suplemento nº 2 (o “Suplemento”), referente as Quotas Subordinadas Classe A1, no total de 1.000 (mil) quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do “MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS”, registrado em 15 de maio de 2008 sob o nº 757714 no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), em processo de inscrição no CNPJ/MF, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Classe A1 é de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.
3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

4. O presente Suplemento deverá ser registrado, observado o disposto no item (1.4) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2008

FUNDO/ADMINISTRADORA:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**, na qualidade de administradora do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS

Nome: Cesar Reinaldo Leal Pinto
Cargo: Diretor

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**, na qualidade de administradora do
MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS

Nome: HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Paula Perazzi A. Ferreira

Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: CPF: 095.449.027-40

Aline de Araújo Hamond

Nome: Aline de Araújo Hamond
RG: CPF: 116.576.577-28
PF: RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

4ºRTD-RJ - 758164
Emol 80,30/Distrib 10,75/Lei 111/05 4,55
Mutua/ACOTERJ 8,15 / RETJ 18,24
Lei 4.664/05 4,55 / Tot Emol (R\$) 126,51
PARÂM Vies 2 / Nome(s) 1 / Págs 1
Proc Estr N / Averb S / Diliq



RLV03753



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 5
SENTENÇAS DA AÇÃO CHESF



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

AÇÃO ORDINÁRIA

Classe nº 29
Processo nº 2000.83.00.014864-7
Autor: MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A
Réu: COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO E OUTRO

SENTENÇA

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. RESTABELECIMENTO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO EM AÇÃO DECLARATÓRIA. PRELIMINARES DE INEXISTÊNCIA OU NULIDADE ABSOLUTA DA SENTENÇA REJEITADAS. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL RECHAÇADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO NESTA LIDE DA MATÉRIA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA MATERIAL EMANADA DA AD Nº 00188006131-7. COMPENSAÇÃO DOS VALORES ADIANTADOS PELA CHESF NA REMUNERAÇÃO DA MORA NO PAGAMENTO DA OBRA. LIMITAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE JUROS DE MERCADO AO ADIMPLEMENTO DAS FATURAS. SUBSTITUIÇÃO DOS JUROS DE MERCADO PELA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA APÓS O PAGAMENTO DAS FATURAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS.

Vistos etc

I. Relatório:

Cuida a espécie de ação ordinária movida por MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A em desfavor da COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO E OUTRO colimando "a condenação da ré a pagar à autora a importância decorrente dos referidos juros de mercado, a ser aferida por perícia, para confronto dos valores apresentados pelas mencionadas auditorias, a qual deverá ser atualizada também por encargos de mercado até o seu efetivo pagamento, conforme judicialmente decidido" (fl. 06).

Historia a autora haver vencido a concorrência pública CHESF-DSCT-24/79 e celebrado os contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, em 03 de abril de 1981, para a execução de obras de terraplanagem e estruturas de concreto do Aproveitamento Hidroelétrico de Itaparica, no Rio São Francisco. Argumenta que, no decorrer dos ajustes, a CHESF reiteradamente pagou com atraso as faturas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

emitidas, sem a devida atualização monetária, restando à acionante custear a conclusão das obras, eis que não poderia haver interrupção do serviço.

Invoca a empresa autora que suportou o ônus financeiro da execução da obra da Hidroelétrica de Itaparica, razão pela qual entende fazer jus ao ressarcimento do valor que antecipou, remunerado pelos juros de mercado, conforme decisão proferida no julgamento da apelação nº 816/89 e transitada em julgado em 08/06/1992.

Inicial instruída com procuração e documentos de fls. 11/293 e pagou as custas iniciais (fls. 08/09).

Citada, a CHESF apresenta contestação (fls. 295/327), na qual alega a prejudicial de prescrição quinquenal das parcelas anteriores ao ano de 1988, por se tratar de pedido de pagamento de juros, que entende não ter sido interrompida pelo ajuizamento de ação declaratória.

No mérito, argumenta a CHESF: (a) não haver sido reconhecido no julgamento do Recurso Especial nº 5059 o pagamento de juros de mercado incidentes sobre as prestações pagas em atraso; (b) a inaplicabilidade do Decreto-Lei nº 200/67 e da *exceptio non adimpleti contractus* às sociedades de economia mista; (c) a existência de previsão de compensação para os pagamentos em mora da CHESF, ademais da inclusão no preço da álea inerente a negócios de tal jaez; (d) que deveria a acionante ter requerido a revisão do contrato, ao invés de continuar sua execução; (e) a incidência do brocardo *pacta sunt servanda* e (f) a limitação da cobrança de juros de mercado às instituições financeiras. Junta documentos (fls. 328/464).

Réplica à contestação (fls. 466/481).

Deferida a realização de exame pericial (fls. 482 e 493/496). Laudo pericial e esclarecimentos (fls. 528/542 e 889/895). Manifestação das partes sobre o laudo (fls. 635/644, 802/809, 814/833, 837/842).

Comprovante da interposição de Agravo de Instrumento (fls. 490/491). Memoriais (fls. 902/920 e 922/948).

Sentença (fls. 976/990). Interposição de embargos de declaração (fls. 992/998). Decisão dos embargos (fls. 1000/1004). Apelação (fls. 1009/1027). Contra-razões (fls. 1140/1164). Julgamento proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (fls. 1420/1457). Interposição de Recursos Especiais e de Recurso Extraordinário (fls. 1459/1474, 1484/1498, 1501/1527).

Parecer do Ministério Público Federal (fls. 1683/1696).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Às fls. 1707/1726, a União atravessa petição requerendo intervir neste feito. Intervenção admitida pelo STJ, o que gerou deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Interposição de Embargos de Divergência pela parte autora (fls. 1874/1892). Decisão do STJ nos aludidos Embargos (fls. 1951/1953).

Retorno dos autos à primeira instância e despacho determinando a realização de exame pericial (fls. 1987/1988).

Pedidos de intervenção no feito como assistentes formulados pela empresa MORRISON KNUSEN DO BRASIL LTDA., pelos Bancos BANESPA e ALFA DE INVESTIMENTOS S/A (fls. 2072/2074, 2151/2153, 2578/2580).

Petição do BNDES, de TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS, DANTE PIRES CAFAGGI informando que adquiriram por cessão parte do crédito objeto desta demanda (fls. 2097/2098, 2104/2106, 2478).

Laudo pericial e esclarecimentos (fls. 2204/2402, 2591/2665, 3106/3160). Manifestação das partes acerca do laudo (fls. 2703/2898, 2903/2916, 3380/3411, 3435/3451, 3462/3478 e 3546/3687).

Manifestações do MPF (fls. 3052/3055, 3228/3317). Na segunda manifestação, invoca o *Parquet* que a sentença proferida na ação declaratória foi proferida por juiz absolutamente incompetente e por isso não está acobertada pelo manto da coisa julgada material; que poderia a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A ter alegado a *exceptio non adimpleti contractus* no decorrer dos contratos; que a ação declaratória não tem efeito condenatório em juros de mercado; inexistir comprovação da captação de recursos no mercado financeiro, máxime porque restou evidenciado em perícia que a empresa ostentou capital de giro líquido durante todo o período do contrato e os empréstimos em moeda estrangeira excediam o valor devido pela CHESF; que a empresa autora não detinha capital de giro líquido apenas quando investiu em empresas coligadas e controladas e ter a CHESF pago valores a maior à acionante.

Pedido de reserva de valores em favor de credores da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A (fls. 3065/3076, 3208/3210, 3339/3340). Insurgência da CHESF quanto ao primeiro requerimento (fl. 3080).

Auto de penhora no rosto dos autos (fls. 3484/3486).

Vieram-me os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Fundamento e decido.

II. Fundamentação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

II. 1. Preliminares:

O Ministério Público Federal, no parecer de fls. 3228/3317, levanta a preliminar de inexistência ou nulidade absoluta da sentença proferida na Ação Declaratória nº 00188006131-7.

O alegado defeito da sentença se consubstancia na incompetência absoluta do juízo, eis que a decisão da ação declaratória proferida pela Justiça do Estado de Pernambuco rejeitou a participação da União no feito, ao tempo em que o STJ reconheceu, nesta ação condenatória, a legitimidade desse ente para compor o pólo passivo da lide, o que deslocou a competência para a Justiça Federal. De efeito, penso ser o caso de rejeição da prefacial. Explico.

A aludida Ação Declaratória nº 00188006131-7 foi movida pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A em desfavor da CHESF e tramitou na Justiça do Estado de Pernambuco. Nesta ação ordinária, a União Federal foi incluída no pólo passivo da lide, na condição de assistente e após requerimento formulado no STJ, e, por isso, foi deslocada a competência para a Justiça Federal.

Entretanto, não vislumbro na ação declaratória adrede movida contra a CHESF hipótese de litisconsórcio passivo necessário com a União, em que a citação desse ente fosse imprescindível para a eficácia da sentença, à luz do art. 47¹ do CPC, já que a CHESF é sociedade de economia mista que detém personalidade jurídica própria e, desse modo, deve compor o pólo passivo de demandas propostas em seu desfavor desacompanhada da União Federal – sua acionista majoritária.

Assim, o fato de ter sido rechaçada na Justiça Estadual, na ação declaratória, a preliminar de incompetência daquela Justiça não implica em nulidade da decisão emanada desse juízo, ainda que, neste processo, tenha sido vislumbrado o interesse da União.

Cuida-se de admissão da União na condição de assistente da CHESF, nesta ação de conhecimento, que deu ensejo ao deslocamento da competência para a Justiça Federal. Não há vício na Ação Declaratória nº 00188006131-7 por falta de jurisdição; poderia haver (mas não há, em meu sentir) invalidade do referido processo por incompetência absoluta do juízo, o que não impediria que a sentença de mérito nele proferida estivesse acobertada pela coisa julgada material².

Ora, a coisa julgada material opera efeito substitutivo, decorrente da função substitutiva da jurisdição, ou seja, "a sentença de mérito transitada em

¹ Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Parágrafo único. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

² NERY, Nelson Jr. e Rosa Maria de Andrade. *Op. Cit.* p. 595.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

julgado substitui todas as atividades das partes e do juiz praticadas no processo, de sorte que as nulidades e anulabilidades porventura ocorridas durante o procedimento terão sido substituídas pela sentença, que as abarca³". Assim, a incompetência absoluta do juízo é espécie de vício da sentença absorvido pela coisa julgada material que apenas pode ser rediscutido em sede ação rescisória, impugnação ao cumprimento da sentença ou embargos do devedor, o que não ocorre no caso em comento⁴.

Ainda que fosse verificado o vício da incompetência absoluta, o que não ocorre no caso em tela, tal fato não teria o condão de tornar a sentença proferida na Ação Declaratória nº 00188006131-7 inexistente, mas passível de revisão por meio da ação rescisória, impugnação ao cumprimento da sentença ou embargos do devedor.

É certo que a competência do juízo é pressuposto processual positivo de validade, todavia, o julgamento do feito por juízo absolutamente incompetente não tem o condão de tornar a decisão inexistente, mas nula e tal vício é sanável pelo decurso do prazo de dois anos para o ajuizamento de ação rescisória.

O fato de a União não ter participado da Ação Declaratória nº 00188006131-7 não dá ensejo à inexistência da sentença ou à incompetência absoluta do juízo, mas apenas à limitação dos efeitos da coisa julgada que emanam desse feito, que não se aplicam a ela, à luz do disposto no art. 472 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

"Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros". - grifei -

Nesse passo, a decisão proferida na Ação Declaratória nº 00188006131-7 não produz efeitos diretos em desfavor da União, eis que esse ente não compõe o pólo passivo daquela lide, tão-somente efeitos indiretos, em razão de ser a União acionista majoritária da CHESF.

De outro lado, penso não haver vício por falta de citação da União na Ação Declaratória nº 00188006131-7, pois a ação foi proposta contra a CHESF e não contra o ente federal (além de não ter sido reconhecida a existência de litisconsórcio passivo necessário entre a União e a CHESF no referido feito), não se justificando a citação daquele ente para compor o pólo passivo da lide.

II. 2. Prejudicial de mérito - Prescrição quinquenal:

³ NERY, Nelson Jr. e Rosa Maria de Andrade. *Op. Cit.* p. 595.

⁴ "(...) A coisa julgada, segundo pensamos, só não se constituirá em caso de processo e sentença inexistente, mas, no caso de processos nulos, ou sentenças nulas, forma-se a coisa julgada e a sentença passa a ser rescindível (...)". Teresa Arruda Alvim Wambier, *in* Nulidades do Processo e da Sentença. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2004. 5ª edição. p. 206.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Suscita a CHESF a prejudicial de prescrição quinquenal, com fulcro no art. 178, § 10, III⁵, do Código Civil de 1916, por entender que "o núcleo do pedido converge para a cobrança de juros de mercado" (fl. 297). Tal prejudicial foi rejeitada na decisão de fls. 493/496. Considerando que houve reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça da incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para a apreciação deste feito (ainda que sem o reconhecimento da nulidade dos atos decisórios), passo a analisar tal prejudicial.

Entendo que a pretensão autoral não se dirige ao pagamento de juros, assim entendidos como prestação acessória devida anualmente ou em períodos anteriores, mas ao pagamento da reparação econômica que a autora entende fazer jus em razão dos atrasos na quitação das faturas, ou seja, valor principal ao qual não é aplicado o prazo prescricional do art. 178, § 10, III, do CC/1916.

Acolho o disposto na decisão de fls. 493/496 no que concerne à alegação de que "o que a autora quer não é cobrar juros de um crédito seu, mas sim ressarcimento de prejuízos causados pela obtenção de recursos no mercado financeiro, com juros e encargos superiores aos que a Chesf lhe pagou. O valor desse prejuízo é que irá sofrer a incidência de juros. Mas mesmo estes não estarão sujeitos a aplicação da norma legal em questão, porque não são pagáveis anualmente, ou em períodos mais curtos, uma vez que não há determinação contratual, legal ou judicial a respeito. O pagamento será juntamente com o dos prejuízos apurados".

De outro lado, a indenização requerida pela empresa autora neste feito remonta aos anos de 1981⁶ (julho desse ano – fl. 172) a 1987. Conforme se evidencia do documento de fls. 167/177, foram solicitadas providências em sede administrativa para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato entre 1982 e 1987, conforme cartas DCE-ITA 234/82, de 28/05/1982, DCE-ITA nº 065/83, de 08/05/1983, DCE-ITA nº 80/83, de 03/05/1983, DCE-ITA nº 097/83, de 02/06/1983, DCE-ITA nº 263/86, de 25/11/1986 e DCE-ITA 022/87, de 03/02/1987. Em 18/03/1988, foi movida a Ação Declaratória nº 00188006131-7, que transitou em julgado em 1992, e, em 1993, foi proposta ação de conhecimento – inicialmente na Justiça do Estado de Pernambuco.

⁵ Art. 178. Prescreve:

§ 10 - Em 5 (cinco) anos:

III - Os juros, ou quaisquer outras prestações acessórias pagáveis anualmente, ou em períodos mais curtos.

⁶ "(...) os primeiros atrasos de pagamentos correspondentes a serviços executados pela CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR na UHE de Itaparica, ocorreram a partir de julho de 1981. Na mesma oportunidade, a CONSTRUTORA apresentou à CHESF faturas referentes à correção monetária resultante dos atrasos observados na liquidação das faturas de serviço. A CHESF negou a acolhida às citadas faturas de correção monetária até 09.08.84, quando da assinatura do ADITIVO EPISTOLAR CT-I-227.284, cópia anexo, celebrado entre as partes com o objetivo de formalizar as disposições constantes da já citada SIDE LETTER PR-3520, parcialmente aprovadas pelo Exmo. Sr. Ministro do MME, com as limitações consignadas na Carta PRE-120/83 da ELETROBRÁS (...)" (excerto fl. 38 do anexo da Procuradoria da República).



Assim, por não haver inércia da parte ativa em requerer o pagamento dos valores que entende devido – conforme evidenciado acima – não se haveria falar em prescrição.

II. 3. Mérito:

Cinge-se a controvérsia de mérito ora posta à verificação do direito da parte ativa à restituição dos valores que antecipou para custear as obras objeto dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.280, remunerados por juros de mercado e encargos financeiros até seu efetivo pagamento.

O comando sentencial de fl. 214, prolatado na AC nº 816/89, da Ação Declaratória nº 00188006131-7, promovida pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A contra a CHESF, reconheceu “a existência de uma relação de crédito da MENDES JÚNIOR contra a CHESF que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de ITAPARICA e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria”.

Cumpre salientar que, nesta ação ordinária, a União Federal e a CHESF compõem o pólo passivo da lide, mas a União não participou da Ação Declaratória nº 00188006131-7. Desse modo, os efeitos da coisa julgada que emanam desse feito não se aplicam diretamente à União, à luz do disposto no art. 472 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

“Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros”. – grifei -

Nesse toar, entendo que a análise da pretensão autoral deverá ser dividida em dois tópicos: um relativo à CHESF e outro no tocante à União Federal.

1) MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A X CHESF:

A MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A moveu ação declaratória em desfavor da CHESF no afã de que fosse declarado seu direito “ao ressarcimento completo e atualizado, pela CHESF, dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros em que incorreu a Autora e que foram decorrentes de financiamentos da obra a que foi obrigada, em virtude da falta de pagamento por parte da CHESF, e da determinação desta a Autora para que assim mesmo prosseguisse com a obra no ritmo adequado”.

A CHESF, de seu turno, invoca a possibilidade de rediscussão nesta demanda do decidido na AD nº 00188006131-7 (remuneração dos valores em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

atraso à razão de juros de mercado), à luz dos argumentos esposados em sua contestação, ainda que se cuide de decisão judicial transitada em julgado.

O MPF alega ser necessária a análise da arguição pela autora da *exceptio non adimpleti contractus*; existir decisão *ultra petita*, pois o pedido de pagamento de juros de mercado não poderia ter sido formulado em ação declaratória por falta de previsão contratual, e a decisão na ação declaratória vale apenas como preceito, devendo tal matéria ser discutida em sede ação condenatória com ampla instrução probatória.

Como cediço, a ação declaratória, prevista no art. 4º do CPC, tem por escopo “eliminar a incerteza sobre a existência de direitos ou relações jurídicas, mediante o acerto realizado pelo juiz, com força de coisa julgada”⁷. Em ação deste jaez, “afirma-se a existência ou inexistência da relação jurídica, o que importa mediatamente considerar presentes a norma jurídica e o seu suporte fático. Isso não significa, porém, que necessariamente tal reconhecimento se dirija à sanção aplicável (norma primária, no sentido kelseniano), o que importaria considerar mediatamente declaráveis apenas os direitos violados. Ademais, mesmo que a declaração judicial se reporte à sanção aplicável, apenas a reconhece, não a aplica”⁸.

De efeito, “a sentença declaratória não opera o mero reconhecimento de direito preexistente, mas participa do seu processo de concretização, utilizando outros elementos além do enunciado abstrato constante do ordenamento jurídico. Estabiliza-se esse juízo acerca da existência ou não de determinada situação jurídica, derivado da análise dos vários elementos considerados pelo julgador”⁹. A tutela declaratória, “enquanto tal, esgota-se com a simples emissão da sentença e com a correspondente produção da coisa julgada material”¹⁰.

Considerando que o objetivo da ação declaratória é a eliminação da incerteza em torno da existência ou inexistência de uma determinada relação jurídica, com força de coisa julgada material¹¹, não se mostra possível a discussão,

⁷ SILVA NETO, Francisco Antônio Barros e. Antecipação da Tutela nos Processos Declaratórios. Sergio Antonio Fabris Editor. 1ª edição. Porto Alegre: 2005. p. 74.

⁸ SILVA NETO, Francisco Antônio Barros e. *Op. Cit.* p. 78.

⁹ SILVA NETO, Francisco Antônio Barros e. *Op. Cit.* p. 69.

¹⁰ , Ovidio A. Baptista da. Curso de Processo Civil. Volume 1, Processo de Conhecimento, Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição. São Paulo: 1998. p. 162.

¹¹ Sobre a coisa julgada material, trago à colação manifestação de Cândido Dinamarco, *verbis*: “Coisa julgada material é a imutabilidade dos efeitos substanciais da sentença de mérito. Quer se trate de sentença meramente declaratória, constitutiva ou condenatória, ou mesmo quando a demanda é julgada improcedente, no momento em que já não couber recurso algum, institui-se entre as partes e em relação ao litígio que foi julgado, uma situação de absoluta firmeza quanto aos direitos e obrigações que os envolvem, ou que não os envolvem. Esse status, que transcende a vida do processo e atinge a das pessoas, consiste na rigorosa intangibilidade das situações jurídicas criadas ou declaradas, de modo que nada poderá ser feito por elas próprias, nem por outro juiz, nem pelo próprio legislador, que venha a contrariar o que foi decidido (Liebman): a garantia constitucional da coisa julgada consiste na imunização geral dos efeitos da sentença. A Constituição Federal estabelece que a lei não prejudicará a coisa julgada (art. 5º, inc. XXXVI) e o Código de Processo Civil manda que o juiz se abstenha de decidir a mesma causa, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, quando existir a coisa julgada material (art. 267, inc. V e § 3º). Com essa função e esse efeito, a coisa julgada material não é instituto confinado ao direito processual. Ela tem acima de tudo o significado político-institucional de assegurar a firmeza das situações jurídicas, tanto que erigida



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

em eventual demanda futura, da existência ou inexistência daquela relação jurídica que o juiz declarara existir ou não existir.

A coisa julgada - "virtude própria de certas sentenças judiciais, que as faz imunes às futuras controvérsias impedindo que se modifique, ou se discuta, num processo subsequente, aquilo que o juiz tiver declarado como sendo a 'lei do caso concreto'¹²" - não é um efeito da sentença, e sim uma qualidade que ao efeito declaratório da sentença se adiciona para torná-lo indiscutível nos futuros julgamentos.

Ademais do efeito negativo de impedir que as partes se valham de novo processo para discutir aquilo que já fora declarado em outra sentença, a coisa julgada produz o efeito positivo de vincular o juiz do segundo processo, "obrigando-o a levar em conta a sentença como coisa julgada, para servir-se da primeira declaração, no processo que lhe é posto, conformando-se a ela (...). O efeito positivo corresponde à utilização da coisa julgada propriamente em seu conteúdo, tornando-o imperativo para o segundo julgamento¹³".

Nesse passo, a decisão de mérito transitada em julgado proferida na Ação Declaratória nº 00188006131-7, movida pela MENDES JUNIOR ENGENHARIA S/A contra a CHESF, que reconheceu o direito da autora ao ressarcimento dos valores que adiantou para a construção da Hidroelétrica de Itaparica, com juros de mercado e encargos financeiros, está acobertada pela autoridade da coisa julgada material, nos limites da lide e das questões decididas (art. 468 do CPC), produzindo os efeitos extraprocessuais de vincular as partes e o juízo de qualquer outro processo que lhe seguir e impossibilitar a rediscussão da lide em ação judicial ulterior.

Ainda que se alegue que em alguns votos proferidos por Ministros do Superior Tribunal de Justiça foi afirmado que a equação econômico-financeira do contrato tinha que ser restabelecida em ação própria, e não simplesmente por meio da aplicação de juros de mercado e encargos financeiros, saliento que o Recurso Especial nº 5.059/PE sequer foi conhecido (todos os Ministros votaram pelo seu não conhecimento) e, assim, não se operou o efeito substitutivo da decisão prolatada pelo TJ/PE.

Ora, os recursos se submetem ao juízo de admissibilidade (análise do cabimento, da legitimidade recursal, do interesse, da tempestividade, da regularidade formal, da inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de

em garantia constitucional. Uma vez consumada, reputa-se consolidada no presente e para o futuro a situação jurídico-material das partes, relativa ao objeto do julgamento e às razões que uma delas tivesse para sustentar ou pretender alguma outra situação. Toda possível dúvida está definitivamente dissipada, quanto ao modo como aqueles sujeitos se relacionam juridicamente na vida comum, ou quanto à pertinência de bens a um deles". (Candido Rangel Dinamarco, *in* Instituições de Direito Processual Civil, 5ª ed. vol. III, Malheiros Ed., p. 299/301) - *realcei*

¹² SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Op. Cit.* p. 486.

¹³ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Op. Cit.* pp. 501/502.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

recorrer e do preparo¹⁴) e ao juízo de mérito, caso o primeiro seja positivo. Se o juízo de admissibilidade foi negativo, o recurso não foi sequer conhecido, e, desse modo, não houve análise do mérito do recurso e a substituição da decisão recorrida.

Assim, a sentença de mérito prolatada na aludida Ação Declaratória nº 00188006131-7 não é suscetível de rediscussão neste processo, em razão da ocorrência da coisa julgada material, que torna imutável e indiscutível a matéria por ela resguardada, independente da justiça do conteúdo intrínseco do decisório¹⁵.

Rechacados os argumentos lançados pela CHESF e pelo MPF para a rediscussão da matéria no tocante à exigibilidade da sentença face à CHESF, passo à análise dos efeitos da sentença da Ação Declaratória nº 00188006131-7 neste feito.

Perlustrando os autos, infere-se que as partes de livre e espontânea vontade ajustaram os contratos CT-I-227.280, CT-I-227.281 e o Aditivo Epistolar CT-T-227.284.

O contrato CT-I-227.280 tinha por escopo "a execução, por empreitada, das Obras de Terraplanagem do Aproveitamento Elétrico de Itaparica, no Rio São Francisco, localizado na divisa dos Estados de Pernambuco e Bahia, objeto da concorrência CHESF-DSCT-24/79" (Cláusula 1ª). A avença CT-I-227.281 foi ajustada como aditivo ao pacto CT-I-227.280, para incluir a "execução das Estruturas de Concreto do Aproveitamento Hidrelétrico de Itaparica, no Rio São Francisco" (Cláusula 1ª).

A Cláusula 46 do primeiro contrato estabelece que "caberá à CHESF, com a colaboração e presença de representante credenciado do EMPREITEIRO DE TERRAPLENAGEM, a realização, até o dia 10 (dez) de cada mês, das medições mensais de serviços executados até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior, de acordo com as estipulações gerais do presente CONTRATO, obedecendo em particular à discriminação dos itens de serviço constantes da Planilha de Preços da Proposta do EMPREITEIRO DE TERRAPLENAGEM e às condições estabelecidas especificamente para a medição de cada um dos referidos itens, na Terceira Parte do Volume Segundo da Documentação de Concorrência CHESF-DSCT-24/79(...)".

O pagamento mensal deveria ser feito na Divisão de Tesouraria Geral da CHESF, no prazo de 30 dias da apresentação das faturas apresentadas pelo EMPREITEIRO DE TERRAPLENAGEM, até o dia 15 (quinze) de cada mês, com base nos dados do boletim de medição, cabendo à CHESF aprovar ou contestar as faturas apresentadas, em dez dias úteis, (Cláusulas 48 a 50). Tal prazo para pagamento tem início com a entrega das faturas já aprovadas pela CHESF na referida Divisão de Tesouraria.

¹⁴ NERY, Nelson Jr. e Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado e Legislação Extravagante. Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição. São Paulo: 2006. p. 705.

¹⁵ NERY, Nelson Jr. e Rosa Maria de Andrade. *Op. cit.* p. 599.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

O §2º da Cláusula 55 do contrato CT-I-227.280 preconiza que "o EMPREITEIRO DE TERRAPLENAGEM deverá emitir as faturas relativas ao reajustamento, separadamente das faturas básicas, sempre correspondendo às mesmas medições. O procedimento para pagamento será análogo àquele aplicado às faturas básicas e descrito na Cláusula 52ª".

A inadimplência da CHESF daria ensejo à rescisão contratual e restaria caracterizada quando, por sua exclusiva responsabilidade, ultrapassar por 180 (cento e oitenta) dias, "por 3 (três) vezes consecutivas ou por 6 (seis) vezes alternadas o prazo de pagamento de faturas do EMPREITEIRO DE TERRAPLENAGEM já aprovadas pela CHESF" (Cláusula 69, 'b').

Infere-se dessa cláusula contratual que a insatisfação da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A com os atrasos no pagamento das faturas e com o pagamento a menor (como entende) das faturas de correção monetária deveria ter sido resolvida por meio da rescisão do contrato, por inadimplência da CHESF, à luz das Cláusulas 68 e 70 dos pactos CT-I-227.280 e CT-I-227.281 (fls. 51 e 111).

Ora, se a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A não requereu a rescisão do contrato, por inadimplemento, e preferiu continuar a execução da obra, postulando administrativamente o pagamento da correção monetária e outras modificações financeiras da avença (o que conseguiu no aditivo epistolar CT-T-227.284 e na SIDE LETTER PR-3250), não poderia alegar que sofreu prejuízos com tal atraso, em razão do pagamento de compensação em sede administrativa.

Entretanto, não havendo rescisão do contrato e vedada a rediscussão da matéria da indenização dos prejuízos, por estar acobertada pela coisa julgada material, conforme acima explicitado, resta ao magistrado interpretar tal dispositivo sentencial, em especial, no tocante ao atraso no pagamento das faturas do contrato pela CHESF, que deu ensejo ao financiamento da obra pela autora, e aos juros de mercado e aos encargos financeiros que refletem o financiamento da obra.

Cumprir adequar o comando sentencial transitado em julgado na AD nº 00188006131-7 ao caso concreto, apurando-se a forma de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, à luz do estabelecido no pacto e na decisão transitada em julgado na aludida AD, sem perder de vista a(s) fonte(s) de captação de recursos utilizadas pela autora no período de atraso de pagamento pela CHESF.

Penso que apenas quando ocorrer a perfeita identificação entre o valor pago pela Mendes Júnior relativo a gastos da obra de Itaparica e o valor captado no mercado financeiro para honrar esse pagamento é que se pode mensurar o valor dos encargos suportados pela empresa, pois juro de mercado deve ser entendido como aquele que foi efetivamente pago pela Mendes Júnior no financiamento eventualmente realizado, para suporte financeiro à obra de Itaparica em decorrência dos atrasos de pagamento da Chesf.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Informa o experto do juízo, no laudo de fls. 2204/2209, que "no período de atraso a Autora estava no mercado financeiro, tomando recursos para Capital de Giro, entretanto o perito não pode afirmar que foram para o AHE de Itaparica, por não haver evidência nos contratos nesse sentido e registros segregados na contabilidade" e que "não é possível a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica".

O laudo técnico do MPF atesta, inclusive com base em informações obtidas do Tribunal de Contas da União (processo TC nº 013.201/95-6)¹⁶, que não foi possível aferir o montante captado pela Construtora Mendes Júnior no mercado para financiamento da obra da Usina de Itaparica, eis que não havia controles específicos para a obra. Restou apurado no laudo dos peritos do MPF que "ao longo da década de 80 sempre houve capital de giro líquido (que é igual ao Ativo Circulante menos o Passivo Circulante), o que significa que a empresa dispunha de recursos para financiar o seu ciclo operacional, que envolve desde a aquisição de matérias primas e o pagamento de fornecedores e dívidas de curto prazo até o momento das vendas de produtos ou serviços, conforme demonstrado na Tabela 1 (...)".

Ora, o dispositivo transitado em julgado na AD nº 00188006131-7 assegurou à autora a existência de uma relação de crédito contra a CHESF que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de ITAPARICA e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria. Em outras palavras, é devido o pagamento dos juros de mercado e dos encargos financeiros captados e empregados pela autora exclusivamente para o financiamento da Obra de Itaparica e não sobre qualquer valor que tenha sido obtido pela empresa no mercado financeiro, mormente porque restou evidenciado na perícia que a acionante investiu em outras atividades econômicas.

¹⁶ Excerto do Relatório de Inspeção do Analista de Finanças e Controle Externo (AFCE) do Tribunal de Contas da União no processo TC nº 013.201/95-6: "(...) Veja-se síntese dos avanços econômico e financeiros (inclusive com efeito retroativo) da Construtora Mendes Júnior, após a assinatura, em 03/04/81, dos contratos CT - I - 227.280 (licitado) e 227.881 (dispensado de licitação, de modo irregular), às fls. 297/299 - ANEXO III:

a) correção monetária por atraso de pagamento (omitida a fórmula da correção, como posta às fls. 270/271 - ANEXO III);

b) juros de mora de 1% a.m. (omitida no documento, sua capitalização anual, fato revelado às fls. 271/272 - ANEXO III);

c) custos adicionais decorrentes do 'andamento anormal da obra' (ou da 'falta de dotação orçamentária'), pagos em 05/12/90;

d) alteração do período de reajustamento de preços contratados, originalmente tinha por limites inferior e superior, respectivamente, os meses da proposta e do evento; depois o limite fixou-se no mês do faturamento e apresentação da fatura a CHESF;

e) reajustamento dos preços complementares com base no IGP-DI/FGV, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dd), 'de todas as suas faturas e em seguida que esses valores fossem corrigidos monetariamente através da OTN - Obrigações do Tesouro Nacional', 'PRÉ-FIXADA'. (...)".



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Assim, é preciso apurar individualmente os recursos apurados no mercado financeiro pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A para a obra da Usina de Itaparica e a alocação específica dos aludidos recursos obtidos nesta construção.

Neste feito, não houve comprovação detalhada da aplicação dos recursos financeiros que a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A alega que captou no mercado financeiro na construção da Usina de Itaparica (fato ratificado pelo perito e pelos assistentes técnicos), de modo que se mostra incabível a incidência imediata dos juros dos contratos de financiamento de capital de giro firmados pela autora para apurar o valor a ser ressarcido nesta ação, eis que a decisão judicial transitada em julgado em prol da acionante assegurou o ressarcimento do prejuízo efetivamente (e não supostamente) sofrido com o financiamento de Itaparica, em razão do atraso pela CHESF.

Ainda que alegue a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A ter aplicado recursos obtidos com financiamentos para capital de giro captados no mercado financeiro no custeio da Usina de Itaparica, até o pagamento das faturas pela CHESF, a não comprovação da alocação específica dos recursos dos contratos de financiamento de capital de giro no custeio da obra de Itaparica impede a incidência imediata das taxas de juros de tais financiamentos no caso em tela, sob pena de violação do comando sentencial da AD nº 00188006131-7.

A captação de empréstimos pela autora para capital de giro no mercado financeiro não induz necessariamente à conclusão de que os recursos auferidos nesses financiamentos foram empregados com exclusividade na construção da Usina de Itaparica, vez que poderia ter sido aplicado capital próprio - que se apurou deter a construtora - mesclado com recursos de terceiros, ou cada um individualmente.

Não se olvida que a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A utilizou recursos próprios e/ou de terceiros para o financiamento de suas atividades operacionais, mas questiona-se se os recursos oriundos de contratos de financiamento de capital de giro foram aplicados na obra da Usina de Itaparica (exclusivamente ou com outros recursos), eis que não há comprovação específica de tal custeio nos autos.

Trago à colação excertos das manifestações dos assistentes técnicos acerca do emprego de recursos de financiamentos no mercado financeiro na construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica:

Perito do Juízo:

"Não é possível a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para financiamento da obra de Itaparica" (fl. 2208). - destaquei -

Assistente Técnico da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

"Os valores referentes aos contratos de capital de giro sempre se apresentaram superiores aos saldos dos valores a receber da CHESF, conforme Anexos II e II-A – Geração de Caixa Operacional Líquido. Embora não se tenha encontrado registros de aplicação destes recursos nesta obra, especificamente, uma vez que o processo de registro contábil é obrigatório para a Entidade Mendes Júnior Engenharia S/A não cabendo reclamos contra a obrigatoriedade de controles específicos para aquela obra (...)" (fl. 2908). – grifei -

Se a empresa detinha recursos próprios para custear as obras da Usina de Itaparica, até o pagamento das faturas pela CHESF, não justifica a cobrança de juros altíssimos nesta demanda, já que, se os pagou, foi por sua própria vontade, máxime considerando que fez investimentos altíssimos em outras atividades – inclusive no exterior. De outro lado, o fato de a empresa ter recursos próprios não exime a Chesf de ressarcir-la dos valores que empregou na obra em razão do atraso no pagamento das faturas, mas implica análise detida de que recursos especificamente foram usados na construção da usina hidroelétrica.

Com base nesse posicionamento, não seria possível acolher os cálculos efetuados pelo perito do Juízo, eis que esse definiu os juros de mercado como a média das taxas médias de juros de operações de capital de giro e das realizadas na forma da Resolução CMN 63, sem que restasse demonstrado que os recursos empregados pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A na obra de Itaparica decorreram diretamente de tais financiamentos.

Resta, assim, perquirir qual índice seria capaz de refletir os juros de mercado previstos na sentença, sem perder de vista que se tratava de obra pública – de interesse governamental prioritário – contratada por meio de procedimento licitatório cujo contrato prevê a incidência exclusiva de encargos moratórios, em caso de atraso no pagamento das faturas, facultando ao contratado rescindir o contrato na hipótese de demora contumaz no adimplemento das faturas.

Em princípio, é preciso aferir o conceito de mercado aplicável à espécie para definir a taxa de juros. Como cediço, a expressão 'mercado' que especifica os juros na sentença não ostenta conceito único, mas fragmentário, que depende da área de atuação da empresa. No caso em tela, a escolha do mercado – realidade fragmentária – do qual será apurada a taxa de juros demanda a verificação da fonte de captação explícita de recursos da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A (incluindo os investimentos de seu patrimônio), no período em que requer a compensação.

Infere-se que, no período de atraso de pagamento de faturas pela CHESF, a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A utilizou recursos de diversas fontes como contratos de financiamento para capital de giro, contratos de financiamento de longo prazo e emissão de debêntures.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Dever-se-ia ter como juros de mercado o percentual que foi efetivamente pago pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A para suporte financeiro da obra de Itaparica em decorrência dos atrasos de pagamento da CHESF. No caso em tela, entretanto, como não há comprovação específica da fonte de captação de recursos para custeio da obra até a quitação de faturas pela CHESF, cumpre verificar as aplicações financeiras da empresa no período (1981 a 1989) e apurar qual delas é a menos rentável. Explico.

Se a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A captou recursos no mercado financeiro em diversas fontes e, com parte de tais recursos, financiou a obra da Usina de Itaparica até o pagamento das faturas pela CHESF, não se pode presumir que o montante da aplicação financeira mais cara foi repassado para a obra. Na verdade, deveria a autora ter buscado recursos da forma menos custosa possível para financiar a obra, máxime considerando que o fez espontaneamente e sem prévia autorização da CHESF, não podendo essa empresa responder pelos financiamentos mais custosos requeridos pela autora. Além disso, é natural que se busque a operação financeira mais rentável que, em caso de financiamento, envolve a melhor forma de pagamento e as menores taxas de juros.

Não se mostra legítimo repassar à CHESF o custo do financiamento mais elevado obtido pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A se essa empresa obteve recursos no mercado financeiro não apenas para o financiamento da obra, mas para aplicar em outras atividades econômicas, como o investimento em empresas no exterior e na siderurgia (inclusive mais custosas que as faturas da CHESF). Demais disso, inexistente comprovação da reversão dos recursos auferidos mais onerosamente para a obra da Hidroelétrica de Itaparica.

Transcrevo, por oportunas, as seguintes considerações dos peritos do Ministério Público Federal contidas no Anexo V do procedimento administrativo 1.26.000.000471/2000-64:

"(...) Através da análise das demonstrações contábeis da Construtora Mendes Júnior, verificamos que ao longo da década de 80 sempre houve capital de giro líquido (que é igual ao Ativo Circulante menos o Passivo Circulante), o que significa que a empresa dispunha de recursos para financiar o seu ciclo operacional, que envolve desde a aquisição de matérias primas e o pagamento de fornecedores e dívidas de curto prazo até o momento das vendas de produtos ou serviços, conforme demonstrado na Tabela 1 (fl. 25). O Ativo circulante são os bens e direitos de uma empresa com maior grau de liquidez, representando os itens que se converterão em dinheiro mais rapidamente (caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata, estoques, etc), enquanto que o Passivo Circulante são as obrigações de curto prazo que deverão ser liquidadas até o ano seguinte, como fornecedores, salários a pagar, impostos a recolher, empréstimos, etc. A afirmação, por parte do Assistente Técnico da Mendes Júnior, às fls. 2.910 do processo da Justiça Federal, de que o passivo circulante (valores exigíveis a curto prazo) sempre foi maior que o contas a receber da CHESF, é fato, mas a partir daí afirmar que não havia recursos próprios sendo então



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

necessário captar recursos no mercado, é uma informação que diverge do constatado na Tabela 1, onde está demonstrado que houve capital de giro líquido em todo o período. (...) A Tabela 3 demonstra a participação expressiva dos investimentos em empresas coligadas e controladas em relação ao Ativo Permanente (bens e direitos que não se destinam a venda, representado pelos bens necessários à atividade operacional e investimentos, que são participações em outras sociedades não necessários ao negócio principal) e ao Ativo Realizável a Longo Prazo (bens e direitos que serão transformados em dinheiro a longo prazo), representado o máximo de 75% em 1981 e o mínimo de 6% em 1990. Conjugando a análise da Tabela 2 e da Tabela 3, podemos observar que, desconsiderando os investimentos em empresas coligadas e controladas, haveriam recursos próprios aplicados no Ativo Circulante, onde se encontram Valores a Receber da CHESF relativos à Construção da Obra de Itaparica no período de 1981 a 1986 (...) Assim como não é possível especificar se os empréstimos a curto prazo tomados pela Mendes Júnior foram utilizados para Itaparica (pois os recursos captados tinham destinação genérica para financiar o capital de giro ou mesmo investimentos de longo prazo), da mesma forma é possível que em algum momento recursos próprios ou de terceiros a longo prazo podem ter sido utilizados para dar andamento às obras da hidroelétrica. A participação do Contas a Receber da CHESF em relação ao capital de giro líquido (recursos disponíveis descontadas todas as obrigações de curto prazo) da Mendes Júnior comprometeu no máximo 61% no ano de 1983, ficando essa relação abaixo de 9% a partir de 1986, de acordo com a Tabela 4 apresentada a seguir, evidenciando que as faturas devidas pela CHESF não repercutiram no capital de giro líquido da empresa, com a exceção dos anos de 1983 e 1984, mas ainda assim haviam recursos suficientes para liquidar as obrigações de curto prazo (...) Considerando-se as faturas devidas pela CHESF conforme levantamento efetuado pelo seu Assistente técnico, verificamos que a participação destas faturas em relação ao total de contas a receber da Mendes Júnior (que envolve todos os seus clientes), não representaram um montante significativo, sendo no máximo de 20,89% do total em 1984, situando-se abaixo de 1,5% do total a partir de 1986, conforme evidenciado na Tabela 6 a seguir (...) De acordo com a Tabela 8, podemos verificar que apenas nos anos de 1986 a 1988 houve predominância de empréstimos e financiamentos em moeda nacional (em torno de 60% do total de recursos), sendo que na maior parte do período foram captados recursos externos apresentando valores significativos (acima de 77% do total) nos anos de 1980 a 1983. Tendo em vista estas questões, não seria correto carregar financeiramente os atrasos do pagamento das faturas pela CHESF com contratos de financiamento que, muito provavelmente, foram tomados no mercado para outros fins, quer para garantir a expansão da companhia com obras de vulto no Iraque e a atividade de siderurgia, quer para garantir a aquisição de bens ou investimentos em empresas ligadas, conforme abordado nos itens 14 a 17, uma vez que o montante em atraso não era significativo (máximo de 20,98% do total em 1984, situando-se abaixo de 1,5% do total a partir de 1986, de acordo com a Tabela 6) em relação ao total de contas a receber ou em relação ao total de empréstimos tomados no mercado. Por fim, considerando-se a participação das faturas devidas pela CHESF em relação ao total de lucros e reservas de lucros da empresa, podemos observar que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

elas não representaram um montante significativo (mínimo de 1,63% e 0% em 1986 e 1989, respectivamente), com algumas exceções (máximos de 64,36% e 48,32% em 1983 e 1984, respectivamente), de acordo com a Tabela 9, o que significa que o montante de contas a receber da CHESF não afetaria de forma significativa os lucros da Construtora durante este período (...). De acordo com o gráfico, verificamos que o montante de contas a receber da CHESF apresenta-se com valores pouco expressivos, especialmente a partir do ano de 1985, o que significa que os valores devidos pela CHESF não justificariam a captação de recursos expressivos no mercado financeiro e, se considerarmos também a análise dos itens 23 e 24, onde está demonstrado que havia capital de giro necessário à manutenção da obra de Itaparica, a captação de recursos no mercado financeiro provavelmente foi para outros fins, como a aquisição de investimentos em empresas ligadas, conforme abordado nos itens 14 a 17. Em síntese, a análise contábil demonstra que, em princípio, não haveria necessidade de captação de recursos no mercado financeiro para garantir a manutenção das obras de Itaparica e mesmo que consideremos essa hipótese, o montante necessário era muito inferior ao contestado pela Mendes Júnior de acordo com as abordagens efetuadas neste trabalho. (...) (...) Com base nos dados disponibilizados pelo Perito Oficial em seus cálculos de fls. 2.600 às fls. 2.633 do processo da Justiça Federal, atualizamos para 11/04/2005, pela Tabela da Justiça Federal, conforme cálculos discriminados nos Anexos IV a VI, os valores de face das faturas pagas em atraso (inclusive as de correção monetária) e os adiantamentos a título de custos adicionais e andamento anormal da obra a partir das respectivas datas de vencimento redundando no total de R\$ 2.255.027.895,74 bilhões pagos à Mendes Júnior atinente aos dois contratos firmados (nº 227.280, 227.281 e seus aditivos, no valor nominal de Cr\$ 4.280.526.670,00 e Cr\$ 22.465.378.349,66, em moedas de janeiro de 1980 e dezembro de 1980, respectivamente – fl. 32, anexo III – os quais atualizados para abril de 2005 somam R\$ 1.246.402.808,45) (...) Considerando a inexistência de sentença transitada em julgado que determine a forma de cálculo ou reconheça valores a ressarcir à Mendes Júnior e em atendimento ao teor do pedido da Exma. Procuradora oficiante, verificamos que os desembolsos feitos pela CHESF à Mendes Júnior a título de ressarcimento por atraso nos pagamentos somados aos denominados pagamentos a título de “adiantamento” e “andamento anormal da obra” suplantaram os termos dos contratos e aditivos, fato inibidor da demanda da Mendes Júnior, restando, em vez de crédito a favor da Mendes Júnior, débito, conforme demonstrado na tabela – 12, no total de R\$ 160.099.050,17, em valores de janeiro de 1997, pelo método explicado nos itens 121 a 123. Esses pagamentos deduzidos dos valores devidos à Mendes Júnior sob o enfoque financeiro conforme especificado nos itens 126 a 129 e demonstrado no Anexo – X, produzem o total de R\$ 355.193.632,73 pagos a mais pela CHESF à Mendes Júnior, também em valores de janeiro de 1997 (...)”. – grifei -

Colaciono, ainda, considerações do assistente técnico da CHESF:

“Considerando que o capital de giro próprio corresponde ao excesso do ativo circulante em comparação com o passivo circulante, deduz-se que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

esse excesso só pode estar sendo financiado com recursos de terceiros a longo prazo, cujos custos financeiros são inferiores aos dos financiamentos utilizados pelo Sr. Perito, ou recursos próprios, estes sem custo financeiro para a empresa. Como o que se pretende é determinar o valor dos encargos suportados pela Mendes Júnior com a aplicação de recursos de terceiros na UHE de Itaparica e considerando que o capital de giro da empresa foi financiado inclusive por recursos de terceiros a longo prazo e/ou recursos próprios, não pode prosperar o argumento de que as faturas pagas com atraso pela Chesf foram financiadas exclusivamente com recursos de financiamentos para capital de giro a longo prazo. Neste contexto, o cálculo efetuado pelo Sr. Perito que considerou apenas os financiamentos para capital de giro a curto prazo não está consentâneo com a realidade apresentada pelas demonstrações contábeis (...)” (fl. 2771). – realcei -

A prova pericial produzida nos autos pelo perito e pelos assistentes técnicos indica que as demonstrações contábeis da acionante, dos exercícios de 1981 a 1989, mostram que a empresa possuía capital de giro próprio, isto é, o ativo circulante (onde estão registradas as faturas emitidas pela Mendes Júnior contra a Chesf e demais empresas) era sempre maior que o passivo circulante (onde estão registrados os financiamentos examinados pela perícia, que são onerados à mais elevadas taxas do mercado financeiro), donde se concluiu que a parcela do ativo circulante que ultrapassa o passivo circulante, denominado de capital de giro próprio, sempre foi financiado por recursos de terceiros a longo prazo (com juros substancialmente inferiores aos financiamentos para capital de giro) ou por recursos próprios dos acionistas (sem custo financeiro).

Ora, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, como requerido pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A na AD nº 00188006131-7, não pode implicar em condenação da CHESF em valor superior ao da obra que incorporou ao patrimônio, máxime considerando que a empresa, ao concorrer na licitação da obra ora em discussão, comprovou ter patrimônio compatível com a grandiosidade da obra e, se recorreu a empréstimos com valores vultosos, realizou tal ato por vontade própria e não poderá imputar à CHESF suposto prejuízo.

De outro lado, é preciso considerar que a incidência dos juros de mercado e encargos financeiros se dá apenas no período de inadimplência da CHESF em relação a cada parcela individualmente (a última foi paga em 07/01/1991, conforme consta da fl. 2244 do laudo pericial e da fl. 2571 - documento trazido aos autos pela CHESF).

A decisão proferida na AD nº 00188006131-7 e acobertada pelo manto da coisa julgada assegurou “a existência de uma relação de crédito da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A contra a CHESF que lhe assegure ressarcimento completo e atualizado dos valores relativos a juros de mercado e encargos financeiros, decorrentes de financiamento da obra de ITAPARICA e, obtidos ante a falta de pagamento, por parte da recorrida, na oportunidade contratual própria”. – grifei -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Desse modo, não se pode inferir que este comando sentencial determinou a remuneração dos valores devidos pela mora da CHESF – referentes aos juros de mercado e encargos financeiros decorrentes do financiamento da obra de Itaparica – também com incidência de juros de mercado e encargos financeiros.

Pagas as faturas, não mais fluem juros de mercado e encargos financeiros sobre os juros de mercado e encargos financeiros devidos (a partir do pagamento de cada fatura), mas apenas atualização monetária, eis que a CHESF não mais está em mora em relação ao pagamento das faturas das obras, mas em mora no tocante ao pagamento dos encargos do atraso do adimplemento de tais faturas (que não mais gerarão juros de mercado).

Alfim, não se pode olvidar que os benefícios concedidos pela CHESF à autora, a título de compensação pelo atraso no pagamento das faturas, devem ser abatidos na apuração do montante devido.

A SIDE LETTER PR-3520 assegurou compensação pelo atraso da obra na mesma base da variação ocorrida no valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) entre o mês de vencimento da fatura e o da sua efetiva liquidação, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre os valores monetariamente corrigidos durante esse período (fl. 457).

Conforme documentos de fls. 172/173, a CHESF “negou acolhida às citadas faturas de correção monetária até 09/02/1984, quando da assinatura do ADITIVO EPISTOLAR CT-I-227.284¹⁷, cópia anexa, celebrado entre as partes com o objetivo de formalizar as disposições constantes da já citada SIDE LETTER PR-3250, parcialmente aprovadas pelo Exmo. Sr. Ministro do MME, com as limitações consignadas na Carta PRE-120/83 da ELETROBRÁS. (...). A partir do ADITIVO EPISTOLAR CT-T-227.284, a CHESF passou a aceitar o pagamento de correção monetária por atraso de pagamento sob a forma de emissão de uma fatura específica, inclusive com efeito retroativo para 03/04/1981, neste caso limitado o pagamento ao valor histórico; para efeito de cálculo do valor das faturas de correção monetária, a CHESF introduziu um período de carência de 15 dias; ainda, foi fixado um prazo de 30 dias para vencimento das faturas de correção monetária, procedimento este já adotado para as faturas de serviço; a partir da Resolução nº 02/85, a CHESF passou a pagar correção monetária por atraso de pagamento das faturas de correção monetária pagas com atraso, inclusive retroativamente a partir de 09/02/1984, considerando os 15 dias de carência e os 30 dias para o vencimento”.

¹⁷ O Aditivo Epistolar CT-I-227.284 formalizou as disposições da SIDE LETTER PR-3520 e introduziu os seguintes aspectos aos contratos: (i) pagamento de correção monetária por atraso de pagamento sob a forma de emissão de fatura específica, inclusive com efeitos retroativos a 03/04/1981, limitada ao pagamento do valor histórico; (ii) introdução do período de carência de 15 dias para cálculo do valor das faturas de correção monetária; (iii) a partir de 26/01/1985, fixação de prazo de 30 dias para vencimento das faturas de correção monetária e (iv) pagamento de correção monetária por atraso de pagamento das faturas de correção monetária pagas com atraso, retroativamente a 09/02/1984, por meio da emissão de novas faturas, considerando os 15 dias de carência e os 30 dias de vencimento da fatura (fls. 172/173).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Às fls. 20/21 do Anexo V do Procedimento Administrativo do MPF nº 1.26.000.000471/2000-64 juntado aos autos, foram constatados os seguintes avanços financeiros que beneficiaram a construtora elencados e a época em que foram proporcionados:

- Incidência de correção monetária e juros de mora (capitalizados) de 1% (um por cento), ao mês de atraso de pagamento;
- Indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra;
- Eliminação de carência para o cálculo da correção monetária e para os vencimentos das faturas de correção monetária;
- Atualização dos valores das faturas de correção monetária ("correção da correção") que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico;
- Alteração do período de reajustamento de preços contratados e
- Reajustamento dos preços complementares com base no IGP-DI/FGV, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela OTN.

O pagamento de indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra (arrolados à fl. 44 do Anexo V do MPF¹⁸) ostenta o cunho de reparação econômica em razão do atraso no pagamento das faturas. Não se referem, em meu sentir, a suposto custo operacional do retardo das obras, já que a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A invoca justamente que sofreu prejuízos porque não paralisou a obra, a despeito da falta de pagamento das faturas, e custeou a construção da usina com recursos que obteve no mercado financeiro. Nesse sentido, colaciono excerto da petição inicial deste feito:

"Os constantes atrasos de pagamento que a autora sofreu não a impediram de manter o ritmo das obras, que foi sempre observado, de acordo com a programação estabelecida pela CHESF e também considerados os superiores interesses do programa energético do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás e, especialmente, sua grande importância para a economia do Nordeste brasileiro. A autora suportou durante grandes períodos enorme ônus para realizar as obras sem receber as faturas, ou recebendo tais pagamentos com atrasos constantes e comuns" (fl. 03). – grifei -

Demais disso, não houve comprovação dos específicos prejuízos financeiros suportados com o andamento anormal da obra, além da suposta captação de recursos no mercado financeiro, razão pela qual entendo que esses custos adicionais se constituem em remuneração da mora da CHESF.

¹⁸ Acrescento a informação contida à fl. 58 do Anexo V do MPF: "Dentre os valores pagos pela CHESF à Mendes Júnior, destaca-se o pagamento a título de 'andamento anormal da obra', no montante equivalente a US\$ 23,9 milhões de dólares, em debêntures da Eletrobrás, assinalado nos itens 39 e 135 do Relatório do Analista do TCU e apresentados no Anexo II, cifra não considerada nas contas do Perito conforme se observa da Planilha C1 (fl. 2.633, do Processo da Justiça Federal).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

Ainda que se alegue que as faturas de correção monetária tinham por escopo simplesmente recompor o poder aquisitivo da moeda, infere-se que seu pagamento se consubstancia em mais uma das formas de compensação que a CHESF adotou para minorar os prejuízos decorrentes do atraso no adimplemento das faturas. Além disso, como mencionado pela autora na petição inicial da AD nº 00188006131-7 (fl. 379), os bancos repassam aos mutuários o custo de captação de recursos no mercado financeiro incluindo a correção monetária, de modo que tais faturas de correção monetária devem ser computadas na apuração dos valores pagos pela CHESF para compensar seu atraso.

Assim, se a MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A pretende obter o ressarcimento do prejuízo que obteve com o pagamento a destempo das faturas do contrato, todo e qualquer valor pago pela devedora referente à mora deve ser computado para apurar eventual ressarcimento ainda devido, já que todos os pagamentos (correção monetária, juros de mora, indenização pelo andamento anormal da obra) e benefícios tiveram por escopo remunerar a demora no adimplemento das faturas.

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A X União Federal:

À fl. 1823, foi admitida a intervenção da União na presente lide, na condição de assistente, conforme previsão do art. 50 do CPC e do art. 5º¹⁹ da Lei nº 9.469/97. Resta analisar os efeitos causados à União pela sentença proferida neste processo.

Conquanto parte da relação jurídica processual, "o assistente não integra a situação de direito material objeto do processo. Não será atingido diretamente pelo comando da sentença. Mas, como tem interesse jurídico no resultado do processo, atua como parte processual, auxiliando a parte principal, com os mesmos poderes e ônus a ela inerentes²⁰".

Os efeitos da sentença atingem o assistente sob a forma de proibição da discussão em outro feito da justiça da decisão, salvo as exceções previstas no art. 55 do CPC. Desse modo, "o assistente não poderá, em processo futuro, rediscutir os motivos de fato e de direito da sentença proferida entre assistido e parte contrária. Salvo, é claro, se alegar e provar a má gestão processual (*exceptio male gestis processus*) (...) ²¹".

¹⁹ Art. 5º A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

²⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Código de Processo Civil Interpretado. 1ª edição. Editora Atlas. São Paulo: 2004. p. 160.

²¹ NERY, Nelson Jr. e Rosa Maria de Andrade. *Op. cit.* p. 237.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

No caso em tela, ainda que a decisão transitada em julgado proferida na AD nº 00188006131-7 não cause efeitos diretos sobre a União, em razão dos limites subjetivos da coisa julgada emanada de processo do qual não foi parte, não se pode olvidar as conseqüências que o acolhimento do pleito autoral na ação condenatória causarão ao ente federal, em razão de ser acionista majoritário da CHESF e por tratar a espécie de sociedade de economia mista concessionária de serviço público (energia elétrica).

Entretanto, nesta ação ordinária, em que figura a União Federal como assistente, os efeitos da decisão proferida no feito lhe atingem na forma do art. 55 do CPC, sem olvidar os efeitos práticos do decisório em razão da sua condição de acionista majoritária da CHESF, que ostenta o caráter de sociedade de economia mista (entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração indireta).

Tal questão, em meu sentir, deve ser analisada à luz da Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76, que prevê a limitação da responsabilidade dos sócios ou acionistas ao preço de emissão (e à realização) das ações subscritas ou adquiridas. Cumpre salientar que o art. 242 da Lei nº 6.404/76, que estabelecia que "as sociedades de economia mista não estão sujeitas a falência mas os seus bens são penhoráveis e executáveis, e a pessoa jurídica que a controla responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações", foi revogado pela Lei nº 10.303/2001.

Desse modo, resta analisar a possibilidade de a União Federal, na qualidade de concedente do serviço de energia elétrica e não como acionista majoritário da CHESF, responder pelo débito ora discutido. Sobre o assunto, colho as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Pode dar-se o fato de o concessionário responsável por comportamento danoso vir a encontrar-se em situação de insolvência. Uma vez que exercia atividade estatal, conquanto por sua conta e risco, poderá ter lesado terceiros por força do próprio exercício da atividade que o Estado lhe pôs em mãos. Isto é, os prejuízos que causar poderão ter derivado diretamente do exercício de um poder cuja utilização só lhe foi possível por investidura estatal. Neste caso, parece indubitável que o Estado terá que arcar com os ônus daí provenientes. Pode-se, então, falar em responsabilidade subsidiária (não solidária) existente em certos casos, isto é, naqueles – como se expôs – em que os gravames suportados por terceiros hajam procedido do exercício, pelo concessionário, de uma atividade que envolveu poderes especificamente do Estado. É razoável, então, concluir que os danos resultantes da atividade diretamente constitutiva do desempenho do serviço, ainda que realizado de modo faltoso, acarretam, no caso de insolvência do concessionário, responsabilidade subsidiária do poder concedente. (...) Já os prejuízos de terceiros oriundos de comportamentos do concessionário alheios à própria prestação do serviço – ainda que assumidos a fim de se instrumentar para a prestação dele – não são suportáveis pelo concedente em caso de insolvência do concessionário. Quem contrata ou se relaciona com este, tanto como em suas relações com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

qualquer outra pessoa, deve acautelar-se com respeito às condições de solvência da outra parte. Não pode, em suma, contar antecipadamente com que o Estado respalde economicamente o concessionário, pois tal não se dá. (...) Em face do que se expôs, é preciso considerar a posição dos credores diante da falência de concessionários, pois, conforme visto, por ocorrência dela opera-se em favor do concedente a reversão dos bens aplicados ao serviço. Já por força da reversão, já por força do princípio da continuidade do serviço público – que, aliás, estriba a necessidade de reversão –, fica perceptível a todas as luzes que os credores não se poderiam saciar no acervo requerido para a prestação do serviço (...) Então, desde logo, concorrem aos bens da concessionária não afetados à prestação do serviço, pois no que a estes concerte é estranho o poder concedente. Outrossim, consoante já visto, o concedente assumirá responsabilidade subsidiária integral pelos prejuízos resultantes da própria execução do serviço. Põem-se, agora, em pauta tão-só os créditos estranhos à hipótese acima aludida. A solução, no que a estes concerne, será o Estado responder até o montante do valor dos bens revertidos, porquanto, graças à reversão, assumiu para si o acervo que seria garante dos credores²². – grifei –

Entendo que a sentença ora proferida causa efeitos diretos à União Federal na forma do art. 55 do CPC e, reflexamente, traz efeitos econômicos decorrentes da sua condição de acionista majoritária da CHESF (a ser aplicada a regra da responsabilidade prevista na Lei nº 6.404/76) e de ente concedente do serviço público prestado pela CHESF.

Nesse passo, cabe à CHESF, ente dotado de personalidade jurídica e patrimônio próprios, responder pelo valor que lhe é ora imputado e, apenas após esgotadas as possibilidades de execução de seu patrimônio (sem envolver os bens diretamente afetados à prestação do serviço público) e a responsabilidade de seus acionistas, é que se poderá atribuir responsabilidade subsidiária à União Federal e, ainda assim, limitada ao montante dos bens afetados à prestação dos serviço público que forem revertidos.

III. Dispositivo:

Do exposto, julgo parcialmente procedente o pleito autoral e extingo o feito com resolução do mérito (art. 269, I, do CPC) para condenar a CHESF a pagar à autora o valor referente aos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido no financiamento das faturas dos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281, até seu efetivo pagamento, da seguinte forma:

- 1) As faturas em atraso deverão sofrer a incidência dos juros simples individualmente, entre a data do vencimento (estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281) e seu efetivo pagamento, com aplicação do índice que reflita, na época específica, a menor remuneração das formas de captação de recursos adotadas

²² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 12ª edição. Editora Malheiros. São Paulo: 2000. PP. 647/648.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

pela MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A por ocasião do financiamento de cada parcela da obra.

2) Para o cálculo do referido índice, deve-se apurar, em relação a cada fatura e seu período de atraso, as formas adotadas pela autora para captar recursos no mercado financeiro e aferir qual a menos onerosa para a empresa, identificando, assim, o mercado do qual deverá ser obtido o custo da captação dos recursos.

3) A incidência dos juros de mercado e dos encargos financeiros está limitada ao pagamento individualizado de cada fatura. Ou seja, é devida a incidência da taxa apurada no item 2 sobre o valor da fatura vencida e não paga apenas no período que mediar entre a data de vencimento da fatura estabelecida nos contratos CT-I-227.280 e CT-I-227.281 e seu efetivo pagamento²³.

4) Os valores referentes aos juros de mercado e aos encargos financeiros de cada fatura paga em atraso – calculados na forma do item 3 – devem sofrer a incidência exclusiva de atualização monetária, na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, a partir do pagamento de cada fatura pela CHESF até a citação da ré nesta ação, quando deverão incidir a atualização monetária e os juros de mora, desde a citação, no percentual mensal de 0,5% (meio por cento) até a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando o percentual deverá ser de 1,0% (um por cento)²⁴.

5) Apurado o crédito da autora na forma dos itens acima, deve haver abatimento dos benefícios auferidos pela acionante por meio de:

- Incidência de correção monetária e de juros de mora (capitalizados) de 1% (um por cento), ao mês de atraso de pagamento;
- Indenização pelos custos adicionais decorrentes do andamento anormal da obra;
- Eliminação de carência para o cálculo da correção monetária e para os vencimentos das faturas de correção monetária;
- Atualização dos valores das faturas de correção monetária ("correção da correção") que tenham sido pagas com atraso pelo valor histórico;
- Alteração do período de reajustamento de preços contratados e
- Reajustamento dos preços complementares com base no IGP-DI/FGV, entre a data de apresentação da fatura até o vencimento (30 dias), e correção monetária desses valores pela OTN.

²³ A data de vencimento deve levar em conta o prazo de tolerância para a emissão da fatura e de tolerância para pagamento.

²⁴ Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, à luz dos art. 219 do CPC e art. 1.062 do Código Civil de 1916. A partir da vigência do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, deverão ser computados nos termos do art. 406 desse diploma, à razão de 1% (um por cento) ao mês.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
12ª Vara Federal

6) Os benefícios mencionados no item 5 também deverão ser atualizados monetariamente na forma do Manual de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal, desde quando trouxeram acréscimos patrimoniais à autora.

7) Calculado o crédito na forma dos itens 1 a 4, deverão ser abatidos os valores mencionados no item 5, atualizados monetariamente na forma do item 6, encontrando-se assim o montante devido à MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A.

No tocante à União Federal, entendo que esta sentença lhe trará os efeitos diretos previstos no art. 55 do CPC e indiretos decorrentes de sua condição de acionista majoritária da CHESF e de poder concedente do serviço de energia elétrica, conforme exposto na fundamentação deste decisório.

Em razão da sucumbência recíproca da MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A e da CHESF, condeno-as no rateio das custas processuais e dos honorários periciais, devendo cada parte arcar com os honorários de seu patrono (art. 21²⁵ do CPC). A parte assistente também deverá custear os honorários de seu advogado.

Advirto às partes e aos seus patronos que a aposição de grifos em peças processuais é vedada e, caso haja repetição de tal irregularidade, haverá comunicação de sua prática à Seccional da OAB, sem prejuízo das sanções processuais.

Indefiro, até que os autos sejam reparados pela Secretaria do Juízo, a retirada deste processo para cópia, considerando que há páginas do feito soltas e colocadas fora da ordem numérica. Assim, permito apenas que as partes retirem o processo da Secretaria – sem encaminhá-los ao setor de fotocópia – e a concessão de cópias da sentença às partes que desejarem.

Sentença não sujeita ao reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes autora e ré, a assistente (União Federal) e o Ministério Público Federal.

Recife (PE), 05 de março de 2008.

Roberta Walmsley Soares Carneiro
Juíza Federal Substituta da 12ª Vara/PE

²⁵ Art. 21. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 6
CONTRATO DE CESSÃO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E
AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

**MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

representado por sua Administradora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

E

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.

e, como interveniente anuente,

BANCO SANTANDER S.A.

Motta, Fernandes Rocha Advogados
São Paulo – SP
Brasil

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES	5
CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	11
CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES ADICIONAIS.....	11
CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E DO VTDCA.....	14
CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO	17
CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO.....	18
CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGISTRO DO CONTRATO E DOS TERMOS DE AQUISIÇÃO	19
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.....	19
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS ADICIONAIS DAS PARTES	22
CLÁUSULA DEZ – DA NOTIFICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE E À CHESF	27
CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES.....	27
CLÁUSULA DOZE – DA TUTELA ESPECÍFICA	27
CLÁUSULA TREZE – DAS COMUNICAÇÕES	28
CLÁUSULA QUATORZE – DA CLÁUSULA ARBITRAL	30
CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	31
ANEXO I - RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA CONTÁBIL.....	37
ANEXO II - RELATÓRIO DE ORDEM DE PREFERÊNCIA	38
ANEXO III - RELATÓRIO JURÍDICO	39
ANEXO IV - TERMO DE AQUISIÇÃO.....	40

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as “Partes”:

- (a) **MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (“Cessionário”), inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.564.520/0001-00, constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, e nas Instruções CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e 444 de 08 de dezembro de 2006, neste ato representado por sua administradora, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representado na forma de seu Estatuto Social (“Administradora”);
- (b) **MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida João Pinheiro, 146 – 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.162.082/0001-73, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Cedente”); e

como interveniente e anuente;

- (c) **BANCO SANTANDER S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, Jardim Europa, São Paulo, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Custodiante”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Cedente promove ação de procedimento ordinário em face de Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (“Chesf”), originalmente distribuída à 4ª Vara Cível

da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, sob o número 001.93.045767-7, e posteriormente remetida à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Recife, por força do deferimento do pedido de assistência da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Eletrobrás”), onde atualmente tramita sob o nº 2000.83.00.014864-7 (“Ação Chesf”), tendo por objeto a quantificação e a cobrança do crédito já reconhecido por sentença judicial em favor da Cedente, transitada em julgado em 16 de dezembro de 1992, proferida em ação declaratória envolvendo a Cedente e a Chesf, que tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife, sendo que o breve relato da Ação Chesf, com destaque para seus movimentos mais atuais, é objeto do relatório que é parte integrante deste instrumento como seu Anexo III (“Relatório Jurídico”);

- (ii) por meio da Ação Chesf, a Cedente espera quantificar e receber o seu direito de crédito contra a Chesf (“Crédito Chesf”);
- (iii) a Cedente é devedora, na presente data, de certos passivos financeiros, comerciais, judiciais e extrajudiciais de diversas naturezas, identificados no relatório de diligência contábil, com garantia de frações do Crédito Chesf, apurados para a Data Base, inclusive os créditos garantidos com penhora judicial, e os quitados com cessão definitiva ou fiduciária de frações do Crédito Chesf (doravante denominados, em conjunto, os “Passivos Preferenciais”), conforme identificados no Anexo I deste instrumento (“Relatório de Diligência Contábil”);
- (iv) observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, a Cedente pretende ceder ao Cessionário e o Cessionário, por meio da Administradora, pretende adquirir, mediante cessão, 100% (cem por cento) do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis de sua titularidade existentes em cada Data de Aquisição;
- (v) o objetivo do Cessionário é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição, em uma ou mais cessões, de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade da Cedente e, em caráter complementar, de outros ativos financeiros e modalidades operacionais, observados os termos e as condições deste Contrato e do Regulamento;

- (vi) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01 da CVM e do Contrato de Custódia, pela prestação do serviço de custódia para o Cessionário, o que inclui, dentre outras funções, a validação dos Direitos Creditórios em relação ao Critério de Elegibilidade, nos termos e condições definidos no Regulamento do Fundo e no Contrato de Custódia e de acordo com o(s) parecer(es) do Assessor Legal; e
- (vii) as disposições estabelecidas no presente Contrato se encontram em consonância com o regulamento do Cessionário, registrado em 15 de maio de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 757714 (“Regulamento”), sendo que as Partes declaram ter pleno conhecimento do seu teor;

resolvem firmar o presente “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” (“Contrato” ou “Contrato de Cessão”), que será regido pelas seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

- 1.1. Para os fins deste Contrato e seus Anexos, os termos e as expressões abaixo terão os seguintes significados (aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural), exceto se escritos apenas em letras minúsculas:
 - 1. “Ação Chesf”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
 - 2. “Administradora”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
 - 3. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que seja (m) controlada (s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, incluindo diretores, empregados de qualquer das Pessoas acima referidas, membros de seus órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos e qualquer parente, até o 3º grau, de qualquer das Pessoas acima referidas;

4. “Agência de Classificação de Risco”: significa a SR Rating Prestação de Serviços Ltda., com sede na Avenida Rio Branco, nº 89 B, grupo 1002, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.814.433/0001-14, ou sua sucessora contratada nos termos do Regulamento;
5. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
6. “Anexos”: significam todos os anexos deste Contrato, os quais são partes integrantes e inseparáveis deste Instrumento;
7. “Assessor Legal”: escritório de advocacia contratado pelo Fundo para acompanhar a Ação Chesf e desempenhar as demais funções a este atribuídas no Regulamento;
8. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
9. “Cedente”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
10. “Cessionário”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
11. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
12. “Conta Corrente do Fundo”: conta corrente de titularidade do Cessionário aberta no Custodiante;
13. “Contrato” ou “Contrato de Cessão”: significa este “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”;
14. “Contrato de Custódia”: “Contrato de Custódia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Cessionário, e o Custodiante;
15. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
16. “Crédito Chesf”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;

17. “Critério de Elegibilidade”: critério a ser observado na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, definido no item 3.2 da Cláusula Terceira deste Contrato;
18. “Custodiante”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
19. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
20. “Data Base”: significa 31 de dezembro de 2007;
21. “Data de Aquisição”: possui a definição indicada no item 4.4. da Cláusula Quarta deste Contrato;
22. “Data de Recompra”: possui a definição indicada no item 9.12. da Cláusula Nona deste Contrato;
23. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
24. “Direito Creditório”: significa o Crédito Chesf;
25. “Direitos Creditórios Adquiridos”: significa os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração de um ou mais Termos de Aquisição;
26. “Direitos Creditórios Elegíveis”: significa a totalidade (100%) do Crédito Chesf que vier a exceder os valores alocados aos Passivos Preferenciais e os valores cedidos, onerados, objeto de constrição judicial e/ou ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, existente em cada Data de Aquisição, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, conforme evidenciado no Relatório de Ordem de Preferência;
27. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) este Contrato; (iii) os Termos de Aquisição; e (iv) o(s) Prospecto(s); e (v) o Contrato de Custódia;
28. “Fundo”: significa o Cessionário;

29. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
30. “Instrução CVM nº 444”: Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
31. “Mendes Junior”: significa a Cedente;
32. “Notificação de Regate”: possui a definição indicada no item 9.11. da Cláusula Nona deste Contrato;
33. “Opção de Compra”: possui a definição indicada no item 9.9. da Cláusula Nona deste Contrato;
34. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios Adquiridos;
35. “Partes”: significa a Cedente, o Cessionário e o Custodiante, quando em conjunto ou separados;
36. “Passivos Preferenciais”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
37. “Patrimônio Líquido”: significa o patrimônio líquido do Fundo, representado pela soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades;
38. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
39. “Preço de Aquisição”: possui a definição indicada no item 5.1. da Cláusula Quinta deste Contrato;
40. “Preço de Exercício”: possui a definição indicada no item 9.10. da Cláusula Nona deste Contrato;

41. “Prêmio de Risco”: percentual anual a ser acrescido à variação do IPCA, utilizado na determinação do valor máximo das Quotas Seniores e de cada Classe de Quota Subordinada Classe A, definido em cada Suplemento “i” para fins de seu resgate e/ou amortização;
42. “Prêmio de Risco da FDCEA” tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Quarta;
43. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e os procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire da Cedente os Direitos Creditórios Elegíveis, e após sua liquidação, promove a amortização ou o resgate das Quotas;
44. “Prospecto”: o prospecto de cada uma das distribuições públicas de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Classe A;
45. “Quotas”: significa qualquer das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Classes A ou das Quotas Subordinadas Classe B;
46. “Quotas Seniores”: significam as quotas seniores emitidas pelo Fundo;
47. “Quotas Subordinadas”: significa as Quotas Subordinadas Classe A e/ou as Quotas Subordinadas Classe B;
48. “Quotas Subordinadas Classes A”: significam as quotas subordinadas das classes A₁ a A_n de emissão do Fundo;
49. “Quotas Subordinadas Classe B”: significam as quotas subordinadas da classe B do Fundo;
50. “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares de Quotas, de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, respectivamente;
51. “Regulamento”: possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
52. “Relatório de Diligência Contábil”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;

53. “Relatório Jurídico”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
54. “Relatório de Ordem de Preferência”: significa o documento preparado pela Administradora e pela Cedente, atualizado de tempos em tempos, conforme previsto no item 3.5.1 da Cláusula Terceira e preparado na forma do Anexo II ao presente Contrato, identificando os valores do Crédito Chesf que tenham sido cedidos;
55. “Reserva de Caixa”: parcela do Patrimônio Líquido, apurada diariamente, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, de 2 (dois) anos, acrescido do montante de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos;
56. “Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo IV ao Regulamento;
57. “TED”: transferência eletrônica disponível; e
58. “Termo de Aquisição”: possui a definição indicada no item 4.1. da Cláusula Quarta deste Contrato; e
59. “VTDCA” ou “Valor Total dos Direitos Creditórios Adquiridos”: significa o valor do somatório das frações dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidas ao Fundo em razão do pagamento de cada Preço de Aquisição;

Os termos iniciados com letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Contrato têm os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

- 2.1. A Cedente, nos termos deste Contrato, poderá ceder ao Cessionário, em regime de melhores esforços, Direitos Creditórios Elegíveis.
- 2.2. Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, o Cessionário, por sua vez, concorda em adquirir da Cedente, em regime de melhores esforços, por meio de uma ou mais cessões, o direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do fluxo financeiro e demais direitos, garantias e prerrogativas vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis existentes em cada Data de Aquisição.
- 2.3. Poderão ser realizadas uma ou mais cessões de Direitos Creditórios Elegíveis, sendo que cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cessionário, será formalizada por meio da celebração de Termo de Aquisição específico.
- 2.4. A consumação de toda e qualquer cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cessionário, nos termos deste Contrato é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições suspensivas:
 - a) a formalização da cessão, nos termos da Cláusula Quarta deste Contrato;
 - b) o enquadramento dos Direitos Creditórios Elegíveis na política de investimento do Cessionário, conforme constante de seu Regulamento, na qual se inclui o Critério de Elegibilidade estabelecido no item 3.2 da Cláusula Terceira deste Contrato; e
 - c) o atendimento, pelos Direitos Creditórios Elegíveis, das condições adicionais previstas no item 3.3. da Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES ADICIONAIS

- 3.1. Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento, pelos Direitos Creditórios cedidos pela Cedente ao Cessionário, nos termos deste Contrato, do Critério de

Elegibilidade, sendo certo que estas condições, bem como as descritas no item 3.3 abaixo serão verificadas por meio da análise de parecer(es) elaborado(s) pelo Assessor Legal.

- 3.2. Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, considera-se elegível para os fins de aquisição pelo Cessionário, a totalidade (100%) dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade da Cedente em cada Data de Aquisição, conforme evidenciado no Relatório de Ordem de Preferência.
- 3.3. Para que o Cessionário adquira os Direitos Creditórios Elegíveis, deverão ser atendidas cumulativamente, na Data de Aquisição, as seguintes condições adicionais:
 - a) inexistam sobre o Crédito Chesf quaisquer outras penhoras, restrições, ônus, gravames, cessões parciais ou qualquer outra espécie de gravames ou ônus além daqueles identificados no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório de Ordem de Preferência, devidamente atualizado na forma do item 3.5.1 abaixo;
 - b) inexistam sobre a Cedente quaisquer medidas de natureza administrativa ou judicial que tornem indisponíveis seus bens, ou que impeçam a cessão, ou que possam implicar em risco de configuração de fraude a credores ou fraude à execução, na forma da legislação em vigor;
 - c) a Cedente tenha colocado à disposição da Administradora, na respectiva data, relatório atualizado da Ação Chesf, preparado por escritório de advocacia contratado pela Cedente, e revisado pelo Assessor Legal, em que conste as movimentações do processo até o Dia Útil imediatamente anterior a Data de Aquisição e via atualizada do Relatório de Ordem de Preferência; e
 - d) a Cedente tenha colocado à disposição da Administradora, instrumento de procuração indicado no item 9.3, alínea “a” da Cláusula Nona deste Contrato.
- 3.4. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos deste Contrato, é e será sempre realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas. A Cedente e/ou quaisquer de suas Afiliadas não são responsáveis caso os Direitos Creditórios Adquiridos não venham a existir, total ou parcialmente, no futuro,

por qualquer motivo, inclusive pelo resultado da Ação Chesf, e/ou pela solvência da Chesf, da Eletrobrás e/ou de qualquer outra Pessoa, de direito público ou privado. A Cedente é somente responsável pela boa formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo, nos termos descritos neste Contrato de Cessão, bem como pela autenticidade das informações contidas no Relatório de Diligência Contábil e no Relatório Jurídico, tendo em vista a situação atual da Ação Chesf.

3.5. Sem prejuízo do acima disposto, a Cedente poderá dispor, em um ou mais negócios jurídicos, de seus direitos e prerrogativas referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de sua titularidade na ocasião, sempre observadas as seguintes regras e procedimentos:

- a) o respectivo instrumento jurídico deverá identificar claramente o valor e, caso aplicável, os critérios de apuração do valor monetário a que o respectivo cessionário fará *jus* quando do pagamento dos respectivos Direitos Creditórios;
- b) o respectivo instrumento jurídico, sempre lavrado por instrumento público, deverá estabelecer de maneira clara e inequívoca que o recebimento, pelo respectivo beneficiário, de qualquer bem ou ativo relacionado ao respectivo ato de disposição estará subordinado e condicionado ao recebimento integral do valor monetário a que os beneficiários dos respectivos atos de disposição, anteriormente firmadas, fizerem *jus*, nos termos dos respectivos instrumentos jurídicos, inclusive ao amparo deste Contrato, sendo que os valores e a ordem de preferência deverão constar de anexo específico do respectivo instrumento jurídico, sob pena de invalidade do respectivo negócio jurídico; e
- c) a celebração dos negócios jurídicos acima referidos, deverá ser previamente aprovada pela Administradora de forma que esta possa verificar o atendimento aos requisitos referidos nas alíneas “a” e “b” acima, a qual não poderá ser negada sem motivo razoável devidamente justificável.

3.5.1 Quando da realização de cada cessão de Direitos Creditórios originados da Ação Chesf, ou ainda sempre que tais direitos creditórios tenham sido onerados, objeto de constrição judicial e/ou outro ato de disposição, de qualquer natureza, em favor de terceiro, inclusive eventuais cessões de direitos realizadas em favor do Fundo nos termos deste Contrato, as Partes deverão imediatamente promover a atualização do Anexo II a este

Contrato (“Relatório de Ordem de Preferência”), de forma que fique claramente definidos a ordem de prioridade/subordinação, o valor e identificados os respectivos beneficiários do Crédito Chesf.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E DO VTDC

- 4.1. Cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis será formalizada por meio da celebração de termo de aquisição específico, lavrado por instrumento público, preparado substancialmente na forma do “Anexo IV” (“Termo de Aquisição”).
- 4.2. O Termo de Aquisição identificará, entre outras condições, o grau de prioridade e, conforme o caso, subordinação em face de outros atos de disposição anteriormente celebradas pela Cedente, e o respectivo Preço de Aquisição, além de estabelecer que os valores destinados ao seu pagamento deverão ser depositados em conta individualizada de titularidade do Cessionário.
- 4.3. O respectivo Termo de Aquisição deverá ser apresentado ao respectivo juízo, no prazo definido no item 10.1. da Cláusula Dez deste Contrato.
- 4.4. Cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente ao Cessionário será considerada perfeita e acabada somente após o efetivo pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos das Cláusulas Quinta e Sexta deste Contrato (“Data de Aquisição”).
- 4.5. A efetiva subscrição e integralização de cada emissão de Quotas Subordinadas Classe A do Cessionário definirá o limite do valor disponível para cada aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.
- 4.6. Sempre observada a ordem de preferência para o recebimento de bens, direitos e valores resultantes do Crédito Chesf, definida no Relatório de Ordem de Preferência, por meio das cessões objeto de cada Termo de Aquisição, a Cedente cederá ao Cessionário o direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do fluxo financeiro e demais direitos, garantias e prerrogativas vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis existentes em cada Data de Aquisição, sendo este limitado ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VTDCA = \sum_n^{n=1} \left[(PA_n \times C_{VDCn}) \times S_{VDCA_n} \right] ;$$

onde:

VTDCA “Valor Total dos Direitos Creditórios Adquiridos”, equivalente ao somatório dos Preços de Aquisição acrescidos das respectivas variações de C_{VDCn} e S_{VDCA_n} , conforme abaixo definidos;

PA_n (i) até a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente ao Preço de Aquisição de cada Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido (“FDCEA”) identificado no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”; e (ii) a partir do Dia Útil seguinte à data da primeira amortização de Quotas, será equivalente a:

$$(PAE_n \times CE_{VDCn}) - AmtzE_n ;$$

onde:

PAE_n significa o saldo do valor de PAN na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

CE_{VDCn} significa o valor de CVDCn na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

$AmtzE_n$ significa o valor recebido pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos, no Dia Útil imediatamente anterior a data de apuração de VTDCA, alocado à amortização da FDCEA de número de ordem “n”, sendo que os recursos recebidos pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos deverão ser alocados

obrigatoriamente para amortização integral da FDCEA de número de ordem 1, e, em seguida, para amortização integral da FDCEA de número de ordem 2, e assim sucessivamente.

CVDC_n para cada Termo de Aquisição celebrado pelo Fundo será calculado um CVDC equivalente ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, referente à Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido pelo Fundo por meio do respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, desde a respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, o que tiver ocorrido por último, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C_{VDCn} = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right];$$

onde:

n número total de índices considerados na atualização do CVDC_n, sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “NI_k”;

dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de

atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “dctk”. Exclusivamente para o cálculo de “dcp1”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso; e

dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “dctk” um número inteiro.

$$S_{VDCA} = \left[\text{Prêmio de Risco do FDCEA} + 1 \right]^{\frac{du}{252}};$$

onde:

S_{VDCA} fator equivalente ao Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”; e

Prêmio de Risco da FDCEA Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, na forma decimal ao ano;

du número de dias úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

- 5.1. Por cada aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis será pago pelo Cessionário à Cedente, à vista, em moeda corrente nacional e/ou em Quotas Subordinadas Classe B, o preço de aquisição definido em cada Termo de Aquisição (“Preço de Aquisição”), observado o item 5.2. abaixo.
- 5.2. O Preço de Aquisição indicado em cada Termo de Aquisição, será igual ao valor total apurado na subscrição de cada distribuição de Quotas Subordinadas Classes A.
- 5.3. Caso a Reserva de Caixa do Cessionário esteja abaixo do mínimo estipulado, conforme alínea “55” do item 1.1 da Cláusula Primeira deste Contrato, sendo necessário o enquadramento da mesma, a critério da Administradora, a Cedente poderá subscrever, em dinheiro, Quotas Subordinadas Classe B.
- 5.4. Todos os tributos incidentes em decorrência da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis serão arcados pela Cedente. Ou seja, as obrigações tributárias geradas à Cedente serão cumpridas exclusivamente por esta.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. Todos os pagamentos devidos em razão das obrigações previstas neste Contrato e no Regulamento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, nos termos da legislação aplicável, por meio de TED, e deverão ser efetuados única e exclusivamente na conta corrente de titularidade do beneficiário do pagamento, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 6.2. Todos os pagamentos que a Cedente deva efetuar ao Cessionário nos termos deste Contrato deverão ser feitos pelo seu valor efetivo, arcando ela com quaisquer impostos, taxas ou contribuições, atuais ou futuros, incluindo a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (“CPMF”), caso esta venha a ser reinstituída, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que o Cessionário receba os valores integrais sem qualquer desconto, retenção ou dedução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGISTRO DO CONTRATO E DOS TERMOS DE AQUISIÇÃO

- 7.1. O presente Contrato e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cessionário e da Cedente, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado de sua respectiva assinatura.
- 7.2. Cada Termo de Aquisição será necessariamente lavrado por instrumento público perante Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- 7.3. Os emolumentos, as taxas e todos os demais custos relacionados à lavratura de escrituras e registro de contratos serão suportados pela Cedente, mediante apresentação de cópia do comprovante das despesas e solicitação de reembolso por parte da Administradora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 8.1. A Cedente, devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e assegura ao Cessionário, à Administradora e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:
 - a) é uma sociedade por ações validamente constituída de acordo com a legislação em vigor;
 - b) as Pessoas que assinam este Contrato, os Termos de Aquisição e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome da Cedente, as obrigações aqui estabelecidas;
 - c) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar, de maneira adversa, sua solvência, desde a data de preparação de suas últimas informações financeiras entregues à Administradora;

- d) a celebração deste Contrato, dos Termos de Aquisição e o cumprimento das obrigações deles decorrentes estão de acordo com seu estatuto social e não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas;
- e) à exceção dos Passivos Preferenciais e, conforme o caso, dos atos de disposição identificados no Relatório de Ordem de Preferência previamente aprovados pela Administradora, nos termos deste instrumento, os Direitos Creditórios Elegíveis oferecidos à cessão são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Cessionário, de todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis a ele cedidos, nos termos deste Contrato e do respectivo Termo de Aquisição; e
- f) não tem conhecimento, até a presente data, de qualquer fato que possa implicar na nulidade da Ação Chesf, ou que afete a existência dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Cessionário.

8.2. A Administradora, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos declara e assegura à Cedente e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:

- a) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução CMN nº 2.907, da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 444, estando em situação regular perante a CVM;

- b) a Administradora é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- c) as Pessoas que assinam este Contrato e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome da Administradora, ou, conforme o caso, por conta e ordem do Cessionário, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos aqui definidos;
- d) a celebração deste Contrato, dos Termos de Aquisição e o cumprimento das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas; e
- e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração e gestão do Cessionário, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais Documentos da Securitização e da legislação aplicável.

8.3. Caso qualquer das declarações e garantias prestadas acima seja ou venha a se tornar inverídica ou materialmente incorreta a qualquer momento, a Parte prejudicada poderá comunicar a outra Parte para que tome as medidas necessárias para corrigir tal inveracidade ou incorreção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS ADICIONAIS DAS PARTES

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente obriga-se expressamente a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Oitava anterior, as quais serão consideradas reiteradas quando da celebração de cada Termo de Aquisição, mantendo a Administradora imediatamente informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou a incorreção da declaração;
- b) efetuar, de acordo com as regras contábeis e a legislação aplicável, os respectivos lançamentos contábeis necessários ao registro da cessão dos Direitos Creditórios ao Cessionário;
- c) caso, porventura, venha a receber diretamente da Chesf e/ou de qualquer outra Pessoa quaisquer valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Cessionário e/ou de qualquer terceiro, comunicar o fato imediatamente à Administradora e, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na qualidade de depositária, transferir tais verbas ao Cessionário, sempre observada a Ordem de Preferência, no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado de seu recebimento, sem qualquer dedução, retenção ou desconto;
- d) na hipótese da alínea anterior, o Cessionário fica obrigado a recolher todos os tributos incidentes nas devidas datas de vencimento, após o que deverá apresentar cópia à Cedente dos respectivos recolhimentos;
- e) permitir ao Assessor Legal o mais pleno, geral e irrestrito acesso aos autos da Ação Chesf, inclusive por meio de instrumento de procuração específico juntado ao processo, podendo este, inclusive, participar de audiências;
- f) não praticar qualquer ato que possa (i) impedir ou dificultar o pagamento pela Chesf e/ou qualquer outra Pessoa dos Direitos Creditórios cedidos ao

Cessionário e/ou a qualquer terceiro e/ou (ii) limitar o exercício, pelo Cessionário, de qualquer direito, prerrogativa e garantia vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis por este adquiridos;

- g) praticar todos os atos que lhe sejam possíveis e cabíveis a fim de evitar que a Chesf pratique atos que possam acarretar o não pagamento de quaisquer dos Direitos Creditórios Adquiridos, de titularidade do Cessionário e de outros terceiros;
- h) indenizar o Cessionário por qualquer dano ou prejuízo por este sofrido em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta Cláusula e as constantes da Cláusula Oitava deste Contrato;
- i) comunicar imediatamente à Administradora o descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais Documentos da Securitização;
- j) com exceção do 1º Termo de Aquisição, colocar à disposição da Administradora, em cada Data de Aquisição, atualização do Relatório Jurídico e do Relatório de Ordem de Preferência, conforme previsto na alínea “c” do item 3.3. da Cláusula Terceira;
- k) praticar, tempestivamente, todo e qualquer ato razoável, em juízo ou fora dele, inclusive peticionar na Ação Chesf, que lhe venha a ser solicitado pelo Cessionário, por intermédio da Administradora, e que seja necessário ao exercício e à manutenção dos direitos, garantias e prerrogativas do Cessionário, decorrentes das cessões objeto deste Contrato, inclusive na hipótese de existência de título executivo judicial; e
- l) realizar atualizações periódicas no site www.quebradecontrato.com.br, o qual conterá documentos e informações referentes ao andamento da Ação Chesf.

9.2. As obrigações previstas nos itens “a” e “c” acima aplicam-se, igualmente, ao Cessionário. Além disso, a Cedente compromete-se, ainda, a não ceder Direitos Creditórios Elegíveis

ao Cessionário e/ou qualquer terceiro (e imediatamente informar ao Cessionário a respeito) se tal fato:

- a) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil Brasileiro;
- b) for passível de declaração de ineficácia ou revogação, nos termos dos artigos 129 e seguintes da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;
- c) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou
- d) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional.

9.3. A Cedente obriga-se, adicionalmente, a:

- a) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para, conjunta ou individualmente, tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados aos Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pelo Fundo, nos termos deste Contrato, inclusive com poderes para o foro em geral, constando expressamente os poderes para nomear advogados, inclusive outorgando-lhes poderes da cláusula “ad judicium”, transigir, firmar compromisso, receber, dar quitação, representar perante órgãos públicos e Tribunais, ceder os créditos decorrentes dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Cessionário, e adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de assegurar ao Cessionário o recebimento integral dos créditos cedidos. A procuração será válida até o efetivo recebimento, pelo Cessionário, dos créditos cedidos; e
- b) não praticar qualquer ato que afete de maneira adversa o recebimento pelo Cessionário, dos valores referentes aos créditos cedidos, inclusive, sem limitação, o não fornecimento de quaisquer documentos exigidos pela Chesf ou por decisão judicial, ou outros documentos que venham a ser exigidos em legislação superveniente para que possam ser feitos os levantamentos das quantias depositadas pela Chesf em pagamento dos Direitos Creditórios cedidos, sob pena de aplicação de multa no valor de 10% (dez

por cento) do valor do débito que deixar de ser levantado pelo Cessionário no prazo previsto, por falta de apresentação do referido documento.

- 9.4. Na hipótese de ocorrer substituição da Administradora, enquanto não tiver ocorrido o efetivo recebimento, pelo Cessionário, dos créditos cedidos, a Cedente obriga-se a outorgar nova procuração, em favor da nova administradora, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após ter sido intimada para tal finalidade.

Da Indisponibilidade dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo

- 9.5. Fica expressamente estabelecido que, até o recebimento, pelo Cessionário, do VTDCa, a Cedente não poderá, sem a autorização expressa, por escrito, da Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, celebrar, em juízo ou fora dele, qualquer tipo de ato, negócio ou acordo com a Chesf, com a Eletrobrás, com a União, ou com terceiros, que possa caracterizar-se como novação, transação, modificação ou alteração, no todo ou em parte, de qualquer direito, garantia, prerrogativa, expectativa ou pretensão do Cessionário decorrente das cessões de Direitos Creditórios Elegíveis, salvo se, previamente, exercer a Opção de Compra abaixo prevista.
- 9.6. A Cedente e o Cessionário oferecerão petição conjunta, no processo da Ação Chesf, após a primeira cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, requerendo a inclusão do Cessionário como assistente litisconsorcial da Cedente, podendo ou não atuar com os mesmos advogados já constituídos pela Cedente.
- 9.7. Tendo em vista o quanto dispõe o artigo 567, inciso II, do Código de Processo Civil, tão logo seja constituído o título executivo nos autos da Ação Chesf, a Cedente e o Cessionário oferecerão petição conjunta reiterando a(s) cessão(ões) ocorrida(s) e requerendo a inclusão do Cessionário como assistente litisconsorcial da Cedente.
- 9.8. A Cedente assume a obrigação de executar o crédito apurado na Ação Chesf em prazo adequado, arcando com os custos legais envolvidos, sem prejuízo do Cessionário, a seu exclusivo critério, decidir por executar os Direitos Creditórios Elegíveis que lhe foram

cedidos de forma autônoma, neste caso devendo suportar os custos dos advogados que escolher e de eventuais despesas e custas devidas no processo.

Da Opção de Compra

- 9.9. A Cedente, a qualquer tempo e até o resgate integral das Quotas Subordinadas Classe A, poderá adquirir do Cessionário, única e exclusivamente em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos (“Opção de Compra”).
- 9.10. O preço de exercício da Opção de Compra (“Preço de Exercício”) será equivalente ao valor necessário à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado das Quotas Subordinadas Classe A, incluindo o valor do Prêmio de Resgate devido aos Quotistas do Cessionário.
- 9.11. A Opção de Compra só será considerada exercida após o efetivo pagamento do Preço de Exercício e, para exercê-la, a Cedente encaminhará à Administradora comunicação preparada substancialmente na forma do anexo VI ao Regulamento, informando sua intenção de exercer a Opção de Compra (“Notificação de Resgate”).
- 9.12. A Opção de Compra deverá ser integralmente liquidada, por meio de crédito do valor integral do Preço de Exercício na Conta Corrente do Fundo, no prazo de até 5 (dias) Dias Úteis (“Data de Recompra”) contado do recebimento da Notificação de Resgate.
- 9.13. O não pagamento, pela Cedente, do Preço de Exercício no prazo previsto, acarretará na aplicação de multa no valor de 1% (um por cento) do valor que deixou de ser pago ao Cessionário, e a Notificação de Resgate perderá sua eficácia, devendo ser enviada uma nova Notificação de Resgate pela Cedente caso queira exercer a Opção de Compra, atualizando-se o Preço de Exercício.

CLÁUSULA DEZ – DA NOTIFICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE E À CHESF

- 10.1. No prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da lavratura de cada Termo de Aquisição, a Cedente e o Cessionário informarão ao competente juízo em que tramita a Ação Chesf acerca da cessão ocorrida, de forma a identificar o Cessionário como novo credor da parcela do Crédito Chesf cedida, correspondente aos Direitos Creditórios Adquiridos, bem como do número da conta corrente de titularidade do Cessionário, para onde deverão ser transferidos os recursos decorrentes do recebimento de valores, após o respectivo levantamento, observado o disposto no item 9.6.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES

- 11.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora de tal Parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; (ii) correção monetária, com base na variação do IPCA ou, na sua falta, o índice que vier a substituí-lo, ou, na ausência de ambos, do IPC, calculada *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; e (iii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DOZE – DA TUTELA ESPECÍFICA

- 12.1. As obrigações previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente, à qual será facultada ainda a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica e/ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil.

- 12.2. Caso qualquer das Partes descumpra qualquer de suas obrigações previstas neste Contrato e, notificadas para sanar tal inadimplemento, deixem de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Onze ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 12.3. Para os fins do disposto nesta Cláusula, as Partes expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação aqui mencionada, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, constituirá documentação suficiente para instruir pedido de tutela específica.
- 12.4. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes neste Contrato, as Partes reconhecem, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para a Parte inocente na hipótese do descumprimento, por qualquer das Partes, de suas respectivas obrigações avençadas neste Contrato.

CLÁUSULA TREZE – DAS COMUNICAÇÕES

- 13.1. Todas as comunicações entre as Partes deverão ser sempre feitas por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de informações em formato magnético ou digital e deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

para a CEDENTE:

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.

At.: Sr. Ângelo Marcus de Lima Cota

Avenida João Pinheiro, 146 – 15º andar

Belo Horizonte – MG / Cep: 30130-927

Telefone: (+55 31) 2121-9584

Fac-símile: (+55 31) 2132-8103

e-mail: angelo.cota@mendesjunior.com.br

para a ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At.: Sr. José Alexandre Freitas

Avenida das Américas, nº 500 - Bl. 13 - Gr. 205 / Rio de Janeiro – RJ / Cep: 22640-100

Telefone: (+55 21) 2493-7003

Fac-símile: (+55 21) 2493-4746

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

para o CUSTODIANTE:

BANCO SANTANDER S.A.

At.: Sr. José Olívio Ramalho

Rua Hungria 1400, 4º andar, Jardim Europa, São Paulo

Telefone: (+55 11) 3012-5779

Fac-símile: (+55 11) 3012-7731

e-mail: joramalho@santander.com.br

- 13.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Cessionário, nos termos deste Contrato, devem ser encaminhadas à Administradora, a qual é a responsável pela representação legal do Cessionário, ressaltando-se, ainda, que tais comunicações devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Cessionário.
- 13.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“answer back”), via *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do

equipamento utilizado na transmissão e que dele constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA QUATORZE – DA CLÁUSULA ARBITRAL

- 14.1. Salvo quanto à execução de valores previstos neste Contrato, incluindo, sem limitação, que será realizada judicialmente, independentemente de instauração de procedimento arbitral, todas as divergências oriundas ou relacionadas ao presente Contrato e seus “Anexos” que não forem resolvidas amigavelmente e imediatamente pelas Partes, deverão ser dirimidas por arbitragem em conformidade com as Regras de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá (“Regras”), por três árbitros em conformidade com as referidas Regras.
- 14.2. A sede da arbitragem deverá ser a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e a legislação processual brasileira deverá ser aplicada onde as Regras forem omissas. O idioma a ser usado no juízo arbitral é o português.
- 14.3. A sentença arbitral será imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas Partes, devendo ser proferida no prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo vedado o julgamento por equidade.
- 14.4. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem e conduzida de acordo com a presente Cláusula deverão ser arcadas pela Parte perdedora, a não ser que os árbitros decidam de outra forma.
- 14.5. Não obstante as disposições anteriormente referidas, cada Parte permanece com o direito de requerer medidas judiciais: (a) para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instauração do procedimento de arbitragem, e, tal medida, não será interpretada como uma renúncia do procedimento arbitral pelas Partes; e (b) para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do procedimento arbitral, as Partes elegem o foro indicado no item 15.15 da Cláusula Quinze. As Partes reconhecem que eventual medida liminar obtida perante o Poder Judiciário deverá ser, necessariamente,

revista pelo tribunal arbitral (ou árbitro), que então decidirá pela sua manutenção, revisão ou cassação.

- 14.6. As Partes reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. O presente Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e enquanto existirem Quotas em Circulação.
- 15.2. A presente cessão é realizada por título oneroso e o Cessionário declara ter pleno conhecimento da Ação Chesf, em seu estágio atual, respondendo a Cedente exclusivamente pela existência do crédito ao tempo de cada cessão, na forma do artigo 295 do Código Civil. A partir da cessão, o Cessionário assume os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à Cedente ou a Cessionário, que impliquem na redução do crédito, ou mesmo na impossibilidade de serem executados os Direitos Creditórios no futuro, desde que observadas as obrigações previstas no presente Contrato e não tenha havido desídia da Cedente na condução do processo da Ação Chesf.
- 15.3. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado pelas Partes.
- 15.4. Exceto pelas relações obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre as Partes.
- 15.5. O presente Contrato tem caráter irrevogável e irretratável, beneficiando e obrigando a Parte contratante, seus eventuais sucessores ou cessionários a qualquer título.
- 15.6. O Preâmbulo e os “Anexos” deste Contrato são partes integrantes e inseparáveis do presente e serão considerados meios válidos e eficazes para fins de interpretação das Cláusulas deste Contrato.
- 15.7. Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato.

- 15.8. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.
- 15.9. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com respeito ao presente negócio, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorando ou propostas anteriores à presente data.
- 15.10. A Cedente não poderá, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do Cessionário, ceder ou transferir qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente Contrato ou sua posição jurídica nele ocupada. O Cessionário poderá ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações ou posição jurídica ocupada nos termos deste Contrato, somente após a quitação dos valores devidos à Cedente em decorrência da cessão pactuada. Neste caso, a Cedente não responderá por quaisquer atos praticados pelo Cessionário, ou seja, pela boa ou má utilização dos Direitos Creditórios cedidos.
- 15.11. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 15.12. O presente Contrato é celebrado na mais absoluta boa-fé das Partes, considerando a legislação vigente. Qualquer mudança relevante, de ordem legal, administrativa, judicial ou fática, que implique em alteração das premissas utilizadas pelas Partes para realização deste negócio, com o conseqüente desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, deverá ser considerada para a celebração de eventual aditamento.
- 15.13. A Administradora deverá notificar previamente ao Custodiante sobre a celebração de cada Termo de Aquisição entre o Cessionário e o Cedente.
- 15.14. O presente Contrato está sujeito à lei em vigor no Brasil.

15.15. As Partes irrevogavelmente estabelecem como competente o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para decidir sobre qualquer ação ou procedimento que se situe fora do âmbito da arbitragem.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2008

**MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.

BANCO SANTANDER S.A.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

Folha de Assinaturas do “**Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças**”.

ANEXO I
RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA CONTÁBIL

ANEXO II
RELATÓRIO DE ORDEM DE PREFERÊNCIA

ANEXO III
RELATÓRIO JURÍDICO

ANEXO IV

TERMO DE AQUISIÇÃO

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE CRÉDITO

Saibam quantos esta escritura pública de compra e venda virem, que aos [°] ([°]) dias do mês de [°] de [°], nesta cidade e Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, perante mim, Tabelião do [°]º Serviço de Notas, compareceram partes entre si justas e convencionadas a saber: de um lado, como OUTORGANTE CEDENTE, doravante denominada simplesmente CEDENTE: MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A., sociedade por ações, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida João Pinheiro, 146 – 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.162.082/0001-73, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seus procuradores [.]; e de outro lado, como OUTORGADO CESSIONÁRIO, doravante denominado simplesmente CESSIONÁRIO, MENDES JUNIOR – CRÉDITO JUDICIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, condomínio fechado inscrito no CNPJ sob nº [°], constituído de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2907 e na Instrução CVM nº 444, neste ato representado por sua administradora, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (“Administradora”). Os presentes reconhecidos por mim Tabelião como os próprios, por meio dos documentos de identidade apresentados, dou fé. Pelas partes me foi dito o seguinte: 1) Que a empresa MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A. é autora de ação de procedimento ordinário proposta em face de Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, originalmente distribuída à 4ª Vara Cível da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, sob o número 001.93.045767-7, e posteriormente remetida à 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Recife, por força do deferimento do pedido de assistência da União e da Eletrobrás, onde atualmente tramita sob o nº 2000.83.00.014864-7 (“Ação Judicial”), tendo por objeto a quantificação e a cobrança do crédito já reconhecido por sentença judicial em favor da Cedente, transitada em julgado em 16 de dezembro de 1992, proferida em ação declaratória envolvendo as mesmas partes, que tramitou sob o nº 001.880.06131-7 perante a 4ª Vara Cível de Recife. 2) Que a CEDENTE neste ato pretende ceder, como cedido tem, e que o CESSIONÁRIO pretende receber em cessão, como recebido tem, parcela dos créditos decorrentes da Ação Judicial no valor, nesta data, equivalente a R\$ [] [] a ser atualizado de acordo com a seguinte

fórmula: $(PA_n \times C_{VDCn}) \times S_{VDCAn}$; onde: PA_n (i) até a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da primeira Parcela Recebida, será equivalente ao Preço de Aquisição da Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido (“FDCEA”) identificado neste Termo de Aquisição; e (ii) a partir do Dia Útil seguinte à data da primeira amortização de Quotas, será equivalente a: $(PAE_n \times CE_{VDCn}) - AmtzE_n$, onde: PAE_n significa o

saldo do valor de PA_n na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida; CE_{VDCn} significa o valor de $CVDCn$ na data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida;

$AmtzE_n$ significa o valor recebido pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos, no Dia Útil imediatamente anterior a data de apuração de VTDCa, alocado à amortização da FDCEA de número de ordem “n”, sendo que os recursos recebidos pelo Fundo como pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios Adquiridos deverão ser alocados obrigatoriamente para amortização integral da FDCEA de número de ordem 1, e, em seguida, para amortização integral da FDCEA de número de ordem 2, e assim sucessivamente. $CVDCn$ para cada Termo de Aquisição celebrado pelo Fundo será calculado um $CVDC$ equivalente ao fator acumulado das variações mensais do IPCA, referente à Fração do Direito Creditório Elegível Adquirido pelo Fundo por meio do respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, desde a respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, o que tiver ocorrido por último, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem

$$C_{VDCn} = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dep_k}{360}} \right]$$

arredondamento, apurado da seguinte forma: ; onde: n = número total de índices considerados na atualização do $CVDCn$, sendo “n” um número inteiro; NI_k = valor do número-índice do

IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização; NI_{k-1} = valor do número-índice do segundo mês calendário anterior ao mês “k”; $dcpk$ = número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ $dctk$ ”. Exclusivamente para o cálculo de “ $dcp1$ ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da data do efetivo recebimento, pelo Fundo, da última Parcela Recebida, conforme o caso; e $dctk$ = número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ $dctk$ ” um número inteiro.

$S_{VDCA} = [\text{Prêmio de Risco do FDCEA} + 1]^{\frac{dcpk}{dctk}}$, S_{VDCA} = fator equivalente ao Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”; e Prêmio de Risco da FDCEA = Prêmio de Risco definido no respectivo Termo de Aquisição de número de ordem “n”, na forma decimal ao ano., bem como dos direitos acessórios dele decorrentes, ou seja, no direito creditório cedido incluem-se todos os acessórios previstos na legislação aplicável, exceto correção monetária e juros que não os aqui especificados, e/ou quaisquer outros direitos decorrentes do referido crédito, podendo o CESSIONÁRIO praticar todos os atos necessários e adequados para a defesa de seus interesses, tornando-se neste ato credor do valor atualizado da parcela cedida dos créditos resultantes da Ação Judicial, para todos os fins de direito, inclusive podendo requerer o desmembramento do referido crédito. 3) Que, por esta cessão, o CESSIONÁRIO pagará à CEDENTE o preço correspondente a R\$ [...] ([...]) até [...] de [...] de [...]. 4) Que o pagamento do valor acima descrito será efetuado, a critério do CESSIONÁRIO, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível), ou sistema operacionalizado pela CETIP, e deverão ser efetuados única e exclusivamente na Conta Corrente de titularidade da CEDENTE. 5) Que a CEDENTE assumirá a responsabilidade e arcará com as despesas decorrentes do acompanhamento da Ação Judicial em relação ao referido crédito ora adquirido, e do levantamento dos valores de sua titularidade a serem pagos pela Chesf, cabendo-lhe nomear advogado para representá-lo nos autos, como litisconsorte do autor, ou como assistente litisconsorcial, requerer a expedição de alvarás de levantamento, e tomar as providências necessárias para o efetivo recebimento do crédito. 6) Que após a confirmação do pagamento previsto no item 2, a CEDENTE dá ao CESSIONÁRIO ampla e geral quitação, nada mais tendo a reclamar quanto ao direito creditório cedido. 7) A CEDENTE não responde pela solvência da Chesf, nem pelo pagamento dos direitos creditórios cedidos ao CESSIONÁRIO, mas somente responde pela existência dos direitos creditórios na presente data, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil. 8) A CEDENTE apresenta, nesta data, as certidões exigidas pelo CESSIONÁRIO, cabendo ao CESSIONÁRIO, a partir desta data, providenciar as suas próprias certidões para efetuar os levantamentos a que tenha direito, na forma da legislação que esteja em vigor. 9) Que informará ao juízo em que tramita a Ação Judicial da presente cessão, de forma a identificar o Cessionário como novo credor da parcela do crédito cedida, notificar o devedor na forma da lei (artigo 290 do Código Civil), e requerer a inclusão do Cessionário como assistente litisconsorcial. 10) Que em face da cessão ora pactuada o CESSIONÁRIO passar a ter o direito de requerer, a qualquer tempo, diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito ora cedido, cabendo ao CESSIONÁRIO se valer de todos os meios legais para garantir seus direitos, devendo o mesmo arcar com quaisquer custos envolvidos, e aproveitar todo o resultado das medidas que resolver adotar, ficando a CEDENTE desonerada de toda e qualquer responsabilidade pelos atos praticados pelo CESSIONÁRIO. 11) Que a presente cessão é realizada na forma e nas condições do instrumento particular de promessa de cessão de crédito firmado anteriormente pelas partes, registrado sob o nº [...] no [...] Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, e está de acordo com o regulamento do CESSIONÁRIO, devidamente registrado no [...] Ofício de Registro de Títulos e Documentos sob o nº [...]. 12) Que os valores destinados ao pagamento da parcela do direito creditório ora cedido, deverão ser depositados, pela Chesf, em conta individualizada de titularidade do CESSIONÁRIO, no Banco [...], agência [...], conta corrente nº [...], caso venha a ser feito qualquer pagamento diretamente aos credores. 13) Que o Cessionário declara conhecer a existência de outros credores do Cedente, com preferência no recebimento dos créditos decorrentes da Ação Judicial, todos indicados no Anexo I do presente instrumento, e que o Cessionário somente receberá os valores remanescentes de qualquer pagamento realizado em decorrência da Ação Judicial, após liquidados os créditos preferenciais. 14) Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas com relação ao presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Assim convencionados, me pediram que lhes fizessem a presente escritura, em minhas Notas, o que foi feita, sendo-lhes lida por mim Tabelião, em voz alta, acharam conforme, aceitaram, outorgaram reciprocamente e assinam dispensando as testemunhas nos termos do Provimento n.º da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. Eu, _____, TABELIÃO, a fiz digitar, subscrevo e assino em público e raso.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo

**Mendes Júnior – Crédito Judicial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Não-Padronizados**
CNPJ nº 09.564.520/0001-20

Cedente

Mendes Júnior Engenharia S.A.
CNPJ nº 17.162.082/0001-73
Avenida João Pinheiro, 146, 15º andar
Belo Horizonte – MG
CEP: 30130-927

Administradora e Distribuidor

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários S.A.**
CNPJ nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13,
grupo 205 / Rio de Janeiro – RJ
Cep: 22640-100

Custodiante

Banco Santander S.A.
CNPJ nº 90.400.888/0001-42
Rua Amador Bueno, 474
São Paulo – SP
Cep: 04752-901

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes
CNPJ/MF 57.755.217/0001-29
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar
São Paulo – SP
Cep: 04530-904

Agência de Classificação de Risco

SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
CNPJ nº 68.814.433/0001-14
Avenida Rio Branco, 89 B, grupo 1002
Rio de Janeiro – RJ
Cep: 20040-004

Assessor Legal

Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, 2335, 11º andar
São Paulo – SP
Cep: 01419-002